

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

HELOÍSA SAYUMI MIYAHARA

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA
GROSSA-Pr: 1969-2009

PONTA GROSSA

2011

HELOÍSA SAYUMI MIYAHARA

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA
GROSSA-Pr: 1969-2009

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Estado do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof^a Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz.

Co-orientador: Prof^o Dr. Marcelo Engel Bronoski.

PONTA GROSSA

2011

Ficha Catalográfica Elaborada pela Seção de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

M685m Miyahara, Heloisa Sayumi
O movimento estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa –
PR (1969-2009) / Heloisa Sayumi Miyahara. Ponta Grossa, 2011.
234f.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas).
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Orientadora: Profa. Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz
Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo Engel Bronoski

I. História. 2. Movimento estudantil. 3. UEPG. 4. Elementos
constitutivos. I. Luiz, Danuta Estrufika Cantoia. II. Bronoski, Marcelo
Engel. II. T.

CDD 322.44


TERMO DE APROVAÇÃO

HELOÍSA SAYUMI MIYAHARA

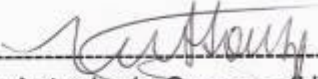
"O PROCESSO HISTÓRICO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA: 1969-2009."

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:



Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz (UEPG) – Presidente



Dra. Maria Antonia de Souza (UTP)



Dra. Lenir Mainardes da Silva - (UEPG)

Dra. Solange Ap. Barbosa de Moraes Barros - (UEPG) - Suplente

Dedico este trabalho aos estudantes que não se limitaram no saber entre as quatro paredes e tão pouco tiveram suas necessidades estudantis supridas com um diploma. E que, sobretudo, acreditaram e acreditam que a universidade é espaço de transformação social.

*“A sós ninguém está sozinho, é caminhando que se faz o caminho....”
(Sérgio Britto)*

...por isso agradeço:

A Deus por me presentear com as coisas mais simples e belas dessa vida, pelo espetáculo do nascer do sol em minha janela, após as longas madrugadas de produção....

Aos meus pais Eliane e Mune, por todo carinho e amor, por acreditarem em mim e em meus sonhos muitas vezes oblíquos, pelas conversas e micagens via MSN, por compreenderem minha ausência, pela paciência de ouvir e me orientar quando a angústia batia forte, enfim por serem exatamente como são MEUS MELHORES AMIGOS!

Ao meu irmão Henrique pela amizade sincera, pela cumplicidade de sempre, por me surpreender a cada dia com sua inteligência perspicaz, pelo abraço apertado das despedidas e o sorriso acolhedor da chegada, pela presença virtual na saudade e por tudo aquilo que ainda nem vivemos! Te amo mimimi

Sabe aquela pessoa que você quer ser? Que você imita quando é criança? Que fica só pensando “quando eu crescer queria ser um pouquinho essa pessoa”? Daí você cresce e entende que, o que você mais admira nela é exatamente aquilo que há de único e impossível de imitar...essa é a “Batian” à quem agradeço pelo exemplo de força, pelo incentivo, ensinamentos e apoio em todos os momentos...

Aos queridos ti@s (Beto, Mari e Cida) pelo carinho, em especial a Tia Mako pelo apoio de sempre e pela parceria na apresentação do RJ. Aos primos (Alessandra, Nandra, Lúcio e Natasha) por todo carinho.

À professora Solange, que desde a graduação em Serviço Social divide com grande generosidade sua experiência profissional e de vida... um grande exemplo! Obrigada por tudo profe!

Aos colegas de mestrado, em especial: à Naja por altas piadas, risadas, passeios e pela grande ajuda e apoio nos momentos em que o processo de pesquisa parecia não sair do lugar! E à Tere com quem também pude compartilhar momentos importantes nessa caminhada! Obrigada meninas!

À professora Danuta, por cada orientação, e pelas horas de fôlego na leitura e apontamentos neste trabalho (principalmente nessa reta final), pela paciência que teve comigo nesse processo, me ensinando ir AO encontro dos objetivos desta pesquisa. Terminei essa etapa mais fortalecida com os ensinamentos que compartilhou comigo. Obrigada!

Ao professor Marcelo por ter co-orientado esta pesquisa, nos auxiliando não somente com sua experiência como professor, mas também como militante do ME-UEPG dividindo informações e as vivências de sua participação.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

À banca: professoras Lenir e Maria Antonia, pela atenção, por terem compartilhado e contribuído com seus apontamentos para a realização deste trabalho. Agradeço também as professoras: Karina e Maria Lúcia, que mesmo não tendo composto essa banca, deixaram seus nomes à disposição para a suplência.

E principalmente aos sujeitos de pesquisa, que muitas vezes ao abrirem a porta de suas casas, abriram uma parte de suas vidas e as janelas para que juntos pudéssemos visualizar e registrar um pedaço da história do Movimento Estudantil na UEPG. As horas de entrevistas, as histórias, as descobertas e as transcrições me deram a força necessária para desenvolver este trabalho...

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.
(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo resgatar o histórico do movimento estudantil na UEPG de 1969-2009. Para tanto foram levantados através de estudo exploratório informações que nos levaram, entre outras informações, aos sujeitos de pesquisa. A partir dessa primeira aproximação buscamos elencar alguns elementos constitutivos dos movimentos sociais que nos balizassem na análise do movimento estudantil na UEPG ao longo das conjunturas. Através de pesquisa qualitativa, realizamos entrevistas com 11 sujeitos cujas falas compuseram o diálogo entre as conjunturas nacionais e sua relação com o movimento estudantil (especificamente o da UEPG). Essa relação também possibilitou evidenciar os principais elementos constitutivos que caracterizaram o ME-UEPG ao longo dos períodos. Sendo assim, percebemos que no processo histórico analisado, o movimento estudantil da UEPG não se restringe - de maneira geral - as organizações representativas. Assumindo uma atuação cíclica, ou seja, existem períodos onde as demandas “exigem” uma maior atividade dos grupos e lideranças, que compõem o movimento que por sua vez articulam suas bases, reformulam suas práticas e participam do processo de lutas pela melhoria das condições da universidade e/ou da sociedade como um todo.

Palavras Chave: Histórico. Movimento estudantil UEPG. Elementos constitutivos

ABSTRACT

This research aims to rescue the historical of the student movement in UEPG (1969-2009). For this study were collected though exploratory information that led us, among other information, to research subjects. From this first approach we try to list some of the constituent elements of social movements in the beacons on the analysis of the student movement in UEPG along the junctures. Through qualitative research, conducted interviews with 11 subjects whose speech comprised the dialogue between national contexts and their relationship with the student movement (specifically the UEPG). This relationship also allowed evidence of the crucial components that characterize the ME-UEPG over the periods. Thus, we see that in the historical analysis, the student movement of UEPG not limited – in general – the representative organizations. Assuming a cyclic action, ie there are periods where the demand “require” a higher activity of groups and leaders, who make up the movement which in turn articulate their bases, revising its practices and participate in the process of fighting for improved conditions of university and/or society as a whole.

Keywords: Historical. UEPG Student movement. Components.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Jornal da Manhã (março 1969).....	43
FIGURA 2 – Jornal da Manhã (janeiro 1969).....	46
FIGURA 3 – Jornal da Manhã (13 março 1969).....	48
FIGURA 4 – Jornal da Manhã (28 de março 1969).....	48
FIGURA 5 – Diário dos Campos (1969 a.).....	51
FIGURA 6 – Diário dos Campos (1969 b.).....	52
FIGURA 7 – Diário dos Campos (1969 c.).....	53
QUADRO 1 – Perfil dos Sujeitos.....	19
QUADRO 2 – Quadro Síntese.....	127

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – ATO INSTITUCIONAL nº 5

ANDES – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

AP – AÇÃO POPULAR

CA – CENTRO ACADÊMICO

CASS – CENTRO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL

CBA – COMITÊS BRASILEIROS PELA ANISTIA

CEB – CONSELHO DE ENDIDADES DE BASE (MOVIMENTO ESTUDANTIL)

CEB – COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

CODI – CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA

CR – COMANDO REGIONAL

CU – CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CUT – CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES

DCE – DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES

DJPX – DIRETÓRIO JOAQUIM DE PAULA XAVIER

DOI – DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES

DOPS – DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

ENE – ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES

FAED/UDESC – FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FAFI – FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

FENATA – FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO

FUC – FESTIVAL UNIVERSITÁRIO DA CANÇÃO

IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

JUC – JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CRISTÃ

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES

MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

ME – MOVIMENTO ESTUDANTIL

MEB – MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ME-UEPG – MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

MPB – MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

MS – MOVIMENTO SOCIAL

OAB – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

OBAN – OPERAÇÃO BANDEIRANTE

PCB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PDC – PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PU – PASTORAL UNIVERSITÁRIA

RU – RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

UEE – UNIÃO ESTADUAL DE ESTUDANTES

UEPG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

UME – UNIÃO METROPOLITANA DE ESTUDANTES

UNE – UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES

UPE – UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
CAPITULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E NO PARANÁ.....	23
1.1 Concepções e Considerações que Incidem sobre Movimento Estudantil no Brasil.....	23
1.2 Contextualizando o Movimento Estudantil no Paraná.....	31
CAPITULO II - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UEPG: CONJUNTURAS E CARACTERÍSTICAS (1969-2009).....	40
2.1 Entre a Organização e a Latência do ME-UEPG: alguns elementos constitutivos (1969 -1979).....	40
2.2 As Lutas Nacionais e o Movimento Estudantil, sua Relação com o ME-UEPG: alguns elementos constitutivos (1980-1999).....	64
2.2.1- <i>Os Movimentos pela Democracia e o Movimento Estudantil Nacional.....</i>	64
2.2.2- <i>Repercussões da Conjuntura no ME-UEPG: alguns elementos constitutivos(1980-1999).....</i>	76
2.3 Desafios da Contemporaneidade: Conjuntura e o reflexo no ME - UEPG:(2000-2009).....	107
2.4 QUADRO SÍNTESE.....	126
CONSIDERAÇÕES PROSEGUENTES.....	128
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE A – Entrevista com José Ruitter Cordeiro.....	139
APÊNDICE B – Entrevista com Antônio José Camargo.....	143
APÊNDICE C – Entrevista com Valmir de Santi.....	151

APÊNDICE D – Entrevista com Josiane de Fátima Wambier.....	155
APÊNDICE E – Entrevista com Julio César Moreira Francisquini.....	160
APÊNDICE F – Entrevista com Marcos Fontinelli.....	163
APÊNDICE G – Entrevista com Gabriel Kravchychyn.....	169
APÊNDICE H – Entrevista com Silvana Oliveira.....	177
APÊNDICE I – Entrevista com Rodrigo Rossi.....	181
APÊNDICE J – Entrevista com Joel de Oliveira.....	188
ANEXO A – Modelo de documento assinado pelos sujeitos de pesquisa “Cessão Gratuita de Depoimento Oral”.....	195
ANEXO B – Relato de Participação no “ME-UEPG” de Joani Teixeira e Cópias de Documentos Referentes á sua Participação.....	197
ANEXO C – Cópia do “Dossiê major Índio”, extraído do Blog Tortura Nunca Mais	226
ANEXO D – Documentos do Arquivo Pessoal de Gabriel Kravchychyn.....	228

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e corporifica no presente.” (FREIRE, 1994).

A presente pesquisa surge de questionamentos vividos durante a participação no movimento estudantil da UEPG no período de graduação em Serviço Social (2005-2008). Na oportunidade da vivência em representações estudantis como Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), Conselho de Entidade de Bases (CEBs), Diretório Central de Estudantes e representação discente no Conselho Universitário e Colegiado de Curso, pudemos acompanhar as práticas e os desafios dessa representação estudantil e também observar a falta de registro¹ sobre a participação do movimento estudantil na UEPG.

Resgatar o processo histórico desse movimento surge não somente como uma proposta de pesquisa, mas também vem com o intuito de responder a uma inquietação acadêmica e profissional de inconformidade com o não registro e a não organização dos “arquivos” que retratam as faces do ME ao longo da história desta universidade. O retrato desse movimento vem sido “apagado” ao longo dos 40 anos de UEPG, na ausência de documentos e de registros sobre esse passado. Nos lançamos, então, ao desafio de dar alguns passos para repensar esse processo.

Optamos por investigar o movimento estudantil na UEPG a partir dos depoimentos dos sujeitos que participaram do processo vivenciado, por considerar esses sujeitos os principais “construtores” desta história. Ressalta-se que essa participação não era restrita somente aos órgãos representativos de estudantes como DCE (Diretório Central de Estudantes), CAs (Centros Acadêmicos) entre outros, muito embora em alguns períodos seja por meio dessas ‘instituições’ que o movimento estudantil se organizou e compôs suas ações.

Segundo Souza o movimento estudantil:

Movimento estudantil tende a ser uma expressão utilizada para recobrir um conjunto muito amplo de iniciativas do universo estudantil de um país,

¹ Segundo um de nossos entrevistados se referindo ao fato da inexistência de documentos/arquivos no DCE: “E ai queimaram todos os documentos que a gente tinha, todas as coisas, fecharam o DCE.[...]”

especialmente dirigidas para a construção e consolidação de uma independência de pensamento e ação.

Nesse sentido, alcança desde os estudantes de cursos em nível secundário até os que estão em cursos pós-secundários e cursos universitários articulados em torno de agremiações baseadas em cada escola ou universidade e se somando em centrais ou uniões estudantis em nível de estado e país. São estes estudantes, pelo número que representam, embora não exclusivamente caso se olhe para a atuação em política estudantil dos pós-graduandos, os que mais procuram dar visibilidade social aos seus anseios e preocupações. (SOUZA, 1998, p.1).

Concordamos com Souza entendendo o movimento estudantil como expressão de diversas iniciativas, porém ampliamos esse entendimento dizendo que em muitos casos esse movimento perpassa a fronteira do universo estudantil compondo lutas sociais com outros movimentos. Exemplo é a participação do movimento estudantil articulando ações junto aos outros sujeitos da sociedade civil na luta pela democracia, no período de ditadura militar no Brasil.

Partindo dessas considerações encontramos na obra de Gohn que:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN, 2008a, p.14).

Esta pesquisa dialoga com a proposta de análise dos movimentos sociais desenvolvida por Gohn (2008), a autora sistematiza elementos constitutivos de Movimentos Sociais que nos instrumentalizam para analisar também o Movimento Estudantil. Os elementos que delimitamos para a presente pesquisa foram²: **ideologias, demandas, articulações, bases e lideranças, opositores, práticas e participação** que compõem o ME-UEPG³.

Sobre cada um dos elementos e segundo Gohn (2008), temos:

As **ideologias** “correspondem ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações.” Essas reivindicações surgem a partir das diferentes demandas que os movimentos incorporam.

² Ao longo deste trabalho identificaremos estes elementos, destacando-os em negrito, já as falas dos sujeitos de pesquisa, aparecerão com em fonte *Times New Roman* e em itálico.

³ Nas diferentes fases do ME nacional e da UEPG, aparecem com mais ênfase ora uma categoria, ora outra, portanto não conseguimos, identificar todos esses elementos uniformemente, mas estes foram resgatados a partir de como se expressaram nas falas dos sujeitos.

As **demandas**, na maioria das vezes, para os movimentos sociais, são as “necessidades simbólicas” como a luta pela liberdade e anistia, por exemplo.

Nas diferentes conjunturas vamos percebendo que a formação dos grupos que integram o movimento estudantil, vão se diversificando e se **articulando**, interna e externamente, com outros atores sociais que influenciam diretamente na configuração de suas **bases e lideranças**. Essa organização se faz necessária para os enfrentamentos que os movimentos vão realizando ao longo do processo. As conjunturas definem também qual a força **opositora** do movimento, que nem sempre pode ser entendida como “inimigo” dos movimentos, mas como “sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado”.

As **práticas** que os movimentos adotam configuram também o tipo de **participação** empreendido nas diferentes épocas:

As práticas organizadas podem ser formais: reuniões, assembléias, petições burocráticas, abaixo-assinados, [...], greves para discussões políticas ou socioculturais; ou podem ser informais: acampamentos, teatro ou encenação, passeata-relâmpago, [...], ocupação[...] (GOHN, 2008b, p.260).

Buscamos complementar nosso entendimento sobre participação em Carvalho (1998) que se aproxima de Gohn e também de nosso entendimento sobre participação. Ambas entendem os movimentos sociais como formas de **participação**, portanto:

Mesmo reprimida como “caso de polícia”, ocupando apenas páginas policiais, a participação popular sempre existiu, desde que existem grupos sociais excluídos que se manifestam e demandam ações ou políticas governamentais. Nesta perspectiva, todas as mobilizações e movimentos sociais são formas de participação popular, que se diferenciam segundo as questões reivindicadas, segundo as formas possíveis, definidas tanto pelos usos e costumes de cada época, pela experiência histórica e política dos atores protagonistas, assim como pela maior ou menor abertura dos governantes ao diálogo e à negociação. (CARVALHO, 1998, p.8).

No entanto, ao longo da história existem diferentes tipos de participação destacamos, porém, dois tipos: o primeiro é o tipo de “**participação tutelada**” (FÁVERO, __, p.11), planejada em ações do governo e imposta de cima para baixo, que têm destaque até a metade dos anos 70; o segundo é a “**participação cidadã**” que se baliza pelos ideais de democracia elaborados pelo próprio povo e que ganha força, no final da década de 70 até a abertura política do país (GOHN, 2004, p.143).

Este tipo de participação preconiza a crítica dos sujeitos que participam. Ou seja, desde o planejamento, execução e usufruto das ações que são empreendidas nas lutas por determinadas reivindicações esses sujeitos são parte fundamental para que elas ocorram.

Dentro do contexto do Movimento Estudantil, e MS de maneira geral, é possível visualizar o processo de conquistas e lutas que processualmente vai transformando a participação de “oferta” (CARVALHO, 1998, p.19) como tutela do Estado em uma participação democrática e cidadã, ligada aos interesses da população, à medida que os MS vão conquistando espaços. Portanto a participação “é a lente que possibilita um olhar ampliado para a História”. (GOHN, 2001, p.13). Portanto, é através da participação de um sujeito ao longo da história, que se faz possível compreender como este processo histórico se desenvolveu, especialmente pela ausência ou não de sujeitos na “construção” das direções dessa história.

A partir desses pressupostos, temos como objeto de pesquisa, o processo Histórico do Movimento Estudantil no período de 1969 a 2009 na Universidade Estadual de Ponta Grossa na perspectiva dos sujeitos representativos neste processo.

Para tanto nos propusemos também, compreender teoricamente a categoria Movimentos Sociais e especificamente o Movimento Estudantil; estudar o processo histórico do movimento estudantil nacional e local tencionando com as conjunturas que perpassam o processo, através dos depoimentos dos sujeitos representativos do ME-UEPG, de revisão bibliográfica e pesquisa documental (nos jornais da cidade principalmente nas primeiras décadas de estudo).

Nas primeiras aproximações com o tema de pesquisa percebemos que encontraríamos poucas informações documentais que ajudassem no processo exploratório inicial da pesquisa. Somente com o estudo exploratório poderíamos definir melhor o recorte temporal, bem como, a delimitação do objeto de pesquisa.

Optamos em abordar o tema processo histórico do movimento estudantil na UEPG com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa, pois esta:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar

sobre o eu faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO org., 2008, p.21).

A pesquisa qualitativa nos permite trabalhar com os depoimentos dos sujeitos representativos, colhidos através de entrevista aberta ou “não-diretiva”, articulado com a conjuntura do país bem como com a análise teórica crítica desse processo histórico, a qual nos possibilitou recompor o um pedaço da história do movimento estudantil.

Mesmo diante da identificação de que não havia um registro⁴ documental do processo histórico vivido pelo ME na UEPG, definimos que a melhor opção seria trabalhar com a pesquisa qualitativa, pois pensamos em todo o momento em aliar a escolha de instrumentos e recursos que proporcionassem um trabalho de análise crítica suficiente para dar conta da investigação sobre o tema:

O primeiro estágio da pesquisa qualitativa crítica é a construção de registros primários de dados monológicos. O pesquisador realiza observações naturalistas. Um registro primário é feito a partir de anotações, de gravações, inclusive de vídeo. Envolve também o registro de notas de campo e diários. (MAINARDES, 2009, p.118).

Na fase do estudo exploratório passamos a ter contato com algumas pessoas que vivenciaram o ME-UEPG direta ou indiretamente. Recorremos a elas para levantar elementos que nos ajudassem a traçar um caminho mais viável para definição da caminhada de pesquisa.

A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo. É o tempo dedicado – e que merece empenho e investimento – a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, a colocar hipóteses ou alguns pressupostos para seu encaminhamento, a escolher e a descrever os instrumentos de operacionalização do trabalho, a pensar o cronograma de ação e a fazer os procedimentos exploratórios para a escolha do espaço e da amostra qualitativa. (MINAYO, 2008, p. 26).

O recorte temporal desse trabalho inicia em 1969, quando as antigas faculdades se unem e é criada a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

⁴ Em contato com a atual direção do Diretório Central de Estudantes-UEPG verificamos que os registros de atas e demais documentações das primeiras organizações dos estudantes na Universidade foram se perdendo ao longo das gestões.

Essa escolha se justifica pelo fato de que a junção das faculdades⁵, não exclusividade de Ponta Grossa, evidencia um momento histórico importante na política educacional no país.

Ainda no estudo exploratório, fomos percebendo que muitos nomes de indivíduos, de instituições e muitos fatos relatados se repetiam, pudemos selecionar assim, quais seriam as primeiras pessoas que participariam desse estudo⁶.

Utilizamos como recurso de apoio para os critérios de seleção dos sujeitos a técnica chamada “bola de neve”, na qual:

[...] técnica de cadeias ou de bola-de-neve (**snowball**), em que os primeiros entrevistados de cada cadeia indicaram outros, que por sua vez indicaram outros e assim por diante, possibilitando ao pesquisador a imersão em seu círculo social. (SANCHEZ, OLIVEIRA, RIBEIRO, NAPPO, 2010, p.701).

Por esse caminho foi sendo determinada a seguinte amostra de pesquisa: sujeitos que se mostraram (por meio dos depoimentos da fase exploratória) representativos do processo histórico do Movimento Estudantil na UEPG⁷:

PERFIL DOS SUJEITOS ⁸		
ANO	NOME/APELIDO (CURSO)	INFORMAÇÕES
1969	Joani Teixeira ⁹ (História)	> Presidente do DCE quando houve a criação da UEPG. > Atualmente é aposentado vive em Campo Mourão, onde lecionou após o término do curso na UEPG.
1976	José Ruiten/ Ruiten (Ciências Biológicas/ Direito)	> Apesar de ter ingressado na universidade em 1971 não conclui o curso. Retorna em 1976 quando inicia sua participação no ME. > Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Educação, tendo sido militar na época em que ingressou na universidade.

⁵ A união das diversas faculdades no país faziam parte das ações do Projeto de Reforma Universitária proposto pelo governo, que será melhor abordada no primeiro capítulo desta pesquisa.

⁶ Todas essas informações foram sendo registradas no diário de pesquisa a fim de organizar os dados coletados.

⁷ Consideramos sujeitos representativos aqueles sujeitos que participaram do processo histórico do movimento estudantil na UEPG; quer seja na composição da organização formal (DCE, CAs e Conselhos Representativos por exemplo) ou na informal (contribuindo nas discussões, nas atividades e ações do ME-UEPG).

⁸ Todos os sujeitos autorizaram a utilização do material coletado nas entrevistas, bem como a utilização de seus nomes conforme o modelo de “Cessão gratuita de direitos de depoimento oral” em anexo.

⁹ Joani Teixeira foi o único participante desta pesquisa, que nos enviou um relato de sua participação via e-mail, portanto este estará em anexo e não nos apêndices da pesquisa. Por correspondência, ele nos mandou uma série de documentos relacionados a sua participação no DJPX que anexaremos juntamente com seu relato.

ANO	NOME/APELIDO (CURSO)	INFORMAÇÕES
1976	Antônio José Camargo/Camargo (Engenharia)	>Participou do grupo que compôs a 1ª chapa que se declarou oposição às antigas gestões de DCE > Atualmente é professor no Dep. de Física da UEPG, tendo participado da antiga Associação de Professores hoje SINTESPO
1977	Valmir de Santi (Farmácia)	>Destaca a participação no grupo de jovens da PU como parte de sua formação. Atua no mesmo grupo que Camargo. > Atualmente é professor adjunto na UEPG.
1980	Josiane Wambier (Serviço Social)	> Inicia sua participação no grupo de jovens da PU e com as correntes de esquerda do ME nacional. >Atualmente é professora da UEPG no curso de Serviço Social
1980	Julio Cesar Moreira Francisquini/Juca Francisquini (Psicologia- UFPR/Matemática)	>Inicia sua participação no DCE-UFPR, quando cursava psicologia. Retorna à UEPG onde compõe um grupo que vence as eleições do DCE-UEPG na primeira metade de 80. >Atualmente é radialista, tendo saído candidato nas eleições municipais em algumas oportunidades.
1982	Marcos Fontinelli/Black (Farmácia/Odontologia/ Direito)	>Participava dos grupos de teatro da época, inicia por meio deles sua participação no ME-UEPG. >Atualmente presta acessória ao PT.
1982	Gabriel Kravchychyn (Ciências- Paranaguá/Economia)	>Ingressou na UEPG como funcionário e começou a fazer seu 2º curso de graduação, nesse período foi chamado a participar de uma chapa para o DCE. >Atualmente auxilia de maneira informal um estabelecimento de comércio de um familiar.
1990	Silvana de Oliveira (Comunicação Social / Letras)	>Ingressou na UEPG em 89 no curso de jornalismo tendo cursado apenas dois semestres. Iniciou no curso de Letras em 90, e por trabalhar no SINTESPO passa a se aproximar do ME-UEPG. >Atualmente é professora no curso de Letras na UEPG.
2002	Rodrigo Rossi (Geografia)	>Iniciou sua participação política no movimento secundarista, no ME-UEPG participou do CA de geografia e na coordenação geral do DCE. >Atualmente participa de atividades de pesquisa.
2003	Joel de Oliveira (História/Direito)	>Iniciou sua vida acadêmica no curso de História. Sua aproximação com o ME-UEPG se deu, ainda como secundarista, participando das reuniões do DCE e mobilizações. >Atualmente é acadêmico do curso de Direito na UEPG.

QUADRO 1 – Perfil dos Sujeitos

Notas: Dados coletados na pesquisa empírica e trabalhados pela autora

Esta pesquisa conta com 11 sujeitos, sendo duas do sexo feminino e nove do sexo masculino. Quatro sujeitos relatam o início de sua participação política em data

anterior à entrada na UEPG. Todos os sujeitos acima apresentados foram sendo selecionados através da metodologia “bola de neve”. Nos depoimentos destes sujeitos apareceram outros nomes que seriam também selecionáveis como amostra, porém, após contato com alguns desses nomes não obtivemos retorno para assim, compor esta amostra. Este fato ocasionou uma lacuna de sujeitos referenciais ao período referente à segunda metade das décadas de 80 e 90.

Percebemos que essa aproximação com os sujeitos através de entrevista “não-diretiva” (THIOLLENT, 1981, p.85), seria muito rica em detalhes e que deveríamos absorver das falas o máximo de elementos possíveis, para recompor o processo do ME na UEPG.

A entrevista “não-diretiva” é uma modalidade de entrevista aberta¹⁰ que:

[...] contrariamente à entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: “é o entrevistado que detém a atitude de exploração”. A partir da instrução (consigne) transmitida pelo pesquisador, por exemplo: “Pode me dizer o que a política e os partidos políticos representam para você?”, o entrevistado define como quiser o “campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação pré-determinada. (THIOLLENT, 1981, p.85).

A estrutura deste trabalho está organizada a partir das décadas que marcaram a emergência, estruturação e desenvolvimento do ME na UEPG¹¹.

Tal organização foi necessária para categorizar o processo vivenciado pelo ME na UEPG, a descrição e análise do processo foram elaboradas articulando a fala dos sujeitos com aspectos da conjuntura nacional e local que incidiram diretamente na configuração do processo histórico. O trabalho ficou organizado em dois capítulos.

No *primeiro capítulo* nos propusemos a fazer algumas considerações sobre o movimento estudantil no Brasil e no Paraná primeiramente identificando concepções que permeavam o tema e em seguida, aproximando o contexto do estado com as lutas nacionais que antecederam o período estudado.

¹⁰Optamos por gravar (áudio) o depoimento dos sujeitos representativos sobre sua vivência no ME-UEPG e transcrever.

¹¹ Pelo recurso “bola de neve” e pela cadeia de indicações dos sujeitos, as entrevistas foram sendo realizadas a medida que esses sujeitos foram surgindo nas falas, não seguindo uma ordem cronológica dos períodos que marcaram o ME-UEPG. Lembramos também que esse critério de seleção de sujeitos não contempla na totalidade todas os grupos que participaram do ME-UEPG. Fato que contribuiu, indiretamente com a viabilidade desta pesquisa, ao passo que se nossos critérios contemplassem todos os grupos de estudantes não haveria tempo suficiente para conclusão da pesquisa no curso de mestrado.

O *capítulo II*, “O Processo Histórico do Movimento Estudantil na UEPG: Conjunturas e Características” foi subdividido em *três partes*. Na *primeira*, voltamos nosso olhar, para a conjuntura nacional e local na qual estava inserida a criação da UEPG e conseqüentemente como se caracterizavam as práticas que demarcaram a organização inicial e a latência do ME na UEPG (1969 - 1979). A *segunda* parte descreve o processo vivido pelos movimentos sociais na luta pela democracia, bem como qual era a participação do ME na conjuntura (1980 - 1999) buscando articular aspectos do ME nacional com o desenvolvimento do ME-UEPG. A última década de análise se localiza na *terceira* parte deste capítulo no qual destacamos os desafios contemporâneos do ME nacional e local, explicitando os elementos que marcaram esta década.

Ao final do segundo capítulo elaboramos um quadro síntese da pesquisa que busca destacar, através das décadas, os principais elementos da conjuntura e da formação do ME-UEPG.

CAPITULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL E NO PARANÁ

*“A nossa natureza está no movimento, o repouso completo é a morte.”
(Pascal).*

1.1 Concepções e Considerações que Incidem sobre Movimento Estudantil no Brasil

Para compreendermos o processo do Movimento Estudantil da UEPG (ME-UEPG), faz-se necessária uma sistematização inicial das principais concepções sobre Movimento Estudantil, a fim de que ela nos subsidie na análise do objeto específico desta pesquisa. Porém, ressaltamos que esta parte inicial não esgota os elementos que compõe o estudo. Durante o desenvolvimento do trabalho estarão presentes as concepções vinculadas às conjunturas que constituem o mesmo.

Partindo de ferramentas de busca na internet, mais utilizadas atualmente, digitando “Movimento Estudantil” muitas concepções em forma de textos ou artigos nos trazem uma infinidade de assuntos relacionados ao tema.

Montamos no início de nossa pesquisa de dissertação um arquivo com algumas concepções e fontes sobre o Movimento Estudantil, partindo do senso comum (textos não científicos) indo até o banco de dados de sites de busca de trabalhos acadêmicos.

Segundo a Wikipédia¹²:

O **movimento estudantil** é um [movimento social](#) da área da [educação](#), no qual os sujeitos são os próprios estudantes. Caracteriza-se por ser um movimento [policlassista](#) e constantemente renovado - já que o corpo discente se renova periodicamente nas instituições de ensino. (WIKIPÉDIA, 2010).

Essa concepção objetiva, que traz a Wikipédia, é um dos primeiros resultados dos sites relacionados na busca pela temática, insere o movimento estudantil no contexto dos movimentos sociais localizando como principal espaço de atuação a área da educação e destacando a renovação dos sujeitos que participam de sua

¹²Endereço eletrônico: http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_estudantil

composição. Traz elementos importantes para a socialização de uma concepção sobre o que é ME, porém insuficientes para um estudo científico.

Indo além dessa perspectiva, outra concepção que encontramos foi um fragmento de texto explicativo do Centro de Ciências da Educação FAED-UDESC¹³ que traz:

O movimento estudantil, embora não seja considerado um movimento popular, dada a origem dos sujeitos envolvidos, que, nos primórdios desse movimento, pertenciam, em sua maioria, a chamada classe pequeno burguesa, é um movimento de caráter social e de massa. É a expressão política das tensões que permeiam o sistema dependente como um todo e não apenas a expressão ideológica de uma classe ou visão de mundo. Em 1967, no Brasil, sob a conjuntura da ditadura militar, esse movimento inicia um processo de reorganização, como a única força não institucionalizada de oposição política. A história mostra como esse movimento constitui força auxiliar do processo de transformação social ao polarizar as tensões que se desencadearam no núcleo do sistema dependente. O movimento estudantil é o produto social e a expressão política das tensões latentes e difusas na sociedade. Sua ação histórica e sociológica tem sido a de absorver e radicalizar tais tensões. Sua grande capacidade de organização e arregimentação foi capaz de colocar cem mil pessoas na rua, quando da passeata dos cem mil, em 1968. Ademais, a histórica resistência da União Nacional dos Estudantes (UNE), como entidade representativa dos estudantes, é exemplar. (CCE-UDESC, 2010).

Ambas as concepções apontam o movimento estudantil como um movimento social. A segunda referência destaca o movimento como sendo o “produto social e a expressão política” dos conflitos que emergem da sociedade. Um exemplo de **articulação** do movimento estudantil com a conjuntura social no país foi às lutas sócio-políticas na década de 60, frente ao regime ditatorial. Tais resistências e enfrentamentos contribuem paralelamente para a organização dos movimentos sociais enfrentando a opressão do regime e também para a própria organização do movimento estudantil, o qual ganhou grande destaque durante esse período.

A atuação dos estudantes nas décadas de 60 e 70 é, na maioria dos trabalhos sobre a temática, o ponto inicial e de destaque para explicação “do que é” o movimento estudantil.

No terceiro site relacionado na busca nos direciona para a página de educação do portal UOL que traz um texto assinado pelo cientista social Renato Cancian intitulado “Movimento Estudantil: o foco da resistência ao regime militar”.

O texto informativo traz no primeiro parágrafo:

¹³ Endereço eletrônico: <http://www.cce.udesc.br/cab/oqueeomovimentoestudantil.htm>

Nas décadas de 60 e 70, o **movimento estudantil** universitário brasileiro se transformou num importante foco de mobilização social. Sua força adveio da capacidade de mobilizar expressivos contingentes de estudantes para participarem ativamente da vida política do país. (CANCIAN, 2010).

O movimento estudantil brasileiro é organizado principalmente pelas entidades representativas de estudantes, porém sua organização e atuação não se resumem exclusivamente nessas entidades, existem também outras formas de organização que se relacionavam com o ME ao longo das conjunturas como as Pastorais Universitárias, as Atléticas de Cursos, os Fóruns, entre outros.

As principais entidades representativas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), as UEEs (União Estadual de Estudantes) e os próprios Diretórios e Centros Acadêmicos de cursos das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, caracterizam-se como principais organizações que compõe o movimento.

A origem da UNE, por exemplo, é datada de 1937 segundo site oficial da entidade¹⁴:

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o que já havia sido tentado diversas vezes sem sucesso: a unificação dos estudantes na criação de uma entidade máxima e legítima. Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. (UNE, 2010).

A história dessa entidade, que é principal entidade estudantil brasileira configura, de certa forma, a face formal da organização do movimento estudantil nacional. Essa organização - seja ela formal ou informal - própria dos movimentos é importante para a efetivação das práticas desses movimentos sociais, nesse caso o estudantil.

A organização de um movimento pode ser formal ou informal. Usualmente, nas etapas iniciais, existe uma organização informal. Com o tempo a necessidade de formalização se impõe, com o estabelecimento de funções, divisões de tarefas, cargos, tempos de mandato etc. (GOHN, 2008b, p.259).

No caso do movimento estudantil no Brasil, é possível visualizar as duas formas de organização, existem períodos onde a entidade representativa UNE tem seus direitos tolhidos pela ditadura, como em 1964:

¹⁴ Endereço eletrônico: <http://www.une.org.br/>

A partir do golpe de 1964, tem início o regime militar e a história da UNE se confunde ainda de forma mais dramática com a do Brasil. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes. A sede da UNE na praia do Flamengo foi invadida, saqueada e queimada no dia 1º de Abril. O regime militar retirou a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. As universidades eram vigiadas, intelectuais e artistas reprimidos, o Brasil escurecia. (UNE, 2010).

Essa ilegalidade, referida na citação acima pressupõe essa organização informal do movimento estudantil, a qual cria estratégias de resistência formando, por exemplo, os grupos revolucionários¹⁵ que marcam de maneira significativa a segunda metade da década de 60 e início da década de 70.

Sobre a organização do movimento Gohn conclui dizendo que:

A organização – vista como estrutura de suporte – e os significados culturais - simbólicos construídos pelo movimento são elementos-chave para se captar as mudanças socioculturais e políticas que os movimentos geram ou de que participam como atores fundamentais. (GOHN, 2008b, p.260).

Principalmente na conjuntura dos anos 60 - em que a organização formal do movimento estudantil (UNE) perde sua representatividade legal - é que a organização informal vem à tona e põe a prova a **força articulatória interna e externa** do ME brasileiro aliando-se com os outros movimentos sociais bem como as organizações que atuavam na ilegalidade.

Até o início dos anos 60, e por consequência da conjuntura social, o Brasil sofre uma série de propostas reformistas, que evidenciavam a **ideologia** desenvolvimentista cujas ações se apresentavam como estratégias que reforçavam ainda mais as condições de vida da população em nome de uma oca “transformação” social. A educação era vista como uma das áreas centrais dessas ações.

A formação do pensamento estrutural escolar brasileiro, porém, não se desvinculava do contexto social e prosseguia como reflexo de uma época que se estabelece como industrial, comercial, exportadora e desenvolvimentista. (VALE PRESTES, SANTOS, 2006, p.143).

¹⁵ Movimento ‘ilustrado’ no filme O que é isso companheiro? Adaptação do livro de mesmo título de Fernando Gabeira. O filme caracteriza uma das ações mais destacadas dos grupos revolucionários.

Uma das bandeiras mais antigas, e ao mesmo tempo atual, do movimento estudantil brasileiro são as propostas relacionadas reforma universitária que tem seu início datado dessa primeira metade da década de 60 e advindo desse mesmo pacote de reformas desenvolvimentistas.

Assim Jango tomou posse, com poderes diminuídos, a sete de setembro de 1961.

Atores ligados aos aspectos sociais nacionais haveriam de influenciar fortemente o governo de Jango. As Ligas Camponesas, os estudantes, através da UNE, a Igreja Católica e o Movimento Operário, desempenhariam importantes papéis no cenário nacional.

Jango lançou as chamadas Reformas de Base, reformas sociopolíticas (entre elas a reforma agrária), engendradas pelo grupo articulador do governo. Para as classes dominantes as Reformas de Bases tinham nítido caráter socialista. (MARTIN, 2006, p.19).

A reforma universitária vem ao encontro da ânsia pela efetivação das mudanças da legislação educacional aprovada em 1961. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LBD/1961) provoca o debate da sociedade e nesse contexto o movimento estudantil encampa as discussões sobre a efetividade dessas propostas e se torna um dos principais sujeitos, por meio da UNE, na inserção de pautas e na **articulação** de ações abordando questões mais abrangentes da educação no país.

Nesse contexto, a participação do movimento estudantil se dá de forma muito densa, o que torna difícil analisar a história do movimento da Reforma Universitária no Brasil sem que seja levada em conta essa participação. Dos seminários e de suas propostas, fica evidente a posição dos estudantes, através da UNE, de combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias. Nesses seminários são discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; c) adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos.

Os seminários da UNE sobre a Reforma Universitária no início dos anos 60, de modo geral, colocam sempre o problema da universidade articulado com as reformas de base e questões políticas mais globais. (FAVERO, 2006, p.29).

Apesar dos importantes avanços que previa a LBD/61 bem como a Reforma Universitária o que se viu a partir daquele momento foi o distanciamento dos estudantes desses diálogos.

Na década de sessenta, ainda em nome do desenvolvimento nacional a área da educação se torna o mote da inserção das **ideologias desenvolvimentistas**.

No Brasil, durante os anos de 1950/1960, a mobilização em torno da modernização do país, para uns, e, para outros, a superação da situação de dependência econômica e a busca de emancipação social orientaram um conjunto de ações no âmbito do debate intelectual e da formulação de projetos de reorientação das políticas de Estado, que visavam à articulação entre industrialização, desenvolvimento científico e renovação educacional. Nesse contexto, a ideologia desenvolvimentista que pontuou o debate sobre a reestruturação econômica, política e social do país ao longo dessas duas décadas constituiu-se em um solo fértil para a retomada e a expansão do ideário da Escola Nova, e particularmente do pragmatismo deweyano entre os educadores brasileiros. (MENDONÇA et al., 2006, p.98).

O ideário desenvolvimentista e modernizador era nutrido e camuflado pela volta do pensamento da chamada Nova Escola¹⁶ que propunha uma transformação no cotidiano escolar, visando proporcionar ao aluno experiências práticas para aquisição do conhecimento. Essa **ideologia** da modernização se apropria, de maneira estratégica, para traçar os novos horizontes da política educacional brasileira.

No Brasil – do Império, da República Velha, da Era Vargas, e até 1961 –, persistiu a dualidade no Ensino Secundário de Segundo Ciclo, hoje Ensino Médio. De um lado, ensino de caráter propedêutico, voltado para as minorias da elite; de outro lado, ensino profissional, pois o Brasil se preparava para acompanhar os rumos da revolução industrial. Foram definidas as “Leis Orgânicas do Ensino Profissional”, propiciando grandes eventos como a criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) –, e a criação do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946). [...] ficava claro que o objetivo do ensino secundário e ensino normal seria o de formar as elites condutoras do País; e o objetivo do ensino profissional seria a formação adequada dos filhos dos operários, dos desvalidos da sorte e dos menos afortunados. Mas, o ensino se voltava a dar conteúdos mínimos para as classes populares, sem lhes permitir acesso ao Ensino Superior. (VALE,PRESTES,SANTOS, 2006, p.12).

O marco diferencial da LDB/61 foi que diferentemente das legislações anteriores, a participação e o debate dos setores da sociedade civil bem como dos movimentos sociais na área da educação teve um maior destaque.

O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então, vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB). Instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por

¹⁶ Sobre a Escola Nova e o ideário do escolanovismo recomendamos: Escola e Democracia de Demerval Saviani (1999).

sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30. (FAVERO, 2006, p.29).

Muito da **ideologia** do movimento estudantil brasileiro, é a síntese do conjunto de utopias próprias de cada conjuntura política. Essa conjuntura também sofre influência das transformações no mundo.

Nessa pesquisa, apesar de abordarmos o movimento estudantil mais especificamente em Ponta Grossa - PR e no Brasil, não podemos negar que as práticas desse movimento recebem influências das experiências de outros países.

O ME no Brasil não está sob orientação externa – como afirmará enfaticamente a ditadura -, mas não podemos, contudo, desconsiderar as inspirações provenientes da conjuntura internacional que, por coincidir com situações vivenciadas pela política brasileira, não significarão apenas a simples importação de idéias. A opção dos estudantes, em 68, pela violência revolucionária remete à retomada das grandes teorias anticapitalistas emersas no século XIX, principalmente a marxista. A destruição do “sistema capitalista violento e injusto” só pode ocorrer com a utilização da violência, “arma fundamental para que tenha fim toda sorte de violências”. As formas de luta adotadas pelo ME, no entanto, articula-se com as experiências e proposições revolucionárias internacionais, em especial o guevarismo e o maoísmo, táticas de luta que rechaçam o reformismo dos PCs. (VALLE, 1999, p.21).

As práticas revolucionárias adotadas pelo movimento estudantil no Brasil no período ditatorial também são respostas ativas do projeto sociopolítico adotado pelo movimento para enfrentar a força opositora. Essa resposta é dada por meio de ações que revelam que natureza de movimento está sendo evidenciado naquele momento.

Na segunda metade da década de 60 e início de 70 o ME brasileiro se configura, por meio de suas ações, **ideologias** e forças, em um movimento revolucionário no qual o projeto de sociedade deveria sofrer rupturas e não apenas reformas.

Sobre essa relação entre configuração de movimento e princípios ideológicos adotados pelos movimentos sociais Hobsbawm esclarece:

O principio é bastante claro. Os reformistas aceitam a estrutura geral de uma instituição ou disposição social, mas a consideram possível de melhoria ou, quando abusos nela se infiltram, de reforma. Os revolucionários insistem em que deve ser fundamentalmente transformada, ou substituída. (HOBBSAWM, 1970, p.20).

A partir desta sistematização, chegamos à concepção teórica de movimento social, a qual se estende à de movimento estudantil. Esse ponto de vista nos balizara em categorias de análise que julgamos suportes para entender o movimento estudantil em Ponta Grossa-Pr.

A realidade do movimento estudantil em particular pode assumir diferentes características, que por vezes o coloca num patamar de movimento popular e que por outras, o condiciona a ser entendido como um movimento de “elites” funcional e essencialmente organizacional. Essas características são condicionadas pela conjuntura e pelas opções feitas pelos sujeitos que compõem esse movimento.

Portanto segundo Mesquita:

Analisar o movimento estudantil é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes. (MESQUITA, 2003, p.120).

A partir dessas concepções, entendemos que no Brasil o movimento estudantil é um movimento social que ganha destaque a partir das lutas iniciadas na década de 60 na qual a principal característica desse conjunto de sujeitos, **ideologias**, forças, ações e organização assumem um projeto sócio-político de transformação social e ruptura com a ordem ditatorial. O conjunto de ideologias, demandas, articulações, opositores, bases e lideranças, práticas/participação também se tornam as categorias de análise que buscaremos evidenciar ao longo das décadas.

1.2 Contextualizando o Movimento Estudantil no Paraná

Após dois anos da fundação da União Nacional dos Estudantes - UNE, é fundada a primeira entidade representativa de estudantes no Paraná, em 1939 a então chamada União Estadual de Estudantes do Paraná (U.E.E. do Paraná), que anos depois, passa a ser conhecida como UPE-União Paranaense de Estudantes.

No dia 16 de setembro de 1939 é fundada a U.E.E. (União Estadual dos Estudantes) do Paraná. A primeira diretoria foi composta por: Presidente: Raúl Bruel; Vice: Reinaldo Maciel; Secretários: Alcir Nacife, Lício Veloso, Enéas M. Queiroz; Tesoureiros: Alceu Grisólia, João S. da Rosa; Oradores: Pery Barreto e Dilermando, Bibliotecário: Carlos Osternack.

A UEE surgiu, com o compromisso de canalizar o debate sobre as questões da educação, servir de pólo aglutinador das lutas estudantis, e com a incumbência de fortalecer e ampliar a rede do movimento. Como faz até os dias de hoje. (UPE, 2009).

A atuação das Uniões Estaduais de Estudantes era, desde o principio, ligada a UNE e suas ações levavam até a discussão nacional as informações e **demandas** sobre o movimento estudantil por meio dos Congressos e encontros promovidos por essas entidades nos diferentes estados do país.

Com essa organização estadual a UNE conseguia ampliar os debates e aglutinar cada vez mais estudantes formando uma rede descentralizada que tinha alcance nos mais diversos estados, tornava-se uma das principais organizações representativas do Brasil atingindo o auge de seu reconhecimento nas lutas contra a ditadura em 1964.

As uniões estaduais promoviam também encontros regionais, que com o passar do tempo são formalizados em Congressos Estudantis, o Paraná organiza seu primeiro em 1943.

Desde a sua fundação até a gestão de 1942-43, as diretorias foram eleitas na realização de reunião. Em 1943 aconteceu o I Congresso, com o objetivo de discutir e deliberar sobre assuntos de interesse da UEE e também de eleger a nova diretoria. Esse mecanismo de eleição manteve-se até a extinção da entidade na época da ditadura. (UPE, 2009).

Representantes das escolas de ensino superior da região mandavam seus representantes para além de decidirem e elegerem a próxima gestão da União

também via nesses congressos espaços ricos de diálogo e debate sobre os assuntos que atingiam direta e indiretamente o cotidiano dos estudantes.

Esses espaços de debate aprofundavam os debates dos estudantes que não se restringiam aos assuntos do cotidiano universitário, assim como outros movimentos sociais encampavam lutas mais amplas como podemos notar na passagem a seguir o Paraná também compunha esse debate:

Já como UPE (União Paranaense dos Estudantes), sem sombra de dúvida um dos momentos mais importantes desses setenta anos, ocorreu no final da década 40 e início dos anos 50. Em 1947, aconteceram os primeiros passos, os primeiros momentos da campanha O PETRÓLEO É NOSSO, no Paraná.

Houve vários debates, palestras e publicações sobre o tema. Na revista Paraná Universitário e no jornal Flâmula, publicações da UPE, era possível acompanhar em todas as edições que circularam os artigos e o envolvimento da entidade na defesa da campanha. (UPE, 2009).

A UPE nas décadas que se seguiram até o final da década de 50 se empenhou na consolidação da representatividade do movimento estudantil paranaense, para que isso acontecesse suas ações também foram voltadas a conquista do espaço físico bem como algumas atividades de assistência estudantil.

No começo, a sede da entidade funcionava como local para a diretoria se reunir e deliberar sobre as questões da gestão. Com o passar do tempo, as diretorias perceberam que poderiam oferecer benefícios para os acadêmicos. Adotaram ainda na década de 40, a lógica de sede para prestação de serviços. Para isso, era preciso parceiros e necessitava de um espaço físico.

Viabilizaram uma sede com espaço adequado, programaram atendimento dentário, surgiu nesse período o R.U. - Restaurante Universitário da UPE, além outros serviços. Claramente nessa fase, o centro de ação da entidade era assistencial. (UPE, 2009).

O crescimento da participação dos estudantes também era uma meta da UPE, porém nem sempre isso era possível ou instantâneo, o processo de agregar mais estudantes para a participação nos congressos da UNE pressupunha um fortalecimento da **articulação** do movimento estudantil de base na região, além do enfrentamento das forças opressoras da ditadura.

A UPE – União Paranaense dos Estudantes, a exemplo da UNE, ia além de defender os interesses dos estudantes, estendendo sua ação em defesa dos trabalhadores. Seus membros também sofreram com a repressão, conforme relato do estudante Stênio Sales Jacob para Milton Heller.

Em 1966, no Congresso da UNE, em Belo Horizonte, o Paraná foi representado apenas por dois estudantes do Centro Acadêmico Hugo Simas da UFPR, Nilso Sguarezi e Vitório Sorotiuk. Porém, em 1967, no Congresso de Valinhos já participaram 16 estudantes paranaenses, o que demonstrou um crescimento do movimento estudantil no estado. (SCHMITT, 2007, p.7).

O aumento da participação dos estudantes se dá de maneira desigual ao longo dos tempos e aumenta à medida que os outros segmentos da sociedade também procuram por essa participação.

O gradual crescimento da participação nos anos 60 não se dá somente no Paraná, quase que em todos os estados os estudantes passam a freqüentar os espaços de diálogo sobre a situação do país.

Segundo Santana (2007):

De acordo com João Roberto Martins Filho, “no começo dos anos 60, uma politização até então desconhecida tomou conta do meio universitário brasileiro”. Isso porque, mesmo com a conquista de alguns avanços positivos no âmbito universitário, como o aumento das matrículas no ensino superior e o privilégio deste último em detrimento dos graus inferiores de ensino, os estudantes não se mostravam satisfeitos, mantendo uma atitude inquietante diante do contexto que se delineava no país. (SANTANA, 2007, p.22).

A **ideologia** do movimento estudantil no início dos anos 60 era bem acentuada e evidenciada na “parceria” que de certa forma ocorreu com vertentes de esquerda¹⁷ da sociedade civil.

Nessa época, já era perceptível a hegemonia de estudantes socialistas e comunistas no movimento. Também era nítida, a partir de 1961, a influência da Ação Popular (AP) no meio do estudantado. Surgida por volta de 1960 – momento de grande ebulição social -, de uma dissensão entre a Juventude Universitária Católica (JUC) e a hierarquia religiosa, a Ação Popular defendia a existência, no país, de um partido realmente revolucionário, cujas características deveriam ser: uma proposta ideológica verdadeiramente revolucionária; atuação e presença junto à

¹⁷ Utilizaremos o termo “esquerda” e “direita” por ser a maneira mais simples de elaborar o pensamento sobre os processos políticos tanto da conjuntura quanto ao que se refere ao nosso objeto de estudo. Porém compartilhamos do pensamento de Bobbio (2001), que diz: 1 “Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita ou esquerda. São exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, como veremos melhor a seguir, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda.

massa; participação efetiva de classes desfavorecidas no partido. (SANTANA, 2007, p.23).

Essa série de pautas que a AP defendia aliava e alimentava o discurso dos estudantes que percebiam que era o momento de unir forças para resistir às posturas reacionárias ainda muito presentes na época.

Essa **articulação** do movimento estudantil nacionalmente com setores de esquerda da sociedade evidencia também o que Gohn (2008b) chama de “princípios articulatórios externos” que cria uma rede de relações entre os movimentos que lutavam por uma transformação social efetiva no Brasil.

O princípio articulatório externo resulta das relações entre as diferentes redes de movimentos sociais. Historicamente, a Igreja, os partidos e sindicatos têm representado as fontes principais das relações de alianças com os movimentos populares em termos de assessorias. Eles são elos de mediação entre as duas estruturas: movimento e instituição externa. Elas desempenham o papel de interlocutores por excelência dos movimentos. (GOHN, 2008b, p.257).

O movimento estudantil da UEPG recebe essa influência mais acentuadamente a partir da segunda metade dos anos 70, como veremos posteriormente e ao longo do trabalho.

Fato é que nas grandes capitais iniciaram nos anos 60 as relações necessárias para alimentar ideologicamente e implementar as ações dos principais sujeitos sociais, que resistiram contra a ditadura militar e a opressão que se aprofunda em 64.

No Paraná também houve influência dos movimentos ligados à Igreja Católica e a organização estudantil UPE:

Embora tivesse militantes de base no movimento estudantil desde 1963, a AP - informam os relatórios da DOPS-PR - organizou-se no Paraná, de fato, em 1967, quando foi constituído o Comando Regional (CR)2, abrangendo o Paraná e Santa Catarina. A cronologia disposta pelos relatórios da DOPS menospreza a fase anterior à constituição do CR-2, em que se verificam importantes experiências.

A exemplo de sua trajetória nacional, um dos eixos de constituição da Ação Popular no Paraná foi a JUC, como afirma Paulo Gustavo Barros de Carvalho, um de seus fundadores. Tendo tido militância na Juventude Estudantil Católica quando residia no estado de São Paulo, Paulo Gustavo radicou-se no Paraná, em 1962, para estudar medicina na Universidade Federal local. (DIAS, 1999, p.65).

É possível verificar nos estudos de DIAS (1999) quão complexa era a estrutura de poder engendrada na aparente uniformidade da esquerda que era composta por integrantes do movimento estudantil, os partidos políticos e as duas vertentes das organizações da Igreja Católica.

A JDC (Juventude Democrata Cristã), por exemplo, tinha em âmbito nacional a característica de se alinhar com setores reacionários da Igreja Católica, e indiretamente se opunham aos grupos socialistas e comunistas da época segundo DIAS (1999). Nacionalmente a referida organização tinha pouca adesão, ficando com maior representatividade a Ação Popular.

Ainda segundo o autor um fato isolado na **articulação** dos setores de esquerda no Paraná foi a concordância em aliar-se à JDC num mesmo grupo em que também se encontrava a Ação Popular. Apesar da estranheza inicial provocada nessa **aliança**, um dos entrevistados nos estudos de DIAS (1999) relata que o fato é facilmente justificado e de simples compreensão:

No Paraná, a JDC era, no início dos anos 60, a força hegemônica do movimento estudantil. De seus quadros saíram alguns dirigentes e presidentes da União Paranaense dos Estudantes.

Para Oscar Alves, foi natural que a JDC se aproximasse da AP, dada a influência do cristianismo na origem e na linha política dessa organização. Paulo Gustavo, crítico da Democracia Cristã, considerava tal aproximação um fato de fácil compreensão. Não tendo forte representatividade nacional, a JDC teria de se ligar a setores organizados nacionalmente para exercer influência no movimento estudantil. Por causa da rivalidade existente, no início da década de 60, entre o PCB e a AP, a JDC, eivada de anticomunismo, inclinou-se para a última. Segundo a visão retrospectiva de Paulo Gustavo, a AP, além de ter raízes na Igreja Católica, também não estava isenta de certo grau de anticomunismo. (DIAS, 1999, p.65-66).

Como notamos na citação anterior a particularidade da aliança feita no Paraná soa como uma estratégia por parte da JDC com o objetivo de conseguir a partir da base (regional- Paraná) ganhar mais força em âmbito nacional.

Segundo Santana (2007):

O PCB – sigla que, até 1961, correspondeu a Partido Comunista do Brasil e, daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro – também tinha forte influência no movimento estudantil nesse período [...], o PCB havia assumido uma nova linha política, após discussões incansáveis [...] (SANTANA, 2007, p.24)

O PCB mudou de nome e além de estabelecer relações com os movimentos sociais também modificou sua maneira de conduzir as ações (**práticas**), depois de

muitos debates o partido propõe a revolução do Brasil que seria dividida em duas etapas: a primeira intitulada de “*revolução nacional*” onde a ordem democrática seria implantada; o segundo momento seria o da “*revolução socialista*”. Essa proposta era a materialização da **ideologia** contida no Sexto Congresso da Internacional Comunista como nos relata SANTANA (2007).

Apesar de existirem vários pontos comuns entre essas organizações, existiam desde o início diferenças que marcam as distintas **práticas** desses grupos ditos de esquerda.

A ideologia de um movimento corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações. [...]. As ideologias são marcos referenciais estratégicos fundamentais para criar a identidade dos movimentos. (GOHN, 2008b, p.258).

O que pudemos verificar tanto em SANTANA (2007) quanto em DIAS (1999) foi a tendência reformista do PCB sua ação provocava a crítica de setores mais revolucionários, pois o partido, de modo geral, se posicionava à favor das reformas. Ideologicamente soava aos ouvidos mais críticos como um posicionamento suspeito.

Na análise de Santana o PCB:

[...] se posicionava em favor do caminho pacífico da revolução, pois pensava que este se viabilizaria pelo cenário internacional favorável ao socialismo e pela aliança de forças de diferentes setores da sociedade. Entretanto, os militantes do partido lembravam que, apesar de acreditarem na concretização da revolução através da luta em prol da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura – também chamadas Reformas de Base -, uma reação poderia obrigá-los a um encaminhamento diferente, a luta armada. (SANTANA, 2007, p.24).

A flexibilidade a qual se colocava o PCB reforçava ainda mais as críticas, apesar disso o partido se mostra aberto a reformulações e diálogos, sendo um dos partidos que mais obtinha a adesão dos estudantes. Em desacordo com as propostas apresentadas pelo PCB alguns membros rompem com o partido e dão, em 1962, vida a uma nova alternativa partidária o PC do B ou Partido Comunista do Brasil.

O PC do B também se apresentava forte na adesão estudantil. Tanto o PCB quanto o PC do B apesar de dividirem um mesmo princípio de sociedade – o comunismo – algumas definições os diferenciavam e reforçavam ainda mais a justificativa de existência de dois partidos comunistas o país conforme explica

SANTANA (2007). Ainda segundo o autor, a principal diferença entre esses partidos era a proposta de romper com o pacifismo reformista do PCB e propor a ruptura do caminho pacifista de revolução através da violência revolucionária, tendência ideológica advinda do maoísmo.

Outros partidos também tencionavam junto à conjuntura da época, porém procuraremos nos deter aos que mais representatividade detinham na conjuntura da época bem como aqueles que foram os embriões dos atores sociais que transitam no recorte temporal de nossa pesquisa.

De forte importância nesse período no estado do Paraná, o Partido Democrata Cristão (PDC) dividia a cena com a Ação Popular e se alinhava aos pensamentos e **práticas** da JDC. Apesar de pontos em comum entre esses três sujeitos sociais, existiam grandes distinções que formavam duas forças distintas na análise de certos posicionamentos, como exemplifica Dias:

A análise dos documentos políticos permite identificar, pelo menos em termos de atuação conjuntural, alguns pontos de contato entre o programa do Partido Democrata Cristão e a perspectiva da AP: nacionalismo, estímulo à sindicalização rural, reforma agrária etc.. No plano estratégico, entretanto, as diferenças se explicitavam. A AP fazia, então, a crítica do capitalismo e da ditadura do proletariado, mas assumia na busca de caminhos próprios, uma perspectiva socialista, entendida como a implantação de um Estado de novo tipo e supressão da propriedade privada.

Já o Partido Democrata Cristão criticava, ao mesmo tempo, a concentração da propriedade privada e a sua supressão pelo "comunismo", preconizando uma terceira via baseada no humanismo cristão. Enfim, como reconheceu Oscar Alves e é sobejamente conhecido, a Democracia Cristã não tinha identidade anticapitalista, orientando-se pela defesa da propriedade privada e por reformas que humanizassem, de acordo com a doutrina social da Igreja, o capitalismo. (DIAS, 1999, p.66-67).

As grandes categorias contraditórias se distinguiram, e até hoje, distinguem as visões ideológicas dos partidos como o capitalismo X socialismo e o reformismo pacífico X as rupturas com propostas de um novo Estado não foram, sobretudo na época e nacionalmente, capazes de enfraquecer o movimento estudantil no Brasil de maneira geral.

Percebe-se, portanto, que os estudantes eram muito disputados por essas organizações de esquerda, embora fosse evidente a hegemonia da AP e do PCB nesse período. Mas, é importante ressaltar que apesar da coexistência de adeptos de várias ideologias, o movimento estudantil não teve sua atuação imobilizada, nem mesmo deixou de realizar manifestações expressivas nos anos que precederam o golpe de 64. (SANTANA, 2007, p.26).

Havia no movimento estudantil uma espécie de comprometimento com a causa maior e mais emergente onde esses diferentes grupos apesar de nem sempre alinhados ideologicamente, eram capazes de visualizar e atuar nessa aspiração comum a transformação social bem como a melhoria nas condições de vida e a luta pela liberdade.

Um exemplo, já citado, mas de fundamental importância no movimento estudantil, é a Reforma Universitária que aglutinava sempre os estudantes nos debates para a proposição de documentos e alternativas na composição da mesma. Essa adesão dos estudantes em torno do debate sobre a reforma Universitária tinha como consequência direta a discussão da sociedade brasileira como um todo.

A comunicação próxima entre a UNE e a UPE também foi evidenciada na ocasião em que o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado na capital do estado do Paraná. Desse seminário resultou a “Carta Paraná”¹⁸ que norteou os passos do movimento estudantil até o fatídico golpe em 64 segundo SANTANA (2007).

O cenário no Paraná nos anos que antecederam o golpe era o seguinte:

A influência da Ação Popular, considerados os dois setores, não ia muito além do movimento estudantil. O grupo ligado à JDC era mais influente, na medida em que vinha dirigindo a UPE (União Paranaense dos Estudantes) desde o início da década, condição que perdeu pouco antes do golpe de 1964 para setores de direita. Os setores oriundos da JUC, por sua vez, tinham militância em alguns diretórios estudantis da capital paranaense. No conjunto, a organização da AP era frágil. De um lado, estava radicada em Curitiba e não se irradiava para outros centros geográficos do estado. De outro, diferentemente do que ocorria em outros estados, não havia ramificação no movimento dos trabalhadores da cidade e do campo, embora o Paraná fosse palco, por exemplo, de intensa sindicalização rural nesse período, processo protagonizado pelo PCB. Ao todo, a organização tinha pouco mais de uma dezena de militantes. (DIAS, 1999, p.67-68).

Apesar da coesão das ações do movimento estudantil - tanto nacional quanto no Paraná - nos anos que precederam o Golpe de 64 -, foi inevitável o refluxo do MEB e o enfraquecimento dos MS em geral.

A repressão que se abateu sobre os movimentos sociais e as organizações de esquerda após o golpe de 64 contribuiu para que a AP paranaense sofresse um período de desarticulação.

¹⁸ Sobre todas as propostas contidas na “Carta Paraná”, indicamos os estudos de Santana (2007) início na página 29. Trabalho citado nas referências deste trabalho.

[...] Na verdade, não se pode dizer que a ação da repressão tenha desmantelado o movimento estudantil paranaense, na medida em que havia, mesmo antes do golpe militar, forte influência conservadora. O caso mais flagrante era a UPE, que já vinha sendo dirigida por estudantes simpáticos, para usar um eufemismo, às mudanças verificadas no comando do país. (DIAS, 1999, p.68).

A reconstrução das entidades, reconfiguração dos movimentos sociais bem como a resistência a ditadura militar, não foram de maneira alguma deixadas de lado pelos movimentos sociais e principalmente pelo movimento estudantil. O refluxo não significou a perda total da **articulação** dos estudantes e dos demais componentes dos movimentos sociais, apesar da repressão esses sujeitos passam a se organizar informalmente e na clandestinidade.

No próximo item discutiremos sobre as estratégias adotadas pelos movimentos sociais com destaque para o movimento estudantil nos anos que se seguiram e que coincidem com o processo de unificação das Faculdades em Ponta Grossa e criação da UEPG (1969), marco inicial de nosso objeto de pesquisa.

CAPITULO II

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UEPG: CONJUNTURAS E CARACTERÍSTICAS (1969-2009)

*“Nada É Impossível De Mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.”
(BRECHT).*

2.1 - Entre a Organização e a Latência do Movimento Estudantil - UEPG: alguns elementos constitutivos (1969 -1979)

Nesse item, apresentaremos aspectos da conjuntura nacional e local que marcaram o ano em que a Universidade Estadual de Ponta Grossa é criada. Buscaremos identificar quais eram as **ideologias** que marcaram o período e como estas se relacionavam com as **demandas** dos movimentos sociais em particular o movimento estudantil nacional bem como a repercussão e apresentação da primeira organização de estudantes da UEPG.

O recorte temporal, desse item, inicia no ano de 1969 com a criação da UEPG e passa pelos anos ferrenhos do regime ditatorial no contexto nacional, e início do esgotamento deste regime.

A primeira de uma série de “descobertas”, sobre as primeiras fases de organização do ME-UEPG, no início de nossa pesquisa empírica. Ao estudarmos teoricamente as conjunturas que cercavam o ano de 1969 e que interferiam diretamente no Movimento Estudantil na UEPG, percebemos que a repercussão das conquistas e ações do movimento estudantil nacional não chegava de maneira imediata em Ponta Grossa e elas se expressam de maneira mais ou menos forte, somente alguns anos após a repercussão das grandes capitais. Sobre essa

particularidade do tempo, encontramos um relato de Castells (2000) que exemplifica, de certa forma, essa nossa reflexão inicial:

De fato, em nosso mundo, a maioria das pessoas e lugares vivencia uma temporalidade diferente. Mencionei, por um lado, o enorme contraste entre as guerras instantâneas e a eliminação da guerra do horizonte de vida da maior parte das pessoas nos países dominantes e, por outro lado, a prática de eternas guerras diárias em lugares espalhados por todo o planeta. (CASTELLS, 2000, p.489).

Após o golpe militar de 1964 várias foram as formas de coerção apresentadas à sociedade em nome da liberdade e progresso, porém traziam no âmago de suas intenções políticas uma maneira de conter a população, mantendo o cotidiano da maioria dos brasileiros em um clima de “tudo se passa, como nada estivesse se passando”.

Nos bastidores a aparente calma escondia a intenção intrínseca de uma verdadeira “Operação Limpeza” segundo Santana:

[...] o primeiro governo ditatorial foi marcado por perseguições, prisões, torturas, cassações e expurgos, sendo adotados um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como “Operação Limpeza”, cujo objetivo era “limpar” todos aqueles que estiverem envolvidos com o governo Jango e que, de alguma forma, participavam de movimentos sociais ou partidos comunistas. (SANTANA, 2007, p.51).

Uma das estratégias que expressavam a **ideologia** que permeava as ações do governo militar era a Doutrina da Segurança Nacional que passa a elaborar instrumentos “institucionais” que colaborassem com a repressão.

A doutrina da Segurança Nacional foi consolidada a partir de abril de 1965, quando se sucederam várias operações e manifestações no sentido de reprimir qualquer ato que ameaçasse o poder instituído e a exploração imperialista que se instalava no Brasil. (SANTANA, 2007, p.52).

Todas essas ações tomadas pelos militares eram repassadas para a população como ações necessárias para a instalação e manutenção da ordem democrática no Brasil.

Chamado por alguns de Revolução¹⁹ de 1964 e por outros de Golpe Militar de 64 foi esse regime que instaura - quatro anos após o golpe - no país o Ato Institucional nº 5 o conhecido AI5.

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria". (SENADO, 1968).

O que podemos observar no texto acima são os propósitos dos Atos que foram sendo elaborados a partir de 64. Em nome da "ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana..." SENADO (1968) inicia nesse momento o cerceamento das liberdades e a repressão.

Todavia, o suposto sistema de idéias e valores sobre a democracia que a ditadura militar tentava construir não admitia nem mesmo uma forma de governo que viesse expressar uma luta entre os setores que compunham o grupo de poder. [...] A ditadura batalhava para construir sua aceitabilidade atestando que o regime em curso era sinônimo de governo do povo, não admitindo que aquele era um governo de elite e/ou de competição entre elites. (REZENDE, 2001, p.69-70).

A maioria da população acreditava que os militares eram os grandes responsáveis pelas benfeitorias conquistadas durante o regime. Porém, era "nítida" a distância do povo com a **participação** ativa na política nacional.

Eles se situavam na, fala dos militares, em um patamar diferente: o povo não tinha relação com a esfera política, mas sim com os condutores de um regime que estava buscando, segundo eles, disciplinar aquela esfera que nunca havia servido aos interesses da população. Isto era, sem dúvida, um elemento importante, por captar a subjetividade daqueles que sempre se sentiram excluídos do processo político. (REZENDE, 2001, p.83).

Diferentemente da relação de aparente calma com grande parte da população, o regime colecionava desapontamentos até mesmo de atores que no início apoiaram e contribuíram para o sucesso do mesmo: "A essa altura muitos que

¹⁹ O Golpe de 1964 também era conhecido entre alguns setores da sociedade, que simpatizavam com a ação dos militares, como Revolução Democrática de 1964.

haviam apoiado o golpe já se encontravam desiludidos com a repressão que se abateu sobre a sociedade.” (SANTANA, 2007, p.52).

Em Ponta Grossa no ano de 1969 (figura 1) a chamada Revolução de 1964 ainda era comemorada, com a presença de autoridades da época:



Figura 1: Jornal da Manhã. Ponta Grossa, 21 de março de 1969.

A imagem que os militares pretendiam passar a população, também era propagada e difundida pelos meios de comunicação, como podemos notar na figura 1. Em Ponta Grossa, mesmo passados cinco anos do golpe, ele ainda era ‘comemorado’ a exemplo da difusão do falso rótulo democrático que discutimos anteriormente.

Os movimentos sociais, em meados de 66, sofrem uma crise de ordem organizacional impostas pelas forças ditatoriais, contudo ainda existiam mecanismos de resistência utilizados pelos movimentos contra o regime:

O período de 1964-74 corresponde à fase de grande repressão na sociedade brasileira, imposta pelo regime militar. Mas, a despeito do grande controle social e político, das prisões, torturas e perseguições, ocorreram várias lutas de resistência e movimentos de protesto no país. Este período foi também de grande efervescência do movimento da esquerda no país. Motivadas para resistir ao avanço das forças capitalistas no país, dado pela aliança entre os militares, o capital estrangeiro, o empresariado nacional urbano e a nova tecnocracia que começava a se formar no país [...]. (GOHN, 2003, p.103).

A resistência dos grupos de esquerda que menciona Gohn, também continua no estado do Paraná a exemplo dos grandes centros. Como vimos no item anterior a

Ação Popular, os partidos políticos de esquerda (atuando na clandestinidade)²⁰ e a UPE, compunham o cenário de lutas no estado. Com o golpe de 64 a UPE que estava sendo dirigida por setores da direita, não sofreu perseguições nos anos que se seguiram. A oposição ao conservadorismo e a resistência ao regime militar no movimento estudantil do Paraná era feita pelos sujeitos ligados a Ação Popular, que se organizava com objetivo de ganhar força com mais adesão dos jovens para assim assumirem a direção da UPE. Até então a UPE seguia no descompasso do Movimento Estudantil Nacional liderada por integrantes da ‘censurada’ UNE:

Em nível nacional, as primeiras ações de reconstituição do movimento estudantil ocorreram no combate à implementação da Lei Suplicy de Lacerda, que, tendo como objetivo a edificação de organizações estudantis atreladas ao Estado, colocara na clandestinidade as antigas Uniões Estaduais de Estudantes e a UNE. Como não se contrapunha às diretrizes do governo federal, a UPE passou incólume por essas mudanças. Assim, era preciso fazer oposição à linha assumida pela entidade estudantil e ganhá-la para outra perspectiva política, afinada com a resistência à ditadura e a tudo o que ela representava. (DIAS, 1999, p.69).

A **re-articulação** da Ação Popular inicia em 1966 no Paraná e foi alimentada pela articulação nacional do movimento estudantil, que se destacava cada vez mais pelo enfrentamento e resistência ao regime. O exemplo da luta contra a Lei Suplicy de Lacerda nesse período foi emblemático, pois a lei cerceava toda a autonomia das organizações dos estudantes na política universitária atrelando as regras de funcionamento ao governo segundo SANTANA (2007). O clima de insatisfação era generalizado, tanto por parte dos estudantes quanto de outros setores da sociedade, como veremos a seguir.

Existiam três principais ameaças eminentes ao regime ditatorial: a primeira era o crescimento dos grupos de resistência dos setores da esquerda no país; e a segunda o desacordo com lideranças importantes na época do golpe, que passaram a fazer oposição; e a terceira o início de uma crise econômica pelo aumento da inflação que por conseqüência revoltava a classe trabalhadora. Essas ameaças eminentes fizeram com que medidas de opressão mais rigorosas fossem tomadas

²⁰ Segundo Santana (2007): “Como os partidos foram extintos pelo AI-2, foi promulgado, em 20 de novembro de 1965, o Ato Complementar nº 4, dando origem ao bipartidarismo. A partir de então, constitui-se um partido de apoio ao governo, chamado Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e outro de oposição consentida, que reunia membros remanescentes de vários partidos opositores, chamado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).”

pelos militares no início do ano de 1968, chegando “às últimas conseqüências” até o final do ano. SANTANA (2007)

Essa breve retomada de alguns momentos da história, fora do nosso marco temporal, foi necessária para entendermos o regime político vivido no Brasil. Esse regime determinou uma série de medidas que propiciaram o controle da sociedade de maneira mais simplificada e abrangente²¹.

O Movimento Estudantil respondia com mais e mais força aos ataques repressivos do regime.

Conforme José Dirceu – que, na época era presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo -, enquanto “a ditadura dizia que as ruas eram da ordem”, os jovens diziam que “a rua era do povo”. (SANTANA, 2007, p.87).

Para que esse controle fosse estabelecido várias medidas foram adotadas pelo regime militar, uma delas foi a Reforma Universitária, que alimentava ainda mais as manifestações dos estudantes, portanto uma **demanda** para o mesmo.

A reforma universitária implantada no Brasil em 1968 foi planejada pelo segundo governo militar e embutia um projeto de nação alimentado pelo veio da grandeza e pela luta contra o socialismo e o comunismo. O projeto de nação não alcançou o resultado desejado, mas a reforma universitária, essa sim, aconteceu. Extensa e profunda. De alto impacto, dada a forte repressão política a que foi submetida à instituição universitária no período de sua implantação e a natureza transformadora das medidas por ela introduzidas. (MACEDO, ET al., 2005, p.129).

A Reforma Educacional de 1968 trouxe consigo a Reforma Universitária desencadeando mudanças em diversas Instituições de Ensino Superior- IES que repercutem também no contexto mais próximo ao nosso tema: a UEPG:

Com a instauração do Regime Militar em 1964, mudanças foram realizadas na área educacional, desencadeando no ensino superior a Reforma Universitária em 1968. O Paraná para adequar-se à legislação federal elaborou comissões incumbidas de realizarem estudos para adaptação e, fundamentado nas análises realizadas pelas equipes de trabalho sobre o ensino superior no Estado, o Governador Paulo Cruz Pimentel enviou à Assembléia Legislativa proposta de criação de universidades em Londrina, Maringá e Ponta Grossa, efetivadas pela Lei n.º 6.034, de 06 de novembro de 1969, reconhecendo-se a criação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG com a assinatura do Decreto Lei n.º 18.111/70, com a fusão das faculdades. (SILVA, 2009, p.7).

²¹ Simplificada e abrangente: repressão da liberdade pela força de opressão, cabendo a quem transgredia as regras pagar com tortura e morte.

Este marco, no ano de 1969, além de institucional se apresenta como a “materialização” da **ideologia** de controle da ditadura pautando como justificativa o desenvolvimento do país.

A criação da UEPG vem ao encontro dos interesses políticos nacionais e do projeto de Reforma Universitária.

Observando os princípios constitucionais a nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB - promoveu, por seus dispositivos, uma ampla diversificação do sistema de ensino superior, pela previsão de novos tipos de instituição (universidades especializadas, institutos superiores de educação, centros universitários), instituiu novas modalidades de cursos e programas, e estabeleceu os fundamentos para a construção de um sistema nacional de avaliação da educação superior. (MACEDO, et al., 2005, p.130).

A implantação desta legislação de maneira autoritária por parte do regime, indignou ainda mais os estudantes provocando nacionalmente uma série de protestos. Nessa época, no Paraná o movimento estudantil muito ligado à Ação Popular se ocupava em encampar e somar na luta dos trabalhadores rurais e os trabalhadores das indústrias. Nessa época adotaram linhas ideológicas que priorizavam a luta de classes por entender seu caráter mais profundo na transformação social do país que via nos setores operários uma fragilização nas condições de trabalho, DIAS(1999). Os jornais de Ponta Grossa apenas noticiavam os benefícios que a Reforma Educacional traria para a sociedade:

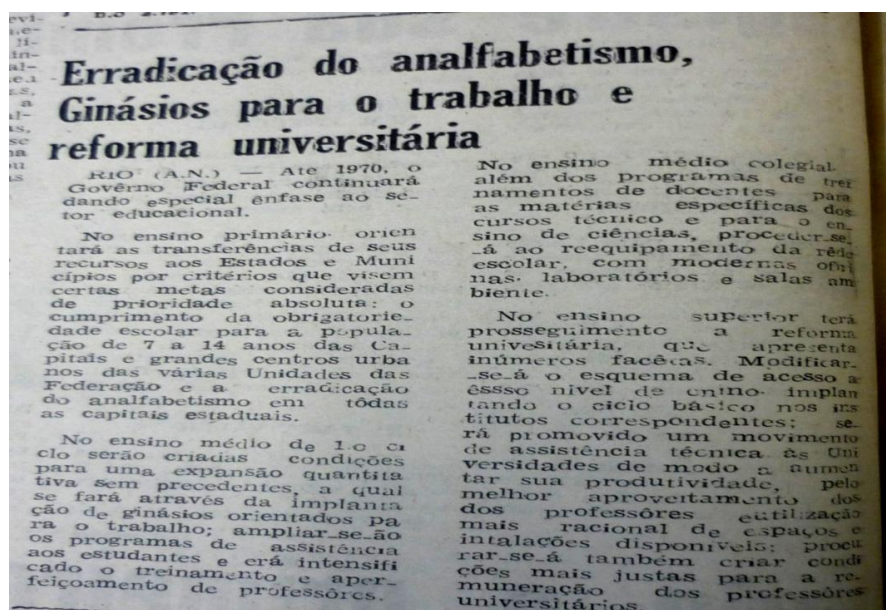


Figura 2: Jornal da Manhã, janeiro de 1969. Casa da Memória.

Como citamos anteriormente grande parte da população recebia essas informações de maneira pouco problematizadas. A crítica ao regime e a esses programas como a Reforma na Educação era, devido à conjuntura, abafadas ou restritas aos grupos de esquerda, que sofriam com a coerção do regime ao se manifestarem contrários à proposta reformista. Portanto, a imposição das reformas se deu sob uma aparente proposta de melhorias nas condições de ensino:

A criação das universidades estaduais no Paraná ocorreu durante a implantação da Lei n.º 5.540/68, da Reforma do Ensino Superior, seguindo orientações que frisam "Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades (...), regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento". Assim, a implementação da Universidade Estadual de Ponta Grossa adveio da "incorporação das Faculdades isoladas: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administrativa de Ponta Grossa", obedecendo a lógica da abrangência geo-educacional, fixada pelo Conselho Federal de Educação. (SILVA, 2007, p.173).

Os jornais da cidade de Ponta Grossa, especialmente o Jornal da Manhã também noticiavam as "discussões" sobre a Reforma Universitária, como vimos na Figura 2.

O tom progressista da Reforma também consegue adesão e simpatia da população. A transição das Faculdades Estaduais de Ponta Grossa em Universidade também era aguardada com grande expectativa pela população, com a característica de ser um avanço para a cidade e região trazendo mais oportunidades de desenvolvimento e emprego. As duas figuras a seguir ilustram notícias da época:



Figura 3: Jornal da Manhã 13 de março 1969.



Figura 4: Jornal da Manhã 28 de março de 1969.

Apesar do reconhecimento do importante passo dado pelos governantes ao unificar as Faculdades, intelectuais da comunidade universitária (em especial os docentes) analisam de forma crítica as repercussões para o cotidiano da

Universidade. Observamos no trabalho de Silva²² 2009 que a fala de alguns professores demonstra o aspecto nem tão positivo da união das Faculdades.

A criação da UEPG resultou de uma política centralizadora e não da iniciativa acadêmica, porque a Reforma Universitária ao sugerir a unificação das faculdades para a constituição de universidades consubstanciou-se em princípios da racionalidade técnica para alinhar o ensino à ideologia e ao projeto político dos militares. Sobre essa questão o depoimento do Professor Josefredo Cercal de Oliveira, que ocupou o cargo de Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa – FAFI apresenta as seguintes considerações:

A Reforma Universitária causou uma sobrecarga nas despesas, criando novos órgãos administrativos, que levou ao aumento no número de funcionários e é claro o número de cargos de chefia aumentou. Acredito que se preocupou mais com o setor administrativo, porque no ensino poucos foram os investimentos. Então o que tivemos foi um aumento considerável na folha de pagamento, significando que, com a reforma 5.540/68, o governo gastou mais e os resultados não foram satisfatórios. (SILVA, 2009, p.7).

O trabalho supracitado aborda, ainda, a fala de outros professores sobre o assunto e chega à seguinte reflexão:

As lembranças dos depoentes apontam que as mudanças operadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, por ocasião da Reforma Universitária, foi uma ação imposta de cima para baixo, centrando esforços na área administrativa através da criação de novos cargos e novas contratações, deixando, nesse momento, o ensino como atividade secundária. As falas articulam-se à própria vivência institucional dos professores [...] (SILVA, 2009, p.8).

O que podemos notar e destacar nesse período foi a invisibilidade do Movimento Estudantil de Ponta Grossa, frente a estas transformações. O papel crítico, que nas capitais eram liderados pelos estudantes, pode ser notado apenas por parte dos professores. Os estudantes apesar de sofrerem com a repressão do regime nacionalmente exposto tinham “**participação simbólica**”²³ no diálogo dentro das IES, estratégia do regime para acalmar os ânimos dos estudantes.

Mesmo a lei universitária de 1968, em plena ditadura militar, reconheceu que o movimento estudantil tivera um papel fundamental na tomada de consciência nacional da importância da questão universitária e admitiu, ainda que de forma restrita, o princípio da representação estudantil nos órgãos colegiados da universidade. O conceito de reforma universitária

²² A Autora Célia Regina de Souza e Silva utiliza da metodologia de história oral para o resgate da memória no seguinte contexto: FAFI/UEPG: EXPERIÊNCIAS E LEMBRANÇAS DE PROFESSORES,

²³ Participação sem o aspecto da autonomia estudantil. Se configurava como uma participação direcionada e controlada pelos regimentos da já citada Lei Suplíc de Lacerda.

permaneceu, até hoje, na memória política como uma referência simbólica de uma concepção de universidade com missão acadêmica, compromisso social e gestão democrática. (TRINDADE, 2004, p.821).

Essa relação não significava o atrelamento pacífico entre os estudantes e o regime militar, mas sim, uma tentativa de amornar o grande crescimento da **articulação do ME** liderada pela UNE (União Nacional dos Estudantes), fundada em 1937 que era a grande articuladora e representante dos estudantes e com uma bagagem significativa de lutas sociais, como por exemplo, as mobilizações²⁴ ocorridas em 1942 “contra as forças fascistas da Segunda Guerra Mundial”, e em 1947 “o petróleo é nosso” (UNE, 2010) ²⁵.

Nessa conjuntura, a temática do Movimento Estudantil começa a ganhar cada vez mais força na sociedade brasileira. É nesse período que o ME absorve as **demandas** da sociedade e se torna um dos articuladores da luta contra o regime militar.

Nesse período o ME passou a representar não apenas os estudantes, mas todo o povo brasileiro, que estava sofrendo as conseqüências do processo recessivo de 1964-66 e os primeiros efeitos do arrocho salarial que se estava implantando no país entre as classes populares. A Universidade, em particular a pública, representou um espaço de organização popular, a exemplo da igreja nos anos 70. O ME ganhou importância por ser, naquele momento, um espaço físico e político-social, privilegiado de lutas. (GOHN, 2003, p.106).

Esse reconhecimento da **participação** dos estudantes nas lutas sociais se justificava não somente pela conjuntura nacional, mas também pelos acontecimentos mundiais, onde os estudantes também protagonizaram lutas junto à sociedade.

Vários fatores contribuíram para este fato, destacando-se: a conjuntura nacional, que havia fechado os canais de participação e restringindo a vida político-partidária a duas opções: o partido do SIM (MDB) e o do SIM-SIM SONHOR (ARENA); e a conjuntura internacional, que elegia os estudantes como novo ator histórico das lutas sociais, em aliança com o operário e com o camponês, a exemplo da França, e da Revolução Cultural na China coordenada por Mao-Tse-Tug. (GOHN, 2003, p.107).

²⁴ Segundo a ADDPP: “Movimento e Mobilização são duas coisas bem diferentes que às vezes acabam ficando parecidas.[...]A Mobilização normalmente é feita dentro de um prazo determinado.[...] Aquele Movimento que se limita apenas a fazer mobilizações e não procura trabalhar de forma mais duradoura, organizada e articulada, acaba se esvaziando depois que as mobilizações terminam.” (ADDPP,1994,p.3)

²⁵ Ver site: http://www.une.org.br/home3/une_on-line/m_4161.html

De maneira geral e para conter a ampliação dos espaços de luta o regime tinha controle dos meios de comunicação fazendo com que as notícias que chegavam aos jornais de Ponta Grossa, por exemplo, viessem de maneira direcionada à interpretação de ênfase a criminalização do movimento estudantil, como podemos notar na figura a seguir:

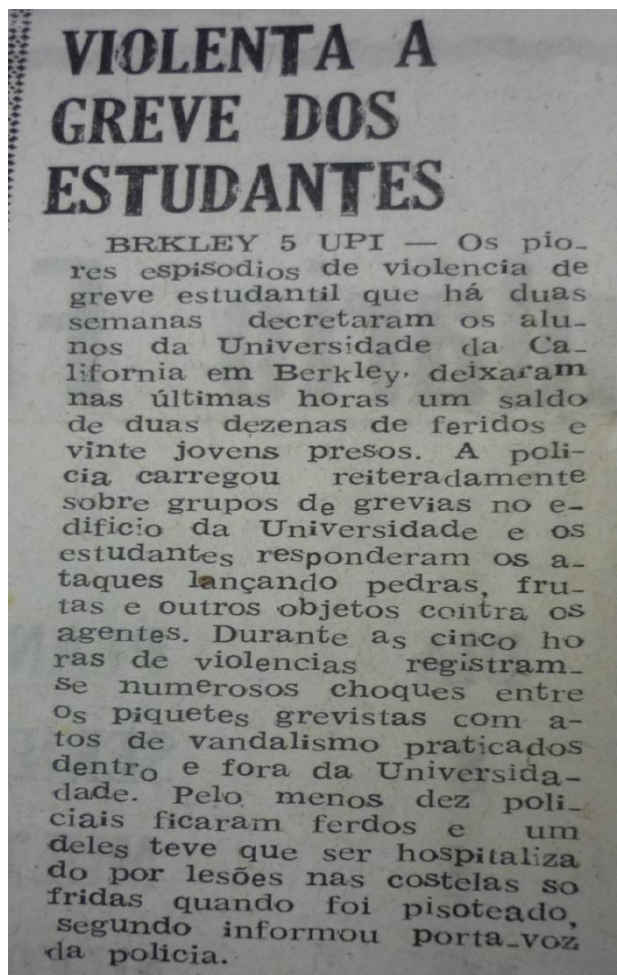


Figura 5: Diário dos Campos, 1969 a.

As notas que encontramos nos jornais, geralmente traziam somente informações superficiais e de apenas um ponto de vista não confrontando informações.

Nas grandes capitais do país, motivadas pelo contexto e até mesmo por maior “acesso” a informações, o crescimento da revolta resultava em diversas intervenções do movimento estudantil contra o regime ao passo que em cidades como Ponta Grossa o único meio de se receber uma leitura crítica dessa conjuntura era por meio dos professores que conciliavam, na maioria das vezes, a atividade de docência

com a continuidade nos estudos nas capitais. Sendo grandes pontes para a chegada de “novas” **ideologias** na cidade.

E âmbito nacional, um grande marco desse período foi à passeata dos Cem Mil (1968), estudantes foram às ruas e mostrou que, apesar de reprimido desde 1964, ainda mantinha sua força e sua **articulação**. Conforme site da União Nacional de Estudantes:

A partir do golpe de 1964, tem início o regime militar e a história da UNE se confunde ainda de forma mais dramática com a do Brasil. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes. A sede da UNE na praia do Flamengo foi invadida, saqueada e queimada no dia 1º de Abril. O regime militar retirou a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. [...]

[...] Apesar da repressão, a UNE continuou a existir nas sombras da ditadura, em firme oposição ao regime, como célebre passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro em 1968. A entidade foi profundamente abalada depois da instituição do AI-5 e das prisões do congresso de Ibiúna. Mesmo assim, o movimento estudantil continuou nas ruas, como nos atos e missa de 7º dia do estudante da USP, Alexandre Vannucchi Leme, e organizando protestos por todo o Brasil reivindicando mais recursos para a universidade, defesa do ensino público e gratuito, pedindo a libertação de estudantes presos do Brasil. (UNE 2010).

Na consulta feita no Museu dos Campos Gerais e na Casa da Memória encontramos também notas curtas sobre as atividades dos estudantes no ano de criação da UEPG (1969). As notas eram, em geral, sobre eventos que o Diretório Joaquim de Paula Xavier e o Centro Acadêmico promoviam (Figuras 6). As pautas abordadas quase diariamente relacionadas aos estudantes eram as notícias do Projeto Rondon (Figura 7).

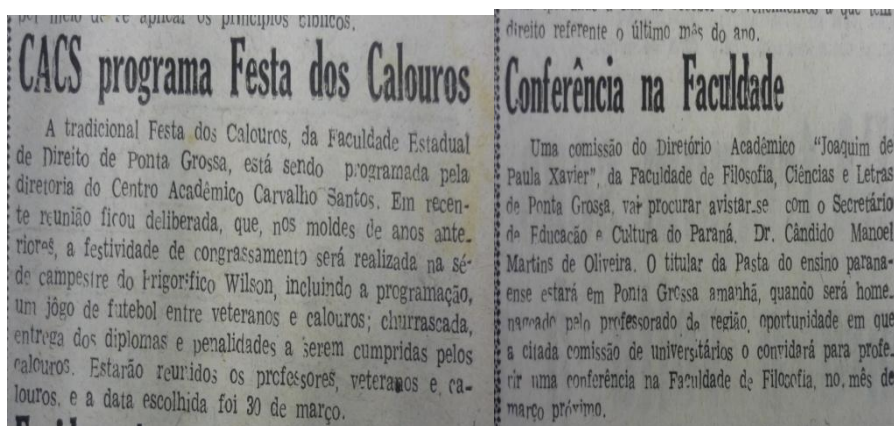


Figura 6: Diário Dos Campos 1969b.



Figura 7: Diário dos Campos 1969c.

No período, o projeto Rondon segundo, Ammann (1987):

[...] espera que o universitário “tenha uma visão global do Brasil capaz de exercer um grande efeito multiplicador na superação dos falsos conflitos entre Governo e Empresa Privada, entre estudantes e instituições, entre empregados e empregadores, entre civis e militares, entre diferentes regiões e tantos outros da mesma natureza.

[...] o Projeto Rondon nega a existência de conflitos na sociedade – qualificando-os de falsos – inculca no estudante e no povo do interior essa ideologia e por esse meio assegura a preservação das relações de dominação e das estruturas de classes no âmago do bloco histórico. (AMMANN, 1987, p.119-120).

O projeto Rondon foi uma forma que o regime encontrou de introjetar no seio sociedade brasileira elemento/aspectos da **ideologia** desenvolvimentista, levando os estudantes a propagandear indiretamente esses ideais.

É nesse contexto que iniciam as atividades da Universidade Estadual de Ponta Grossa onde o papel do Movimento Estudantil nacional e local assume um papel embrionário de (re) organização frente à conjuntura sócio- política do país. Sobre o período da ditadura no país e sua relação com o Movimento Estudantil encontramos em Cavalieri (1987):

Uma vez vitorioso o golpe, os estudantes passaram a ser perseguidos, presos, torturados. Os que escaparam a essa primeira ofensiva da

repressão ficaram com a difícil tarefa de sob, um clima de terror, tentar reorganizar o movimento estudantil. Os tempos agora eram outros, a sede da UNE, incendiada, não existia mais, da mesma forma que deixaram de existir as verbas oficiais, aprovadas pela Câmara de Deputados, que até então a entidade recebia. (CAVALIERI, 1987, p. 37-38).

Com essa ‘ausência’ da organização nacional dos estudantes, percebemos que Movimento Estudantil nas universidades do país assume atividades vinculadas muito mais a interesses práticos da organização das instituições de ensino e do modelo mais funcional de representação estudantil.

A organização estudantil no ensino superior em Ponta Grossa acontece desde os primeiros anos da instalação das faculdades no município. Portanto a existência do Diretório Joaquim de Paula Xavier- DJPX é anterior a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa em 1969.

Na época da criação da UEPG o Diretório, era **organizado** pelo regime presidencialista que somente anos depois sofre a alteração para coordenadorias e se transforma em Diretório Central de Estudantes. Essas relações foram relatadas via e-mail pelo então presidente do DAPX, Joani Teixeira:

*Foi **Presidente** do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa, no período de 1968 e 1969, sendo a diretoria **composta** pelos seguintes acadêmicos: Joani Teixeira (Presidente), Miguel Arão Ribas Droppa (Vice-Presidente) falecido, Sandir Hermes Curtes (1º Secretário), Adail Lemos Inglês (2º Secretário), Leônidas Xavier da Silva (Tesoureiro Geral), Djalma de Almeida Cesar (Procurador Geral) e Ivan Christófaro (Orador).²⁶*

Os estudantes se organizavam em atléticas por curso e as atividades eram mais voltadas a questões do cotidiano da universidade. Em Ponta Grossa, de uma forma geral, a imposição de algumas regras do regime sobre o ME chegavam de maneira mais branda e naturalizada, e por esse motivo era aceita majoritariamente entre os estudantes. Esse fato não é uma especificidade.

Nas grandes capitais a principal força para que esse tipo de **prática** fosse sendo introjetada no ME foi a imposição de regras que atrelavam as organizações de estudantes às administrações das Instituições de Ensino Superior- IES à exemplo

²⁶ Relato cedido por e-mail para a autora. Os depoimentos poderão ser identificados neste trabalho com fonte Times New Roman e em itálico.

da Lei Suplicy de Lacerda²⁷. Dentro desse contexto encontramos em Santana (2007) o seguinte trecho sobre o caso da Universidade de São Paulo:

Na USP, foi possível perceber essa rearticulação do movimento estudantil, já que os estudantes procuraram driblar a proibição de Montar Centros Acadêmicos criando os Centros de Estudos, onde desenvolviam suas atividades de resistência política. A União Metropolitana de Estudantes (UME) também se manifestou, informando, após a aprovação da Lei Suplicy, que iria fazer uma enquete nacional para conhecer a posição dos estudantes brasileiros a respeito da lei. [...] A Lei Suplicy, nesse sentido, representou apenas a ponta do iceberg, uma vez que significou somente uma espécie de garantia de que o terreno acadêmico estava limpo dos “subversivos” para que se pudesse implantar as mudanças que estavam sendo arquitetadas através dos Acordos MEC-USAID. (SANTANA, 2007, p.66).

Na UEPG, dentre os sujeitos entrevistados nenhum cita **práticas** que fossem desligadas do contexto da própria Universidade. É possível notar que, mesmo de forma branda, a repercussão dessa lei foi entendida de maneira crítica por um dos sujeitos²⁸ (José Ruitter Cordeiro), que no meio da exposição faz a seguinte observação “[...] *os movimentos dos centros acadêmicos na época ainda associações atléticas que perdeu muito a representação quando deixou de ser centro acadêmico para ser associação atlética*”

As associações atléticas assumiam em sua rotina funções em parceria com a própria faculdade ajudando promover atividades, na maioria das vezes, recreativas para os estudantes.

Após 1968, com os centros acadêmicos fechados, as associações atléticas se tornaram os únicos órgãos estudantis permitidos como forma de associativismo discente. No período anterior, a parte de esportes de um determinado curso poderia ser gerida tanto por sua associação atlética quanto pelo centro acadêmico. Neste segundo momento, os times tinham de estar vinculados às associações de seu curso para participar de torneios e dos jogos. (PORTUGAL, 2008, p.57).

Estas **práticas** também compunham parte necessária na formação do futuro profissional, mas por outro lado ocupava maior espaço que reuniões do próprio

²⁷ Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 que pode ser acessada pelo endereço: <http://www.gedm.ifcs.ufri.br/upload/legislacao/357.pdf>. Um estudo mais detalhado sobre a repercussão dessa Lei pode ser encontrado no item 2.4.1 do trabalho “Atuação do movimento estudantil no Brasil:1964 a 1984” de Flávia de Angelis Santana disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012008-113411/pt-br.php>.

²⁸ José Ruitter Cordeiro vivenciou a universidade em dois períodos em 1971 e 1976-1979.

movimento estudantil com debates sobre a conjuntura política dos demais estudantes do Brasil²⁹.

Segundo Joani Teixeira:

*O DAJPX representante dos discentes da Faculdade realizava não somente atividades esportivas; auxiliava na realização de **Eventos, Cursos de Extensão, Curso Intensivo Preparatório para os Vestibulares**, cujas aulas eram ministradas pelos acadêmicos com a orientação e supervisão dos professores.*

Essa realidade é reflexo da conjuntura sócio-política do país na época. A grande diferença na **participação** mais funcional na organização estudantil era sentida durante o processo de eleição para a presidência do DAJPX, segundo Teixeira:

*Havia uma disputa **acirrada** entre os cursos durante as eleições para novas gestões do DAJPX, inclusive com a **participação** professores, Cursos e até com interferência da comunidade e **de políticos**; muitas **lideranças atuais** que ocupam cargos de relevância no Estado, **fizeram parte do Diretório**.*

Acreditamos que a afirmação feita pelo (atualmente professor na cidade de Campo Mourão-Pr) Sr. Joanir Teixeira acaba sendo convergente nas falas da maioria dos entrevistados nessa pesquisa e que segundo Gohn:

Inúmeras lideranças dos anos 70, 80 e 90, atuando na política ou em instituições da sociedade civil, de luta pela democratização de sociedade e do Estado brasileiro, vieram das fileiras do ME. Em 68 eles foram líderes de seus organismos principais. (GOHN, 2003, p.108).

É importante lembrar que em 68-69, a grande expressão dos movimentos sociais no Brasil vinha do movimento de operários concentrados, geralmente nas grandes capitais financeiras onde as indústrias estavam alocadas. O movimento de greves que ressurgiu com mais força momentos depois. Expressava a reação da classe trabalhadora frente à ordem política e financeira (GOHN, 2003). O modelo de organização do movimento dos trabalhadores refletiu nos modelos e nas configurações da **articulação** de outros movimentos como, por exemplo, o ME. Neste período havia significativas convergências ideológicas entre esses movimentos o que possibilitava uma **articulação** mais densa.

²⁹ Mais sobre as atléticas encontramos em: PORTUGAL, 2008.

Grande parte da população permanecia calada, sofrendo as conseqüências de um agravamento das condições mínimas de sobrevivência. O milagre econômico parecia ter sido colocado a cargo das forças dos trabalhadores brasileiros.

Em suma, durante a fase do milagre econômico – 1968-1973 -, as massas populares em geral sofreram violento arrocho salarial, mas mantiveram-se caladas, na maioria dos casos, pois havia emprego, era extremamente perigoso se manifestar publicamente, não havia vida político-sindical, a não ser de caráter assistencialista, e ainda havia a possibilidade do sonho da casa própria, com a compra do lote nas periferias longínquas e o uso da autoconstrução familiar. As reivindicações dessas periferias irão explodir nos anos 70, quando não conseguem sobreviver nas casas duramente construídas sem um mínimo de infra-estrutura urbana. (GOHN, 2003, p.106).

Essa situação de silenciamento fez crescer a força dos debates nos espaços que se apresentavam possíveis como as recém formuladas organizações da Igreja Católica de cunho mais crítico, como as Juventudes e a Ação Popular.

Um dos espaços que foram se formando e catalisando cada vez mais pessoas, independentemente de crença, foi a Igreja Católica passava a discutir a questão da Teologia da Libertação.

Em 1968 o congresso de Medellin, na Colombia, sistematizou a versão latino-americana para a participação da Igreja no meio popular. Em 1978, em Puebla, reafirmou-se a opção por uma Igreja voltada para os pobres, buscando melhorar as condições de existência na Terra. O cristão passou a ser defendido como aquele que luta contra as injustiças sociais. A Teologia da Libertação, sistematizada pelo peruano Gustavo Gutierrez e desenvolvida pelos brasileiros, os irmãos Boff, passou a ser o principal guia espiritual das CEBs. (GOHN, 2003, p.110).

Mais um campo de debates que nasceu nessa época foi o movimento das CEBs-Comunidades Eclesiais de Base que, juntamente com o trabalho das pastorais e com a Ação Popular da Igreja Católica, abria um debate no qual, diversos sujeitos sociais podiam se posicionar e discutir. Fato que encontrava cada vez mais dificuldade de acontecer com o ‘apertar’ da repressão em cima dos movimentos de esquerda.

Em Ponta Grossa a repercussão dessas ações chega por volta da segunda metade da década de 70. Muitos acadêmicos discutiam sobre as questões conjunturais e participando de reuniões na Pastoral Universitária foram tendo cada vez mais formação política capaz de formular meios de ‘resistência’ dentro da organização do ME da UEPG.

Segundo o depoimento de Valmir de Santi:

*[...] eu ingressei no movimento estudantil em 1977, então vai fazer 33 anos, e naquele momento a gente **não tinha um ano político de permissão**. Só existia o DCE e **não existiam os centros acadêmicos** e o DCE tinha uma história muito ligada à universidade. Tanto é que ele recebia, as carteirinhas eram feitas pela universidade. A **universidade repassava o recurso**. Então tinha uma ligação muito forte. Basicamente **77 até o começo dos anos 80** a gente não tinha quase nenhum **movimento muito forte do DCE**. Nós fizemos, acho que posso estar errando o ano, mas por volta de **78/79, a primeira chapa que lutou contra** o grupo que mantinha o poder a muito tempo dentro da universidade. E nesse momento quando começam as primeiras disputas são **também os anos que começam a formar a UPE** no Paraná então tem um grupo de pessoas ligadas ao direito, ligadas às engenharias que tão trabalhando a formação da UPE no Paraná. “Então nós iniciamos um movimento de tomada de DCE, a primeira chapa que disputou o DCE, e que ganhou e que passou então a tocar o DCE de maneira mais aberta.”*

Após esse relato sobre do cenário em que o movimento estudantil local estava inserido verificamos que, do ponto de vista do entrevistado, o movimento girava em torno de atividades ligadas à universidade, portanto não tocava na questão da autonomia da organização estudantil enquanto parte pertencente ao movimento de maneira mais ampla. Existia a **participação** dos estudantes nos eventos culturais promovidos pelas universidades com apoio dos diretórios e organizações estudantis da época no Brasil. É inegável que tais atividades também não passaram em brancas nuvens tanto pela parte dos estudantes quanto da parte dos artistas, que por meio de suas letras de música e peças teatrais imprimiam o tom de protesto vocalizando aspirações e inquietações da sociedade brasileira. Na UEPG, sobre o mesmo contexto comentado por Santi na citação anterior, encontramos na fala de José Rüter Cordeiro o seguinte:

*E nós ocupamos aquela vaga que também em tese era tida como mais conservadora, mas que conservadora não era. Tanto é verdade, que não era, que quando eu fui candidato e ganhei o DCE tudo o que a chamada **esquerda reivindicava era atendido**. E na época me lembro, nós trouxemos o **Jorge Mautner um artista altamente contestador**, e que isso naturalmente vinha satisfazer à esquerda.*

Os eventos culturais também eram espaços criados para a comunidade acadêmica desfrutar de um clima de debate crítico sobre a realidade vivenciada naquele período. Nacionalmente essas práticas também eram vistas como estratégias de “mobilização” na vida estudantil por meio do debate que promoviam.

O meio social universitário era base da cultura alternativa e sofrera, nos anos 1970, uma grande expansão, incluindo cada vez mais jovens da classe média baixa, bastante influenciados pela indústria cultural. Essa nova juventude universitária era marcada por um conjunto de atitudes ambíguas e até contraditórias: recusa e, ao mesmo tempo, aceitação dos produtos e linguagens da cultura de massa. (NAPOLITANO, 2006, p.124).

A forma encontrada pelos grupos considerados mais críticos dentro da UEPG, foi essa **prática** de ‘ocupação’ de espaços de diálogo, que não divergiam da tendência nacional dos estudantes na busca por lutas possíveis no momento de restrições de liberdade. O entrevistado prosseguiu dizendo que:

Existia nesse momento outra força, que hoje não existe mais, que era o que nós chamamos de Pastoral Universitária. Então a Pastoral Universitária que nós chamávamos de PU, na época, nós tínhamos uma sede junto à universidade chamada Oasis. E nessa sede, da Pastoral Universitária, onde se discutia muita política também, ali era a base e mais ou menos a formação do Movimento Estudantil, naquela época. Então era um Movimento Cristão, católico, nós tínhamos um padre que coordenava as atividades e além da discussão mais da religiosidade outras coisas. Se discutia muito a questão da política universitária, e dali então é um pouco o berço do nascimento do Movimento Estudantil. [...] Mesmo o pessoal que não era ligado à igreja participava muito de atividades feitas assim na Pastoral Universitária.[...] Se discutia muito o movimento estudantil e nesse debate iam muitas pessoas que não eram ligadas à igreja mas que gostariam de ter um movimento estudantil mais forte.

São evidenciados, nessa época³⁰, o crescimento das **lutas** pela redemocratização no país. Apesar do Brasil estar sob o controle do regime ditatorial a descrença da população com relação ao regime aumenta devido à crise. Esse mesmo governo que atuava até então com grande força censora dentro da sociedade, se vê obrigada a amenizar, de certa forma, os atos de criminalização da manifestação popular.

Segundo Gohn:

Ele corresponde a uma fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação, o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias. As eleições de 1974 significaram um vigoroso “não” da população ao regime político vigente, fazendo do partido da oposição, o MDB, o vitorioso das urnas. (GOHN, 2003, p.114).

³⁰ Segunda metade da década de 70.

O movimento estudantil tem nesse final dos anos 70 uma articulação forte no cenário nacional aderindo a diversas frentes de atuação como, por exemplo, o movimento pela anistia.

A anistia pode ser considerada uma grande mobilização da sociedade civil, durante esse período de transição do regime militar. A luta pela sua conquista começou em 1978, ainda no governo Geisel, por iniciativa do Movimento Feminista, que tinha à frente Terezinha Zerbini. Nos anos seguintes, ganhou adesão de diversas organizações sociais – dentre elas, a OAB, a Associação Brasileira de imprensa, e a UNE -, cujo papel fundamental era denunciar as arbitrariedades cometidas pelos militares. (SANTANA, 2007, p.165).

A situação do ME na UEPG nessa época se centrava agora com uma ‘esquerda’, que apesar de não ganhar o pleito para DCE nas primeiras disputas, vai crescendo e ampliando sua **participação** em outros espaços de representação estudantil. Sobre esse processo de disputas temos o seguinte relato do candidato que representava a ‘posição’ José Ruitter Cordeiro:

E nós designamos nossa chapa como “Construção”, e o Aderbal havia lançado a chapa dele como “Abertura” tava muito em voga essas coisas de ordem política que a pretensão era que houvesse uma abertura política, então o Aderbal e o pessoal dele ocuparam aquela vaga que deve ser da esquerda, digamos assim. E nós ocupamos aquela vaga que também em tese era tida como mais conservadora, mas que conservadora não era [...] Tentamos equacionar certa moralização por que na época entendíamos, e entendo até hoje, que juventude e movimento estudantil não têm necessariamente nada a ver com desorganização e falta de planejamento [...]

Um dos estudantes que integrava outra força do movimento, chamada de esquerda é Valmir de Santi, que nos conta:

Nesse momento é que nascem as primeiras chapas³¹. Uma primeira chapa, senão me engano, chamava-se “Momento” [...] Essa chapa, ela trabalhava o momento, uma questão da engenharia de positivo ou negativo e nessa discussão da formação dessa chapa é que surge bastante oposição também à própria pastoral universitária. Tinha o grupo mais ligado à universidade na época sentia que a turma da PU é que tinha muita força dentro de grupo que tava mais ligado à engenharia e direito, mas que tinha nossa atuação junto. Nisso nós tínhamos um embate, inclusive do grupo que era do DCE contra o grupo que entra na política estudantil na época e mais a pastoral universitária também. [...] Acho que ganhamos só a segunda disputa com a chapa “Abertura”. EU me lembro que a primeira disputa mais forte foi essa, deve ter sido no ano de 78 mais ou menos 79 em que a gente tá numa época de abertura política também.

³¹ Primeiras chapas, ligadas aos debates na Pastoral Universitária, que se contrapunha às ideologias das gestões de DCE até então.

É percebido na fala dos entrevistados que outros elementos passam a fazer parte dos diálogos no ME-UEPG a partir dessa disputa. A luta pela ampliação de espaços de **participação** mais politizados pode ser percebido quando Santi nos conta que:

Nós não tínhamos um centro acadêmico, mas nós da farmácia, que eu sou da área da farmácia, nós conseguimos fazer um evento muito grande em 79 foi um Congresso e com o dinheiro do Congresso nós montamos um Centro Acadêmico, só que não podia se chamar Centro Acadêmico, porque não tinha na legislação e não era permitido. Então, nós chamamos de associação de farmacêuticos, mas era o que ficou depois o embrião dos centros acadêmicos nosso. Nós tínhamos no edifício Marieta, alugamos uma sala, onde nós fizemos o primeiro centro acadêmico praticamente que se tinha notícia naquela época. Então era a associação farmacêutica, ali reunia todo mundo, ali que discutia as questões da UPE, fazia festas também ali.

A **rearticulação** das maiores entidades representativas dos estudantes passam a ser discutidas nas bases do movimento pela reconstrução e articulação da representatividade nacional e formal.

O final desse período de estudo é marcado também pela grande disputa político partidária no cenário brasileiro onde nascia - advindo das lutas dos operários em 78 - o Partido dos Trabalhadores fundado em 1979 que segundo Santana:

Após o restabelecimento do pluripartidarismo, o PT – que nasceu das greves de 1978, 1979 e 1980 – representava uma nova forma de atuação política, em aliança com movimentos de base e a Igreja progressista [...]. Também vale ressaltar, sobre esse período, o restabelecimento das eleições diretas para governadores e fim dos senadores biônicos, em 13 de novembro de 1980; a realização dando o ponto de partida para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e as mobilizações em prol da Campanha “Diretas Já”, entre outros. (SANTANA, 2007, p.116).

A necessidade e os desafios para os brasileiros não param por aí, o avanço contínuo dos movimentos sociais ganhando cada vez mais força e visibilidade exigia um processo articulado de legitimação da luta por direitos, tão debatida e oprimida nesses anos.

Complementamos ainda dizendo que foram com base nesses movimentos, gerados nessa primeira década de estudo, que a própria concepção de **participação** se transforma e se desenha no horizonte da sociedade brasileira

Como o relato de Braz:

Ademais, retoma-se a vida partidária para além do bipartidarismo, culminando no pluralismo já no início da década de 1980. Com a *Anistia*, voltam os intelectuais, os artistas e tantas outras vanguardas políticas que estavam no exílio. A abertura “lenta, segura e gradual” é forçada a ceder às pressões populares e, ainda que seu ponto culminante tenha se plasmado numa “transição incompleta” no dizer de Florestan Fernandes, o que se assinala é o que se conhece pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, amplamente conhecido de todos, que pressiona em larga medida a política de distensão do regime inaugurada por Geisel e continuada por Figueiredo. (BRAZ, 2009, p.714).

Os movimentos sociais, em geral, compunham e partilhavam dos mesmos anseios, eram aspirações comuns que surgiram de um processo e foi ganhando corpo até que a pressão popular, juntamente com o fracasso na economia, abria espaço para a abertura política.

Cumprir destacar também que a rearticulação da sociedade civil ocorrida no período foi acompanhada pela elaboração de vários projetos de mudança social para o país. A união das forças de oposição possibilitou a construção de propostas e frentes de lutas. Havia um clima de esperança, de crença na necessidade de retomada da democracia, da necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. Os moradores das periferias, das favelas, cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social. (GOHN, 2003, p.114).

Encerrando essa primeira metade da década de estudo (1969-79), percebemos que a organização dos estudantes não teria, ainda, características de um movimento social, na acepção da palavra. Somente no final da segunda metade dos 70, espaços de tensão política e disputas ideológicas, devido à conjuntura nacional, contribuem para o surgimento de novos sujeitos na arena de tensões por representação e debates dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Uma das características marcantes que podem nos levar a tal reflexão deve-se ao fato da maioria das atividades relatadas pelos sujeitos de pesquisa, - com relação às atividades dos estudantes na primeira metade da década de 70-, tenham sido de caráter predominantemente alinhado com a própria organização da UEPG. Não foram encontrados, nos relatos características que evidenciassem **demandas e ações** críticas frente à conjuntura tanto nacional quanto de Ponta Grossa, identificamos que a fase pode ser, então, intitulada entre a organização e a latência desse movimento de estudantes na UEPG.

O papel de cada grupo de estudantes dentro desse contexto conjuntural foi de essencial contribuição na fase inicial do processo histórico do ME-UEPG.

Na análise do período de 69-79 percebemos que muito mais do que julgar e enquadrar o ME-UEPG dentro de condições pré-estabelecidas, pudemos identificar que, cada grupo de estudantes tem seu papel na composição no cenário de tensões que configura a conjuntura do movimento social e da própria sociedade.

2.2 - As Lutas Nacionais e o Movimento Estudantil, sua Relação com o ME - UEPG: alguns elementos constitutivos (1980-1999)

2.2.1 - Os Movimentos pela Democracia e o Movimento Estudantil Nacional

Como vimos anteriormente, a segunda metade dos anos 60 até a metade dos 70 foi marcado pela forte repressão do regime em todos os setores da sociedade e, principalmente, junto aos Movimentos Sociais.

O resultado de tanta violência era notável. Principalmente entre 1969 e 1974, era difícil encontrar uma pessoa que não tivesse tido contato direto ou indireto com a repressão ou que, pelo menos, não tenha sofrido nenhum tipo de intimidação. Nesse período, o silêncio foi imposto à população através de medidas rigorosas de tortura e censura, bem como do controle das universidades [...]. (SANTANA, 2007, p.128).

Porém toda a repressão criou uma espécie de dormência nos Movimentos Sociais e principalmente no Movimento Estudantil, que se organizava informalmente em grupos de resistência ao regime, sofrendo prisões, torturas e morte de alguns integrantes.

A grande repressão era imposta através dos Atos Institucionais, de todos o que mais abalou a vida dos estudantes foi o AI-5. Na USP, por exemplo, mesmo após o Ato e com o apoio do reitor Hélio Lourenço de Oliveira, os estudantes ainda puderam durante um curto período discutir a Reforma Universitária. A esse período foi dado o nome de “Primavera na USP”, Santana (2007).

Ainda segundo a autora, vários decretos foram baixados a fim de coagir as ações dos estudantes na USP como, por exemplo:

[...] com base no AI-5, que aposentava compulsoriamente, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, cerca de 42 pessoas, entre intelectuais e três professores da USP, incluindo Florestan Fernandes, Jaime Tiommo e João Batista Villanova Artigas. [...] também em 69, a Junta Militar ainda sustentou a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis educacionais. (SANTANA, 2007, p.130).

Nesse período a luta dos estudantes podia ser confundida com a luta dos demais movimentos sociais e organizações da sociedade que se uniam em torno da questão da abertura política, propondo uma reformulação do conceito de democracia imposto pelo regime.

A noção de democracia imposta pelo regime militar pressupunha a **participação** mínima da população permitindo o controle desigual nos processos decisórios na gestão do país.

A democracia era tomada pelos militares e civis que conduziam o movimento de 1964 como um regime político que não tinha que ser, necessariamente, controlado pelos civis. Ou seja, a sua suposta democracia seria revigorada através da restauração de uma legalidade, de uma paz e de um progresso com justiça social a partir da atuação de um determinado grupo que estaria incumbido desta tarefa em nome de um todo abstrato definido como povo. (REZENDE, 2003, p.68).

O discurso democrático do regime militar surge como estratégia de mascarar uma falsa normalidade em nome do crescimento econômico do país. O investimento na área educacional passa a ganhar força e somente com a absorção da **ideologia democrática do regime**, pelo sistema educacional, seria capaz de formar mão-de-obra e propagar as ações desenvolvimentistas do regime.

Em tal perspectiva, atribui-se ao sistema educacional a tarefa de preparar recursos humanos para atender às demandas dos projetos de investimento do campo econômico, evitando assim que se verifiquem embargos na implementação dos mesmos e, em decorrência, que se interponham fatores danosos ao crescimento global do país. (AMMANN, 1980, p.106).

Ao mesmo tempo em que essas medidas eram implementadas pelo regime, parte da população (movimentos sociais, sindicatos entre outros), não se conformava com a falta de espaço nos processos decisórios das políticas as quais eram submetidas.

A relação entre essas duas ordens de obstáculos é evidente se pensarmos que a ausência de uma esfera propriamente pública, a centralização, a falta de transparência e a impermeabilidade da esfera estatal na sua relação com a sociedade, constituem o terreno mais fértil para o acesso privilegiado e a privatização dos recursos do Estado. (GRUPO DE ESTUDOS, 1999, p.49).

O desencadeamento dessas ações provoca, ao longo dos anos 70, a reafirmação de bandeiras e lutas dos movimentos sociais. Os diversos sujeitos que compunham os movimentos sociais, passam a se recompor frente à conjuntura do país.

Reagindo a essa tradição de tutela, controle e subordinação, os movimentos sociais que emergem nesse período afirmam vigorosamente sua autonomia frente ao Estado, aos partidos e aos políticos de qualquer coloração. O

fechamento dos canais políticos e sindicais de interlocução com a população e a total impermeabilidade da ditadura às demandas populares reforçam uma postura autonomista em relação ao Estado e às instituições. (GRUPO DE ESTUDOS, 1999, p.50).

Essa ruptura com o Estado e com as instituições alinhadas a ele faz emergir a autonomia como o grande diferencial dos movimentos sociais na época. Podemos observar que as práticas de reorganização dos movimentos sociais ganharam força afirmando essa condição de independência e autonomia de suas ações, a 'causa' democrática unia os diversos setores da sociedade em um único projeto político para o país.

A autonomia, identificada nas práticas dos movimentos pela democratização nos anos 70, repercutem na produção científica dos pesquisadores.

Segundo Gohn:

Havia também um grande entusiasmo por parte dos pesquisadores da temática na época pelo caráter inovador daquelas ações, de forma que este entusiasmo confundiu por vezes a questão do novo com a novidade que os movimentos traziam à tona. Isto fez com que alguns pesquisadores exaltassem as novas práticas em termos de ações pioneiras, como se nunca antes houvessem ocorrido. A categoria teórica básica enfatizada era a da autonomia. [...]Mas, embora tenham ocorrido alguns equívocos nas análises, dados pelas próprias contradições que traziam em seu interior, no plano da ação concreta elas contribuíram para subsidiar um projeto de mudança social em que os movimentos sociais populares urbanos tinham um papel de destaque. (GOHN, 2008b, p.281).

A autonomia buscada nas ações dos movimentos sociais era enfatizada com o objetivo de manter distância das influências corporativistas e partidaristas, como forma de afirmar perante toda a sociedade que somente o interesse da democracia popular influenciava as ações dos movimentos que ali congregavam. Esse caráter de independência dos movimentos sociais perante o Estado, nos anos 70 e início dos anos 80, passará a ser questionado após a abertura política³² porém:

O que importa aqui, no entanto, é analisar o critério subjacente a tal análise: a autonomia, frente ao Estado, desta sociedade civil que se constitui na luta pela democratização.

Se o período da resistência ao regime autoritário contribuiu para uma visão homogeneizadora da sociedade civil, unida em torno de objetivos comuns que representavam o retorno ao estado de Direito e ao pleno funcionamento das instituições da democracia representativa liberal, a segunda metade dos anos 80 revelou a diversidade dos projetos políticos que ela abrigava, e a

³² Abordaremos posteriormente as contradições que se expõem os movimentos sociais na época do crescimento neo-liberal, onde a autonomia de suas ações passa a ser questionada.

disputa em torno das várias concepções de democracia que iriam marcar cenário político daí por diante. (GRUPO DE ESTUDOS, 1999, p.51).

O movimento estudantil era um dos mais destacados sujeitos que compunham a luta pela democracia, e não escapava das contradições e fragilidades de um movimento social que inicia a fase³³ de busca por consolidação e atendimento de suas demandas “Nesta década, o movimento estudantil assumiu, principalmente a partir de 1977, importante papel na luta pela anistia e pelas “Liberdades Democráticas”. (BARBOSA, 2002, p.5).

O regime ainda usando a proposta democrática para justificar suas ações, provoca a insatisfação dos estudantes e intelectuais nos anos 70 que já começavam a discutir outro perfil de democracia possível no Brasil.

[...] também já se podia perceber que a política educacional colocada em prática pelo governo não tinha nada de democratizante, mantendo, portanto, o caráter elitista do ensino superior. Para Florestan Fernandes (1979:38), a explosão de matrículas nas universidades não representava nem a democratização, nem a melhoria da qualidade do ensino, mas sim era resultado de medidas improvisadas de expansão do acesso à educação, bem como das pressões naturais nascidas do crescimento constante do ensino médio. Nesse sentido, o sociólogo advertia que “tal desdobramento do milagre brasileiro na esfera educacional, [...] meramente contribuiu para alargar um pouco mais o restrito número de privilegiados que atingem o ápice da pirâmide”. (SANTANA, 2007, p.132).

O ensino superior no país sofreu as conseqüências da política seguida pelo governo, reforçando a capacidade das elites ocuparem espaço nas Universidades públicas e aumentando a desigualdade de oportunidades.

De certa forma, e afastados dos processos decisórios do país, os estudantes sofreram cada vez mais com o fechamento político. A organização do movimento estudantil no país sem sua representatividade formal tenta estratégias de ação mesmo na clandestinidade.

A última diretoria da UNE foi duramente perseguida pelos órgãos de repressão. Devido a isso, eram obrigadas a atuar na clandestinidade, usando nomes falsos e reunindo-se em “aparelhos”.

Como a maioria tinha prisão decretada, numa tentativa de driblar a repressão, os membros da diretoria procuravam atuar fora de seus estados de origem, mas, assim que suas presenças eram detectadas pelos órgãos de segurança, as perseguições recomeçavam. (CAVALARI, 1987, p.146-147).

³³ Sobre fases de um movimento social, livro: “Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos” de Maria da Glória Gohn – páginas 266 e 267.

A estratégia de ação de grande parte dos estudantes universitários frente à ditadura na década de 70 foi à luta armada que, combatida pelas ferramentas de repressão, não consegue manter sua atuação até o final da década.

Como quase todas as organizações de esquerda que se embrenharam na luta armada possuíam entre seus quadros elementos do movimento estudantil, é fácil chegar à conclusão de que os estudantes, assim como os demais militantes, sofreram as conseqüências nefastas da repressão que se abateu sob esses grupos guerrilheiros. Em meados de 1973 a maior parte já se encontrava derrotada e aniquilada pelo regime. (SANTANA, 2007, p.143).

Os estudantes em tentativas, muitas vezes fracassadas de ações organizadas contra o regime, procuravam (por exemplo) nas músicas e no teatro expressar suas inquietações. Porém a censura, ao perceber a estratégia, principalmente dos estudantes, na “utilização” desses meios para “propaganda subversiva” agia com o objetivo de calar qualquer tipo de manifestação.

Num primeiro momento, o foco de atenção recai sobre a platéia dos festivais da canção abrigados nas televisões. Em seguida, passa a abranger o circuito universitário da primeira metade dos anos 70, realizado nos *campi* e nos ginásios das médias cidades do interior. No início da década de 1970, sobretudo entre 1971 e 1974, a vigilância sobre a MPB estava ligada, intimamente, à vigilância sobre o movimento estudantil. É de supor que este determinava os termos da vigilância e da suspeita sobre aquela. Qualquer movimento de artistas ligados à MPB junto ao público jovem e estudantil deveria ser objeto de atenção redobrada e preventiva. (NAPOLITANO, 2004, p.108-109).

A perseguição dos artistas, no entanto, não levava em consideração o conteúdo das músicas, mas sim os nomes dos artistas e por quais locais eles circulavam (NAPOLITANO, 2004, p.122). Muitos desses artistas também sofreram com a repressão da ditadura, sendo presos e sofrendo torturas.

Nesse período, um penoso “silêncio” foi imposto à população através da rigorosa censura a todos os meios de comunicação de massa, teatro, música, literatura, artes, além do rigoroso controle das universidades. Com o objetivo de controlar as atividades políticas contrárias ao governo, as prisões eram efetuadas num clima de total desrespeito aos direitos individuais dos cidadãos. Tornaram-se prática comum as prisões em forma de seqüestros, sem mandado judicial e sem observância a qualquer lei. Pessoas eram retiradas de suas casas, de madrugada, e transportadas para os órgãos de repressão, em carros com “chapas frias”, diante de suas famílias, que, na maioria das vezes, também sofria todo o tipo de intimidação e ameaça. (CAVALARI, 1987, p.126).

Essas perseguições, prisões, ameaças e torturas que seguiram no período de repressão eram viabilizadas por todo um aparelho militar organizado que se departamentalizaram principalmente nas grandes capitais do país.

Foram assim criados em setembro de 1970, os vários Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e Centros de Operações de defesa Interna (CODI). Os DOI-CODIs tinham existência legal, recebiam verbas orçamentárias regulares, eram comandados por um oficial do Exército e operavam inicialmente em São Paulo (em substituição a OBAN), Brasília, Rio de Janeiro e Recife.

No ano seguinte foram criados novos DOI-CODIs em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza. E em 1974 foi criado o de Porto Alegre. (CAVALARI, 1987, p.127-128).

A primeira metade dos anos 70 foi, em suma, um dos períodos de maior repressão e de desafios para os militantes dos movimentos sociais. A resistência desses movimentos sociais e da pressão popular se fazendo valer contra o regime foi aos poucos ganhando espaços e conquistando suas reivindicações.

Em 1974, o general Geisel assume o poder propondo, segundo Santana:

[...] quatro objetivos principais: a manutenção do apoio militar majoritário, através da redução do poder da linha dura e do restabelecimento do caráter profissional dos membros das Forças Armadas; o controle da subversão que ainda persiste após o governo Médici; a promoção do retorno à democracia, por um processo de distensão “segura, lenta e gradual”; e a manutenção das altas taxas de crescimento econômico. (SANTANA, 2007, p.160).

Alguns eixos centrais devem ser evidenciados neste momento, essas medidas mais moderadas e de uma lenta e gradual “abertura” estavam em voga por vários motivos. Um deles – e talvez o mais crucial- foi a pressão de diversos grupos de interesse da sociedade cujo poder econômico e político, ameaçavam a estabilidade do governo militar.

O problema da sucessão de Médici e a tentativa de realinhamento de forças entre setores preponderantes levava o antepenúltimo presidente militar a afirmar que a paz política deveria prevalecer como condição fundante da democracia que o regime estava buscando. Portanto, aquela deveria ser mantida de toda e qualquer forma. De preferência pelo consenso.

A idéia de que deveria prevalecer um determinada paz política perpassava, assim, todo o regime militar e se constituía no elemento chave de seu suporte ideário de democracia e, portanto, de sua busca de reconhecimento, o qual continuava significando a construção de uma mentalidade favorável tanto às ações e aos atos quanto às idéias e aos valores da ditadura. (REZENDE, 2003, p.161).

Porém todo o discurso do governo vinha ao encontro do interesse de continuar estabelecido no poder, mantendo uma relação de paz com os setores da sociedade contrariados nos anos anteriores.

Se por um lado os militares erguiam uma “falsa bandeira branca” perante a sociedade, por outro, alguns setores da sociedade também se “aproveitavam” dessa “paz” para estabelecer um diálogo crítico sobre a democracia proposta e a democracia desejada pela população. O posicionamento de grandes nomes da intelectualidade do país também foi de grande importância no questionamento do regime imposto que figurava e atuava amparado pela idéia de democracia segundo o seu ideal de nação.

Desta forma, Florestan Fernandes argumentava que a luta política precisava desprender-se da órbita burguesa. Livrar-se da pressão conservadora, bem como de sua concepção bem como de sua concepção de democracia. Para ele, era preciso redefinir a forma política de democracia que se estaria buscando, a qual não tinha nenhum sentido se os diversos setores não encontrassem espaço no cenário político. As suas posições se inseriram num grande debate nas ciências sociais ao fazer uma crítica feroz da transição como um processo de estabelecimento de uma democracia eleitoral e representativa dos mais iguais e dos mais privilegiados. (REZENDE, 2003, p.163).

A partir de então, surge no cenário nacional às primeiras ações do movimento pela democratização, no qual além de intelectuais, setores da sociedade vieram compor esse movimento discutindo, debatendo opiniões e propondo alternativas de enfrentamento ao regime.

Os debates que surgem da reunião desses diferentes setores dão início as discussões acadêmicas sobre essa nova proposta democrática no país, como podemos observar a seguir:

Diferentemente dos anos anteriores, a partir de 1974, a democracia passou a ser amplamente problematizada pelas ciências sociais, tanto com relação ao seu sentido e significado, quanto no que se referia às medidas políticas e às ações dos diversos grupos sociais no que dizia respeito aos seus papéis na construção de um processo democratizante. A luta do regime para elaborar um sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia dialogava, a partir daí, com essa gama de discussões e críticas que emergiram das condições sociais vigentes naquele momento. (REZENDE, 2003, p.170).

Essa discussão sobre democracia é decorrente de uma necessidade real da vivência, por parte do setor sindical e demais movimentos, reivindicando uma solução ou uma resposta por melhores condições de vida.

As pautas levadas nas discussões evidenciavam as expressões da desigualdade vivenciadas pela classe trabalhadora que era entendida como a causa consensual e central no debate democrático dos movimentos sociais pela democracia. O próprio movimento estudantil, nos anos que se seguem, incorpora essas **demandas** como bandeira de luta e estímulo para suas **ações**, como veremos mais adiante. Porém, reiterando, nessa época a evidência da desigualdade era verbalizada e evidenciada, principalmente, pela classe trabalhadora.

Penosamente, na brecha das próprias contradições da expansão capitalista poderosamente ajudada por esse quase fascismo, as classes sociais dominadas voltaram a reconstruir a política. Pondo por terra e inviabilizando a política salarial do governo e, com isso, sua capacidade de previsão e de aglutinação do novo e poderoso bloco burguês, recuperando suas entidades antes sobre intervenção e, engenhosamente, encontrando formas de, ao enfrentar diretamente os grandes grupos econômicos, obrigando-os a acordos salariais [...] Como à crise de hegemonia, nunca resolvida, somou-se uma crise de previsibilidade, as Forças Armadas viram, de repente, fugir a terra de sob seus pés. Reapareceu, então, em lugar do consenso imposto, o consenso “policia”, isto é, democrático. Nessa passagem, o movimento popular prosseguiu na ofensiva, até a Constituinte de 1988, a chamada “cidadã”, por Ulysses Guimarães. (PAOLI, OLIVEIRA, org., 1999, p.64-65).

A segunda metade da década de 70 e a década de 80 é toda marcada por conquista de espaços de diálogo junto ao governo, por meio de pressão popular e garantia de direitos. Tudo isso como consequência de uma luta coletiva de diversos movimentos sociais, entre outras organizações da sociedade, que pouco a pouco foram recuperando suas entidades representativas e recompondo a legitimidade das organizações.

É nesse contexto que surge o “novo movimento sindical” e as importantes greves de 78-79-80; a reorganização do movimento estudantil, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), as Organizações de bases seculares e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Igreja. Em 1978, Geisel iniciou uma política de “diálogo” com a oposição organizada, através do Senador da Arena Patrônio Portella. (CAVALARI, 1987, p.207).

Ainda segundo Cavalari (1987), isso significou uma nova elaboração de ações - vindas do diálogo com essas organizações – resultando na “Emenda Constitucional

nº 11” que na prática invalidava o AI-5 proporcionando aos militantes e organizações políticas à volta **participação** junto à sociedade.

Ou seja, a partir de 1975 e 1976, com a emergência dos movimentos populares e de diversas formas de organização da sociedade civil que traziam para a arena política suas reivindicações e, como afirma Vera da Silva Telles, seus desejos de liberdade. (REZENDE, 2003, p.174).

O governo militar cedia aos poucos à pressão popular que ganhava mais força à medida que as condições de vida iam ficando mais difíceis e não atendidas. Havia um esforço dos militares para que a abertura política fosse dificultada, mas, no final dos anos 70, já não havia como negar que a organização dos movimentos pela democratização estava cada vez maior e incontido.

Apesar da criação de vários expedientes para conter a oposição, a partir de 1977, percebe-se que o panorama político brasileiro começa a se alterar, estimulando o crescimento das lutas populares – haja vista o surgimento do novo movimento sindical e das importantes greves que eclodem nos anos seguintes, dentre outras iniciativas de demais setores da sociedade, como o movimento pela Anistia -, pelo isolamento político cada vez maior do regime e pela crise do modelo econômico. (SANTANA, 2007, p.163).

As negociações entre o Estado e os movimentos sociais começaram a surtir gradativamente os resultados esperados, como a ampliação de alguns direitos e a conquista de outros. A liberdade, sendo uma das principais bandeiras dos movimentos vai ganhando concretude com a efetivação da anistia³⁴ bem como a volta do pluripartidarismo.

A união entre os diversos movimentos sociais também marcou essa época na qual o movimento estudantil também ganha destaque e reconhecimento. Sobre esse período e mais especificamente sobre o ME brasileiro encontramos que:

Até 1978-1979, registram-se destemidas tentativas de reorganização da entidade – como foi o caso das executivas de curso das engenharias e da medicina, entre 1972 e 1973 (portanto, no auge do terrorismo de Estado), da criação do primeiro DCE, o da USP, em 1976, assim como as mobilizações dos estudantes em São Paulo, em 1978. Mas foi apenas em 1979, em Salvador, que o movimento estudantil se rearticula *nacionalmente*.

³⁴ “A anistia pode ser considerada uma grande mobilização da sociedade civil, durante esse período de transição do regime militar. A luta pela sua conquista começou em 1978, ainda no governo Geisel, por iniciativa do Movimento Feminista, que tinha à frente Terezinha Zerbini. Nos anos seguintes, ganhou adesão de diversas organizações sociais – dentre elas, a OAB, a Associação Brasileira de Imprensa, e a UNE -, cujo papel fundamental era denunciar as arbitrariedades cometidas pelos militares.” (SANTANA, 2007, p.164-165)

Ocorre aí o Congresso de Reconstrução da UNE no mesmo contexto em que se rearticula a esquerda no país. (BRAZ, 2009, p.712-713).

O Congresso em Salvador é considerado um marco, porém a volta efetiva da **participação** dos estudantes não se deu imediatamente após o encontro, como podemos perceber no trecho a seguir:

Então em Salvador, no XXXI Congresso (1979) existia certo otimismo em relação ao restabelecimento da UNE e a sua luta, mas percebe-se que ela não atendeu às expectativas dos estudantes, uma vez que sua atuação, a partir do fim do regime militar, não teve o mesmo destaque. (SCHIMITT, 2007, p.6).

A reconstrução dos espaços utilizados pelo movimento estudantil e sua **articulação** nacional atingiu primeiro as capitais estendendo-se nos anos seguintes ao interior do país. À medida que encontros de estudantes iam sendo realizados, os debates ampliavam e atingiam mais pessoas dispostas a militar na reorganização do ME nacional, seja pela **participação** em CAs, representação de curso em congressos etc.

Entre 1975 e 1980, São Paulo era o estado em que o movimento estudantil se encontrava organizado, seguido do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. [...]

Nesse período, surgiram várias correntes estudantis que, mesmo tendo bandeiras comuns de luta – como a derrubada da ditadura, o retorno da liberdade democrática, a anistia e a Assembléia Nacional Constituinte -, divergiam quanto à forma de conduzir o movimento estudantil, bem como à análise da conjuntura política do país.

Para reorganizar o movimento estudantil em âmbito nacional, a partir de 1976, os jovens passaram a realizar Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) em substituição aos encontros de área que aconteciam na época do fechamento do regime. (SANTANA, 2007, p.185).

Alguns autores consideram essa fase como o ápice do movimento estudantil nacional, que sem medo tomou as ruas das cidades protestando e reivindicando não só questões da área educacional, mas todo um conjunto de medidas para a abertura democrática.

O movimento estudantil voltou à cena pública, entre 1975 a 1980, tendo atingido o seu ápice em 77, com grandes manifestações de rua em todo o país. Desde as importantes greves estudantis de 75 até a reconstrução da UNE em 79, o movimento foi marcado por uma crescente organização e mobilização. (CAVALARI, 1980, p.209).

Os Encontros Nacionais de Estudantes foram ocorrendo e neles podia-se notar que eram acentuadas as disputas ideológicas das diversas correntes que iam se formando no movimento estudantil. O posicionamento do coletivo de estudantes sobre as eleições do país foi formulado depois de muita disputa assim acentuando as divergências e acirrando o campo de disputas.

Um dos reflexos dessas disputas pôde ser notados no processo eleitoral (DCE) realizado na USP:

Cinco chapas representando as diversas tendências estudantis concorriam às eleições: “Caminhando”, “Refazendo”, “Libelu”, “Alternativa” e “Organizar na luta”.

Mesmo contando com a adesão da maior parte dos alunos da Universidade, o processo eleitoral foi bastante tumultuado. Na Faculdade de Direito, no largo São Francisco, a direita queimou as urnas. Ao final da eleição agentes do DOPS roubaram todas as urnas da Cidade Universitária antes da apuração ter sido, efetuada, e, posteriormente, telefonaram para USP, avisando que a chapa “Refazendo” havia ganho as eleições. (CAVALARI, 1987, p.222).

Com todos esses acontecimentos mais a suspeita de fraude os estudantes se organizaram em mais uma tentativa de realizar o pleito. Segundo Cavaleri (1987), após quinze dias e com uma **participação** maciça dos estudantes a chapa “Refazendo” vence a disputa, porém provoca insatisfação das demais chapas que tinham vínculo com partidos políticos. A Chapa vencedora diferentemente das outras assumia caráter “independente”, ou seja, suprapartidária.

Apesar desses conflitos internos que se repetiam em diversas eleições no movimento estudantil, essa foi uma época de efervescência do movimento estudantil nacional. Os conflitos e a contradição em algumas ações tornavam o movimento, por vezes, frágil, porém não desmerecia toda a trajetória que os estudantes estavam construindo junto à sociedade.

Dentre outras coisas, pode-se citar, como exemplo, as duas reivindicações concomitantes que aconteceram na época: a defesa do ensino público e gratuito e verbas para as instituições particulares.

Apresentava, ainda, limites, principalmente por refletir os interesses da classe social a qual pertencia – a pequena burguesia que, por sua vez, só estava interessada em ampliar seu processo de ascensão. [...]

Mesmo considerando que o movimento estudantil tivesse sérias limitações, não podemos deixar de reconhecer sua importância enquanto força política organizada nas décadas de 60 e 70, principalmente pelo fato de sua atuação se dar em um momento histórico de grande violência e repressão. (BARBOSA, 2002, p.6).

O movimento estudantil nacional acaba sofrendo um relativo enfraquecimento, o protagonismo das lutas populares no país nos anos que se seguiram foi assumido pelo movimento sindical e pelos trabalhadores principalmente da região do ABC paulista.

Apesar da reconstrução da UNE, o movimento estudantil em 79 já se encontrava em descenso. Ainda aconteciam algumas esparsas manifestações, mas eram a nível local e não representavam a maioria dos estudantes.

Em abril de 1979, no dia 18, foi organizado o último “Dia Nacional de Luta” pela anistia e, no dia 21, foi organizada uma manifestação em frente à Delegacia Regional do MEC, para protestar contra a cobrança de sobretaxas por escolas particulares, acima de 38% permitido pelo MEC. (CAVALARI, 1987, p.230).

O descenso do movimento estudantil no final da década de 70 - comparado com anos anteriores - pode ser interpretado por diversos aspectos, mas o que merece destaque é justamente a mudança de conjuntura da política nacional. O protagonismo do movimento estudantil compõe os processos de mudança das relações sócio-políticas do país, tais mudanças abrem oportunidades de outros setores de “esquerda” liderarem reivindicações frente à sociedade, como no caso do movimento operário nas décadas que sucedem. A conjuntura, marcada também pelas condições econômicas precárias, passa a afetar diretamente a classe trabalhadora, que emerge e se organiza protagonizando uma nova fase de lutas por direitos e ampliação de espaços.

Buscamos com este item da pesquisa contextualizar a conjuntura da transição da década de 70 para a década de 80, destacando: como se caracterizavam e se justificavam as ações de repressão do governo ditatorial; a conjuntura dos movimentos pela democracia; e quais as principais repercussões dessa fase no ME do Brasil.

Sobre a repercussão desses acontecimentos nacionais no cenário do ME-UEPG trataremos no próximo item deste trabalho.

2.2.2 – *Repercussões da Conjuntura no ME-UEPG: alguns elementos constitutivos(1980-1999)*

Como pudemos observar, no item anterior, os elementos extraídos da fala dos sujeitos de pesquisa demonstram, a organização inicial do movimento estudantil. No início da década de 70, este não se configurava como um movimento social, pois ainda não apresentava as **demandas específicas**, **ideologias** e espaços de debates, que caracterizam um movimento.

Porém tais análises, nos apontam que foi a partir dos espaços ocupados por essa organização de estudantes da UEPG, que se inicia a trajetória do ME-UEPG, no final da década de 70.

Para entendermos as relações da conjuntura nacional do país com esse início da estrutura organizacional, do movimento estudantil na UEPG nos anos 80-99, lançaremos nosso olhar a partir da segunda metade dos anos 70, as quais repercutem diretamente no perfil do ME-UEPG.

Durante todo o processo das entrevistas, a posterior transcrição e reflexão sobre as depoimentos, pudemos identificar que várias partes do processo iam se complementando e se repetindo. Foi então, que localizamos alguns pontos de destaque com relação ao início da composição do ME-UEPG.

Existia em Ponta Grossa nos anos 70, como vimos na primeira parte do trabalho, a influência da igreja na formação política dos jovens. Porém assim como a igreja, existia também um grupo de jovens de diversos colégios estaduais que se reuniam para estudar teatro.

Mesmo sendo em grande maioria estudantes secundaristas, foram integrantes desse grupo que compuseram anos depois a formação das chapas de oposição às primeiras representações estudantis, na UEPG, vistas anteriormente.

As atividades teatrais no país, muitas vezes, eram estratégias utilizadas por professores e alunos para estabelecer um diálogo mais crítico mesmo com o eminente risco de serem castigados pelo regime, no Paraná não foi diferente:

O CPC do Paraná desenvolveu-se no contexto de transformações sociais que o país estava vivendo no período pré-ditadura militar, “como um movimento político-cultural constituído pelo entrecruzamento entre a arte, a educação e a política, permeado pelos objetivos de educar e de mobilizar o povo politicamente”. [...] O objetivo era o de utilizar apresentações culturais – música, teatro, cinema, literatura e outras atividades para conscientizar a

população com relação as questões políticas, econômicas e sociais que permeavam aquele período, ou seja, tinham como meta a produção da arte popular revolucionária. (SHIMITT, 2007, p.8).

A formação teatral, de caráter crítico, no Brasil se constituía na época como uma alternativa de formação política dos jovens. No Paraná, como vimos na passagem de Shimitt, esse movimento também teve destaque. Sobre influência desse movimento Ponta Grossa não se isenta desse contexto. Como destacam os sujeitos de pesquisa.

Segundo o Camargo:

*Então nós nos conhecíamos dentro de um contexto de **liberdade cultural**, lendo **textos** de Millôr Fernandes, Gabriel Garcia Lopes e vindo desse meio numa época de restrições militares, **nossa formação foi sendo mais crítica**. Uma **pessoa que contribui** muito pra essa formação era uma professora que dava aula no Instituto de Educação chamada Rosélis Napoli, ela deu uma base de literatura muito crítica para a época **vinculada aos movimentos sociais e políticos** da época, essas coisas não estão nunca separadas. Ao mesmo tempo que da aulas ela faz mestrado na USP, quem passou por ela tinha um clima diferente.*

Podemos notar na fala de Camargo que o grupo (teatral) proporcionava aos estudantes a sensação de liberdade, mesmo que fosse apenas no contexto cultural, era um momento onde eles podiam vivenciar uma experiência mais crítica³⁵. Outro ponto importante que caracteriza o grupo teatral é a "função" política na formação dos jovens, aliando o ensino da história da literatura **articulada** aos movimentos sociais. A figura da professora também merece destaque, pois ela promove o elo entre as influências externas de conjuntura nacional em relação às **práticas e ideologias** vivenciadas pelo grupo teatral.

Essa formação também foi relatada na fala de Ruiten, que mesmo não sendo do mesmo grupo político, reconhece a diferença e a importância desse grupo no processo de surgimento do movimento estudantil:

*A gente calcula que **a comunicação** que mantínhamos com pessoas arejadíssimas, como por exemplo, o Adriano Pilatti, Fernando Durante e de todo um grupo que se formou a partir da **vinculação artístico e cultural** aqui na cidade ajudou nos **anos seguintes a compor** os outros grupos.*

³⁵ Sobre este elemento teatral crítico, que caracteriza a vida estudantil, indicamos o filme: "Sociedade dos Poetas Mortos" de 1989.

A fala de Ruitter destaca um aspecto importante da composição segundo ele “pessoas arejadíssimas” que aproxima ao aspecto de liberdade apontada na fala de Camargo.

O vínculo do grupo, no ponto de vista do entrevistado, girava em torno dos aspectos artísticos e culturais que influenciam na adesão de outros sujeitos, bem como de outros grupos, quando esses sujeitos ingressam na universidade nos anos seguintes.

Lembramos então de uma passagem de Schmitt, que destaca essa heterogeneidade na composição do ME:

Na ditadura, o Movimento Estudantil, assim como em outros momentos da história, foi um grupo heterogêneo de estudantes com relação à classe social que eles pertenciam e também pelo nível de escolaridade, médio e superior, mas que manteve certa coerência de idéias, no pré e no pós-64, estabelecendo um norte de ação e discussão que almejava a conquista de benefícios para todos os brasileiros, tendo como parâmetro a democracia. (SCHMITT, 2007, p.4)

É importante lembrar que apesar de predominantemente secundaristas, existiam também alguns estudantes universitários e professores que integravam esse grupo. Vale também destacar que o espaço físico da UEPG - Central, era o local de reuniões e atividades desses jovens.

Essa interação dos secundaristas com o meio universitário também pode ser considerada uma forma de estabelecer vínculo mais próximo quando eles entram para a graduação.

Marcos Fontinelli, mais conhecido como “Black”, foi um dos integrantes dessa formação teatral, circula como secundarista pelo espaço a universidade e somente em 82 ingressa na graduação.

“Black” contempla em sua fala o seu vínculo com o teatro, deixando transparecer a importância dessa relação em sua vida, mais especificamente sobre o início de sua formação teatral ele diz:

*A partir dos meus 15 anos (1977) eu fiz parte de grupos **estudantis, de teatro**, aqui em Ponta Grossa então eu já vivia esta coisa de tentar interferir, não digo mudar, mas **interferir nas questões sociais** que o país vivia. E quando **foi 80-88**, com vinte e poucos anos, eu já me preocupava com a realidade do Brasil.*

Em Ponta Grossa, as influências dos meios que faziam a formação política dos estudantes não eram somente os meios teatrais, outro espaço já citado anteriormente, é o da PU.

As PUs tiveram sua origem no movimento da Ação Popular da Igreja Católica no país, com influência da Teologia da Libertação. Com o passar do tempo as Juventudes Católicas passam a ter diversas subdivisões e posteriormente a criação das PUs.

A Igreja, por meio das pastorais, também fazia esse papel de apoio aos diversos movimentos sociais e compunham também junto ao movimento estudantil nacional.

O interesse pela AP, nos vários momentos de seu romantismo revolucionário, não se restringe à sua importância nos movimentos sociais e políticos, especialmente no meio estudantil. [...]De modo que estudar a evolução ideológica da AP pode eventualmente trazer luz ao conhecimento de uma parcela da esquerda latino-americana. Além disso, o processo que gerou a AP no seio da Igreja foi precursor da Teologia da Libertação e de importantes movimentos católicos nos anos subseqüentes, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base. (RIDENTI, 1998, p.2).

Em Ponta Grossa, a PU - Pastoral Universitária também era uma formadora política, pois em sua sede chamada Oásis aconteceram vários episódios marcantes no processo histórico do ME-UEPG.

Assim como a professora Rosélis no grupo de teatro e em suas aulas de literatura, outro nome se destacou na formação dos jovens ligados à PU foi o padre Giuseppe Leonardi. Lembrado em diversas oportunidades pelos sujeitos de pesquisa. Segundo o relato de Josiane Wambier, que começou sua **participação** na PU da UEPG, o Pe. era uma figura que tinha posicionamentos políticos acentuados e que por vezes era ignorado por setores mais reacionários:

*Então tinha o Pe. Giuseppe Leonardi que veio da Itália pra trabalhar com Pastoral Universitária depois quando saiu daqui ele participou como coordenador geral das PUs no Brasil, depois voltou para a Itália. Ele é **paleontólogo, era uma pessoa que tinha um reconhecimento internacional na área** da paleontologia, inclusive de ter aparecido no Jornal Nacional por ter feito bastante descobertas. Durante todo o período que ele esteve aqui na Universidade ele **nunca foi convidado pra dar uma palestra pelo departamento de Geociências, mas era justamente por causa da posição política dele.** Por que a Pastoral Universitária de Ponta Grossa com a coordenação dele seguia a linha da Teologia da Libertação.*

O posicionamento político do Pe. Giuseppe apesar de ganhar a adesão dos acadêmicos, até mesmo os que não eram religiosos, não era aceita de forma pacífica pela coordenação local da Igreja Católica e tão pouco de alguns setores da Universidade. Tal insatisfação acaba por contribuir para a transferência do Pe. para outra localidade.

Um episódio do ano de 82 relatado por Gabriel Kravchychyn, pode de alguma maneira ter servido como “a gota d’água” para a coordenação mais conservadora da Igreja ter pedido a transferência do padre.

Gabriel conta que:

*Eu me lembro na época de campanha pro DCE, tinha a pastoral universitária aqui perto, e tinha o Padre Leonardi - senão me falha a memória-eles **fizeram uma verdadeira armadilha um dia**. Me fizeram um convite, para que todas as chapas que iam participar da eleição fosse lá representar seu grupo. E na verdade foi uma armadilha, eu fui lá pra “apanhar” me trucidaram. **Ai sem dúvida nenhuma foi premeditado**, eu me lembro inclusive do irmão do Péricles o Aderbal ele era um cara muito radical, ele não tinha propósito. **Eu me senti massacrado** depois daquele dia, e ele não sabe, mas eu **fui conversar com o bispo da cidade**, pra contar o que tinha acontecido. **E coincidentemente**, depois que eu expliquei o que tinha acontecido ao bispo, o **padre Leonardi foi transferido daqui**.*

Gabriel era considerado na época um estudante mais ligado a direita conservadora, e como conciliava o trabalho na UEPG com a **participação** na política estudantil, suas ações foram por vezes rotuladas como alinhadas à administração da universidade.

Um nome muito freqüente em nossa pesquisa, apontado como o principal **articulador** do grupo que se contrapunha as vertentes conservadoras foi o, então estudante de direito, Aderbal Holleben Mello³⁶. Na fala de Gabriel podemos notar que as **ideologias** entre os dois grupos que montaram as chapas para a eleição do DCE eram divergentes. Tivemos certa limitação com relação à contraposição de falas que relatem esse episódio que aconteceu no Oásis, pois somente Gabriel fez menção ao episódio. Portanto, o único aspecto que podemos trabalhar e talvez o que mais se destaque é o fato da transferência do padre e o esvaziamento que a PU sofre por conta desse fato.

Aderbal é, na maioria dos depoimentos, lembrado como uma liderança nessa época tendo contribuído tanto para o processo histórico do ME-UEPG, quanto pela

³⁶ Na oportunidade dessa pesquisa localizamos a página pessoal de Aderbal no site de relacionamentos Orkut e por 2 vezes não obtivemos resposta quanto a sua disponibilidade em conceder a entrevista.

sua **participação** política na formação do PT em Ponta Grossa que determinava, de certo modo, suas ações estudantis.

Ele é lembrado também por Rüter:

*[...] houve o **lançamento de uma candidatura** de um colega e amigo meu até hoje, até hoje (reafirma) que é o Aderbal Holleben de Mello, que é irmão do Péricles. E o Aderbal ele tinha **uma presença muito política ativa**, e ele era essencialmente inteligente.*

José Rüter conta nessa passagem que Aderbal liderava a candidatura de uma chapa que disputou com ele as eleições para o diretório, mas que não conseguiu vencer na oportunidade. Rüter diz que sempre procurou manter um diálogo positivo com os grupos de oposição, que ajudavam – com suas cobranças – a apontar os caminhos de sua gestão.

Mesmo não conseguindo ganhar as eleições de DCE no final da década de setenta esse grupo intitulado de “esquerda” não parou de participar da vida política estudantil e passa a integrar o movimento de reconstituição da UPE no início dos anos 80. Este fato reafirma que o movimento estudantil, não se restringe as entidades representativas de estudantes.

Segundo Camargo que também compunha esse grupo:

*Nós **participávamos também nesse período, do movimento de reconstrução da UPE** como não existia sede, só o governo Richa depois que vai tentar reverter essa questão da sede. Mesmo assim fomos até Curitiba e **participamos da reunião e da eleição da diretoria não só votando como fizemos uma chapa chamada “Canto Geral”** de um livro do Pablo Neruda, mas na contagem geral de votos acabamos perdendo.*

De acordo com o blog oficial da UPE, encontramos que:

Com a reorganização da UNE, desencadeou o processo de reestruturação de várias entidades pelo país afora, com a UPE não foi diferente. O congresso elegeu como o primeiro Presidente após ditadura, o acadêmico Vicente Palhares ligado ao grupo Viração. (UPE, 2009).

No cenário nacional do Movimento Estudantil durante toda a década de 80 são vivenciados fatos que contribuíram para a organização democrática no país, destacando o desafio para os movimentos sociais lançarem estratégias de inserção em um novo modelo de **participação**.

As lutas e movimentos sociais ocorridos nas décadas de 1970-1980 no Brasil levaram à construção de um novo paradigma da ação social. Embora a classe operária tenha participado dessas lutas, tenha se reorganizado, construído centrais sindicais e entrado na política institucional por meio da eleição de alguns de seus membros, trata-se de uma nova classe operária. Interessada em participar da sociedade de consumo, a nova classe lutará por bandeiras democráticas, e, paulatinamente, o socialismo deixará de ser uma bandeira mobilizadora. (GOHN, 1995, p.159).

Muitas das conquistas que serão evidenciadas nesse período, são conseqüência e resultado do processo de lutas das mobilizações dos movimentos sociais na época de resistência a ditadura, pois o movimento é processual e tem desdobramentos que repercutem em tempos e de maneiras diferentes.

A década de 80 foi extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais. A luta pelas Diretas-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxe de volta as eleições para a Presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais, a criação das entidades organizativas amplas do movimento popular [...] (GOHN, 2003, p.126)

Sobre essas experiências político-sociais percebemos na fala de Wambier:

“Bom, eu entrei na universidade em 1980 eu tinha uma prima que estava fazendo Serviço Social, eu entrei no curso de Letras, eu fiz Letras. A Miraci (prima) participava da Pastoral Universitária, na época, então ela já me convidou de cara, e me levou num encontro que ia ter pros calouros e a Pastoral Universitária, participava bastante do Movimento Estudantil na época.

Até o final dos anos 80 a PU assume papel central na formação político-social de muitos militantes do ME-UEPG. Mostrando que a união de organizações da esquerda no Brasil era reflexo até no interior do país. Era uma conduta comum da igreja a partir dos anos 80 começar a compor suas lutas junto a outros movimentos um exemplo disso é:

No estrutural destacam-se: o empobrecimento das camadas populares e a necessidade das mulheres trabalharem fora de suas próprias casas, para completar o orçamento doméstico. No conjuntural destacam-se: a organização das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, a influência do Movimento Feminista e do Movimento da Anistia. (GOHN, 2008, p.2).

O momento político no país nesse período de é de reabertura democrática, porém os movimentos sociais necessitam somar forças para impulsionar as mudanças.

A fala da Professora Josiane Wambier relata sua experiência pessoal quando teve seu primeiro contato com o ME da UEPG. Na maioria das vezes, os primeiros contatos com o ME causam a estranheza por parte do jovem recém chegado à universidade:

*“A linha que se seguia era da **Teologia da Libertação**, que eu não conhecia até entrar na Universidade. Então eu comecei a conhecer a Teologia da Libertação é... **ouvi falar de Dom Oscar Romeiro... então a questão da América Latina a crítica que o pessoal fazia... e ditadura então eu entrei na Universidade e pra mim nunca tinha tido ditadura no país, e estávamos nos anos 80. Então todos os partidos que eram partidos de esquerda, estavam ali dentro, o PT praticamente não existia então eu vi o pessoal lidando sabe? Com os centros acadêmicos e falando do DCE, e falando... em 80 também, 79/80 foi a época de reconstituição da UPE da UNE então o pessoal falando dessas coisas, e o DCE que tava na época em 80, ele não quer saber dessas coisas (risos) então a Pastoral Universitária que trazia.***

Com o fortalecimento dos debates apoiados pela PU o movimento estudantil foi a cada ano ganhando mais adesão da comunidade acadêmica. No estudo exploratório isso se refletiu pela grande quantidade de sujeitos que foram sendo indicados para a entrevista, pudemos refletir que talvez tenha sido o período de maior efervescência política no ME-UEPG. A conjuntura política, de luta pela liberdade e por democracia, também era um fator determinante no cotidiano dos universitários.

De acordo com levantamento feito na UEPG sobre as referências de movimento estudantil a visão da Pastoral era a seguinte (ANGREVES, 2009) “E agir em favor das classes empobrecidas procurando efetivar a relação entre o meio popular e a universidade, dessa forma colocando o saber a serviço de todos.”

Outro sujeito significativo que atuou no ME-UEPG nesse tempo foi Juca Francisquini:

*“particpei de um **momento importante** aqui que foi a **eleição da chapa momento em 1980**. E porque que essa chapa é importante? Ela é importante porque **quebra um ciclo dentro da Universidade**, ela quebra um ciclo que dava pra gente dizer tipo um... **ciclo conservador** ela coloca o ME da Universidade inserido dentro daquilo que era o ME no estado do Paraná e no Brasil com a participação inclusive em congresso da UNE, que não era uma prática muito comum até então aqui em Ponta Grossa, e nós participamos em 80 no Rio de Janeiro, na PUC do Congresso da UNE algumas coisas importantes aconteceram nesse ano a chapa era presidida pelo Arildo Locateli. **Começou a surgir um a movimentação muito grande dentro da universidade.***

Essa comunicação com a UPE, citada por Francisquini, é de fundamental importância para o MEB que tinha a grande responsabilidade de reconstruir essas

entidades da maneira mais dialógica possível. Encontravam nas bases essas alianças, como as PUs, pessoas que participavam de Comunidades Eclesiais de Base, ou seja, toda a reestruturação do MEB-Movimento Estudantil Brasileiro ganharia a ‘cara’ das ações tomadas naquele período histórico.

Estabelecendo esse diálogo com os sujeitos de pesquisa se torna necessária a volta de algumas discussões já iniciadas em partes anteriores deste trabalho. Uma delas é o regime político que costurava toda essa conjuntura vivida nacionalmente, e em específico, no Movimento Estudantil na UEPG.

Sendo um período tão marcado pela repressão na conjuntura nacional, como os estudantes na UEPG conseguiram manter esse crescimento dos grupos de oposição? Existia repressão em Ponta Grossa? Esse é outro aspecto que também podemos encontrar na fala dos sujeitos de pesquisa.

A ditadura, desde o início, sempre suscitou oposições. Estas se multiplicariam, principalmente nos últimos anos da década de 1970, tornando-se então difícil encontrar alguém que apoiasse explicitamente o regime que se extinguiu. (REIS, 2010, p.173).

Na entrevista com Camargo, pudemos notar três passagens que evidenciam essa relativa pressão que existia tanto em Ponta Grossa, quanto na sua própria **participação** no movimento. A primeira passagem é relativa a uma época anterior a sua entrada na UEPG, ele faz um relato a fim de problematizar a questão da repressão em Ponta Grossa:

*Em 1969, veja como a repressão em Ponta Grossa existia: Na época das eliminatórias da copa, o Brasil jogou contra o Paraguai e o jogo foi em Assunção. Saiu de São Paulo um grupo de jovens para assistir o jogo três colegas, em um carro, e passaram por Ponta Grossa. E aqui em Ponta Grossa chegou **uma notícia que um grupo terrorista do movimento estudantil tinha causado um transtorno no norte do Paraná o Major Índio do Brasil, aqui de Ponta Grossa manda prender o grupo de jovens vindos de São Paulo que passavam pela cidade, supondo que era o mesmo grupo que tinha feito os “ataques” no norte do Paraná. E quem fez o relato dessa história em uma entrevista foi um dos jovens da época, chamado Paulo Coelho. O Major Índio aqui de Ponta Grossa disse algo mais ou menos assim sobre o Paulo Coelho: “Sujeito barbudo, fedido, desequilibrando o ambiente passando por aqui. O que eu faço é levar ele e seus amigos para prestar depoimento, no quartel suspeitando que fosse o grupo do movimento estudantil, mas logo vi que não tinha nada a ver e liberei o grupo.”***

Esse Major Índio era linha dura batia forte pra coibir a movimentação, e o Péricles, teve um episódio que foi chamado por ele pra prestar depoimento. Surge aí um fato que comprova que existia a repressão em Ponta Grossa.

O episódio, ocorrido próximo as eliminatórias da Copa colocam na cena a figura do Major Índio representando nesse fato os mecanismos de repressão da ditadura, que existia em Ponta Grossa na época. Segundo Camargo, Paulo Coelho relata o fato em um de seus livros.

Camargo segue contando o episódio ocorrido com um dos jovens em Ponta Grossa (Péricles):

[...] começam se formar grupos MDB jovem, o Laroca que fazia engenharia civil fazia política como o Péricles. Inclusive tem um episódio que eles são presos no quartel para prestar depoimento. Em um sete de setembro, me parece ou algum momento político da cidade, eles levantaram um “liberdade agora” e o quartel chama eles.

Em pesquisas feitas sobre essa época aqui em Ponta Grossa e sobre esse Major descobrimos que o nome completo dele era Índio do Brasil Lemes, e que realmente era ligado à repressão, segundo o Blog “Tortura Nunca Mais”³⁷. A organização, que dá nome ao Blog, foi formada em 1985 com o objetivo de reunir informações do período é composto de familiares de desaparecidos bem como por ex-presos políticos.

No blog encontramos uma espécie de dossiê³⁸ do Major que contém três ocorrências envolvendo seu nome e em uma delas constam as seguintes informações:

A última lista em que se encontra o nome de Índio do Brasil Lemes e a de “Encarregados de IPM”, à página 140 do Tomo II, volume 3 “Os Funcionários” do Projeto BNM. A denúncia encontra-se no Processo 04/69 da 10ª Região Militar/CJM que teve como apelação ao STM o n.º 39 313 e trata de réus acusados de efetivarem pichamentos com os dizeres “baixo a ditadura” e “anule seu voto”, em Ponta Grossa/PR, nas eleições a prefeito da cidade, em novembro de 1968. (TORTURA NUNCA MAIS, 2010).

Não temos elementos suficientes para afirmar a relação do relato feito por Camargo com o que consta documentado pelo Blog, mas podemos perceber que o Major era vinculado aos órgãos de repressão e que atuava em Ponta Grossa.

Uma passagem sobre a repressão também consta no depoimento de José Rüter como podemos ver a seguir:

³⁷ Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/denuncias.asp?Coddenuncia=87&ecg=> Acesso em 17 de setembro de 2010.

³⁸ Material em anexo, ao final dessa pesquisa.

Existia uma mania na época das instituições ficarem vigiando os alunos materializadas nas ações, como por exemplo, de tornar os CAs em atléticas e muitas das correspondências que chegavam ao DCE, o pessoal da área de informações da inteligência dos órgãos públicos tinham essa observação, mas eu exigi que essas correspondências não fossem submetidas a terceiros. Como eu tinha um bom relacionamento com o reitor, professor Álvaro, eu nunca senti dele nem de outros um clima repressivo ou uma censura com relação a minha postura no DCE

Ruiter na ocasião de sua estada enquanto acadêmico da UEPG servia ao exercito também. Segundo passagens nos depoimentos de Josiane Wambier entre outros, ele era tido como direita, porém mesmo sendo militar nunca passou a representação de uma “pessoa truculenta”, se mostrando sempre aberto ao diálogo. Por vezes ele até apoiava as ações dos grupos ditos de “esquerda”, e atualmente mantém um diálogo fraterno com os outros sujeitos desta pesquisa.

Em seu depoimento Ruiter não cita nenhum desacordo explícito sobre a ditadura militar, tão pouco cita esse aspecto. Talvez por este vínculo, sua gestão do DCE não tenha sofrido restrições. O que podemos afirmar é que os determinantes da ação repressiva nessa época eram variáveis como diz Cavalari (1987):

[...] as possibilidades de ação política, e de manifestações no interior das universidades ainda eram razoáveis. Variavam de região para região e dependiam muito da atitude de reitores e professores [...] (CAVALARI, 1987, p.151)

Alguns estudantes participam de encontros políticos em Curitiba, onde puderam presenciar a ação de “intimidação” por parte dos setores de segurança, segundo o relato de Camargo:

O movimento que precede as “diretas já”, é o movimento pela anistia que foi quanto retorna do exílio o Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes. Quando ele retorna ele acaba passando em Curitiba para dar uma palestra, e nós fomos até lá assistir. Isso era anos 80 já, e existia muita gente tirando fotos da gente pra saber e identificar quem que foi até o local ver o Prestes falar, pra conferir se já tinha ficha no DOPS.

O processo de transição política da ditadura foi gradativo, e mesmo sendo, os anos 80, um período de transição ainda existiam muitas ações por parte do serviço militar.

Ao general João batista de Oliveira Figueiredo, presidente da República empossado em março de 1979, caberia dar continuidade ao processo de abertura política. Embora mantendo um comportamento ambíguo –

enquanto sancionava a lei da Anistia e revogava os decretos que cerceavam as atividades estudantis, reprimia greves, interferia em sindicatos e expulsava estrangeiros envolvidos em movimentos populares -, o presidente não deixava dúvidas sobre suas convicções e disposição em possibilitar o retorno da democracia no País. (RODRIGUES, 1994, p.12)

Existiam, também, contradições e fragilidades além de brigas de poder internas às organizações militares. Isso aliado ao fato da pressão popular e do crescimento das revoltas dos trabalhadores, frente às condições econômicas do país, provocava instabilidade nas ações da ditadura.

As estratégias política e psicossocial do regime deixavam sempre um sentido dúbio para o processo de desengajamento em curso na era da abertura. Por um lado, havia uma significativa movimentação de alguns setores organizados no interior da sociedade civil desde meados da década de 70, exigindo o fim dos governos ditatoriais. Por outro lado, os condutores do regime não deixavam de insistir na sedimentação de seu ideário de democracia como forma de dar continuidade a processo de construção da aceitabilidade de sua forma despolitizante de conduzir o denominado desengajamento. (REZENDE, 2003, p.323)

Esse sentido dúbio que o regime demonstrava nos anos 80 limita de certa forma, uma análise homogênea do ME- brasileiro, pois existiam regiões do país que a abertura política estava mais avançada, em contraposição a outras regiões onde os militares chamados “linha-dura” ainda atuavam de maneira mais forte.

Nesse período em Ponta Grossa, também ocorriam evidências dessas contradições do regime, quando observamos a fala de Black que relata um episódio onde ele, meses antes de ingressar na universidade é expulso, pelo reitor da época, de um evento do movimento estudantil.

O fato revela a visão de Black com relação não somente a administração da universidade, mas também aspectos da cidade de Ponta Grossa, que apesar de viver em termos conjunturais uma época de início de abertura política, ainda desenha fatos como o que veremos:

[...] nós estávamos na ditadura militar ainda nessa época de transição, mas estávamos. E na época, o reitor da UEPG..., como eu fazia teatro ele me expulsou da UEPG, eu estava aqui dentro na frente do auditório da reitoria e nós tínhamos feito uma campanha chamada “espaço aberto” e ele me ofendeu, falando que eu não tinha nem o segundo grau. É claro, preto e ele que era reitor integrante do partido PDS na época e antigo ARENA, que foi filiado o Figueiredo, então o cara me expulsou. Ele se sentiu no direito, por que eu era preto não tinha nem o que estar fazendo ali, na cabeça dele eu não tinha nem o segundo grau. Na época nós vivíamos na “ditadura”, mas também vivíamos uma época de profundíssima de repressão, então a maneira que eu me vestia eu era logo reconhecido como

comunista. Então a idéia era que tinha que prender, tinha que bater (...). E nós tivemos a coragem de enfrentar isso, fazendo teatro, musica, fazendo algumas coisas que iam ao contrario daquilo que “todo mundo” imaginava e gostaria que fosse feito. Eu sou prazeroso de ter convivido com pessoas como o Péricles, a Zenilda, a Josiane todo o grupo. Alguns que hoje são professores, professoras pessoas que fizeram e fazem parte desse processo de transformação de uma cidade, como é Ponta Grossa, uma cidade reacionária, onde todo mundo leva em consideração o nome. Então sobreviver aqui é difícil, estudar aqui pior ainda.

A repressão militar na época de transição acabava ficando mais ao lado do poder político e administrativo, quer seja das instituições quer seja das cidades e Estados, devido principalmente ao aspecto conflituoso que vivia o regime. No caso do acontecimento relatado acima, ocorrido na UEPG o poder administrativo da universidade, representada na pessoa do reitor, deixou transparecer a **ideologia** que permeava a administração da instituição na época. Vários sujeitos de pesquisa fizeram essa leitura e essa relação ao poder institucional com a própria característica da cidade de Ponta Grossa.

Camargo diz:

Ponta Grossa é mais difícil de romper com o conservadorismo, do que Curitiba porque na capital há grande abertura pra gente de fora, até por ser capital. O que não acontece em cidades menores, como por exemplo, Ponta Grossa, que seria como o bairro mais conservador de Curitiba.

Os acadêmicos acima sentiam essa característica da cidade um destacando como reacionária e o outro relacionando como conservadora. Para não cairmos no erro de colocar um juízo de valor nas falas, buscamos entender melhor essas relações que são evidenciadas no trabalho de Schimanski (2007):

[...] se constatou que o conservadorismo tem influenciado a dinâmica política ponta-grossense historicamente. Observa-se que o campo dessa política tem sido marcado por um jogo de interesse envolvendo os grupos detentores do poder econômico, os quais fazem das “ações políticas” uma expressão de seus interesses pessoais. É interessante notar que, mesmo diante da dinâmica social – que, muitas vezes, suscita os rompimentos das estruturas de poder -, os grupos ligados às oligarquias locais têm se perpetuado no poder, e os cargos políticos foram, em geral, ocupados por representantes de grupos industriais, agropecuaristas e financeiros. (SCHIMANSKI, 2007, p.149-150).

Algumas características da dinâmica social da cidade também influenciam no movimento estudantil em diversos períodos Joel de Oliveira e Rodrigo Rossi sujeitos que participaram do ME-UEPG nos anos 2000 também elaboraram, em

suas falas, algumas problematizações sobre essa relação de poder, trabalhada por Schimanski e citada por Black e Camargo.

Rodrigo através da explanação sobre reivindicações feitas com relação ao transporte público na cidade – nos anos 2000 – traz alguns elementos referentes a esse jogo de poder que influenciam nas ações do ME:

Não que isso represente: “não, porque essa bandeira é questionável!” pode ser questionada, mas talvez seja por conta de achar que não precisa fazer algo nesse sentido porque isso tá representado como uma bagunça ou como subversão da ordem instituída, do que pensar e refletir sobre aquele problema aquele posicionamento sobre aquela realidade e possibilidade. “Será que não seria bom?” então algumas coisas são mais difíceis de discutir na universidade, mas é em função de um conhecimento que não é digamos assim voltado para a questão social, mas um conhecimento que serve a alguns grupos, ai que você vai ver como que determinados posicionamentos vão influenciar na política. Isso vai se ver, em todos os cursos.

Com tudo não podemos dizer que somente em Ponta Grossa existem esses tipos de dificuldades, o movimento estudantil assim como os movimentos sociais em geral tem em comum momentos onde a ruptura com a ordem já estabelecida repercute e mostra os limites de certas ações.

A universidade em si também é um espaço, onde as relações de poder são estabelecidas em sua administração. O perfil conservador ou não delas, é determinado por diversos fatores que não só se limitam ao plano organizacional, como também sofrem as influencias conjunturais. Sobre o tema encontramos um artigo de Matos (2004) que na integra soa até mesmo como uma critica do autor sobre essa relação com a universidade:

Ele resistirá, recorrerá a subterfúgios, formalismos, e, no fim, sua instituição não mudará no ritmo esperado pelas pressões externas. Esse é o aspecto de formação do poder e do **conservadorismo** – que, afinal, representa apenas a discordância de ritmo e forma de mudança em relação a uma vontade externa – para o qual eu queria chamar a atenção. (MATTOS, 2004, p.205).

O processo de mudança social necessita de um tempo maior para repercutir nas estruturas institucionais, até mesmo dentro dos movimentos, como em nosso caso o estudantil, que, durante a primeira metade da década de 80 necessita aprender a trabalhar com as transformações em seu interior.

Surgiram, nessa época, várias tendências estudantis, que, embora tivessem em comum a luta pela derrubada da ditadura, por liberdade democrática, pela anistia e por uma Assembléia Nacional Constituinte, tinham sérias divergências quanto à forma de encaminhar o ME e principalmente quanto à análise conjuntural do país. (CAVALARI, 1987, p.210).

Esse cenário nacional de diversas tendências estudantis também pode ser notada em Ponta Grossa, após o período em que se formavam os grupos “políticos”³⁹ nos anos 80. A primeira disputa em que esses grupos atuaram foi a da diretoria de DCE com cinco chapas concorrentes, sobre essa disputa nos conta Camargo:

[...] quando saem cinco chapas para o DCE-UEPG e um pouquinho antes disso, meses antes da eleição, existe a primeira eleição da reconstrução da UNE, com várias chapas entre elas a “Libelu” que fizeram um movimento aqui também. Mas retomando, existiram essas diversas chapas na disputa pelo DCE naquele ano, e as eleições não eram permitidas nas universidades. Quando a gente quer fazer essa eleição aqui, eu como tinha uma aproximação com o DCE por causa dos jogos eu disse⁴⁰ “Ruiter vamos fazer” ele disse “Não não pode, por que eles não deixam fazer dentro da universidade”. Então decidimos fazer na rua, colocamos três urnas na rua paralela a UEPG, uma na frente onde era o CA de engenharia e outro na frente do DCE então foi assim e a chapa do Ruiter acaba ganhando. Que na época não podia se configurar como direita existia um diálogo mais aberto com a esquerda, mas apesar disso não tinha uma postura de oposição.

Camargo faz a relação das eleições do ME-UEPG como as eleições da UNE que na época também se assemelhou com a disputa em Ponta Grossa, guardadas as proporções, com as diversas propostas dos grupos que integravam o movimento. Assim como podemos ver na citação anterior de Cavalari (1987), essas diversas tendências do movimento se expressam neste momento na decorrência do processo eleitoral.

Também nessa eleição podemos ver as alternativas que encontravam os estudantes frente à restrição de liberdade. O fato de não poderem fazer as eleições nas dependências da UEPG não enfraqueceu a organização do pleito, que ocorreu nas ruas que cercam a UEPG.

Nos anos seguintes esses grupos vão se revezando na diretoria do DCE e compondo o ME na UEPG.

³⁹ É importante lembrar que, por se tratar de um processo, tais grupos não se formaram de uma maneira homogênea, e tão pouco, estruturados em uma metodologia específica de formação política de partidos.

⁴⁰ Camargo fala nessa parte do diálogo que teve com Ruiter, que na época era coordenador do DAJPX.

No país a época era marcada pelo “recuo” do regime militar e a entrada da “Nova República” resultado de todo o processo de lutas populares dos movimentos sociais e das repercussões da insatisfação com a economia do país.

Apesar dos limites da política de “distensão” e dos ataques terroristas da direita, a partir de 77, a conjuntura política do país começa a alterar-se, passando a caracterizar-se fundamentalmente por um crescimento das lutas populares, enquanto se dá o isolamento político do regime e agravamento da situação política do regime e agravamento da situação econômica. (CAVALARI, 1987, p.199).

A primeira metade dos anos 80 foi marcada pela ascensão dos movimentos sindicais (que envolviam trabalhadores das grandes indústrias) e movimentos sociais da área rural, e a nova forma de pressão popular adotada os comandos de greve⁴¹.

Neste período teve grande importância a greve do ABC paulista não apenas pelas novas formas de condução adotadas pelo movimento – comandos de greve eleitos finalizavam uma estrutura de representação que se iniciava nos locais de trabalho – mas também pelo amplo apoio que obteve da população e de instituições, como a Igreja e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). (RODRIGUES, 1994, p.14).

Desse protagonismo do movimento dos trabalhadores, surgem os primeiros atos de formação do Partido dos Trabalhadores, mais uma opção de congregar diversos setores de esquerda no país.

No início de 1982, foi concedido registro ao PT (Partido dos Trabalhadores), que, originado das experiências de luta dos metalúrgicos do ABC paulista, representa uma opção socialista em torno da qual estão os setores da classe operária, dos intelectuais e dos sindicalistas. (RODRIGUES, 1994, p.16).

Apesar do reconhecimento de um partido que emergia das reivindicações e organizações dos trabalhadores e demais opositores do regime, podemos observar que ainda assim existia no país vários partidos com correntes mais tradicionais.

Com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT que representava uma nova forma de participação política, nascido das greves de 1978, 1979 e 1980, em estreita aliança com os movimentos de base e com a Igreja

⁴¹ Medidas bastante comuns que podem ser destacadas nas greves do grande ABC em São Paulo. Um documentário que relata essa época é: “Braços Cruzados, Máquinas Paradas” dirigido por Roberto Gervitz e Sergio Toledo.

progressista, todos demais partidos surgidos da reforma de Figueiredo representavam correntes partidárias tradicionais. (CAVALARI, 1987, P.208).

A organização desse novo partido político (PT) com o viés da nova proposta socialista e com adesão de alguns setores da classe intelectual, logo chega ao contexto do ME-UEPG onde, como explica Camargo:

*No dia que ele surgiu eu estava no “Vagão Lanches” que era ali do lado do DCE - onde é o “Costelão”-, então a gente passava pelo DCE discutia política e ia pro “Vagão” e o Péricles foi um dia lá com o Aderbal dar a notícia: **Está sendo organizado um partido novo o Partido dos Trabalhadores, daí o primeiro questionamento e reação foram “mas nós somos estudantes, então estamos fora” ai ele explicou que não era bem assim e junto com a Professora Zenilda (Serviço Social), começou a chamar a gente para as conversas por conta do nosso interesse.***

As discussões e adesão de alguns estudantes e de professores no partido marcaram algumas atividades de formação do ME-UEPG neste período. Os estudantes além de fazer parte das instâncias organizacionais do movimento também participavam da estruturação desse novo partido em Ponta Grossa; o que alimentava as ações e os debates dentro da UEPG. Os grupos, apesar de terem alguns integrantes que ajudavam nesta composição, não representavam formalmente uma filiação partidária declarada.

O envolvimento do ME com partidos políticos sempre foi uma constante, porém a partir dos anos 70 essa relação “ME e partidos políticos” começa a gerar uma série de questionamentos nos rumos do movimento e que a partir dos anos 80 não mais poderia ser considerado autônomo e independente.

*A **partidarização** do Movimento Estudantil já era sentida desde a época da reconstrução da UNE, em 1979, quando alguns seguimentos do movimento estudantil já concebiam a divisão do movimento em diversas tendências e a vinculação do mesmo a entidades externas a ele, como os partidos políticos, como sendo erros cometidos no passado e que não devem se repetir. A nova UNE deveria ser independente à medida que organizasse os estudantes com as forças oriundas do meio estudantil, e não de entidades externas a ele contra o regime militar e seus instrumentos. (BARBOSA, 2002, p.7).*

Com essa fragmentação dos grupos do movimento estudantil e as várias tendências político partidárias no seio de suas ações o ME nacional acaba deixando um pouco esquecida as lutas coletivas que uniam todos os estudantes em torno de uma só utopia.

Vários são os motivos levantados pelos teóricos com relação a essa “crise”. Talvez um dos eixos centrais dessa discussão seja o aspecto econômico enfrentado pelo país que rebatia fortemente não só no ME, mas nos movimentos sociais de maneira geral:

Os anos 80 alterarão o cenário abruptamente, o poder aquisitivo das camadas médias cai e as políticas públicas passam a privilegiar os atores que foram mais contidos na fase do regime militar: as classes populares. As pressões destas classes, organizadas devido às condições de arrocho a que foram submetidas, passaram a ocupar as atenções dos políticos, então preocupados também com a necessidade do voto popular para legitimar suas ascensões e permanência no poder, desde que parte do jogo democrático havia sido restabelecido no país. (GOHN, 2003, p.134).

O caráter das ações reformistas assumidas no início do regime militar, passa a resultar em insatisfações populares quanto à questão econômica. As reformas educacionais que vieram sendo implementadas desde os anos 60 contribuíram para o aumento da privatização do ensino o que prejudicou os investimentos no ensino público no país trazendo uma série de conseqüências para o ME.

Outra questão determinante para desencadear o “esgotamento” precoce do movimento estudantil a partir do final dos anos 70 foi a profunda mudança no panorama da universidade brasileira. Como se sabe, ao longo do período ditatorial, houve uma expansão acelerada das escolas particulares, em detrimento da redução de investimentos nas instituições públicas de ensino superior. Tal situação modificou drasticamente o cenário universitário nacional, refletindo diretamente na atuação do movimento estudantil. (SANTANA, 2007, p.220).

Essa mudança de cenário no contexto da universidade brasileira contribuiu para a diminuição do interesse dos estudantes pelo ME.

Destacamos quatro eixos - a partir do trabalho de Santana (2007) - de fatores que vieram dessa mudança e que fizeram com que o ME a partir dos anos 80 assumisse algumas transformações importantes também, vejamos:

- 1º eixo: “O cenário econômico” (Santana, 2007) de crise, fez com que os estudantes priorizassem o estudo e alguma atividade remunerada, sobrando pouco tempo para a atividade militante no ME. Nessa época houve significativa baixa na adesão de novas lideranças no movimento.

- 2º eixo: “A partidarização crescente do movimento estudantil” a intervenção de sujeitos ligados a partidos políticos acabou gerando estranheza aos olhos da grande massa estudantil. A impressão de aparelhamento do ME se quando a UNE começa a ter alianças e acordos ligados a **ideologias partidárias**. Alguns estudantes passam a não mais se reconhecer nas ações do movimento. Os interesses de partidos políticos eram mais evidentes do que as questões próprias dos estudantes, que também sentiam não contempladas as suas ansiedades individuais.
- 3º eixo: “O próprio individualismo”. A conquista da ‘liberdade’ democrática – principal bandeira do ME nos anos anteriores – estava sendo alcançada, sendo ela a causa que unia diversos grupos houve um esvaziamento dos interesses coletivos deixando em evidência as **demandas mais individuais dos estudantes**. Já não existia, de maneira geral, uma disposição de unir forças e enfrentar a qualquer preço o sistema que por outro lado se mostrava mais brando.
- 4º eixo: “um processo de abertura política gradual”. A ampliação de espaços formais de **participação** vai melhorando a relação da classe média na sociedade. Os estudantes por sua vez, majoritariamente vindos da classe média, também recuam tornando menos radical sua maneira de manifestar seus anseios. Há uma aparente satisfação perante a abertura.

Tendo em vista essa transformação no cenário do ME nacional mesmo em crise acompanha a campanha pela redemocratização do país, um dos grandes marcos dos anos 80. As passeatas que reuniram vários movimentos sociais pedindo as eleições diretas e a pressão de diversos setores organizados da sociedade se constituiu como a grande vitória da população que se unia em torno da mesma bandeira, uma das últimas experiências nacionais de mobilização da década.

A campanha foi além dos limites político-partidários para se inserir definitivamente na sociedade civil, através de entidades de classe, organizações sociais, associações. Publicitários, jornalistas, advogados, artistas, sindicalistas, empresários, professores, estudantes, arquitetos,

engenheiros e muitas outras categorias se uniam, lançando manifestos e realizando atos Pró-Diretas.

Surgiam, por todo o país, comitês, equipes de coordenação, grupos suprapartidários, para organizarem novas atividades. Nos bares, nos restaurantes, nos locais de maior movimento dos grandes centros urbanos, havia sempre alguma manifestação, uma votação simbólica, um ato público a favor das Diretas. (DOMINGOS, 2004, p.337).

Reuniram-se diversas organizações, que em momentos posteriores não conseguem manter esta força popular homogênea, que existia na década de 80.

A conjuntura que vai se desenhando rumo aos anos 90 é cada vez mais liderada por entidades representativas que buscavam a interlocução com o Estado, na busca por ampliação de espaços democráticos.

Na área da educação também merece destaque as organizações docentes que ganham corpo a partir da década de 80, sendo grande aliado do ME na pressão por mudanças nas IES.

Paralelamente, com o crescente esgotamento do regime militar, no contexto da chamada redemocratização do país, o debate sobre os rumos da universidade foi retomado, sob a direção, principalmente, dos próprios docentes universitários, organizados em entidades representativas, as ADs (associações de docentes universitários), que se multiplicaram ao longo dos anos 80, articulando-se, inclusive, em uma associação nacional, a ANDES (de início, Associação, e, depois, Sindicato Nacional). Essa entidade teve uma ativa participação durante todo o processo constituinte. (MENDONÇA, 2000, p.149).

A organização docente no ensino superior além de contribuir nas lutas por um ensino de qualidade também aproximava sua relação com os estudantes, que de maneira geral reflete em alianças nos anos 90. A **participação** dos docentes no processo da constituinte buscava, de maneira formal e através de proposições, garantir maior abertura nas IES. Essa luta também era reconhecidamente do ME nacional, a mudança nas estruturas das universidades passa a ter um caráter diferente por meio dessas lutas.

Constatava-se, à época, um esgotamento de várias das medidas pedagógico-administrativas propostas pela Reforma de 1968, além de que, mais uma vez, se levantava a bandeira da autonomia universitária. Mesmo que esta discussão estivesse com frequência atravessada por questões de ordem corporativa, havia, sem dúvida, uma retomada da discussão de fundo sobre o papel da universidade, no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira.

Algumas iniciativas foram também assumidas nessa direção por parte do próprio governo federal, sem que, entretanto, tivessem maiores efeitos práticos. (MENDONÇA, 2000, p.149).

O esgotamento da Reforma de 1968 aproximou os estudantes do corpo docente. Apesar de existirem divergências no contexto do ME nacional, em âmbito regional os estudantes organizados nos Diretórios Acadêmicos, CAs, entre outros se aliam às organizações dos professores.

Em Ponta Grossa essa relação próxima entre o ME-UEPG e os professores ligados á setores de esquerda, de certa forma, já existia desde o início dos anos 70 como vimos anteriormente em algumas falas dos sujeitos. A conjuntura, só reforçou a importância dessa parceria nas décadas de 80-90.

Segundo Camargo isso se deu da seguinte maneira:

Essa relação entre nós e os professores ajudou a compor uma abertura maior, anos depois, do movimento na universidade. Por que a maioria se formava entrava para dar aula e continuava fazendo parte da associação de professores. Então isso passou a fortalecer também o movimento estudantil estabelecido.

Essa **articulação** que existia, em alguns momentos, entre os estudantes e os professores pode ser notada na fala dos sujeitos, indo até o último período estudado. A preocupação dos estudantes, a partir da abertura política passou a ser a ampliação dos espaços de **participação** no interior das universidades, bem como a valorização das atividades próprias das instituições organizacionais do ME. Com o esvaziamento das lutas coletivas mais amplas o movimento estudantil tende a se “ocupar” de questões mais próximas do cotidiano acadêmico.

Alguns estudos ainda nos dizem que a partir da segunda metade dos anos 80 o ME nacional, ao perder esse caráter de união e de ‘protagonismo’ nas lutas sociais de maneira geral, fica mais focado na organização formal e interna como os CAs, DCEs, UEEs e UNE.

Segundo Barbosa (2002):

Após 84, encontra-se uma lacuna no movimento estudantil, pois quase não há registros sobre essa época e os poucos encontrados são panfletos e jornais de centros acadêmicos, que divulgam eventos culturais ou relativos à área específica a qual pertencia a entidade. Bem pouco se encontra sobre o movimento geral nesse período.

Essa lacuna aparece justamente no período após a ditadura militar. Apesar de o Brasil ter saído de um regime de extrema repressão e violência, continuávamos a ter problemas internos e externos influenciando a vida dos

estudantes e da população brasileira como um todo. No entanto, parece que os estudantes já não encontravam mais tantos motivos pelos quais lutarem. (BARBOSA, 2002, p.8).

As atividades culturais ainda se apresentavam como uma alternativa para buscar mais adesão e discussão no meio acadêmico, isso também pode ser percebido na UEPG. Uma das ações foi a realização do 1º FUC- Festival Universitário da Canção foi de iniciativa do DCE-UEPG em 1980 os estudantes se mobilizavam nessa organização anualmente até 86.

O Festival Universitário da Canção foi criado em 1980 pelo Diretório Central de Estudantes – DCE, da UEPG, que promoveu o evento até sua sétima edição, quando, por dificuldades financeiras, interrompeu sua realização em 1986. (UEPG).⁴²

Existia também, além da realização FUC, **participação** ativa dos estudantes em grupos de teatro que disputavam o FENATA – Festival Nacional de Teatro, realização de atividades culturais acadêmicas por curso em parceria com os CAs. Em diversas gestões da década de 80, pode ser notada na fala dos sujeitos, essa preocupação com relação à organização desses eventos bem como a própria manutenção da sede física do DCE e seu funcionamento estatutário.

Podemos identificar na fala de Kravchychyn algumas ações feitas por sua gestão:

*Era um momento muito difícil naquela época, o lado político, por exemplo, os Centros Acadêmicos não eram reconhecidos pela universidade que na época só reconhecia o DCE. O movimento militar tinha extinguido com tudo, a representação estudantil acabou. E daí eu usei uma **tática** para ajudar o pessoal que estava interessado. Nós tínhamos uma **relação muito boa com o reitor na época que era o Professor Evaldo Podolan**, fui lá e perguntei “A universidade reconhece o DCE?” ele diz que sim. Então pensei, ele reitor em nome da UEPG reconhece o DCE eu reconheço os Centros Acadêmicos. Mandamos um ofício para cada Centro Acadêmico para que os interessados viessem e ajudassem a tocar o barco. A gente dava uma ajuda financeira para eles à medida que eles iam criando espaços, ajudávamos a pagar aluguel, nas viagens que eles precisavam fazer.*

Como em todo o Brasil, o ME-UEPG também passava pelo momento de reorganização a volta da **articulação** dos CAs e a ampliação de espaços por eles reivindicados também era possível notar nessa época. Outra atividade que tomava bastante tempo e atenção dos estudantes era a administração do RU, que na época

⁴² Site: <http://www.uepgcultura.com.br/fuc/> acesso em: 10.12.2010.

era tarefa do DCE. A maioria dos sujeitos de pesquisa convergiu sobre esse assunto, administrar o RU- Restaurante Universitário era na época considerado um problema, segundo Kravchychyn:

E o que ocupava um grande tempo nosso era o restaurante universitário, era um absurdo. Nós tínhamos que administrar, só que os preços de tudo quem aprovava era o conselho de administração da universidade. Então a gente queria fazer as coisas mas não dava, os preços eram muito altos. Nós tínhamos mais prejuízo com o RU do que lucros e o que mais balanceava e ajudava a equilibrar as contas era a venda de refrigerante, de doces de coisas assim.

Gabriel também nos traz alguns documentos da época em que sua gestão administrava o RU, o balanço era feito em parceria com o curso de ciências contábeis. Os alunos faziam toda a parte de conferência contábil do DCE, com a supervisão de professores.⁴³

A promoção de bailes a fim de arrecadar verbas para o DCE e CAs também foram atividades feitas por sua gestão, ele relata:

...uma maneira de reunir esses estudantes eram as festas. Dá até medo de falar isso, porque na Roma Antiga tinha essa coisa de “pão e circo”. Mas eu entendia como uma maneira de reunir esses jovens e uma vez por mês nós tínhamos um baile (mostrando a foto)⁴⁴ era lá no Clube Guaíra. O falecido presidente do Guaíra, Paulo Nadal Jr. O movimento estudantil daquela época deve muito a ele. Porque ele, por incrível que pareça, aceitava bem a gente, na época a gente não era bem recebido nos clubes sociais em Ponta Grossa. Ele nos cobrava só a taxa de limpeza do clube, e o bar que dava um lucro fabuloso e era dele. Nós só vendíamos ingressos pros acadêmicos, num preço o mais razoável possível e mantínhamos o clube cheio. Isso unia de modo geral quase todos os estudantes, então você pode avaliar o que significa o pessoal estar junto lá num baile. Nós tínhamos um contrato com um grupo musical da cidade na época tínhamos contrato com eles pro ano inteiro porque, na minha época não existiam muitas opções em Ponta Grossa e não tinha um lugar pra estudantes e principalmente um ambiente com música ao vivo, então todos os bailes obtinham sucesso.

Essa parceria cultural ocorria uma vez por mês como uma opção de reunir os jovens e arrecadar dinheiro para o ME-UEPG.

A gestão de Gabriel também é marcada pela não comunicação com a UPE e a UNE, e por alguns posicionamentos que não agradavam os grupos mais críticos ligados ao ME, quando levantamos este aspecto na entrevista ele nos diz:

[...] chegou a nível estadual uma polêmica muito grande com relação à cobrança das taxas e da gratuidade do ensino superior. E aí você vai se arrepiar, eu fui o

⁴³ Os documentos seguem em anexo no final deste trabalho.

⁴⁴ As fotos seguem no apêndice desta pesquisa, intercaladas à transcrição da fala de Gabriel .

único presidente de DCE que votei contra a gratuidade, e aí que muita gente me teve como o inimigo mortal. E tive coragem de defender isso em rádio em televisão, então eu era contra e acredito que ainda é por aí. Eu era contra ser pago como é hoje nas universidades particulares, mas eu era a favor daquela mensalidade que a UEPG cobrava eram quatro mensalidades, era um valor pequeno uns 50 -100 reais hoje em dia. Na minha visão a gratuidade total do ensino, iria gerar muitos problemas pra universidade. Por que quem entra na universidade não era o filho do trabalhador que realmente paga o imposto, essa é a dura realidade. E igual hoje, quem está entrando na universidade nos cursos mais disputados são os estudantes de colégio particular. Então você imagine eu com essa idéia com gente do Paraná inteiro lá, tinha a UPE também na discussão, mas nosso relacionamento não era próximo, se é que existiu. Os caras tinham uma época que eram a favor da gente depois eram contra, mas eu nunca me envolvi com UPE. Eu cuidava do nosso trabalho da nossa obrigação aqui, procurava cumprir o estatuto do DCE a risca.

O não envolvimento com a UPE na época de sua gestão de DCE também contribuía para que suas ações e seu debate não alcançassem argumentações suficientemente fortes para romper com o perfil reacionário de gestão, para a época.

As questões de ordem conjuntural a que se propunham discutir, os grupos de esquerda - como o ensino público, gratuito e de qualidade – não eram debatidos internamente na gestão de Gabriel.

A gestão que sucedeu poucos anos depois demonstrou algumas diferenças e posicionamentos que não se restringiam somente ao ME-UEPG, tinham um alcance de representação nos Congressos da UPE e da UNE também.

Juca Francisquini, uma das lideranças que fizeram parte do grupo que veio após o liderado por Gabriel destaca:

E eu as pessoas que estavam comigo no DCE, entendíamos que o Movimento só seria forte se tivéssemos centro acadêmicos fortes. E a partir dali foi um objetivo nosso é... Era valorizar o conselho de entidades, que reunião representantes dos CAs do DCE e da UPE, era deliberativo aquilo que era aprovado no conselho DCE encaminhava, mesmo que fosse a sua proposta a perdedora.

Na gestão de Juca também havia o estímulo a **participação** nos Congressos da UNE e da UPE o que alimentava as ações do cotidiano dos estudantes ligados aos CAs e ao DCE da UEPG.

A nossa participação nos encontros estaduais da UPE, nos nacionais da UNE, foi muito forte. E Ponta Grossa na época, nós decidimos uma eleição da UPE, uma eleição que acabou sendo muito conturbada uma votação muito apertada. A eleição foi chamada para ser feita por um conselho de entidades, todas as universidades do PR, inclusive todos os CAs votavam. E nós saímos daqui com um ônibus onde quase todos os representantes votariam na mesma proposta, com raras exceções. Pelo número de participantes Ponta Grossa acabou definindo o resultado daquela eleição, a participação era muito forte.

Uma das ações que explicitam a reflexão crítica do papel do estudante, nessa época, foi a entrega do RU à universidade que até então era administrado pelo DCE.

[...] o DCE tocava o RU também. Mas nós entendíamos que aquilo não era função do DCE, o estudante não está lá pra entrar e administrar um restaurante, isso não existe.

Os funcionários eram pagos pela universidade, se eles eram pagos pela universidade porque que o estudante tem que ficar atendendo restaurante? Aquilo tomava um tempo, era um desgaste, terrível nós tínhamos que cuidar de outras coisas e não daquilo. E nós tínhamos que fazer, era efetivamente cobrar que o restaurante funcionasse a preço subsidiado como é hoje, mas administrado pela universidade. E a UEPG bancando o restaurante.

E foi uma assembléia muito forte que nós fizemos, paramos a aula em toda a universidade, e fizemos no pátio central, uma assembléia grande, lotou a praça interna e os estudantes votaram a entrega do RU para a universidade e naquele ano encaminhamos a entrega. E a partir dali nossa função foi cobrar o efetivo funcionamento do RU.

O entendimento de que não era papel do ME administrar o RU e sim lutar para que ele seja um direito mantido pela universidade foi demonstrado com esse ato de entrega administrativa. Além da questão do tempo e do desgaste que a administração do restaurante provocava nos estudantes, também existia outro aspecto também lembrado por Juca:

Muitas pessoas eram contrárias. O que acontecia era que ali era um foco de corrupção, mexia em muito dinheiro todo o dia aquilo além de tomar um tempo, tinha que tomar cuidado porque era um foco de corrupção, uma série de coisas que tínhamos que dar um basta e por um fim naquilo.

A entrega do RU significou a materialidade de um posicionamento ideológico, onde o estudante deve lutar pelos seus direitos e cobrá-los e não mais, ser refém deles.

Existia também segundo Juca, um forte movimento dos cursos. Que reivindicavam melhorias e investimentos para manutenção dos estudos a exemplo de: agronomia e odontologia. Eram cursos que tinham os CAs atuando firme na defesa da qualidade do ensino em ações pontuais.

Sobre o fim da gestão Juca aponta:

Tivemos os CAs bem articulados participando do Conselho de Entidades de Base (CEB), e isso foi um momento talvez único. Que o a gente viu depois na seqüência foi a coisa se esvaziando e se diluindo.

Percebemos no depoimento do entrevistado aspectos que se assemelham ao que acontecia na conjuntura do ME nacional. Como discutimos anteriormente a partir de 84 é exposta uma reconfiguração no ME, de modo geral. Por um lado existe a reestruturação das entidades representativas, e por outro um esvaziamento ideológico capaz de congrega os estudantes de maneira mais ampla.

Essa mudança sentida na maior parte dos movimentos sociais, após a abertura política, pode ser constatada também no ME nos anos que se seguiram.

Questões como a globalização, o crescimento da privatização do ensino e o enxugamento das atribuições do Estado são plano de fundo a partir do início dos anos 90.

Se nos anos de 1960 assiste-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista, os anos de 1990 demarcam uma nova realidade: o imperativo da globalização. Na transição dos referenciais do nacional-desenvolvimentismo para o globalismo, a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas. Diante da constatação de que a educação escolar não consegue responder plenamente às necessidades de melhor distribuição de renda e, por extensão, saldar a dívida social acumulada em décadas passadas, à crença nessa mesma educação como elevador social é arrefecida. (OLIVEIRA, 2004, p.1129).

Com esse descrédito em torno da educação, que é imposto pelas condições conjunturais e a nova ordem globalizante, os movimentos sociais em torno da educação pouco ampliam em número de militantes. A resistência agora é feita por meio dos canais formais de representatividade a exemplo das organizações dos docentes que se uniam aos estudantes para pressionar e garantir o ensino de qualidade e público na sociedade.

Volta à tona, com uma “nova roupagem”, o discurso do progresso econômico em detrimento das condições justas e equitativas de desenvolvimento social.

A universidade mais uma vez é alvo dessas mudanças, pois nela que se havia de produzir a competência técnica necessária a serviço da economia. Para isso, nos anos 90, o estado adota a seguinte postura:

Mudanças substantivas sobre o ensino superior estão sendo, atualmente, introduzidas pela política educacional que vem sendo implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Esse governo, desde 1995, vem conduzindo uma ampla reforma do sistema de ensino. No caso específico do ensino superior, essa reforma, que se consubstanciou na nova Lei de

Diretrizes e Bases e em outros documentos legais complementares, combina-se com uma política de congelamento de salários dos docentes das universidades federais, de cortes de verbas para a pesquisa e a pós-graduação, de redirecionamento do financiamento público, com efeitos, a meu ver, preocupantes, especialmente para as universidades públicas. Essas medidas tiveram um efeito fortemente desmobilizador sobre o movimento docente universitário. (MANDONÇA, 2000, p.149).

O desestímulo da valorização dos professores dão o início de novos tempos para o ensino superior no país, que ao mesmo tempo em que busca ampliar o número de IES deixa de lado a qualidade de ensino diretamente relacionada aos sujeitos que compõem esse sistema educacional principalmente os professores. O congelamento do salário dos professores atinge diretamente os estudantes, com uma péssima estrutura nos cursos de graduação e baixo investimento em pós-graduações. Essa péssima estrutura é composta por falta de professores, baixo investimento em bolsas de fomento à pesquisa e baixos investimentos em laboratórios e bibliotecas.

Os estudantes, assim como os professores, já fragilizados na sua **articulação** interna e externa conseguem fazer mudanças partindo agora das **demandas** locais, porém seu alcance não é suficientemente forte para impedir o avanço dessa reforma, considerada por muitos, arbitrária.

Mendonça, conclui:

Mais uma vez se pretende uma mudança *de cima para baixo*, sem o indispensável envolvimento dos verdadeiros atores, alunos e professores universitários.

A esse respeito é que gostaria de concluir o texto trazendo aqui novamente as reflexões de Anísio Teixeira. Para esse educador, cujo centenário de nascimento se comemora este ano, a *verdadeira* reforma universitária não se poderia nunca fazer, *de fora*, pela mera imposição de atos legislativos. Uma efetiva reforma da universidade teria que nascer *de dentro, pelo debate e resultante consenso do magistério* para que tivesse um impacto efetivo na mudança das práticas (de gestão e especificamente educativas) desenvolvidas no seu interior. (MENDONÇA, 2000, p.149).

Neste contexto, muitas são as tentativas de ampliação do debate sobre o ensino público de qualidade e gratuito bem como a proposta da discussão ampliada sobre Reforma Universitária, por parte dos movimentos sociais ligados a educação. Essas tentativas são atravessadas com instabilidade e devido à fragmentação das lutas sociais não conseguem ganhar corpo suficiente para romper com a lógica privatizante e neoliberal.

Posto esse contexto geral que se costurava a partir dos anos 90, voltamos um pouco no tempo e revisitaremos alguns episódios importantes do ME desse período de tentativas de reerguer bandeiras de lutas coletivas.

Em 92, a sociedade brasileira se mobiliza em torno da crise do governo de Fernando Collor de Mello, dava-se ali uma impressão de que o ME conseguiria reunir forças para se **articular** novamente e tirar do aparente “marasmo” os universitários.

Segundo Barbosa:

Para muitas pessoas, o ano de 1992 parece ter sido um importante exemplo da reaproximação efetiva dos jovens da política, através da participação no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, incluindo a participação dos jovens em uma das maiores manifestações políticas da história do país. Em todas as capitais houve protestos contra a corrupção, pela ética e a favor do *impeachment*.

O movimento estudantil parecia ressurgir, no entanto, com características muito diferentes do movimento das décadas anteriores. (BARBOSA, 2002, p.9).

O chamado “movimento cara-pintadas”, no entanto, configurou-se apenas como uma grande mobilização⁴⁵. A diferença das características do movimento das décadas anteriores, que cita a autora foi a aceitação geral da população em prol da manifestação. As passeatas aconteciam num clima de “... saudosismo e irreverência, ao som de músicas que mobilizaram os estudantes em anos anteriores...” (BARBOSA, 2002).

Esse momento histórico demonstrou ao mesmo tempo a força que ainda agregava o ME e por outro lado a fragilidade de se manter permanente e combativo na sociedade.

A distinção entre o movimento e a mobilização logo foi sentida nas análises dos teóricos:

Tudo isso remetia a pensar que o Brasil contava com o renascimento político do movimento estudantil, mas isso não aconteceu de fato, visto que estas manifestações foram episódicas, caracterizando alguns momentos de euforia coletiva sem muita articulação sólida de sustentação, ou ainda, sem perspectiva de se manter como forma organizativa mais permanente ou como eventual possibilidade de interferência histórica nos processos que se seguiam. (BARBOSA, 2002, p.9).

⁴⁵ Resgatamos, neste momento, o conceito distinto entre movimento e mobilização já discorrida, em uma nota de rodapé, no início deste trabalho.

As manifestações episódicas, recorrentes até os dias atuais, demonstram a pontualidade das ações que passa a ter o ME de maneira geral.

Em Ponta Grossa, as contradições da conjuntura com os aspectos locais, que surgem a partir dos anos 90, podem ser evidenciadas quando: ao mesmo tempo em que o movimento de docentes se organiza, o ME-UEPG se aproxima dele como parceiro em muitas atividades ligadas à garantia de melhorias nas universidades estaduais do Paraná.

Silvana de Oliveira, ex-integrante do ME-UEPG dos anos 90, nos conta sobre essa relação:

O movimento estudantil veio pra mim por conta de um envolvimento que eu tinha no trabalho. Eu trabalhava no sindicato dos professores, aqui da universidade, que na época era “Associação de Professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa” que hoje em dia é o SINTESPO. Quando eu entrei na universidade eu não tinha nenhum vínculo com o movimento estudantil, e aí com o contato com professores acabei conhecendo algumas pessoas que já estavam no DCE, e como eles eram próximos ao sindicato, à associação eu comecei a me aproximar e comecei a atuar também no DCE e depois no CA de Letras.

Percebemos que existia um vínculo entre o ME-UEPG com as lideranças organizacionais de professores da universidade.

A gente veio também com um histórico de relação com um grupo de professores, esse grupo de professores acho que também, nos orientava bastante. Era um grupo de professores o qual nós tínhamos afinidade, havia um trânsito grande, um diálogo e claro que uma influência, nossa tendência era sempre apoiar a iniciativa dos docentes, de participar com, por exemplo, a professora Zenilda Bruginski, que teve um caráter de formação muito grande. Inclusive vindo a ser amiga de muitos estudantes daquela época e até hoje. Existia uma autonomia do ME, porém essa autonomia também era, de certa forma, era resultado dessa formação que a gente vinha recebendo dessa relação com o grupo de professores.

Essa foi uma característica que freqüentemente encontramos nos relatos do ME-UEPG, o apoio dos professores geralmente dando um suporte a organização dos estudantes, seja em campanhas com suporte material custeando Xerox ou fomentando discussões sobre o ensino.

Um aspecto que seguiu desde a década anterior foi a ênfase nas atividades culturais promovidas pelos CAs e como apoio do DCE. Isso também é evidenciado por Silvana:

O CA de Letras, nesse período, era um centro acadêmico muito ativo. [...] Havia uma atividade cultural muito forte vinculada ao CA.[...] Mas foi um período assim,

que não havia uma militância política efetivamente e forte mas tinha uma militância cultural. Era um grupo que montava semanas culturais. Com autores da literatura brasileira, grandes nomes de repercussão nacional, eu lembro ter participado de uma dessas semanas em que veio Moacyr Scliar, Ignácio de Loyola Brandão, nomes de alcance nacional que vinham por conta de uma articulação só dos alunos, dos acadêmicos. Não era uma semana acadêmica montada pelo departamento.

O ME passa por transformações na maneira de se organizar internamente também, buscando cada vez mais tornar sua prática mais próxima e horizontal com os acadêmicos. O que podemos notar é que o ME não deixa de existir, porém o que existe é uma transformação nas **práticas** realizadas pelo mesmo.

Uma novidade, apontada por Silvana, vinda dos anos 90 é o sistema de coordenadorias:

[...] Acabei assumindo junto com um grupo o DCE, numa chapa [...] compus junto aos outros colegas uma coordenação geral, foi uma novidade que a gente inventou. Ao invés de fazer aquela hierarquia de presidente, vice e tal a gente propôs: um coordenador geral, um coordenador de cultura, um coordenador de política entre outros. Eram atribuições, tentando pensar numa relação “hierárquica” diferenciada, quer dizer não havia hierarquia. Os coordenadores não existia ascendência um sobre o outro. O estatuto até então não previa isso, quando ganhamos mudamos em assembléia.

Nacionalmente o sistema de coordenadorias tanto no ME quanto nos movimentos sociais de maneira mais ampla vem ganhando mais adesão. Encontramos, como exemplo, a explicação dada no site do CA de direito da PUC-Campinas que define o seguinte:

A composição do Centro Acadêmico XVI de Abril na Gestão “FORÇA ATIVA” é por meio do Sistema de Coordenadorias. Diferentemente do Sistema Presidencialista, o Sistema de Coordenadorias possui um modelo horizontal, sem uma hierarquia de competências entre os membros da gestão, o que exclui a centralização de decisões na figura de um presidente. As funções distribuídas por coordenadorias de trabalho autônomas, sob a orientação de três Coordenadores Gerais cujas funções excluem a de autoridade ou veto, mostram-se muito mais eficiente no trato das questões de ordem coletiva que primordialmente são tomadas pelo CA XVI de Abril em face dos estudantes.

Assim, a atuação do CA é determinada em suas reuniões públicas, nas quais cada coordenadoria apresenta seus projetos e discorre sobre sua atuação, sendo os pontos principais decididos em conjunto com o grupo, através do debate e do consenso, não estando a mercê do crivo autoritário de qualquer de seus membros.

Tal conduta possibilita a efetiva participação dos estudantes no dia-a-dia do Centro Acadêmico, além de aproximar a entidade da realidade e dos

problemas da Faculdade de Direito. Nesse sistema ninguém trabalha para ninguém. Todos trabalham juntos. (CA-PUC CAMPINAS).⁴⁶

Existia também, segundo Silvana, uma relação de **participação** nos Congressos da UNE e nas reuniões da UPE, foram trazidos algumas vezes para UEPG alguns de seus representantes entre eles o então presidente da UNE, Lindberg Farias.

Essa efervescência no início dos anos 90 relatada por Silvana, não é identificada na segunda metade da década existe a conhecida lacuna documental e a lacuna de fontes dessa época. Segundo alguns relatos foi na segunda metade da década de 90 que o DCE-UEPG e por consequência o ME da universidade sofre alguns períodos sem gestão.

A partir dos anos 2000 as disputas voltam a acontecer, com uma característica partidária muito acentuada, assim como em todo o país.

Pudemos perceber tanto nos relatos dos sujeitos de pesquisa, quanto na análise conjuntural dos anos 80 e 90, que a transformação social que existe no país acarreta mudanças também nos movimentos sociais e organizações. Há quem diga que após os anos 80 o movimento estudantil deixou de existir. Podemos concordar com esse pensamento, desde que se esclareça que tipo de ME deixou de existir. O ME nos moldes de enfrentamento à ditadura com: grandes alianças e parcerias entre movimentos, onde **ideologias** e bandeiras possuíam mais aderência, onde a conjuntura pedia pela união das camadas populares, esse tipo de movimento realmente se reconfigurou, junto com a conjuntura de repressão popular. Por outro lado percebemos que existe ainda a organização estudantil crítica, que encontra nos canais (mesmo que institucionais e mesmo que com fragilidades), uma maneira de fazer valer seus direitos e debater ações **demandadas** de sua vivência.

A transformação ocorrida nas décadas de 80 e 90 na sociedade, mudou o perfil desse movimento bem como o perfil de outros movimentos sociais mais combativos.

O movimento estudantil nos anos seguintes acompanha as transformações do país, como veremos a seguir.

⁴⁶ Disponível em: < <http://caxvideabril.com.br/institucional.htm> > Acesso: 06.11.2010

2.3 - Desafios da Contemporaneidade: Conjuntura e o reflexo no ME -UEPG: (2000-2009)

O novo cenário conjuntural que se desenha nos anos 90 traz novas experiências de exercício da democracia, nesse contexto os movimentos sociais tendem a mudar a estratégia de interlocução com o Estado, passando a ocupar espaços formais de **participação** como: conselhos, fóruns, comissões, orçamento participativo, entre outros:

O fato é que, apesar de todas as dificuldades e conflitos, no decorrer dos anos 90, o campo movimentista se legitimou como participante do processo de elaboração e implementação de políticas estando presente, por exemplo, em vários Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Foi sujeito ativo também na construção de novos canais de participação, instituindo fóruns temáticos voltados à discussão de questões variadas relacionadas com o interesse público. (GRUPO DE ESTUDOS, 1992, p.83).

Além dessa inserção dos movimentos sociais em canais formais de **participação**, se tornou mais evidente nos anos 90 os novos perfis de movimentos, que surgiram a partir de **demandas específicas** da sociedade.

O anos 90 talvez venham a ser denominados no Brasil como a década das lutas cívicas pela cidadania. Observamos a ascensão de lutas que afetam o conjunto da população, de perfil socioeconômico homogêneo, como os menores abandonados nas ruas ou a fome. Ou ainda, ações que têm reflexos no cotidiano da vida de todos os cidadãos, deixando-os indignados, como a corrupção. Como exemplo deste último tipo temos as mobilizações pelo *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo, no movimento “Ética na Política”. (GOHN, 1995, p.205).

Por outro lado, existe também o avanço do capitalismo, que cresce nas tentativas de superação da crise econômica “herdada” do desenvolvimentismo, alargando o poder de regulação do mercado e deixando como coadjuvante o poder do Estado. Por trás deste cenário existe uma **ideologia**, que ganha o auge no país principalmente no início dos anos 90, **o neoliberalismo**.

Estas idéias permanecem como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação. (CHAUÍ, 1997, p.1)

As conseqüências dessa “crise” econômica, ainda segundo Chauí (2000), leva a algumas mudanças profundas na relação econômica – política – social no país. O desemprego passa a ser uma resultante inevitável no avanço do capitalismo que encontra na valorização do “ter” em detrimento do “ser”, o grande mote para o crescimento da “desvalorização do trabalho produtivo”. Essa desvalorização da mão de obra se expressa de diferentes formas como, por exemplo, a terceirização e o crescimento do trabalho informal.

Como conseqüência, desaparecem todos os referenciais materiais que permitiam à classe operária perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta. (CHAUÍ, 1997, p.2)

Nesse contexto, existe um **interesse do capital** na valorização produtiva do conhecimento, transformando o papel das instituições de ensino em mais um setor dessa cadeia de manutenção do sistema.

Na educação, várias mudanças ocorreram a partir da segunda metade dos anos 90. Essas mudanças colocam em crise o modelo de universidade que existia no país.

Em países que ao longo das últimas três décadas viveram em ditadura, a indução da crise institucional teve duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até ao patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre de conhecimento crítico; e a de pôr a universidade ao serviço de projectos modernizadores, autoritários, abrindo ao sector privado a produção do bem público da universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários. (SANTOS, 2005, p.139-140).

Apesar de já ter sido uma das **bandeiras/demandas** constantes dos movimentos sociais na educação nas décadas anteriores a questão do ensino público, gratuito e de qualidade se tornava cada vez mais atual e contemporânea. O caráter autônomo de universidade, que trata Boaventura Sousa Santos (2005), eleva ainda mais o caráter qualitativo de produção teórica, técnica e científica dentro das IES.

Até mesmo a aparente positividade, da conquista de autonomia das universidades, escondia em seu âmago os ideais da ordem econômica:

Assim, universidades e escolas devem ter autonomia gerencial e financeira para cumprir metas, ser produtivas, gerar receitas através de seus produtos, isto é, os cursos devem ser ofertados seguindo o princípio do custo/benefício. Estas propostas seguem o receituário expresso na cartilha do Banco Mundial. (CARVALHO, 2006, p.72).

Essa política adotada em diversos países e seguido também pelo Brasil vem ao encontro do modelo de desenvolvimento proposto pelo Banco Mundial, que principalmente nos anos 90, passa a inserir o contexto de ruptura das barreiras nacionais para o transito “livre” do capital, que culmina no processo de globalização.

A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc.), de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no FMI e no banco Mundial. Estes operam com um único dogma, proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo, qual seja: estabilidade econômica e corte do déficit público. (CHAUÍ, 1997, p.2).

A **globalização**, porém, atinge não apenas a ordem econômica à medida que torna “desnecessária a figura do Estado” (Chauí, 2000), mas também questões culturais, políticas e históricas que transformam a maneira de pensar e agir da sociedade. Essa transformação contribui também para a mudança do perfil dos movimentos sociais.

[...] novas demandas e novos conflitos e novas formas de organização, todos gerados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, genericamente circunscritas como efeitos da globalização, em suas múltiplas faces. Novíssimos sujeitos entram em cena, com os movimentos sociais anti ou alterglobalização. Varias lutas sociais se internacionalizaram rapidamente, novos conflitos sociais eclodem, abrangendo temáticas que vão da biodiversidade, do biopoder, de lutas e demandas étnicas (alguns autores chegam a separar o termo movimento social de movimento indígena) às lutas religiosas de diferentes seitas e crenças. (GOHN, 2008, p.42-43).

A globalização e o avanço do poder do capital transformam a relação de valores tanto nos movimentos sociais quanto na própria ação das políticas públicas. Essa relação, apesar de contemplar os diferentes segmentos da sociedade, passa a valorizar o poder “individual” das lutas sociais.

Na área da educação, por exemplo, as especialidades passam a ser cada vez mais valorizadas e o espírito competitivo criado entre as diferentes áreas reforçam a idéia de educação como mercadoria.

Já no século XXI, o desenvolvimento econômico exige um conhecimento específico e especializado do indivíduo. Com a globalização, surge a valorização do capital humano pela sociedade do conhecimento. A educação passa a ser mercadoria muito cara tanto para o Estado que a financia quanto para o indivíduo que a compra. Seu valor como mercadoria é fixada pelo sistema de preços e não pelo sistema político. (ALTOÉ, 2007, p.51).

Para entendermos como se deu esse processo de mudanças no ensino superior no país é necessário citar alguns marcos na legislação da educação no país que validaram e formalizaram, de certa forma, este processo.

A LDB aprovada em 1996 foi a concretização, segundo diversos autores, da interferência internacional na área da educação e conseqüentemente refletiu os interesses mercadológicos em detrimento à qualidade de ensino proposta pela sociedade civil dos anos 80 (DOURADO, 2002). As transformações “materializadas” na LDB (Lei nº 9.394/96) atribuíram uma cobrança técnica aos docentes, principalmente do ensino superior, que exigia o aperfeiçoamento e a produção científica como um dos aspectos mais significativos para operacionalização da mudança no **perfil** das IES. Para garantir o efetivo cumprimento da legislação foi proposto um sistema de avaliação específica, que levava em consideração aspectos da produção que desencadeariam no, maior ou menor, financiamento de pesquisas bem como de toda a cadeia de produção científica das instituições (MOROSINI, 2000).

[...] com a criação do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (Paiub), que aposta num sistema de avaliação institucional adaptável a cada instituição, mas com parâmetros nacionais, que as universidades começam a examinar a sua instituição, e aí se encaixa o desempenho do professor, inclusive o didático. Pela LDB, ocorre a vinculação do credenciamento e do credenciamento das instituições a uma avaliação de qualidade. E essa implica rendimento dos alunos, mérito dos professores e qualidade da instituição como um todo.

Nessa averiguação da qualidade, devem ser oferecidas ao aluno informações disponibilizadas por boletim sobre a instituição, o curso, seus professores (títulos, experiência profissional, produção científica), número de alunos/turma, laboratório, etc. (MOROCINI, 2000, p.13).

Esses parâmetros estabelecidos na legislação da educação no final dos anos 90 refletem o início, a nosso ver, do “efeito dominó” no cotidiano das relações no ensino superior do país, onde: o Estado cobra a produção e qualificação do corpo docente que, por sua vez, se empenha em estimular o corpo discente à produção

técnica e científica, que por sua vez, se insere no contexto universitário dando ênfase na produção científica afastada, de certa forma e de maneira geral, dos pressupostos sociais dessa produção.

Em síntese, o professor universitário, na última década, sofre uma marcante pressão, advinda da legislação, imposta pela instituição e buscada por ele, para sua qualificação de desempenho, no qual o didático passa a ocupar um papel de destaque. Advinda do governo com o fito de avaliar a qualidade o ensino superior, imposta pela instituição com o objetivo de obter credenciamento da mesma junto ao MEC e para captar os alunos e buscada pelo professor para a manutenção de seu emprego e aumento de remuneração, entre outros requisitos. (MOROSINI, 2000, p.13).

Todo o processo de implementação da “nova” LDB, foi composto pela interlocução com os diversos setores da sociedade ligadas, direta ou indiretamente, a área da educação. Apesar do esforço da sociedade organizada, de maneira geral, em se fazer “ouvida” na redação final dessa legislação o processo não representava as aspirações de diversos setores:

A LDB estabeleceu, ainda, nas disposições transitórias (art. 87, § 1º) que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Plano Nacional de Educação (PNE), indicando diretrizes e metas para a *Década da Educação* (1996- 2006). Tal perspectiva sinaliza para a implementação de políticas educacionais para o país. A proposta de PNE do MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), aprovada na contramão de intensa mobilização da sociedade civil, é reveladora dos seguintes indicativos de políticas para a educação superior: diversificação do sistema por meio de políticas de expansão da educação superior, a não-ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para esse nível de ensino, aferição da qualidade de ensino mediante sistema de avaliação, ampliação do crédito educativo envolvendo recursos estaduais, ênfase no papel da educação à distância. (DOURADO, 2002, p.242).

Em um de seus artigos Newton Duarte (2006) expõe uma reflexão sobre a essa relação entre o papel da formação e das condições dos intelectuais críticos na sociedade contemporânea. No contexto desse novo perfil de universidade e com os quadros de exigências, expostos anteriormente Duarte tenciona as relações de pressão produtiva dos intelectuais como uma reprodução das próprias condições de trabalho inseridas num contexto do capitalismo. A relação de opressão de uma classe em detrimento de outra em um local (Universidade) onde ainda se tem – mesmo que em menor proporção – a ideologia de formação crítica que perpassa os aspectos da formação meramente profissionalizante.

[...] defini como teorias críticas em educação aquelas que, partindo da visão de que a sociedade atual se estrutura sobre relações de dominação de uma classe social sobre outra e de determinados grupos sociais sobre outros, preconizam a necessidade de superação dessa sociedade. Com esse objetivo essas teorias procuram entender como e com que intensidade a educação contribui para a reprodução dessas relações de dominação. (DUARTE, 2006, p.94).

Portanto, no contexto analisado, e com as determinantes conjunturais que cercavam as mudanças na área educacional pouco podemos notar de novo com relação a rupturas com os padrões das relações de dominação. Para Dourado (2002) umas das alternativas seria a ampliação dos horizontes das universidades para além da formação de profissionais *stricto sensu*, segundo o autor, a educação superior deve ser pensada como um “bem” público onde a “construção coletiva” é uma das condições para a ruptura com a lógica de educação como mercado.

Dialogando com os estudos de Dourado (2002), Newton Duarte (2006) também se põe ao desafio de refletir sobre a atual relação do papel da educação na sociedade. O autor diz que existem, em todo sistema educacional (desde a educação infantil ao ensino superior), uma série de:

[...] formas de pensamento que reproduzem o cotidiano alienado da sociedade capitalista contemporânea, o que torna os educadores vulneráveis à sedução sobre eles exercida por ideários pedagógicos que negam a própria transmissão de conhecimentos pela escola [...] (DUARTE, 2006, p.97).

Ainda segundo o autor, deve se resgatar o compromisso “político e ético”, dos intelectuais de educação, de aproximar cada **prática** de pesquisa em análises críticas sobre a realidade contemporânea, que sejam capazes de transformar a mesma e romper com o tratamento reducionista da teoria, estudada nas universidades, como um “glossário de conceitos”.

O professor não é aquele que ensina, o currículo não é constituído de conteúdos de valor universal e o aluno deve aprender a buscar por si próprio os conhecimentos ou informações que tenham utilidade para seu cotidiano. (DUARTE, 2006, p.101).

Esses desafios se mostram fundamentais em relação ao papel do ensino superior contemporâneo, que apesar dos avanços significativos, nos últimos anos, em termos de pesquisa, ainda permanece sobre as influências de **ideologias** de mercado e de competitividade.

Nesse sentido existe:

[...] uma inversão alienante, pois as esferas não cotidianas de objetivação do gênero humano, como a ciência, a arte e a filosofia, deveriam ser a mediação entre cada ser humano e sua vida cotidiana. Ao invés disso o fenômeno que se universalizou na sociedade capitalista contemporânea é o da hipertrofia da vida cotidiana e sua transformação em limite e modelo para todas as relações das pessoas com a sociedade.

Em se tratando da área da educação, vejo a ocorrência desse fenômeno no âmbito da educação escolar desde a educação infantil até o ensino superior, como também no processo de formação do pesquisador em educação nos cursos de mestrado e doutorado. (DUARTE, 2006, p.101).

Segundo o autor, existe nesse momento um distanciamento entre o saber enquanto mediador do conhecimento do “gênero humano” bem como de suas relações sociais em detrimento de um novo perfil de educação, que como já dissemos, se restringe a reprodução e produção de um novo perfil de acadêmicos, que priorizam a inserção no mercado de trabalho sem uma formação crítica de sua própria condição.

Nesse contexto, o ME nacional também passa a ter **demandas** diferentes das décadas anteriores. As mudanças na área da educação trazem para a universidade novos desafios e “novos estudantes”, que compõem o debate no meio acadêmico e do próprio ME.

[...] com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical. A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores. Tudo isto em nome da ideologia da educação centrada no indivíduo e da autonomia individual. (SANTOS, 2005, p.146).

Esse contexto em que as IES se inserem, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90, provoca uma mudança nos interesses dos acadêmicos que não mais priorizavam a **participação** política dentro da universidade, mas sim a **participação** na sua área específica do saber. Nesse momento o MEB passa a ter um novo desafio: o de tentar, além de buscar revitalizar sua **articulação com as bases**, conseguir adesão de novos estudantes que parecem não ter interesse pelas **demandas** do ME.

Devido à diferença do contexto sócio econômico, como já foi mencionado, pode-se notar que as preocupações estudantis estavam mais individualizadas. Os estudantes envolviam-se com menos frequência, em questões de ordem política. As discussões passam a girar mais em torno de questões específicas dos cursos. (BARBOSA, 2002, p.10).

Essa mudança de perfil do universitário e a relação com o próprio papel da universidade na sociedade resultam das ações neoliberais que transformaram, em grande parte, a educação em mercadoria.

Hoje, para uma significativa parcela de estudantes, o papel e função social da universidade, se modificaram. A universidade é percebida de maneira instrumentalizada, como um espaço importante para alcançar – e só – objetivos e demandas profissionais.

Esse pensamento vem ao encontro – e expressa – uma visão do ensino baseada no empreendedorismo neoliberal que marcou os últimos vinte anos e as transformações pelas quais passou a própria universidade no período. Estes elementos estruturais são, a nosso ver, chaves para entendermos a participação estudantil atual: seus desafios, discontinuidades e transformações. (MESQUITA, 2006, p.22).

A partir das mudanças ocorridas na conjuntura política do país, é possível observar que a própria organização do ME nacional se modifica. Não estamos tratando, nesse momento, da **organização** aparente e formal do movimento, mas sim das fragmentações que também passam a ocorrer internamente na formação dos grupos que integram esse movimento. Essas **demandas**, as mais diversas, passam a ser pautas das lutas estudantis e ser – de certa forma – alvo de interesses político partidário. Nesse contexto o ME nacional chega aos anos 2000 com um aparente esvaziamento **ideológico** comum e uma grande disputa de espaços representativos para ocupação de postos de “poder”.

O movimento estudantil nesse período (1999-2001) deve ser pensado, novamente, de forma muito diferente da década de 60 ou ainda 70. Além das diferenças dos contextos nos quais se inseriam, também há um sério agravante: encontra-se muito dividido, principalmente o movimento estudantil geral. Essa divisão é, quase sempre, devida à diferença entre os partidos políticos aos quais as diferentes “tendências” do movimento estudantil estão vinculadas. Geralmente, são partidos “de esquerda” e, às vezes, têm o mesmo objetivo, no entanto discordam terminantemente com relação a forma de se conduzir o movimento. (BARBOSA, 2002, p.11).

Uma observação dessa divisão e “disputa” foi relatada por Mesquita (2003), na qual o autor analisa a relação entre o ME e os partidos políticos na contemporaneidade, em uma parte de seu trabalho, analisa uma das alternativas

“encontradas” pelos estudantes no 46º Congresso da UNE, onde foi proposto um “movimento baseado na união de forças políticas”. A união de forças políticas, que se propunha o grupo, era referente a uma proposta unitária em que as **ideologias** de partidos políticos de seus integrantes não se mostrassem superiores à vontade do coletivo. Porém o autor concluiu que a adesão a essa proposta “apartidária” tomava outro viés ao longo dos debates no encontro, e diz:

Pensando na temática do apartidarismo temos que pontuar que discurso se torna ambíguo e difuso, na medida em que, é medida tendência que serve de partido para se manter enquanto grupo político na direção da entidade e que em vários momentos tem defendido a importância do partido enquanto grupo que organiza os estudantes dentro do movimento. Coloca-se como “neutra” ao falar da “unidade” e do “apartidarismo”. Fala destes dois elementos de um lugar que não é neutro. (MESQUITA, 2003, p.126).

Podemos observar que, em âmbito nacional, o ME chega aos anos 2000 com essa forte característica de tensões entre partidos políticos. O entrave, no entanto, não é a **participação** dos partidos no cotidiano do movimento, mas sim o “aparelhamento” do ME que oportunamente “Na falta de uma agenda clara, impõe-se a agenda dos partidos” (MESQUITA, 2003, p.128).

Atualmente as diversas tendências das juventudes partidárias adotam formas de ação que seguem apenas as orientações dos partidos, limitando inovações que possam vir de maneira original na **organização e atuação** do ME. Os discursos político partidários que permeiam o ME nacional acabam afastando significativamente aquela parcela de estudantes – já citada neste trabalho - que prioriza suas ações individuais e seus interesses profissionais ao entrar na universidade.

Essa dinâmica onde os militantes se percebem enquanto vanguarda – elaboradores de um discurso muitas vezes fechado – distancia cada vez mais aqueles que não participam deste campo político. Para estes estudantes, as regras do jogo são outras. (MESQUITA, 2003, p.129)

Com esse pano de fundo o movimento estudantil na UEPG também chega aos anos 2000 com algumas dificuldades de mobilização dos acadêmicos para a adesão de novos integrantes. Podemos destacar na fala de Rodrigo Rossi o seguinte:

*[...] eu tava falando da **dificuldade do diálogo político na universidade** e isso é reflexo da própria emergência, não tão antiga assim de um diálogo possível. [...] talvez se a gente estudar a proporção da mobilização que reivindica alguma coisa, que se revolta, não quer se adaptar a uma política pública que possa ofender seu direito ou apagar o rumo das conquistas dos trabalhadores e estudantes e tal, você vê aqui uma **dificuldade muito grande dessas pessoas estarem enxergando esses mecanismos de luta como uma saída concreta para os seus problemas. Então é muito mais fácil esperar um decreto do governador ou um estadista “boa praça” que é “bonzinho” e que faz porque ele é como se fosse um gênio que tirasse ali a solução da lâmpada, mas a história prova que não é assim que o trabalhador e a juventude que pressiona que luta por um decreto ou uma política pública. Então entender isso, apesar de ser uma fórmula bastante simples já que se fala no estado e se cobra dele até mesmo sem querer. Apesar de parecer simples é uma dificuldade no movimento estudantil e do movimento político como um todo e na universidade contraditoriamente ao que se pensa (que elas têm a abertura pra se fazer isso) as dificuldades ainda são até maiores.***

Percebemos na fala de Rodrigo que a falta de **participação** dos acadêmicos no ME-UEPG também sofre as influências da própria conjuntura, citada anteriormente, que faz com que o estudante ingresse na universidade mais fechado aos interesses coletivos que permeiam e afetam, direta ou indiretamente, a sua vida como cidadão. Dentro da UEPG também podemos perceber que além do aparente “desinteresse” dos acadêmicos com os debates coletivos da sociedade, também existem influências partidárias que interferem e dialogam neste cenário. Podemos apontar isso quando analisamos a fala de Joel de Oliveira:

*Mas isso eu com **relação a partido político, não vejo que tira a criticidade dos estudantes** só que isso muitas vezes gera um pouco de desinteresse, da **comunidade acadêmica. Porque ela vê política com maus olhos e aí vem o movimento estudantil ligado a partidos políticos, ela acaba entendendo que é uma coisa só. E eu acredito que para os estudantes que nunca participaram da realidade do movimento estudantil não participam normalmente desse debate político [...] de alguma forma a questão do partido político acaba criando essa repulsa.***

A fala de Joel evidencia a existência de aspectos gerais do ME nacional com o próprio ME-UEPG, como discutido anteriormente os partidos políticos pode contribuir na composição do ME de maneira geral, porém os interesses particulares de um partido não devem se sobrepôr, aos interesses gerais dos estudantes.

A relação entre estudantes com partidos políticos, no entanto, não é necessariamente uma coisa negativa, como já foi apontado. O que não é adequado é o aparelhamento do movimento estudantil aos partidos políticos, ou seja, quando os interesses do movimento estudantil são deixados de lado para se assumir a disputa entre os partidos que assumiram as lideranças estudantis. (BARBOSA, 2002 p.12).

É possível identificar, também - assim como no ME nacional – que quando existem **demandas emergenciais** nas universidades os grupos divergentes do ME acabam entrando em consenso e se mobilizando para uma tomada de decisão coletiva. Um exemplo foram as mobilizações pela melhoria das condições das IES, que devido ao processo herdado dos anos 90 tem o agravamento da situação no início dos anos 2000, com falta de professores, greves enfim baixo investimento e poucas propostas de soluções concretas para atender as **demandas da educação superior**.

O contexto de privatização das universidades, o congelamento salarial de professores também atingiu o Paraná:

[...] passou por inúmeras tentativas de reformas e mudanças por parte dos Governos do Paraná, que acabaram gerando conflitos, greves, movimentos tanto das entidades representativas de docentes, técnico-administrativos e acadêmicos.

O objetivo dos governos paranaenses a partir de 1995 foi abrir o caminho legal para uma progressiva redução de responsabilidades do Estado para com o ensino superior, desobrigando-o de investir neste nível de ensino. (ATOLÉ, 2007, p.83).

Essas mobilizações também acontecem e repercutem na UEPG com mobilizações docentes e o apoio dos acadêmicos nas paralisações e nas atividades que promoviam debate sobre as condições de ensino público. Sobre essa relação diz Rodrigo:

Eu fui participando de assembleias tudo que era chamado pelo DCE eu participava. Os debates nos congressos eram consequência da última greve em 2001, eu entrei em 2002, e o resultado da greve para movimento dos professores e estudantes surtiu um efeito bastante positivo entre os estudantes. Eles que levaram a luta organizada pra dentro das universidades levantando um reajuste salarial pros professores, concurso público enfim toda aquelas heranças que tinham ficado do governo Lerner e que o movimento dos trabalhadores e dos estudantes ia buscar uma resposta pra isso. [...] então havia ali o resultado, digamos positivo, da greve.

Essa relação da luta dos professores com o apoio do ME-UEPG também foi significativa na **articulação** de ações para o enfrentamento de uma nova **demand**a no ano seguinte, a falta de estrutura e a implantação do curso de medicina na UEPG. Sobre isso nos conta Joel:

[...] no encerramento do governo Lerner e ele implantou o curso de medicina aqui na UEPG, nos últimos dias de governo. Sem nenhuma estrutura para o curso seguir a frente, não existia estrutura física, o próprio hospital não existia,

professores não existia nada, ele implantou. O governador, candidato na época o Requião, prometeu continuar o curso de medicina. Quando ele entrou, assumiu o governo ele resolveu fechar, então a nossa briga mesmo sabendo que não existia infra-estrutura nenhuma era em favor de manter o curso aqui em Ponta Grossa pra trazer os recursos pra cá. Foi uma briga bastante grande pra mobilizar a sociedade de uma forma geral, passar nas escolas fazendo a mobilização, passar nas salas de aula da universidade, fazendo uma mobilização bem grande em favor do curso de medicina. E eu não era, e nunca fui filiado a partido político, então nessa época eu achava que essa luta era justa não por situação ou oposição ao governo Requião, mas pela questão prática mesmo do que era uma bandeira histórica daqui de Ponta Grossa.

Nessa época existia um grupo que comandava o DCE, porém sua **participação** na adesão das atividades da mobilização não era encampada pelo coletivo da gestão e sim de maneira pontual e individual dos sujeitos. O fechamento do curso de medicina era somente uma das **demandas** do ME-UEPG, que apesar de não ter um posicionamento “oficial” da sua entidade representativa, se organizava e pedia, além das questões referentes ao curso de medicina, contratação de professores, investimento em laboratórios e biblioteca entre outros. Existia a possibilidade de fechamento e alguns cursos e os estudantes dos cursos “ameaçados” passaram a acionar os CAs, Rodrigo que na época era ligado ao CA de geografia e por ter disputado as eleições para DCE contra a chapa que saiu vitoriosa (Muda - DCE) foi até a direção da entidade cobrar um posicionamento:

*Fomos até eles pedir uma reunião para **compor uma luta, diante desse processo, chamar um CEB (conselho de entidades de Base)**. Se por ventura eles não chamassem um CEB nós iríamos chamar a partir da nossa **articulação entre os CAs a gente se comprometeu a ir atrás dos representantes dos CAs para garantir o quórum de acordo com o regimento interno. Nesse momento eu encontrei um dos integrantes da comissão eleitoral, da última disputa, ele estava indignado pela falta de posicionamento do DCE e por que o pessoal o chamava para a discussão cobrando o DCE, ou seja, aqueles que mais discutem política são os mais procurados quando a situação complica.***

Esse fato foi uma tentativa de unificar as reivindicações dos cursos e homogeneizar um posicionamento oficial dos estudantes, porém a falta de posicionamento do DCE deu espaço a ações, de certa forma, desarticuladas das lideranças do momento. Ao mesmo tempo em que os estudantes dos cursos do campus Uvaranas tentavam pressionar a gestão do DCE, os estudantes do curso de jornalismo tomam a iniciativa de acampar no campus central, como estratégia de chamar a atenção da sociedade para os problemas que a UEPG estava enfrentando. Sobre esse período relata Rodrigo:

*As pessoas que estavam envolvidas na cobrança do DCE e na organização de um posicionamento frente à situação do acampamento, que foram tomando a frente das deliberações. E nesse movimento de reabertura de cursos **impulsionado pelo curso de jornalismo, mas também no campus pelo pessoal de engenharia da computação, física (que o curso nem estava ameaçado e alguns estudantes participaram), agronomia que também não estava ameaçado, história o campus central, biologia bacharelado...** Não vou me lembrar de todos os cursos, mas essas pessoas que começaram a se organizar principalmente as do campus (Uvaranas) ficaram com o compromisso de tentar conectar as coisas que aconteciam no centro para poder organizar politicamente o movimento.*

Podemos perceber nesse episódio a dificuldade de **articulação** conjunta entre as diferentes representações do ME-UEPG somada à questão de distanciamento geográfico dos cursos.

Esse distanciamento geográfico, em nosso ponto de vista, pode ser atribuído as próprias medidas adotadas pelo modelo de organização regidas pelo ideal neoliberal. Onde a transformação de instituições de ensino segue o processo de mercantilização, - refletindo o modelo de produção material das fábricas - no processo de produção de conhecimento na universidades. Nesse aspecto podemos inserir na discussão, as próprias transformações dos modelos de produção material colocando em evidência a crise do sistema fordista de produção, que priorizava o processo centralizado da produção, dando espaço para um novo modelo - mais "flexível"- que permitia o deslocamento físico das fábricas num processo de descentralização muito semelhante ao vivido pelas IES. Sobre essa análise comparativa entre o modelo de gestão das fábricas e o modelo de gestão das universidades, destacamos o estudo de Groppo (2006) que trabalha a questão do sistema de autogestão e sua relação com a universidade e o movimento estudantil. Sobre essa influência o autor diz que ela "[...] parece mais clara, reconhecida até mesmo pela literatura acadêmica, entre toyotismo e flexibilização, quando um modo de gestão heterodoxo em relação ao fordismo, criado no Japão, ganhou paulatina hegemonia." (GROPPO, 2006, p.103).

Essas transformações econômicas e as aproximações desses modelos ao sistema educacional interferem nas relações entre os estudantes:

[...] a perversidade dos processos de reformas da educação à luz do neoliberalismo, sob a influência da automização do mercado e do apelo às teorias pós-modernistas: Sob os conceitos de autonomia, descentralização, flexibilidade, individualização, pluralidade, poder local, efetiva-se uma brutal fragmentação do sistema educacional e dos processos de conhecimento, por meio de políticas que envolvem; capital privado subsidiado pelo Estado, escolas comunitárias ou organizadas por centros populacionais (que se

tornam massa de manobra e barganha em troca de favores), escolas cooperativas nos moldes adotados do *volcher* educacional descrito anteriormente [...] (GROPPO, 2006, p.110).

Apesar desse distanciamento geográfico e de comunicação entre os diferentes cursos, na UEPG (Campus Central<-> Campus Uvaranas), o episódio que estamos relatando teve que superar essas limitações e se articular pela luta que se mostrava emergencial.

A urgência de um posicionamento diante da **demanda** também foi fator determinante neste tipo de **organização**, porém existiam alguns pontos de consenso entre as lideranças dos cursos como relata Rodrigo:

*No centro a posição majoritária do curso de jornalismo, história e serviço social eu chegava para eles e minha proposta era a de sempre, **fazer uma coisa articulada com os estudantes do campus Uvaranas**. Existiam algumas divergências, a **idéia deles era mesmo com os cursos fechados os professores darem aulas alternativas nos pátios e no próprio acampamento**. Outra proposta era continuar acampados por tempo indeterminado, porém isso para ser estendido aos alunos do campus Uvaranas era mais complicado ou ampliar o debate: maior investimento para a universidade pública, concursos públicos para professores efetivos [...]*

Esse conjunto de reivindicações durou algumas semanas e contava com a interferência não só das **articulações internas** do ME-UEPG, mas de professores e também políticos.

Segundo Joel:

*[...] uma **luta generalizada das faculdades Estaduais** em prol de contratação de professores que tinha uma deficiência enorme que vinha acontecendo há muitos anos, porém na UEPG chegou uma situação calamitosa que não tinha como... muitos cursos não tinham como abrir o ano letivo **pela falta de professores**. Uma falta bastante significativa no meu curso de história, começou o ano com a maioria dos professores, mas tinha o curso de jornalismo, por exemplo, que tinha uma deficiência muito grande e a maioria dos cursos tinha na verdade essa falta de professor. E aí a gente começou a criar e a **articular um movimento de estudantes e tinha apoio de sindicato dos professores em fazer dessa luta uma contratação imediata mesmo**. Isso chegou e levou ao **acampamento na universidade em forma de resistência e durou algumas semanas**. Teve um resultado bastante produtivo porque primeiro foi um marco na história do movimento estudantil na UEPG que era uma forma de resistência fortíssima. Isso **gerou uma repercussão estadual bastante grande [...]** e foram tomadas medidas paliativas naquele ano, mas que foi uma conquista dos estudantes, e nos anos seguintes tivemos a contratação de professores colaboradores. Repercutiu na mudança da relação com a administração da universidade: uma pressão muito grande na administração da universidade e indiretamente do governo de estado para melhoria de todas as condições reivindicadas. **E a gente viu o resultado disso nos anos seguintes***

A **demanda** do ensino superior sentida na UEPG era uma conseqüência da política de governo estadual que no início dos anos 2000 ainda encontrava-se baseada em promessas de melhoria e pouca ação efetiva. O que propiciava as revoltas da comunidade acadêmica perante a situação encontrada nos inícios e durante o ano letivo:

Acreditava-se que, na gestão do governo Jaime Lerner, (1995-2002) haveria uma reversão dessa tendência, em função de seu Plano de Governo. Porém, isso não aconteceu durante os oito anos de seu mandato. A partir de 2003 o governo de Roberto Requião prometeu reverter esse quadro. Apesar da campanha e das promessas de que a direção da economia e do financiamento do aparelho do estado seria alterada, este nível de ensino público não recebeu o tratamento prometido, o que frustrou a esperança de que, no curto e no médio prazo, as instituições de ensino superior público paranaense recebessem os recursos par uma contribuição maior no financiamento no desenvolvimento sociocultural e econômico. (ALTOÉ, 2007, p.83).

“As condições das IES do Paraná, segundo Altoé (2007), não são extremamente diferentes das dos outros estados, porém algumas ‘ingerências’ governamentais tornaram a primeira metade da década dos anos 2000 marcadas pelo conflito entre o governo e a comunidade universitária:

Assim que assumiu o governo do estado, em 2003, o Sr. Roberto Requião, promoveu uma das mais autoritárias intervenções já vivenciadas pela IES-PR. Com a justificativa de que havia irregularidades na criação dos cursos de graduação do governo anterior (o que jamais foi comprovado), fechou 49 cursos que estavam em funcionamento, gerando um caos entre alunos professores, técnicos - administrativos e nas comunidades onde os cursos foram criados e implantados. (ALTOÉ, 2007, p.104).

A **articulação** do ME com o movimento docente era natural diante dessa conjuntura: os alunos sem professores e os professores sobrecarregados. Era cobrada a produtividade intelectual dos professores, porém não garantida condições mínimas para esta produção, tinham trabalhos aprovados em eventos científicos, inclusive com financiamento para as viagens, porém no momento da liberação, “[...] são negados pelo Governador Roberto Requião.” (ALTOÉ, 2007, p.105).

Para o ME-UEPG a mobilização mais significativa na vivência da **prática**, que ocorreu durante a primeira metade dos anos 2000, foi a luta pelo ensino público de qualidade vivenciando conflitos internos, porém fortalecendo os consensos possíveis. Ambos os entrevistados do período relatam o grande processo de aprendizagem e formação que obteve o ME com aquela conjuntura. Apesar de em

âmbito nacional as correntes partidárias, de certa forma, engessassem o debate – neste período no ME-UEPG – as diferenças de opinião serviram para construir a **base das articulações** dos próximos anos. A esse respeito podemos notar quando Joel diz:

Existia na época todas as correntes possíveis dentro do movimento estudantil e dentro da sociedade, de maneira geral. Existiam, por exemplo, os partidos políticos todos eles praticamente eram representados, entre esses estudantes que acamparam. Os anarquistas que eram contra todo o tipo de burocracia, - totalmente contra essa ordem pré-estabelecida então os debates eram bastante fortes-, bastante intensos e isso também gerou um crescimento pra todos que participaram, porque ali muita gente aprendeu a conviver com o diferente porque mesmo com todas essas dificuldades e diferenças o objetivo principal era o mesmo. Era a contratação de professores principalmente e a melhoria em tudo o que rodeia a universidade, então foi um movimento bastante rico nesse sentido. Que mesmo com todas as diferenças que havia no grupo, diversos partidos políticos, diversas correntes ideológicas e o objetivo principal era o mesmo. Então foi essa união dos diferentes, isso sem dúvida foi uma das fases mais importantes na universidade.

Uma característica importante é que os dois sujeitos não fazem parte do mesmo grupo político, mesmo assim convergem de maneira geral sobre o papel do ME-UEPG diante da mobilização. O crescimento para o movimento estudantil na UEPG se deu através dessa relação entre os diversos grupos, trabalhando as divergências e formando uma espécie de rede em prol da melhoria das condições acadêmicas.

Sobre o tema Rodrigo relata:

Nós fazíamos uma discussão na época naquele contexto que durou pouco tempo, mas que foi um crescimento pra um monte de gente intenso em termos de militância mesmo, que era uma discussão imaginando uma totalidade mesmo. A gente não estava só pela reabertura dos cursos, mas, porque eles foram fechados? Porque o Sr. Governador que se manifestou desta forma, toma essas atitudes agora?

Essa relação próxima entre os objetivos dos diversos grupos que se faziam presentes no ME-UEPG pode ser semelhante com o aspecto das redes que se constituem nos movimentos sociais como explica Scherer-Warren:

As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. Portanto, o que interessa é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais [...] (SCHERER-WARREN, 2006, p.122).

A partir de 2005, quando da contratação de professores - mesmo que colaboradores – a situação nas IES do Paraná começa a ficar mais amena, em relação às manifestações da comunidade acadêmica. Porém essas medidas continuam seguindo a tendência do não comprometimento do estado em detrimento das instituições privadas, como podemos notar:

As Instituições públicas de ensino superior paranaense, [...], foram forçadas a buscarem a complementação de recursos financeiros na iniciativa privada, por meio de assessorias, consultorias, convênios, prestação de serviços e submeteram suas agendas internas às agendas externas para atender ao mercado buscando a via da heteronomia.

No Estado do Paraná as influências das políticas neoliberais articuladas com as diretrizes dos organismos multilaterais, levou os governos a trilharem um caminho similar ao das políticas nacionais e internacionais. (ATOÉ, 2007, p.114-117).

O movimento estudantil na UEPG, atendidas as **demandas** de contratação de professores e investimentos busca outras pautas a partir de 2005. Surgem no cenário estudantil **demandas** e grupos formados a partir de reivindicações específicas como, por exemplo: a da proteção animal e ambiental, pela cidadania e pela ética na política.

O ME-UEPG, mesmo que sem uma continuidade ou uma agenda específica voltada para estas discussões também se reúne em torno dessas demandas, porém em caráter, na maioria das vezes, emergencial.

Um exemplo desse tipo de **articulação** pode ser notada, quando sob a eminência do aumento da tarifa do transporte coletivo, os estudantes encampam uma série de manifestações contra esse aumento em 2006, que demarcou algumas **práticas** do período. Sobre isso nos conta Joel:

[...] em 2006 teve uma mobilização muito grande dos estudantes que compunham o Movimento Cidadão, que fechou o terminal central dia 31 de março. Então isso teve uma repercussão enorme tanto fora da universidade quanto dentro, muitas pessoas começaram a ver o movimento estudantil com outros olhos. A necessidade de ter um movimento estudantil realmente organizado e a partir desse Movimento Cidadão as coisas começaram a ficar, não mais fáceis mas a criar um foco em cima da necessidade do movimento estudantil. A partir daí criamos um grupo o Em Defesa da UEPG e com essa organização a gente conseguiu agregar estudantes de todos os cursos. Cursos mais críticos historicamente dentro da universidade, o próprio curso de história, serviço social, de jornalismo, curso de geografia... Daí muitos outros foram agregando. Curso de direito que não tinha militância forte no DCE, por exemplo, entrou nesse grupo Em Defesa da UEPG que passou a ter quase todos os cursos ali representados.

Essa experiência contra o aumento do transporte coletivo, também uniu vários cursos e grupos do ME-UEPG a partir de 2006. A experiência também marcou a possibilidade do ME organizado ocupar espaço de interlocução com a gestão municipal de Ponta Grossa. Outro aspecto citado por Joel foi a criminalização do Movimento Cidadão. Na época das mobilizações ele sofreu um interdito proibitório:

[...] num âmbito geral a gente vê a criminalização do movimento estudantil, que acontece tanto fora da universidade e principalmente nela. Então nessas lutas principalmente em relação ao transporte coletivo eu mesmo sofri um interdito proibitório em 2006, que é o mesmo mecanismo utilizado na ditadura militar, e esse mecanismo colocava que: se tivesse uma nova manifestação com paralisação de ônibus eu teria que pagar uma multa de 100 mil reais por dia, um absurdo, isso era pra engessar o movimento. Mas o movimento acabou criando mais força e em 2008 de novo eu sofri uma nova ação de interdito proibitório na mesma lógica, se tivesse uma nova paralisação do transporte público uma multa de 10mil reais por dia. E agora recentemente eu recebi uma multa, na verdade uma ação de danos morais da empresa. [...] É o objetivo claro de intimidação porque ela não espera receber esse dinheiro e mesmo que estivesse esperando a gente nunca vai ter condições de pagar uma multa dessas, mas é uma forma de intimidação mesmo.

A criminalização do movimento estudantil é uma **prática** recorrente mesmo sendo a sociedade pautada pelos valores da democracia e da liberdade ainda nos anos 2000, essa intervenção junto ao ME é freqüente. A exemplo disso tivemos, a forte repressão policial, que se deu quando os estudantes ocuparam a USP em 2007(Boletim SINTUSP, 2007).

Outra mobilização que reuniu os mais diferentes movimentos sociais foi a questão da privatização da Vale do Rio Doce. O ME-UEPG também trouxe, em forma de seminário um debate sobre o tema, segundo Joel:

[...] a questão da Vale do Rio Doce também pela re-estatização da Companhia Vale do Rio Doce, ela foi “doada” na verdade pelo governo FHC a um grupo privado o lucro, em 3 meses ele recuperou o valor que ele investiu na compra e foi com o dinheiro emprestado pelo BNDES. Então um absurdo, caso de policia realmente e a gente saiu em defesa também pela re-estatização

Apesar da campanha não ter atingido seu objetivo na pauta do ME, se mostra variada, porém nesse período são poucas as **articulações** com as entidades representativas dos estudantes como UNE e UPE. Podemos perceber que as características do movimento estudantil bem como suas práticas e **demandas** também se modificaram nos últimos anos. Apesar de existir uma aparente falta de unidade e de interlocução com o ME nacional o ME-UEPG, ainda existe, e com perfil

muito parecido com o da maioria dos estados brasileiros, uma **articulação** que reflete as conjunturas vividas pelos Movimentos Sociais ao longo das décadas. Principalmente no ME, onde a permanência na condição de estudante (dos sujeitos) é temporalmente limitada de 4 a 6 anos também contribui para a constante transformação dos perfis de cada local e tornando, de maneira geral, o ME nacional um movimento cíclico, onde as demandas conjunturais acabam sendo as “molas” que impulsionam e encerram ciclos - mais ou menos fortes - desse movimento.

Novos saberes são inseridos nesta **prática** e, esses “[...] saberes são mobilizados pelos participantes/ representantes no cotidiano, interferindo na dinâmica do exercício da cidadania...” (GOHN, 2008, p.58). Ou seja, mesmo com configurações diferenciadas o ME na UEPG foi marcando o espaço acadêmico local a partir de suas inserções e práticas que, de uma forma direta ou indireta, vem interferindo para o alcance das lutas no âmbito estudantil.

2.4 QUADRO SÍNTESE

Para sintetizar os principais conteúdos analisados neste trabalho, buscamos fazer uma síntese que contemplasse os principais elementos que cercaram as diferentes décadas do processo histórico, montando um quadro contendo o substrato dos dados colhidos e trabalhados neste processo.

O quadro conta com os principais fatos que marcaram as conjunturas das quatro décadas analisadas, bem como alguns elementos constitutivos levantados ao longo da pesquisa e o tensionamento desses fatores com o ME-UEPG.

Na descrição “Elementos Constitutivos” do quadro destacamos as seguintes categorias: Atores, Demandas, Práticas e Opositores, porém ao longo das décadas e da descrição no corpo da tabela existem outras categorias e elementos de análise que podem ser identificados intrinsecamente no interior do capítulo II. Assim como também pudemos perceber que ao longo da pesquisa outros elementos, além dos elencados no início desta pesquisa, foram surgindo e se tornando fundamentais para a recomposição desse processo histórico. Esse foi o caso da subcategoria/elemento constitutivo atores que emergiu na fase da pesquisa empírica, portanto torna-se fundamental para a análise do processo em questão.

O quadro tem o objetivo de permitir uma melhor visualização do processo histórico do ME-UEPG bem como da articulação feita, durante a pesquisa, entre as conjunturas e os elementos analíticos que se destacam na pesquisa:

Quadro Síntese						
Período	Conjuntura	Elementos Constitutivos				ME-UEPG
		Atores	Demandas	Práticas	Opositores	
1969 A 1979	<p>> O país ainda sentindo os reflexos do Golpe de 1964 e sob o comando do regime Militar, é regido - em nome do progresso e da segurança nacional - por um conjunto de medidas reformistas em todos os setores da sociedade.</p> <p>>A educação, nesse contexto, também é atingida por esse conjunto de leis de cunho Reformista. De maneira geral, as medidas representavam um projeto de nação voltado ao combate às ideologias socialistas e comunistas em nome do crescimento e da prosperidade econômica do país.</p> <p>> Nas Instituições de Ensino Superior do Paraná a Reforma Universitária resultou, entre outras medidas, na junção das Faculdades públicas dando origem à UEPG, UEL e UEM. Seguindo os princípios da LBD-1969 as IESs ampliaram sua gama de cursos e unificou, com parâmetros nacionais, sua maneira de avaliação quanti - qualitativa.</p> <p>>No Movimento Estudantil nacional houve, nesse período, a destituição do poder legal da UNE e dos demais órgãos de representatividade política dos estudantes. Essas medidas foram legitimadas por meio da lei Suplicy de Lacerda advinda do conjunto de leis da Reforma Universitária.</p>	<p>> Lideranças da UNE(atuando na ilegalidade)</p> <p>>Centros Acadêmicos muitas vezes transformados juridicamente, como uma estratégia do ME, em atléticas e associações de curso</p> <p>>Grupos de esquerda da Igreja Católica (Ex:Ação Popular;Pastorais;Juv entudes Cristãs)</p> <p>>Movimento operário</p>	<p>> Luta pela conquista da liberdade democrática.</p> <p>> Ampliação da qualidade da educação, em todas as séries.</p> <p>>Luta contra as injustiças sociais e em prol da igualdade de acesso e condições de vida dos trabalhadores em geral.</p>	<p>> Nacionalmente, o período foi marcado pela grande efervescência dos Movimentos Sociais que, apesar de sofrerem com a repressão do regime, faziam o enfrentamento militante de resistência com: greves, assembleias e encontros clandestinos bem como articulação entre os diversos Movimentos Sociais.</p> <p>> O Movimento Estudantil, principalmente nos grandes centros, organizavam encontros e reuniões para a tentativa de articular ações em todo o país.</p>	<p>>Ditadura Militar, restrição das liberdades bem como o Projeto de nação imposta pelo governo, que, em nome de do progresso vinculava sua legislação ao poder dos militares sem a participação da população na política.</p>	<p>> Nesse período o ME-UEPG, assume um caráter organizacional, com a realização de festas, jogos da primavera, administração do Restaurante Universitário bem como a manutenção da sede física do DJPX.</p> <p>> Não possui nesse período articulações com o ME-nacional, bem como não possui opositores diretos uma vez que suas atividades eram vinculadas, na maior parte das vezes, à própria administração da UEPG.</p> <p>>Podemos dizer que foi um período de organização dos estudantes e de latência do ME-UEPG.</p> <p>>Nesse período a universidade apesar de ser pública não era gratuita, sendo uma parte da mensalidade repassada ao DJPX para a manutenção e organização. O desligamento financeiro entre o ME-UEPG e a administração da UEPG.</p>
1980 A 1999	<p>>A acentuação da crise econômica bem como a efervescência dos movimentos sociais, principalmente dos trabalhadores, pressionam o processo de abertura democrática.</p> <p>>A discussão sobre uma Democracia verdadeiramente representativa faz crescer os movimentos pelas eleições diretas e por uma reformulação da constituição que contemplasse a cidadania e a democracia ansiadas pelo povo.</p> <p>>Já sob o regime democrático, os anos 90 são marcados pela forte influência das grandes potências econômicas que repercutiram no movimento de globalização do país. Na educação, o ideário neoliberal é inserido aumentando a privatização do ensino e precarização do ensino público.</p>	<p>> UNE, UEEs, CAs (em processo de reconstituição legal)</p> <p>>Pastoral Universitária(ainda nos anos 80)</p> <p>>Grupos Teatrais</p> <p>>Partidos Políticos</p> <p>>Movimento Operário e Sindical</p> <p>>Organizações Internacionais</p>	<p>> Luta pela legitimação das liberdades e por um ideário de democracia construído pelas lutas e reivindicações populares.</p> <p>>Resistência à Globalização e ao Neoliberalismo</p> <p>> Melhoria nas condições das IES que com o crescimento da precarização, sofriam a constante ameaça de fechamento de cursos.</p>	<p>> Greves e indicativos de greves</p> <p>>Mobilizações por meio de: passeatas e manifestações públicas</p> <p>>Ocupação de espaços de representação junto ao Estado, para negociação e formulação de políticas públicas que atendessem as demandas das diferentes áreas</p>	<p>>O resquício das ideologias que imperaram na ditadura</p> <p>> A crescente crise econômica e por consequência as medidas emergenciais tomadas pelo governo que resultavam, geralmente, na precarização das condições de vida da população</p> <p>> A privatização do ensino público</p>	<p>>Esse é o período em que, pela primeira vez, ao identificados grupos de estudantes divergentes.</p> <p>>A época é marcada pelo surgimento das fortes disputas pelas organizações representativas de estudantes na UEPG.</p> <p>> O ME-UEPG passa a participar das pautas estaduais e a dialogar com as demandas nacionais do ME, participando de congressos e encontros promovidos pela UNE e UPE.</p> <p>>Nesse período podemos dizer que há o surgimento do movimento estudantil na UEPG. Com os elementos que o caracterizam como um movimento social. (década de 80)</p> <p>>Com o intuito de tornar as relações mais próximas das ideologias democráticas, é nos anos 90, que o DCE aprova o regime de coordenadorias e extingue o regime de presidencialismo.</p>
2000 A 2009	<p>> A conjuntura é marcada pelos desafios da formulação de alternativas para superação do individualismo provocado pelas mudanças ocorridas nas décadas anteriores.</p> <p>>A crise nas diferentes Universidades são “superadas” em um curto período de tempo, pelo forte investimento de fundações privadas de fomento à pesquisa. Esse investimento cobra o retorno produtivo da comunidade universitária que passa a visualizar a educação superior como um requisito básico para a inserção no mercado de trabalho deixando, de certa maneira, de lado o compromisso social do conhecimento.</p>	<p>>Movimentos Sociais organizados</p> <p>>Sindicatos e associações de trabalhadores de diferentes categorias</p> <p>>Conselhos, Fóruns de interlocução entre a sociedade civil e o Estado</p>	<p>>Defesa de direitos que de alguma maneira precisam ser ampliados ou garantidos</p> <p>>Reivindicações de melhorias dos serviços públicos, os mais diversos, como: transporte público, saneamento, gênero, saúde entre outros.</p>	<p>> Capacitação por meio de assessorias dos movimentos sociais ara ocupação de espaços democráticos como Conselhos Gestores, representação em Fóruns de Políticas, Encontros, Congressos e Conferências.</p> <p>>Manifestações Públicas, pontuais que emergem de demandas emergenciais.</p>	<p>>O individualismo e a fragmentação da sociedade</p> <p>>A forte descrença pela população perante os partidos políticos, que desmobiliza as discussões</p> <p>>O crescimento da ordem econômica na influência entre as relações sociais</p>	<p>>O ME-UEPG, assim como nacionalmente passa por períodos cíclicos de mobilização. Por vezes aderindo a lutas mais amplas da cidade não deixando de lado a questão da disputa interna de representatividade formal.</p> <p>>Assume característica fragmentada e aerada que, contraditoriamente a um aspecto de esvaziamento e fragilidade, ganha força em certos períodos onde as demandas exigem os posicionamentos e as ações dos diversos grupos que compõem o ME-UEPG</p>

CONSIDERAÇÕES PROSEGUINTE

“[...] inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado.” (FREIRE).

Este trabalho teve como propósito estudar o processo histórico do movimento estudantil na UEPG, para tanto iniciamos a pesquisa investigando quais os principais fatos e sujeitos que apareceriam nas conversas informais, uma vez que não tivemos fontes documentais suficientes para que pudéssemos nos orientar. Ao iniciar esse processo buscamos fazer um caminho de estudo exploratório. Nossas conversas “investigativas” foram feitas entre professores que estudaram na UEPG e que participaram direta ou indiretamente do processo histórico, percebemos que algumas pessoas eram citadas por mais de uma vez, e estas foram o ponto de partida para delimitar a amostra de pesquisa. Também como ponto de partida desse estudo, tivemos a certeza que teríamos que compreender o ME inserido no contexto das diferentes conjunturas que demarcaram o período estudado.

Na primeira parte do trabalho buscamos compreender qual o contexto e as principais características do ME nacional, quais eram as principais organizações e como se comportavam diante das diferentes conjunturas que marcaram o país. Observamos que o ponto, temporal, de partida de nosso estudo necessitaria de um breve resgate que destacasse quais elementos do passado influenciavam na composição do ME em 1969 (ano de criação da UEPG) bem como sua contextualização nos movimentos sociais.

Os tempos eram de ditadura, de liberdade restrita, as experiências anteriores do movimento estudantil nacional o elevava como um dos principais sujeitos na resistência contra o regime. Mesmo com suas organizações representativas – UNE, UEEs, Das - já enfraquecidas pela regulamentação das leis educacionais, que cerceavam a **participação** estudantil, o movimento ganhava força. E, à medida que isso acontecia, crescia também a repressão violenta em diversas instituições de ensino no país. O governo tentava impor seus ideais com a falsa promessa de uma democracia de desenvolvimento social, porém o que se via era o crescente desemprego e pobreza. Juntavam se ao ME, na luta contra o regime, diversos

atores um deles e o que mais circulou nas histórias contadas pelos sujeitos de pesquisa, foi a Igreja Católica por meio de seus segmentos mais críticos que seguiam a Teologia da Libertação. Os partidos políticos também, apesar de sua atuação na ilegalidade, apoiavam o ME e compunham junto na formação das **bases** dos grupos do movimento. Nesta época diversos encontros foram feitos na ilegalidade, eles foram necessários para a **articulação** do movimento que buscava atingir lideranças de todo o país.

A criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ou junção das faculdades foi marcada em 1969, decorrente de uma ação que atingiu o país todo, as reformas políticas de cunho desenvolvimentista. Para tanto não era suficiente lançar nosso olhar somente pelo viés institucional. Passamos a observar quais eram as conjunturas que cercavam a transformação das antigas faculdades em universidade e pudemos perceber que naquele momento e com as estratégias adotadas pelo regime seria impossível a educação sair sem modificações daquelas reformas que atingiam todas as áreas. A reforma Educacional e a Reforma Universitária colocaram em prática o mesmo pacote de Leis que cerceavam a **participação** dos estudantes.

Em Ponta Grossa a criação da Universidade era aguardada com grande esperança de desenvolvimento econômico, pela grande maioria da população, porém alguns professores entendiam a complexidade que as ações do regime e apesar de não poderem fazer grandes críticas, anos depois deram seus depoimentos para pesquisadores fazendo uma leitura crítica da conjuntura que viveram naqueles anos.

As primeiras aproximações feitas com a **organização** estudantil vieram através do relato do presidente do DCE em 1969 professor Joani Teixeira, o qual nos aproxima de uma primeira organização dos estudantes da UEPG. Pudemos entender, no entanto que os elementos, as **práticas** e a falta de **demandas específicas**, ao contrario do que se via nacionalmente, não caracterizava um movimento maduro, mas sim uma fase inicial de organização dos estudantes, era um período de latência do ME-UEPG.

A partir dos anos 70, com grande influência de grupos teatrais e da pastoral universitária – espaços estratégicos dos estudantes no período de ditadura – começam a se formar grupos de estudantes que não concordavam com a ligação do diretório com a administração da universidade. Passa-se então o início da formação

de uma “esquerda” dentro do ME-UEPG. Nessa época foi marcada pela acentuada disputa dos grupos pelo diretório, mesmo perdendo o pleito esses grupos encontravam outros canais de **participação** como os congressos “ilegais” que aconteciam, tudo isso compunha um processo de formação política que proporcionava na maioria dos integrantes do movimento uma leitura crítica de realidade.

Na segunda parte do trabalho nos detivemos estudar quais foram os elementos conjunturais do país que desenhavam um solo propício para o nascimento dos movimentos sociais pela democracia, onde o MEB teve um significativo destaque. Nesse momento passamos a identificar quais eram as principais diferenças que marcavam a democracia imposta pelo regime e a democracia a que se propunham os movimentos sociais. Foi nesta parte do trabalho que relatamos quais foram as estratégias **práticas**, encontradas pelo movimento estudantil nacional para o enfrentamento da repressão, tais como: a luta armada e as manifestações artísticas. O final dos anos 70 e início dos 80, foi considerado o ápice do ME que tomou as ruas em protesto pedindo liberdade, numa “brecha” dada pelo regime que se propunha a negociação de “abertura política lenta, e gradual”.

Na seqüência de nossa pesquisa, nos detivemos a analisar as relações e repercussões da conjuntura nacional na organização do ME-UEPG identificamos os principais **sujeitos e ideologias** que permearam a formação dos grupos de militantes na universidade e de que maneira se dava e quais estratégias eram usadas para a realização do processo eleitoral do diretório, uma vez que atividades políticas estudantis eram proibidas. Os sujeitos de pesquisa relatam, nesta parte do trabalho, de que forma se dava a restrição das liberdades no contexto da UEPG. No contexto nacional era um período de recomposição dos movimentos e das entidades representativas, dos mais diversos tipos de movimentos sociais. O processo de abertura culmina em um momento de acentuação da crise financeira, herdada da época do desenvolvimentismo, novos movimentos passam a protagonizar as lutas sociais juntamente com a reestruturação dos partidos políticos, compondo as lutas pelas eleições diretas no país. Em Ponta Grossa, nesse período, o ME perde uma das principais **articulações** de esquerda a PU é extinta com a transferência do Padre que liderava as atividades da organização.

Nos anos 90 o DCE passa a ter algumas inovações na sua **organização**, o regime presidencialista passa a não mais existir, dando lugar ao sistema de

coordenadorias que pressupõe uma organização menos hierarquizada e mais horizontal entre os estudantes. Os CEBs (Conselhos de Entidades de Base) também são organizações de base para a organização formal desse movimento. A ligação dos grupos dos anos 90 com as causas docentes também merecem destaque nesse período, para os estudantes essa **articulação** os colocava mais próximos de uma relação com as **demandas coletivas** da universidade e não apenas de interesse dos acadêmicos.

Na última parte, anos 2000, mostramos que as marcas da conjuntura econômica do país – como globalização e o neoliberalismo – incidem na reconfiguração do perfil das relações educacionais no país e por consequência um aparente esvaziamento e enfraquecimento do ME nacional. As medidas econômicas influenciam na privatização do ensino público o transformando em mercadoria e os estudantes em consumidores. Esse afastamento do governo e o baixo investimento na educação pública geram revolta entre docentes e acadêmicos, porém é sentida uma falta de valorização para as causas coletivas, o individualismo gera a desmobilização na comunidade acadêmica. O movimento estudantil nacional, assim como os movimentos sociais de maneira geral, se fragmenta e as tendências partidárias são cada vez mais evidenciadas nos encontros e congressos promovidos pela UNE e UEEs. Esses fatores contribuem para a falta de motivação de novos sujeitos ingressarem no ME, pois esses não mais acreditam nos discursos político-partidários.

As alternativas encontradas são a união de diferentes grupos em prol das questões emergenciais que interferiam no cotidiano dos estudantes, como contratação de professores, aumento salarial e ampliação de vagas nos cursos.

É nesse contexto de individualismos provocado pela ordem neoliberal que o ME-UEPG se insere nos anos 2000, e, apesar disso consegue se organizar em diversas ações coletivas.

Pudemos com esta pesquisa perceber que o processo histórico do ME-UEPG, sofreu influência das conjunturas sociais do país e que ao longo dos tempos vem aprendendo a se reinventar e reorganizar. Assim como as conjunturas, o **perfil** e as **práticas** do ME-UEPG também mudaram, porém o que acontece hoje não está desligado do passado.

Finalizamos este processo de pesquisa deixando-o em aberto, pois a história do ME-UEPG não terminou, e por mais pretensão que tenhamos em dizer que

chagamos ao fim com todos os objetivos alcançados, este olhar ainda é restrito e delimitado nos permitindo apenas dizer que esta aproximação aos elementos constitutivos que compõem o processo do ME-UEPG não esgota as discussões de 40 anos de história, mas apenas sistematiza um panorama, a partir dos sujeitos que o vivenciaram.

REFERÊNCIAS

ADDPP, Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos. Movimentos Sociais. Curitiba, 1994.

ALTOÉ, Neusa. As Universidades Estaduais do Paraná: os Caminhos da Heteronomia. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

AMARAL, Roberto. O Movimento Estudantil Brasileiro e a Crise das Utopias. Desenvolvimento de Intervenção Oral no Seminário 'Memória do Movimento Estudantil', parceria Fundação Roberto Marinho, União Nacional dos Estudantes, Museu da República e Ministério da Cultura, São Paulo, 2004.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 1980.

ANGREVES, Maiara. Estudo Sobre Movimento Estudantil Através das Monografias UEPG. PIBIC, 2009.

BARBOSA, Andreza. A (Des) articulação do Movimento Estudantil: (décadas de 80 e 90). In:EDUCAÇÃO:Teoria e Prática. Vol 10,nº18.2002

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda:Razões e Significados de Uma Distinção Política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2ªed. São Paulo: UNESP, 2001.

BRAZ, Marcelo. O III CBAS de 1979: A Virada e o Seu Legado às Novas Gerações. In: Revista serviço Social e Sociedade, nº100, São Paulo, 2009.

CANCIAN, Renato. Movimento Estudantil: O Foco da Resistência ao Regime Militar. In: UOL. Educação. Disponível em: [HTTP://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u76.jhtm](http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1702u76.jhtm) . Acesso em: 17 de dezembro de 2010.

CA-PUC-CAMPINAS. O Sistema de Coordenadorias. Disponível em: caxvideabril.com.br/institucional.htm. Acesso em: 7 de agosto de 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Participação Social no Brasil Hoje. In: Pólis. São Paulo, 1998.

CARVALHO, Valéria Fernandes de. A Prática Educativa do Movimento Estudantil Universitário no Contexto do Neoliberalismo: O Curso de Ciências Sociais da UFRJ. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede.Tradução de Klauss Brandini e Roneide Venancio. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALARI, Rosa Maria F. Os Limites do Movimento Estudantil: 1964-1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

CAXVI - CENTRO ACADÊMICO XVI DE ABRIL. Institucional. Disponível em: [HTTP://caxvideabril.com.br/institucional.htm](http://caxvideabril.com.br/institucional.htm). Acesso em: 06 de novembro de 2010.

CCE, UDESC - Centro de Ciências da Educação FAED. O Que é o Movimento Estudantil. Disponível em: [HTTP://www.cce.udesc.br/oqueeomovimentoestudantil.htm](http://www.cce.udesc.br/oqueeomovimentoestudantil.htm). Acesso em 16 de dezembro de 2010.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo e Universidade. Conferência proferida na abertura do seminário: “A Construção Democrática em questão” – FFLCH/USP em São Paulo, 1997.

DIAS, Reginaldo. Elementos para uma História da Ação Popular no Paraná. Revista de História Regional, v.4, nº2, pp.61-91, 1999.

DOMINGOS, Leonelli. Diretas Já: 15 Meses que Abalaram a Ditadura. São Paulo: Record, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. In: Educação e Sociedade. nº80, Campinas, 2002.

DUARTE, Newton. A Pesquisa e a Formação de Intelectuais Críticos na Pós-Graduação em Educação. In: Perspectiva. nº1, Florianópolis, 2006.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das Origens à Reforma Universitária de 1968. In: Educar, nº28, p.17-36, Curitiba, 2006.

FÁVERO, Osmar. Et al. Formação de Profissionais para a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: A Proposta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: forumeja.org.br/gt18/files/FAVERO.pdf_8.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos Brasileiros. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil. Palestra Proferida no: V Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares. UNINOVE, São Paulo, 2008.

_____. Novas Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

_____. Sociedade Civil no Brasil: Movimentos Sociais e ONGs. In: Nômadias, nº20, Bogotá, 2004.

_____. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 7ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

GROPPO, Luís Antonio. Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil. Campinas: Autores Associados, 2006.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Esfera pública e democracia no Brasil. In: Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática. Campinas. Revista Idéias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano 1999.

HOBSBAWM, Eric. Rebeldes Primitivos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MACEDO, Arthur Roquete de. Et al. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. In: Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas de Educação. Rio de Janeiro, 2005.

MAINARDES, Jefferson. Pesquisa etnográfica: elementos essenciais. In: BOURUIGNON, Jussara Ayres(org.). Pesquisa Social: Reflexões Teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

MAROSINI, Marília Costa. Professor do Ensino Superior: Identidade, Docência e Formação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

MARTIN, Édison. A Gênese da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel: 1968-1974. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. Réplica: Conservadorismo nas Universidades Federais – O Outro Lado da Resistência à Mudança. In: Revista de Administração Contemporânea, nº2, Curitiba, 2004.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação, nº 14, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Et Al. Pragmatismo E Desenvolvimentismo No Pensamento Educacional Brasileiro Dos Anos De 1950/1960. In: Revista Brasileira de Educação, nº31, pag.96-199, Rio de Janeiro, 2006.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Identidade, Cultura e Política. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Movimento Estudantil Brasileiro: Práticas Militantes na Ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº66, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria Método e criatividade*. 27 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB Sob Suspeita: A Censura Musical Vista pela Ótica dos Serviços de Vigilância Política 1968-1981. In: *Revista Brasileira de História*. nº47, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. In: *Revista Educação e Sociedade*, nº 89, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política: O Totalitarismo Neoliberal. In: *Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global*. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. *Estudantes em movimento: Fortaleza, 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2008.

REIS, Daniel Arão. Ditadura, anistia e reconciliação. In: *Estudos Históricos*, nº45, Rio de Janeiro, 2010.

REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed.UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O Romantismo Revolucionário da Ação Popular: do Cristianismo ao Maoísmo*. Chicago, 1998. Disponível em: WWW.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 80, Brasil: Quando a Multidão Voltou às Praças*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SANCHEZ, Zila van der Meer; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; RIBEIRO, Luciana Abeid and NAPPO, Solange Aparecida. O papel da informação como medida preventiva ao uso de drogas entre jovens em situação de risco. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2010.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: *Educação, Sociedade & Culturas*. nº 23, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos sociais. *Sociedade e estado*, n. 1, Brasília, 2006 .

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. A Atuação do Movimento Estudantil no Paraná Durante a Ditadura Militar:1964-1984. UNIOESTE, Cascavel, 2007. Disponível em:<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simp%C3%B3sio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completo/Trabalhos/PDF/61%20Silvana%20L.%20Schmitt.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

SENADO FEDERAL – Subsecretaria de Informações. Ato Institucional nº5. Brasília, 1968.

SHIMANSKI, Elizabete Fernanda. Conservadorismo e Tradição em Ponta Grossa: Representação Social, Mito ou Realidade na Política Local? Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

SILVA, Célia Regina de Souza e. FAFI/UEPG: Experiências e Lembranças de Professores Ampliando os Caminhos da História. 2009. Disponível em: HTTP://www.pucpr.br/eventos/educare/educare2009/anais/pdf/3328_1803.pdf. Acesso em: 10 agosto de 2010.

SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP. Disponível em: <http://www.sintusp.org.br>. Acesso em 19 de novembro de 2010.

SOUZA, Francisco das Chagas. Movimento Estudantil em Biblioteconomia: Um Olhar Sobre UFSC ou A Importância do Movimento Estudantil para a Formação Profissional. In: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação. v. 3,nº6, 1998.

THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. 2ª Ed.São Paulo:Polis, 1981.

TORTURA NUNCA MAIS. Dossiê Major Índio do Brasil. Disponível em: <HTTP://www.torturanuncamais-rj.org.br/denuncias.asp?Coddenuncia=87&ecg=> . Acesso em: 17 de setembro de 2010.

TRINDADE, Hélijo. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do Governo Lula. Educação e Sociedade, nº 88,Campinas, 2004.

UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Histórico: Festival Universitário da Canção. Disponível em: <HTTP://www.uepgcultura.com.br/fuc/> . Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

UNE – União Nacional de Estudantes. Conheça a História da UNE. Disponível em: HTTP://www.une.org.br/home3/une_on-line/m_4161.html . Acesso em 16 de setembro de 2010.

UPE – UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES. Parabéns Setentona dos Estudantes.Curitiba,2009,Disponível em:<HTTP://upepr.blogspot.com/2009/09/parabens-setentona-dos-estudantes.html> . Acesso em: 17 de Dezembro de 2010.

VALE, Antônio Marques do. PRESTES, Reulcinéia Isabel. SANTOS, Irene da Silva Fonsceca. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, Ldb e Disputa Entre Escola Pública e Escola Privada. In: História Sociedade e Educação. UNICAMP, 2006.

WIKIPÉDIA – Enciclopédia Livre. Movimento Estudantil. Disponível em: [HTTP://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_estudantil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_estudantil) . Acesso em: 16 de dezembro de 2010.

APÊNDICE A - Entrevista com José Rüter Cordeiro

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com José Ruitter Cordeiro

>Conversa sobre quem foi entrevistado até o momento, e a apresentação da pesquisa. Ele sugere que eu deixe algumas questões pra que ele possa refletir mais sobre os temas, porém eu sugiro que tentemos começar a conversar e ele aceita.

José Ruitter: Não sei se você tem interesse, mas uma pessoa que estava sempre junto aos estudantes era o reitor, professor Tavares. Hoje ele mora em Curitiba, mas se você ao final concluir que falta alguma coisa... Ele era muito... Havia um tempo em que a universidade ela era muito mais próxima e estritamente ligada ao estudante, porque os professores que davam aula eram os professores que teriam vindo do ensino médio. E no ensino médio você tem uma estreiteza maior com o estudante em especial pela faixa de idade... Adolescente e tudo mais. E o Tavares tinha essa característica.

> Em que ano que o senhor entrou na UEPG?

José Ruitter: Eu estive na universidade, na verdade, eu ingressei por três oportunidades, em 1971 eu comecei o curso de Ciências Biológicas foi o ano que o curso começou. Como eu era militar, eu fiquei pouco tempo, fiquei apenas um ano, aí por conta de transferência e tudo mais eu tive que desistir.

Daí eu retornei em 1976, iniciei e conclui o curso de direito, e em 1979 eu comecei engenharia, mas como eu já tinha três filhos na época, isso era um pouco mais difícil eu continuava militar e só saio do exército em 1980 então daí eu tive que trancar a matrícula. Mas o meu período mais estável na universidade foi de 1976 a 1979.

> E na primeira vez que o senhor esteve na universidade, teve alguma participação no DCE?

José Ruitter: Não. Em 1971, não. Só tive a participação após 1976. Antes de concorrer ao DCE eu concorri à representante discente, nos conselhos, na época tinha uma dinâmica muito saudável de concorrência, era o Laroca não me lembro primeiro nome dele. Mas era o Laroca, e ele ganhou eu diria até que ele ganhou merecidamente. E eu ter ficado em segundo, eu acho que ele representava uma forma mais inteira do estudante da época, e na seqüência eu me candidatei à presidência do DCE. Mas não é que eu tenha me candidatado a presidência do DCE na verdade. Na época havia dois cursos muito fortes, curso de engenharia e curso de administração. Eram cursos que tinham assim um numero bastante grande de acadêmicos, então normalmente o pessoal que se lançava buscava o apoio desses dois cursos, e aí no meu caso ouve o lançamento de uma candidatura de um colega e amigo meu até hoje, até hoje (reafirma) que é o Aderbal Holleben de Mello, que é irmão do Péricles, que era da minha turma. E o Aderbal ele tinha uma presença muito política ativa, e ele era essencialmente inteligente o Aderbal. Mas como mais jovem, e eu entrei na universidade depois de muitos anos já parado, havia ficado 11 anos de certa forma parado eu terminei o segundo grau em 1965 e reingressei na universidade mais efetivamente em 1976 eu era mais velho. E o Aderbal tinha uma idade própria, ou seja, uns 10 anos mais novo que eu. Embora nós fossemos amigos, o lançamento da candidatura dele não seria suficiente para alcançar toda inquietação estudantil. E em especial, surgiu um movimento no curso de administração e muitas pessoas foram convidadas eu fui convidado, o Rogério Quadros, o Oswaldo de Lara, o Ari Teixeira, o Rogóski e daí nas conversações que nós tivemos lá, entendeu-se que deveria ser lançada uma chapa. Por que eles não apostavam assim na inteira dedicação do Aderbal, por conta de ser mais jovem... Ele era mais solto assim, ou seja, não tinha tanta responsabilidade direta e formal, embora fosse uma pessoa brilhante, inteligentíssima. Tanto que agora é um político

destacado há um tempo na cidade de Cascavel, e aí nesse movimento curiosamente ninguém se candidatou a nada. Mas as conversas foram acontecendo e foram acontecendo, e nós estávamos num grupo de umas 30, 40 pessoas reunidos em uma sala e aí foi feita a indagação que eu deveria ser candidato a eleição, e possivelmente ao longo das manifestações é que surgiu o candidato a tesoureiro, a secretário, vice-presidente, presidente. Aí eu fui lançado candidato a presidente, o Rogoski que era um senhor com mais idade que eu brilhante cidadão, infelizmente faleceu muito novo com 46 anos ele faleceu, e ele foi o você presidente pelo curso de administração o Osvaldir de Lara que era de ciências contábeis, eu calculo, ele foi tesoureiro e o Luis Ari Teixeira do curso de administração foi secretário. E nós designamos nossa chapa como “Construção”, e o Aderbal havia lançado a chapa dele como “Abertura” tava muito em voga essas coisas de ordem política que a pretensão era que houvesse uma abertura política, então o Aderbal e o pessoal dele ocuparam aquela vaga que deve ser da esquerda, digamos assim.

E nós ocupamos aquela vaga que também em tese era tida como mais conservadora, mas que conservadora não era. Tanto é verdade que não era que, quando eu fui candidato e ganhei o DCE tudo o que a chamada esquerda reivindicava era atendido. E na época me lembro, nós trouxemos o George (sobre nome não consegui identificar) um artista altamente contestador, e que isso naturalmente vinha satisfazer à esquerda. Nós engajamos no movimento pró-flagelados da Nicarágua, por que na época tinha muitos estudantes de convênio, que vinham da Nicarágua.

Tentamos equacionar certa moralização por que na época entendíamos, e entendo até hoje, que juventude e movimento estudantil não têm necessariamente nada a ver com desorganização e falta de planejamento. Qualquer que seja sua faixa etária, você pode conviver com uma capacidade suficiente de realização e pra isso a organização e o planejamento são fundamentais. Eu diria até que juntamente no seio da juventude pela liberdade que ela detém, é que ela pode fazer as coisas com mais acerto. Porque o compromisso que ela tem a principio é com ela e sempre com algo essencial. O jovem universitário não fica preocupado em saber o que o tio, o padrinho, o pai pensa a respeito de uma posição que ele deva assumir. Então eu acreditava nisso e ainda acredito. Eu olhava muito a ausência da mulher no movimento, mesmo com a presença física na sede material do DCE, que era e ainda é na frente da universidade. Então nós tentamos fazer um resgate material daquilo que normalmente quando sai uma administração fica em frangalhos, e mobiliamos inclusive a estrutura física, demos um caráter que a pessoa que entrasse lá fosse menino ou menina não iria se envergonhar. Porque estava bem ao merecimento, assim fizemos a reconstituição em termos visuais e deixamos ao merecimento do acadêmico. E por outro lado nós éramos responsáveis pelo funcionamento do restaurante universitário. Não havia vinculação com a universidade, claro usávamos o espaço físico, mas nós que estruturávamos tudo. Aí com a ajuda do Waldir, que ele tinha formação na área da ciências contábeis, nós organizamos todo o restaurante, saldamos com uma dívida em torno de 60 mil reais hoje, ou algo assim. Nós entendemos que a administração que havia saído que foi presidida por José Shell Jr. que também é alguém, que você pode conversar, uma pessoa de caráter com uma família também exemplar na cidade. Embora a gestão anterior tivesse deixado o que é chamado de um furo, financeiro nós entendemos que não era o caso de ficar perseguindo culpados. Já que íamos pegar dali. E daí nós, eu acho que o testemunho de algumas pessoas que provavelmente tenham dito isso a você, nós moralizamos o DCE na época o movimento estudantil, não por conta de um mérito específico psicológico, político, ideológico meu. Não é isso. Só que como eu já tinha mais idade, do que aqueles que normalmente participavam, eu já tinha na época três filhos já tinha... Era sargento do exercito, era topógrafo aquela coisa toda.

Tudo isso foi me dando uma obrigatoriedade de não fazer feio, digamos assim. Por que se eu fraquejasse eu comprometia a representação estudantil, e comprometia também de certa forma a estrutura militar da qual eu participava.

Mas eu não tive dificuldade em promover uma... Um auto-policimento, porque eu não sei qual tua origem efetivamente, mas as pessoas que vem de um berço assim identificadamente precário elas se movem desde logo em mostrar uma seriedade, alias elas acabam sendo sérias antes do tempo. Elas ultrapassam certas fases, fases lúdicas, por exemplo, por que é a luta pela sobrevivência. Então a responsabilidade vem a mais naturalmente, se você não for responsável você vai pagar um preço que de fato voe não pode pagar esse preço. Ainda mais porque, quando você não é avaliado pelo que você tem e pelo que você possivelmente tenha o teu cuidado é com um patrimônio único. Se o que você for, for fragilizado e descredibilizado você não tem onde se apoiar não é...

Então por conta disso eu diria que eu me esforcei, mas dentro de uma seqüência assim não fiz nada assim que fosse uma verdadeira que fosse um grande achado, pegamos o DCE e demos ao DCE... ali onde o pessoal fazia o almoço colocamos folhagens decoramos, colocamos um som ambiente do restaurante. Buscamos alguns alunos que tinham uma deficiência material e os convocamos pra nos ajudar no restaurante e eles almoçavam jantavam se fosse o caso e em troca disso eles nos ajudavam, faziam assim uma parceria.

Os movimentos dos centros acadêmicos na época ainda associações atléticas que perdeu muito a representação quando deixou de ser centro acadêmico para ser associação atlética, mas estes todos... todas as reivindicações ou a grande maioria delas nós atendíamos por que na época cada aluno pagava uma taxa para o DCE, então era com essa taxa que se fazia projeto de movimentos artísticos, culturais concurso de oratória reuníamos alunos para participar de concurso de oratória na faculdade de Curitiba. Trouxemos como eu disse o Jorge Malgama⁴⁷ para agradar o pessoal assim... De formação mais religiosa trouxemos o conjunto JemFest de formação nitidamente católica acho que existe até hoje, patrocinávamos peças teatrais, editávamos algumas publicações e de certa maneira fomos aprovados né. Quando entregamos o DCE, no final de 79 eu fiz questão de não apoiar explicitamente ninguém. (pausa, pensativo)

...

Porque eu acho que a exigência normal... Como eu acho e sou contra você se utilizar de uma estrutura material pra se prolongar, curiosamente como está acontecendo no governo brasileiro, eu acho que sem nenhuma presunção, mas que quando se é um presidente se é diretor, você é muito responsável pela estrutura que vai oportunizar o revivamento o planejamento através de uma sucessão você tem que se comportar como se fosse um maestro, ou melhor, como elo você não é a corrente inteira... Você é apenas o elo. Então não dei apoio a ninguém, mas, eu acho que o resultado foi positivo depois da nossa gestão. Porque curiosamente pra me suceder apareceram cinco chapas. Então de 5 se mostraram interessadas, certamente é porque achavam que valia apenas dar continuidade aquilo que nós fizemos.

⁴⁷ Creio que seja o Jorge Mautner

APÊNDICE B – Entrevista com Antônio José Camargo

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Antônio José Camargo

(Ele pede um papel, começa a fazer um esquema com acontecimentos e explicando)

Camargo: Enquanto isso eu vou riscando aqui, então:

Os anos 1964-1969: quem pode te dar um panorama de quem estudou nessa época, que era de esquerda, aqui é a Carmensita e João Lubsik. Na época que ele atuou ele era esquerda ai com o passar do tempo começou a ser alinhado com a Universidade.

Na época eles se configuravam como esquerda, depois na minha época(80) já podia ser considerado mais na direita. Tava começando a universidade era uma que não tinha eleição pra reitor e governador era escolhido pelo governador alinhado com os interesses de quem queria continuar no poder claro. A Universidade vai se modificando aos poucos e só no governo Richa que volta a ter eleição pra governador.

Então eu acho que prefeito na época assim que eu estava aqui 1976 ou 78: Luiz Carlos Zuk. O próximo governo, já vai ter uma eleição assim mais configurada para o lado de tendências e novos partidos, porque o PT é fundado em 1980-81.

Então em Ponta Grossa nessa época, nessa transição o movimento estudantil estava aproximado ao MDB jovem. Onde atuava o Péricles, que estava acabando de se formar na UFPR e entrando na UEPG como professor colaborador na disciplina do Tavares que era o reitor. Ele entra pela geografia, o Tavares foi chamar ele e com o passar do tempo eles se tornam opositores, idéias diferentes.

Mas nessa época eu entro no curso de engenharia em 76, e já encontro o Péricles logo em seguida dando aula lá. Então nos anos 77, 78 por ai ele começou a dar aulas na universidade. Com conversa com essas pessoas, começam se formar grupos MDB jovem, o Laroca que fazia engenharia civil fazia política como o Péricles. Inclusive tem um episódio que eles são presos no quartel para prestar depoimento. Em um 7 de setembro, me parece ou algum momento político da cidade, eles levantaram um “liberdade agora” e o quartel chama eles.

Em 1969, veja como a repressão em Ponta Grossa existia: Na época das eliminatórias da copa, o Brasil jogou contra o Paraguai e o jogo foi em Assunção. Saíram de São Paulo um grupo de jovens para assistir o jogo 3 colegas, em um carro, e passaram por Ponta Grossa. E aqui em Ponta Grossa chegou uma notícia que um grupo terrorista do movimento estudantil tinha causado um transtorno no norte do Paraná o Major Índio do Brasil, aqui de Ponta Grossa manda prender o grupo de jovens vindos de São Paulo que passavam pela cidade, supondo que era o mesmo grupo que tinha feito os “ataques” no norte do Paraná. E quem fez o relato dessa história em uma entrevista foi um dos jovens da época, chamado Paulo Coelho. O Major Índio aqui de Ponta Grossa disse algo mais ou menos assim sobre o Paulo Coelho: “Sujeito barbudo, fedido, desequilibrando o ambiente passando por aqui. O que eu faço é levar ele e seus amigos para prestar depoimento, no quartel suspeitando que era o grupo do movimento estudantil, mas logo vi que não tinha nada a ver e liberei o grupo.”

Esse Major Índio⁴⁸ era linha dura batia forte pra coibir a movimentação, e o Péricles foi chamado por ele pra prestar depoimento. Surge ai um fato que comprova que existia a repressão em Ponta Grossa.

⁴⁸ Em pesquisa em sites encontramos o seguinte trecho no link: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/denuncias.asp?Coddenuncia=87&ecg=> que diz: “A última lista em que se encontra o nome de Índio do Brasil Lemes e a de “Encarregados de IPM”, à página 140 do Tomo II, volume 3 “Os Funcionários” do Projeto BNM. A denúncia encontra-se no Processo 04/69 da 10ª Região Militar/CJM que teve como apelação ao STM o n.º 39 313 e trata de réus acusados de efetivarem pichamentos com os dizeres “baixo a ditadura” e “anule seu voto”, em Ponta Grossa/PR, nas eleições a prefeito da cidade, em novembro de 1968.”

O panorama cultural também é importante nesse início, culminando com a passagem das Faculdades em 1970 em todo o estado do Paraná pelo governo de Paulo Pimentel. É eleito o primeiro reitor da UEPG o professor Álvaro Rocha, com a difícil missão de congregar as faculdades. Difícil porque, se você for ver, até hoje se deixa o curso de direito quer ser uma faculdade independente. Já se sabia que, naquela época havia uma certa resistência de alguns cursos com relação a essa junção. O professor Álvaro Rocha, sendo professor de direito, com uma visão mais aberta com olhar atento ao mundo das artes, a partir do momento que ele assume a reitoria, num trabalho de pacificador e de convencimento dentro da universidade, coube a ele esse papel.

A UEPG é criada em 69 e reconhecida depois. No mesmo ano em que a universidade é reconhecida em 73 é implementado o primeiro FENATA⁴⁹ por isso que dizem que a Universidade-UEPG “nasceu sobre o signo do teatro”. Quem falou isso foi o professor Álvaro e aparece na primeira versão do FENATA dando essa notícia.

Então a arte presume liberdade, vinculado a essa idéia surge um grupo de teatro Universitário. Se Ponta Grossa vai sediar um festival de arte tão importante, nada mais justo que existir um grupo de teatro universitário. O grupo começou as atividades no Instituto de Educação Cesar Prieto Martins, mas ele era sediado na Universidade, dentro aqui da UEPG, diretor o professor Pascoal Sales Rosa. Na Universidade reuniam-se vários jovens tanto secundaristas quanto universitários em torno dessas atividades. Isso mais tarde, a meu ver, ajuda depois mais tarde na formação do DCE. Esses jovens ingressam na universidade anos depois mais abertos.

1976: Fernando Durante (que era do grupo de teatro quando secundarista) entra para o curso de engenharia e Adriano Pilatti (que também era do grupo teatral) entra em direito, na mesma turma que eles entra Aderbal Holeman irmão do Péricles, eu entro no mesmo ano no curso de Física. Então nós nos conhecíamos dentro de um contexto de liberdade cultural, lendo textos de Millôr Fernandes, Gabriel Garcia Lopes e vindo desse meio numa época de restrições militares, nossa formação foi sendo mais crítica. Uma pessoa que contribui muito pra essa formação era uma professora que dava aula no Instituto de Educação chamada Rosélis Napoli, ela deu uma base de literatura muito crítica para a época vinculada aos movimentos sociais e políticos da época, essas coisas não estão nunca separadas. Ao mesmo tempo que da aulas ela faz mestrado na USP, quem passou por ela tinha um clima diferente. E esses jovens representavam uma certa “elite” então contradiz um pouco aquela lógica. Por que você vê Che-Guevara era médico, ou seja de certa forma era da “elite” então é dependendo da formação que esses jovens vão tendo a conscientização.

Dentro desse contexto de formação, o Aderbal passa em engenharia e passa a estudar com a gente e passa a frequentar esse grupo e sendo uma figura bem crítica de forte argumentação política ele acaba congregando um grupo só. Que apesar de uma discussão forte, não consegue ter uma inserção maior na universidade, atuando um pouco mais de forma periférica. Enquanto isso se formava em 76, nós convivíamos muito juntos frequentávamos os jogos da primavera, o FENATA que era um evento que congregava gente do país inteiro e que

⁴⁹ Acesso 02-12-2010 em <http://www.uepgcultura.com.br/fenata/htm/historia.htm> : O primeiro FENATA aconteceu no período de 03 a 10 de novembro de 1973 nas dependências do Auditório da Reitoria, sendo que no dia 07 de novembro o reitor Álvaro Augusto da Cunha Rocha noticiou, perante o público que lotava o Auditório, o reconhecimento da instituição como Universidade, pelo Conselho Federal de Educação, e disse que de certo modo “A Universidade Estadual de Ponta Grossa nascia, institucionalmente, sob o signo do Teatro”. Desde então o Festival ocorre no mês de novembro, fazendo parte do calendário de atividades da Divisão de Assuntos Culturais da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da Universidade, atingindo não apenas a cidade de Ponta Grossa, mas também municípios de toda a região dos Campos Gerais e grupos de todo o Brasil.

traziam notícias da conjuntura política no país, as peças passavam por censura só depois que podiam vir a público. Assim vai acontecendo nossa formação política e cultural da mesma maneira que sofríamos influência quando escutávamos as músicas de Chico Buarque, íamos no bar aqui perto da universidade conversar escutar os discos, ver TV e discutir política.

Em 1978 acontece uma coisa interessante na UEPG, que foram as eleições com chapas de oposição o Aderbal já tinha abandonado o curso de engenharia civil e tinha passado no curso de direito. E aí forma-se uma chapa de direita que era liderada pelo Ruitter Cordeiro (foi secretário no governo Wosgrau) ele disputa com o Aderbal e ele ganha por uma diferença pouca de votos.

Ai vinha aquela reflexão “Poxa vida, ganhou as eleições do DCE e era tenente do exército”, não era um cara truculento mas que existia essa ligação com a direita e tal. Mas o que aconteceu é que o Aderbal ganha na contagem de votos e perde na recontagem, daí acontece um tumulto medonho. “Afinal quem que ganhou?” valeu a recontagem.

Logo após essa eleição, o grupo que administrava a universidade começou a se sentir um pouco preocupada, pela proximidade de votos da eleição anterior, com a esquerda. Entenderam que não podiam deixar nas mãos de estudantes de esquerda o DCE, então eles começaram a apontar caminhos, fazer contatos pra que essa chapa não vingasse e o Aderbal acaba perdendo a segunda eleição. Mas eu acho importante porque caracteriza pela primeira vez, nitidamente, nos tempos de ditadura as ações do grupo que estava no poder, eles realizavam Jogos estudantis, era um culto vamos dizer assim ao corpo em detrimento de pouco dialogo político. Nos jogávamos os jogos da primavera, participávamos também, a esquerda, que também era uma forma de não perder o espaço.

Essas pessoas que participavam na época do movimento estudantil passam a se destacar, tempos depois na política aqui de Ponta Grossa e figurar na época do Bipartidarismo do inicio do contato com a política.

O Aderbal continua fazendo o curso de direito, depois de 1 ano fazendo engenharia, e área aonde até hoje ele atua com um escritório trabalhista em Cascavel, e acho que desde que foi pra lá nunca perdeu a eleição pra vereador(risos) uma pessoa que foi praticamente fundador do PT em Ponta Grossa junto com o irmão dele o Péricles.

No dia que ele surgiu eu estava no “Vagão Lanches” que era ali do lado do DCE - onde é o “Costelão”-, então a gente passava pelo DCE discutia política e ia pro “Vagão” e o Péricles foi um dia lá com o Aderbal dar a noticia: Está sendo organizado um partido novo o Partido dos Trabalhadores, daí o primeiro questionamento e reação foram “mas nós somos estudantes, então estamos fora” ai ele explicou que não era bem assim e tal e junto com a Professora Zenilda(Serviço Social), começou a chamar a gente para as conversas por conta do nosso interesse. Eu reconheço que naquela época estávamos em processo de formação política então quando a professora Zenilda chegou e disse “Não ao pagamento da divida externa” eu me manifestei dizendo “Como não pagar? Se estamos devendo temos que pagar. Quem deve paga.” Então não tinha base sabe pra discussão , mas ela tinha paciência e acreditava, de certa forma, no meu potencial.

Depois de formado eu vim a compor com ela na formação do SINTESPO, sindicato dos professores, e a Zenilda ingressa no quadro de professores no curso de Serviço Social e naquela época ela acaba participando de um indicativo de greve na UEPG. Então a Zenilda e mais alguns professores eles votam a favor da greve, isso já era ano de 75 a situação já estava mais aliviada, mas existiam mais ou menos por volta de 200 e poucos votos contra a greve e

12 a favor. Então perdeu-se fazer o que, não era vontade da maioria, vamos pra casa, continuar as aulas e reconhecer que não deu certo. Mas o que acontece depois foi um fato interessante, o pessoal que ganha (contra a greve) em Ponta Grossa, os professores não se contentam com isso e afirmavam “Como que Ponta Grossa, 12 pessoas votaram a favor de uma greve”. A partir daí começa uma pressão em cima desses 12 professores, e daí a Zenilda foi “exilada” no projeto de extensão CRUTAC em Itaiacoca a Sibéria de Ponta Grossa, nós brincávamos que o exílio dela foi lá.

Essa relação entre nós e os professores ajudou a compor uma abertura maior, anos depois, do movimento na universidade. Por que a maioria se formava entrava para dar aula e continuava fazendo parte da associação de professores. Então isso passou a fortalecer também o movimento estudantil estabelecido.

Ainda na década de 70 depois da eleição disputada entre o Ruitter e o Aderbal, a gente observava que existia uma vontade de do grupo que geria o DCE de continuar alinhado a universidade, um interesse de manutenção. Assim como as relações de nomeação de reitoria também não eram a favor de abrir espaço para a oposição. “Se ficar na mão da direita é melhor” isso que eles pensavam.

A próxima eleição que acontece e que marca e a eleição de 79, quando saem 5 chapas para o DCE-UEPG e um pouquinho antes disso, meses antes da eleição, existe a primeira eleição da reconstrução da UNE, com várias chapas entre elas a “Libelu” que fizeram um movimento aqui também. Mas retomando, existiram essas diversas chapas na disputa pelo DCE naquele ano, e as eleições não eram permitidas nas universidades. Quando a gente quer fazer essa eleição aqui, eu como tinha uma aproximação com o DCE por causa dos jogos eu disse “Ruitter vamos fazer” ele disse “Não não pode, por que eles não deixam fazer dentro da universidade”. Então decidimos fazer na rua, colocamos 3 urnas na rua paralela a UEPG, uma na frente onde era o CA de engenharia e outro na frente do DCE então foi assim e a chapa do Ruitter acaba ganhando. Que na época não podia se configurar como direita, existia um diálogo mais aberto com a esquerda mas apesar disso não tinha uma postura de oposição.

Entre as 5 chapas existia essa que tinha tanta gente da engenharia que passou a se chamar “Momento” que é uma grandeza da física representada por um símbolo que foi o símbolo da chapa. Nós ganhamos com 1000 votos, ou seja se somássemos os votos das outras chapas não dariam o nosso. Então isso significava muita responsabilidade perante os estudantes, e começamos a pensar “fazemos os jogos da primavera?” porque era o DCE que fazia e eu já tinha vivencia nisso, nós propusemos criar um grupo de teatro do DCE quem coordena é o Adriano Pillati, o Fernando Durante e o próprio Flávio que era estudante de direito passa a ser secretário do DCE pra ver todas as questões da apostilaria que funcionava ali dentro do DCE. Essa apostilaria iria fornecer apostilas para o curso de direito e engenharia civil, montamos uma gráfica ali dentro com mimeógrafo eletrônico queimador de estêncil chegava a se contrapor até a gráfica da universidade. Nós montamos uma estrutura muito importante com isso, e os estudantes iam muito ao DCE, então a comunidade universitária vem respondendo a nossas ações com a frequência de idas nos eventos do diretório.

Quando chega no segundo semestre da nossa gestão final de 79 nós resolvemos fazer o 1º Festival Universitário da Canção(FUC)⁵⁰, no dia que a gente faz a primeira eliminatória do

⁵⁰ **BREVE HISTÓRICO:** O Festival Universitário da Canção foi criado em 1980 pelo Diretório Central de Estudantes – DCE, da UEPG, que promoveu o evento até sua sétima edição, quando, por dificuldades financeiras, interrompeu sua realização em 1986. IN; <http://www.uepgcultura.com.br/fuc/>

festival a maioria do pessoal do DCE não estava. Só o pessoal que estava organizando que fico no dia. A gente só chega as 20h, nós lotamos um ônibus e fomos pra Curitiba pra tentar aprovar um projeto que teria a legalização do campus da UEPG no terreno do colégio agrícola, isso foi um projeto a ser aprovado pela assembléia e estava sendo votado. Então a universidade queria isso, o reitor na época Daniel Albach Tavares, e os estudantes também queriam um campus ai quando “pegou fogo na floresta, o tigre acabou correndo pelo mesmo lado que o cabrito” nos acabamos então nos aliando naquele momento, nós não somos contra a universidade somos a favor da UEPG e ter um campus era uma coisa interessante. Lotamos 3 ônibus com alunos e fomos pressionar o governo de estado. Somente quem se contrapunha era o partido do governo na pessoa do Ciro Martins. Eles queriam que fosse construído um campus lá perto da Cargil, na cidade Industrial.

Então nós ponderamos e achamos que deveríamos apoiar a universidade, que também era contra o campus ser na cidade Industrial, ali em Uvaranas então seria o ideal. E depois de uma disputada eleição, o projeto foi aprovado. A gente veio de Curitiba ate aqui gritando e comemorando, quando chegamos em Ponta Grossa entramos no Auditório gritando “O campus é nosso”. O FUC então continua e a música que venceu chamava-se “Germe do Medo”, com uma letra muito interessante uma letra pesada como todas as outras de certa forma foram. Elas deviam passar pela censura, era governo Figueiredo, e não foram barradas. Existe então nesse contexto dos anos 79, o movimento de reconstituição da UNE, com campanha no país inteiro no dia da eleição um dos membros da chapa vencedora estava fazendo campanha em Ponta Grossa o Aldo Rebelo. Ele iria ter uma reunião com o Tavares(reitor), sobre o movimento estudantil, dizem que foi uma discussão até, bastante dura. O Aldo está ai na política até hoje, e quando a gente vê pela TV alguma declaração dele ainda dá pra sentir que é o mesmo tom de antes, fala acreditando naquilo que diz.

No ano seguinte em 80, a chapa que foi eleita era da mesma posição que a da gente, e deram continuidade as nossas ações.

Mas voltando ao processo de eleição da nossa chapa em 79, existia uma chapa de direita que não queria que ganhássemos, eles diziam que nós éramos comunistas e que existia um túnel embaixo do DCE que ligava até o Oásis. O que é o Oásis?, é o do movimento católico da Pastoral Universitária, que formava um grupo grande e forte. Eles que poucos anos depois assumiram o papel da esquerda no movimento estudantil. Entre os participantes da PU existiam a Solange, o Valmir de Santi, o Semina e até quem não era católico freqüentava aquele espaço. O Aderbal e o Péricles também freqüentavam ali. Porque a gente se reunia e discutia religião mas se discutia muito a política estudantil também. E o padre, um italiano, era uma figura muito próxima da gente ele era uma pessoa que lidava com paleontologia, um dos maiores do mundo. Ele era muito interessado, publicava muitos trabalhos com relação as descobertas de seus estudos o nome dele é Giussepe Lionardi.

Por toda essa relação que tínhamos com a PU, o pessoal da chapa oponente chegou até a questionar o símbolo da nossa chapa que era uma setinha que indicava o momento e o + de positivo, eles começaram a dizer que o símbolo de positivo era uma alusão a cruz da igreja.

Eles tentavam criminalizar nosso movimento, isso só piorou a situação deles e nós ganhamos. Nós participávamos também nesse período, do movimento de reconstrução da UPE como não existia sede, só o governo Richa depois que vai tentar reverter essa questão da sede. Mesmo assim fomos até Curitiba e participamos da reunião e da eleição da diretoria não só votando como fizemos uma chapa chamada “Canto Geral” de um livro do Pablo Neruda, mas na contagem geral de votos acabamos perdendo.

Geralmente, falando das discussões políticas estaduais, nós nos reuníamos em Ponta Grossa pela estrutura que existia aqui, por sermos nós os responsáveis pelo RU, então nossa organização garantia uma estrutura pros estudantes das outras universidades do Paraná.

Em 88 vem um professor fazer concurso aqui na UEPG, o Roque Zimmermann que yinha com um histórico de luta forte no movimento estudantil e ele compartilhava alguns momentos vividos por ele com a gente.

O movimento que precede as “diretas já”, é o movimento pela anistia que foi quanto retorna do exílio o Brisola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes.

Quando ele retorna ele acaba passando em Curitiba para dar uma palestra, e nós fomos até lá assistir. Isso era anos 80 já, e existia muita gente tirando fotos da gente pra saber e identificar quem que foi até o local ver o Prestes falar, pra conferir se já tinha ficha no DOPS.

Então varia ganha, perde diretório, passa por Gabriel Kravchychyn, e daí aparece uma chapa que tinha nós da engenharia e de mais alguns cursos que marcou um outro período em meados de 80, que chamava-se “Revirando a Nova” que era um cutucão à Nova Republica na época do Sarney, e era uma alusão a musica de Chico Buarque e nesse momento acaba ganhando o DCE. O Juca Francisquini também participava nessa época e era a chapa que fazia oposição a chapa do Gabriel. Desse grupo aparece a Josiane Wambier, que se candidata ao DCE também compondo a chapa.

Teve uma oportunidade em que veio o movimento grevista de Maringá em Ponta Grossa e o Gabriel Kravchychyn propôs formar uma brigada de estudantes para receber os grevistas, professores que estavam indo até Curitiba. Ele achava que os professores da UEM queriam invadir a UEPG, uma coisa meio surrealista assim. Ai os estudantes se contrapõe a isso passa a fazer advertências contra ele. A Josiane colocava umas caixas de som que tinham ali e ia começar a falar ele não deixou, então tinham umas coisas assim.

Então esse pessoal como o Juca a Josiane eles eram um pouco mais novos, mas compunham junto com a gente iam chagando na universidade e se juntando nesse grupo. Porque a turma que entra em 70-76 vai toda se formando.

Hoje em dia eu parei de ficar reclamando que o movimento estudantil não é combativo não e participativo, porque eu acabo entendendo que houve um esvaziamento das bandeiras de luta.

Na nossa época queríamos liberdade, queríamos eleições diretas e queríamos ter nossos direitos de ir e vir, sendo respeitados. Essas bandeiras hoje são superadas, com muita luta em um processo. Não é que sofrer seja gostoso, mas esse sofrer faz com que a gente olhe o mundo de uma maneira diferente, mais abertos, força mais as pessoas se manifestar mais.

Ponta Grossa é mais difícil de romper com o conservadorismo que Curitiba, porque na capital há grande abertura pra gente de fora, até por ser capital. O que não acontece em cidades menores, como por exemplo, Ponta Grossa que seria como o bairro mais conservador de Curitiba.

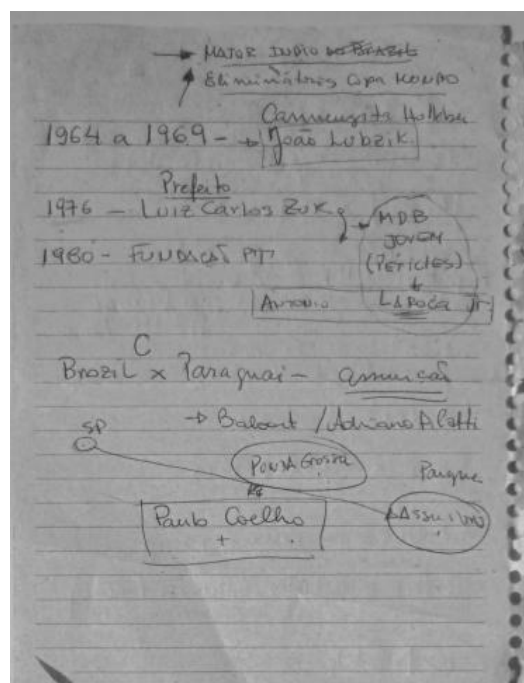
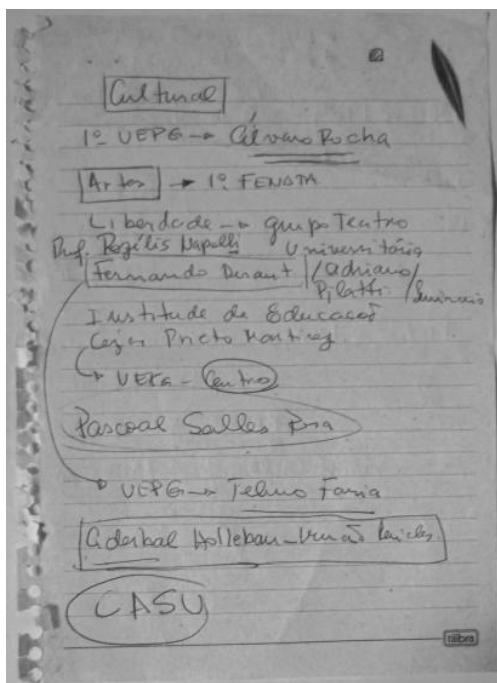
Não que quando a gente estivesse participando não existisse o medo, o medo existia, e era bom por que mostrava que apesar de tudo estávamos fazendo alguma coisa importante para o país, a indignação era bem mais forte que o medo. E a dificuldade, a falta de liberdade aumenta a perturbação de fica parado e isso vai crescendo na gente. E todo esse processo

contribuiu para a formação pessoal. Ensinou que antes de tudo é olhar, por exemplo, o “cara” do lado - pode ser ele contra ou a favor- você tem que conhecer e discutir.

A preocupação da família também era grande, os pais diziam “Não lide com política estudantil” e eu acho essa fala tão perigosa quanto dizer para um filho “não use drogas” a negação talvez até impulsiona o jovem a fazer e a conhecer aquilo. Muitos estudantes que militaram perderam muito com a questão familiar, porque isso exige certa ausência e um comprometimento fora do contexto familiar.

Hoje no país tem a questão política ambiental, que começa a ganhar espaço e se configura como grupos de esquerda, porém congregando gente de direita no mesmo patamar. Isso traz ao debate coisas novas, outra identidade.

Papel rascunho utilizado na explicação de Camargo:



APÊNDICE C – Entrevista com Valmir de Santi

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Valmir de Santi (Apresentação da Pesquisa)

Valmir: Começamos a nossa participação na Universidade em 1977 no movimento estudantil, e naquele momento nós não tínhamos um momento político de permissão, só existia o DCE não existiam os Centros Acadêmicos e o DCE tinha uma história muito ligada a universidade.

Tanto é que as carteirinhas estudantis eram feitas pela universidade o DCE recebia uma verba por elas, era uma ligação muito forte. Então basicamente de 77 até começo dos anos 80 é que a gente não tinha quase nenhum movimento muito forte do DCE nós fizemos uma primeira chapa...posso tá errando o ano mas...era por 78 /79 a primeira chapa que se voltou contra a ... o grupo que mantinha o poder, há muito tempo dentro da universidade e muito ligada a ela.

E nesse momento, quando começam as primeiras disputas é também os anos que começa a formar a UPE no Paraná então tem um grupo de pessoas ligada ao direito ligada a engenharia que vão trabalhar na formação da UPE no Paraná e nós iniciamos um movimento pela tomada do DCE, a primeira chapa disputou o DCE e que ganhou e que passou então a tocar o DCE de maneira mais aberta. Existia nesse momento uma outra força que ...que hoje não existe mais que é o que nós chamávamos de Pastoral Universitária, a PU como chamávamos na época tínhamos uma sede junto a Universidade chamava Oásis, é nessa sede que se discutia muito a questão política também é... ali era a base de formação do movimento estudantil naquela época então era um Movimento Cristão Católico que... nós tínhamos um Pe. Que coordenava as atividades, além da discussão mais da religiosidade e outras coisas... se discutia muito a questão política universitária, e dali é um pouco o berço do nascimento do Movimento estudantil.

Na época eu estava muito na PU, mesmo o pessoal que não era muito ligado a igreja estava lá participando das atividades, feitas na PU que nós fazíamos todo o sábado havia uma missa as sete horas e as oito horas a gente tinha sempre uma discussão sobre a vida e geralmente estudantil.

Então é que eu acho que nesse momento é que nasce as primeiras chapas e a primeira senão me engano chamava-se momento que o pessoal da engenharia pode te dar mais detalhes, o Camargo.... essa chapa ela trabalhava o momento uma questão do “momento positivo” e negativo da engenharia e... na formação dessa chapa é que surge também bastante oposição a própria PU o grupo mais ligado a universidade na época sentiu que a PU tinha muita força dentro da chapa de engenharia mas que tinha a atuação junto, e nesse momento surge um embate...eram 3 grupos...um mais ligado a universidade, outro mais a PU e outro que surge mais a esquerda desses dois. Eu não me lembro se nós ganhamos ou perdemos a eleição, mas acho que perdemos, e ganhamos só na segunda com outra chapa abertura senão me engano.

Eu me lembro que a primeira briga forte foi essa, 78/79 por ai numa época que a gente tá numa época de abertura política final do governo Geisel senão me engano, entrando já pro Figueiredo eram os generais da época né? E ai nós já temos um período de abertura... então nós já não tínhamos um centro acadêmico mas nós da farmácia, que eu era da farmácia, nós conseguimos fazer um evento muito grande em 79 que foi um congresso e com o dinheiro do congresso nós montamos um centro acadêmico.

Só que não podia chamar centro acadêmico por que não tinha na legislação, não era permitido nós formamos como uma associação de farmacêuticos. Mas era o que ficou como embrião dos

centros acadêmicos nossos, nós tínhamos no edifício Marieta alugamos uma sala onde fizemos o primeiro centro acadêmico que se tinha notícia naquela época. Ali reunia todo mundo que discutia discussão da UPE nosso centro fazia festas também, e depois que mudou, o que ocorre mais recente aquelas casas de madeira casas amarela que talvez alguém vai relembrar disso, uma delas era o CA de farmácia.(repete)

Desse período da PU é que nasce o grupo político que formou o primeiro DCE que estava mais ligado a independência da universidade, então ai surge é...a abertura revirando a nova...surge a nova republica em 86 um movimento chamado Revirando a Nova que foi que assumiu o DCE por um período também, e por um longo tempo ele foi ficando na mão desse grupo. E mais tarde o pessoal da engenharia pode passar pra você mais informações sobre esse período.

Nessa época havia muita discussão é que a Universidade era pequena, nós éramos só no centro, então nós tínhamos os cursos por blocos a comunicação era mais fácil, era ... tinha muito mais discussão política do que tem hoje por que não tínhamos uma série de direitos que o pessoal tem então hoje o movimento estudantil ele é muito fraco por que, além de movimentos pequenos culturais ou científicos ele não tem tanta mobilização política.

Naquela época não, era diferente nós tínhamos uma briga política muito forte pela representatividade por exemplo, dentro do conselho universitário, conselho de administração, que existia mas que era muito sem eleição era indicado pelo DCE então a partir daquele período começa a ter uma discussão nova e começam a surgir os centros acadêmicos, só que a partir dos anos 80 ressurgem outros CAs . Na rua Riachuelo surgem as sedes dos CAs.

No curso de farmácia a gente estava numa época de muita discussão em âmbito profissional mesmo, que era uma época que estava para ser criado no Brasil o curso de biomedicina que teria a mesma função de análises clínicas que tinha no curso de farmácia, então gerou uma discussão política muito grande e nós trazíamos isso pro ME - de farmácia, fomos até Brasília discutir a questão de fundos.

Nesse período as chapas na UEPG, o grande mote era a independência a quebra do vínculo com a universidade. Então de 77-80 eu vi uma grande contribuição da PU que fomentava uma discussão dentro da universidade questionando as mensalidades e outras coisas até o próprio ensino público ser um Ensino Público e Gratuito.

Dentro da universidade também podíamos observar um movimento, relativamente forte, de professores e esse grupo de professores também passa a se opor (de certa forma) a organização da universidade. E depois nós nos formamos e fomos nos organizar, já como professores, junto a essa organização que já existia formando o sindicato docente, acho que essas são as coisas que mais marcaram da época em que eu participei.

>Mais alguma coisa?...

O que eu me lembro também é que era um momento de muito forte historicamente, de construção de democracia as lutas pela liberdade, a gente estava cerceado de direitos não existia DCE, não tinha movimento formal, se nós íamos fora para reuniões em São Paulo era tudo as escondidas. Uma vez fui à um encontro na USP foi tudo as escondidas, a reformulação da UNE, das bases estudantis na época era toda feita com muito receio. Embora

estivéssemos em um período de “abertura lenta e gradual”, que se chamava na época, havia um risco de “colocar a cabeça pra fora”.

No Paraná, alguns estudantes de Ponta Grossa tiveram uma participação muito importante na recomposição da UPE, o Aderbal irmão do Péricles, era uma liderança estadual que circulava bastante. E nos anos 80 já temos as organizações todas de volta e vão se recompondo os CAs.

Antes dessas primeiras oposições os grupos de DCE mais ligados a universidade, até sem saber eram muito influenciados por essa repressão, talvez nem fosse o intuito deles. Essa oposição que utilizava o espaço da PU onde existia um auditório, biblioteca, salas pra reuniões etc.

Então a gente se envolvia meio que em tudo, por que o que a gente pensava era nessa ideologia de transformar o meio em que estávamos. Ou seja, se estávamos dentro da universidade era a partir dali que isso ia ter que acontecer.

A gente hoje, eu e muitos outros que passaram por essa experiência devem muito da sua formação profissional e acima de tudo de caráter e ideológico a essa fase.

Depois isso vai diminuindo. Mas diminui também a medida que outros espaços passam a ser conquistados, existe toda uma seqüência de mudanças como o ressurgimento dos partidos políticos a possibilidade do voto.... acaba retraindo um pouco o movimento em geral e o estudantil também passa por isso.

Não é como é hoje, que a gente entra num curso mesmo pra dar aula e nem conhece os professores dos outros cursos, então os alunos menos ainda. Na verdade hoje, as pessoas estão desmotivadas, eu quando dou aula de política de saúde eu tenho que utilizar de muito esforço para poder fazer o pessoal entender história. Porque a faixa etária de até quase os 30 anos de idade, ela pega um período democrático em que ela começa viver a universidade ela não tem nada de errado pra se preocupar. Ao contrário da nossa época, que existia um período todo conturbado na política e economicamente. E hoje diminuiu, aparentemente, isso e os estudantes se voltam mais a atividades acadêmicas, festas e praticamente parece que não sai muito disso. Mas isso também parece que é pela falta de motivo pra se lutar, quer dizer, ainda existe muita coisa pra se fazer, mas isso não parece tão revoltante como era antes. Parece que a estrutura do estado acaba abafando isso. Parece que não há o que se criar, é mais um trabalho de reformular e implementar o que já existe e está posto do que mudar propriamente.

Os centros acadêmicos hoje existem e não tem muita disputa, geralmente é uma gestão e uma única chapa que vai entregando pra outra, sem eleição nem oposição. Hoje a realidade é diferente, não é nem a formação anterior, é a própria realidade mesmo.

APÊNDICE D – Entrevista com Josiane de Fátima Wambier

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Josiane de Fátima Wambier

Josiane: Bom então eu entrei em 1980 eu tinha uma prima que estava fazendo Serviço Social, eu entrei no curso de Letras, eu fiz Letras. Eu tinha uma prima que tava fazendo Serviço Social a Miraci e ela participava da Pastoral Universitária, na época, então ela já me convidou, de cara e já me levou num encontro que ia ter pros calouros e a Pastoral Universitária ela participava bastante do Movimento Estudantil na época.

Então tinha o Pe. Giuseppe Leonardi que, agora nem sei onde é que ele está, sei que ele veio da Itália pra trabalhar com Pastoral Universitária. Esse padre atuou na PU no Brasil, como coordenador geral, depois voltou para a Itália...

Ele é paleontólogo, era uma pessoa que tinha um reconhecimento Internacional sabe? na área da paleontologia, inclusive de ter aparecido no Jornal Nacional. De ter feito descobertas apareceu no Fantástico e, durante todo o período que ele esteve aqui na Universidade ele nunca foi convidado pra dar uma palestra sabe? Pelo departamento de Geociências, mas era justamente por causa da posição política que ele tinha.

Por que a Pastoral Universitária de Ponta Grossa com a coordenação dele, seguia a linha da Teologia da Libertação, que eu não conhecia até entrar na Universidade. Então eu comecei a conhecer a Teologia da Libertação, ouvi falar de Dom Oscar Romeiro, a questão da América Latina, a critica que o pessoal fazia à ditadura...

Então eu entrei na Universidade e pra mim nunca tinha tido ditadura no país, quer dizer em 80 e sendo a constituição atual é de 88, então 80! Existiam já os partidos políticos todos os partidos que eram partidos de esquerda, etavam ali dentro de um bloco só, o PT praticamente não existia.

Então ali dentro da Pastoral também era possível ver as pessoas engajadas nos centros acadêmicos e falando do DCE, e falando... em 80 também, 79/80 foi a época de reconstituição da UPE da UNE então o pessoal falando dessas coisas, e o DCE que estava na época em 80, ele não quer saber dessas coisas.

A Pastoral Universitária que trazia a discussão. Veio, na época, o vice presidente da UPE que agora é professor na Unioeste. Muita gente daquela época se tornou professor dentro da Universidade. Então, daí na Pastoral eu conheci, o pessoal da UPE, o vice presidente e outras pessoas que vieram, eu tinha mais contato com quem era responsável região de Ponta Grossa, eu conheci o Péricles, daí ele estava voltando do Rio Grande do Sul. E com as idéias de criar o PT, o Aderbal que é o irmão do Péricles, então... embora o Péricles e o Aderbal fossem agnósticos, ateu... então onde eles encontravam espaço dentro da universidade entre, digamos assim, pessoas mais iguais, onde eles sentiam que estavam dentro de um grupo era dentro da Pastoral Universitária.

Eles iam tal conversavam com o grupo. Conheci a Zenilda Broginski que daí também era professora de Serviço Social, que também daí tava lidando com a questão do PT, também ia lá na Pastoral é assim eu fui me inserindo. Então o Carlos Gonzaga, que era da UPE, ele começou a trazer um jornal, que se chamava "A hora do povo". Eu pegava aquele jornal e via aquelas notícias: "Pelo fim da ditadura e pela democracia no Brasil", "e por uma assembléia nacional constituinte pra criação de uma constituinte democrática" tal e etc... e eu pensava: "Meu Deus o que que é isso?" e fui achando legal.

Ai eu comprei o jornal o Carlos Gonzaga disse assim: “Você não quer revender esses jornais dentro da universidade e em Ponta Grossa?” e daí eu peguei. Só que o jornal não era da mesma linha do pessoal que eu tinha contato, do grupo que eu estava mais próxima.

Na época eu já tava também trabalhando com o pessoal que tava tentando criar o PT , então com a professora de Serviço Social Zenilda Broginski, a gente saía de madrugada colar nos postes, que ela ia sair candidata a senadora numa eleição - mas a gente já sabia que ela ia perder mas era pra divulgar o partido e tal... Dai ia no Rio Verde junto com o pessoal também na reunião, eu não falava nada mas tava lá, ia observando, e tava também de certa forma agindo e trabalhando.

Então como eu ia fazendo as coisas meio por conta e vendendo “A hora do povo”... e me lembro que o Aderbal chegou assim pra mim e disse: “ou você para de vender a hora do povo ou... (ainda ele brincou, porque a gente era bem amigo) ou eu reúno um povo e te “pegamos numa esquina”, que é a mesma coisa que o pessoal da tendência que estava por trás é o Movimento Revolucionário 8 de Outubro costumava fazer dentro do Movimento Estudantil, então quando alguém saía, eles pegavam e batiam, ele usou isso em tom de brincadeira comigo naquele momento.

Mas eu nunca tinha ido para um Congresso nunca tinha ido pra nada então eu não conhecia direito as coisas que estavam acontecendo. Só conhecia o Carlos, e pra mim ele era bacana eu que estava no jornal.

Com o tempo eu fui sentindo que precisava ter um posicionamento porque não casam as duas coisas... mas eu adorava o jornal, e eu vendia bastante sabe na universidade... daí eu comecei a ser conhecida dentro da universidade e meu cabelo era bem mais vermelho, então me chamavam de “vermelhinha” (risos)... O Carlos também vinha pra cá, porque daí a gente praticamente tava numa mesma tendência dentro do movimento estudantil. Ele trazia livros do João Amazonas, pra eu ler essas coisas, como livros do Stalin porque o MR8 era Stalinista.

E eu fui lendo, lia Marx, Lenin... mais o grande teórico da corrente era o Stalin, que daí eu discutia com o Carlos, quer dizer, na verdade ele mais falava... eu ficava ali quieta ouvindo. Quer dizer, tava absorvendo tudo aquilo. E daí vendendo o jornais entre os professores e os alunos e como eu disse vendia bastante, então entrava na sala de aula junto com o Carlos, eu só dizia que eu era aluna do curso de letras, e que daí tava acompanhando o vice presidente da UPE aí ele tinha uma entrada e falava dos Congressos, que iam ter, as informações o que estava acontecendo e fazendo divulgação da UPE.

E o pessoal da pastoral não se envolvia muito sabe foi quando o Pe. Leonardi me chamou e disse “ou você fica na Pastoral ou você...né? porque...uma coisa era a pastoral outra era eu passar em sala com uma tendência política” digamos assim trabalhando junto como aliada e outra era eu tá dentro daí do MR8 então se tornava incompatível. O Pe. me chamou e me falou que era na próxima reunião, que não era pra chamar o povo, não era pra contar, que ele ia fazer a minha escolha e tal e essas coisas todas...

Foi uma conversa muito legal... quer dizer não me forçou a ficar, mas que tinha que escolher. Falou algumas coisas, de algumas tendências daí de esquerda. Que ele nunca tinha falado, então que ele conhecia algumas que eram mais legais...outras não, as criticas que ele tinha a

Stalin sabe na época. E então na época começou as coisas a conflitarem na minha cabeça. Era mais de uma informação, e eu ficava perdida no meio.

Bom depois disso eu passei a perceber que vender o jornal e passar em sala de aula era uma estratégia que o Carlos encontrava para que eu fosse conhecida e reconhecida como uma liderança e a idéia era eu formar uma base para disputar as eleições de DCE.

Essa coisa de liderança, então foi essa estratégia utilizada, e pra me fazer tornar conhecida porque é na época, então foi a eleição pro conselho universitário, representante discente no conselho universitário o CEP e o CA que era um nos três órgãos. Não é como é hoje que tem mais, e é distinto do CA e do CEP naquela época você participava de tudo. Então imagine a visão que me deu também de Universidade naquela época estar participando nesses três órgãos, que eu fui eleita com grande maioria de votos derrotando inclusive um candidato de uma chapa que foi formada pela Pastoral Universitária que era um rapaz da engenharia e que até o momento a gente estava junto e em cima da hora eles formaram outra chapa para disputar comigo.

Daí eu lembro que eu fiquei braba e daí peguei inscrevi fiz meu nome lá e daí ganhei depois achava aquilo uma vitória e a chapa que perdeu, a da Pastoral Universitária, perdeu para uma outra chapa de direita que foi montada pela universidade era professor Tavares, na época, que montava as chapas e Gabriel Kravchychyn foi como presidente.

Era um pessoal bem de direita mesmo, e a Pastoral Universitária assumia uma posição de esquerda.

Daí a Rosélis Napoli, que era professora de letras, ela ainda não tinha sido minha professora, porque estava fazendo as teorias literárias, em 81 ou 82 assim mais ou menos, na verdade eu fiz um ano de letras. E me matriculava, reprovava por falta eu era uma estudante profissional(risos), como diziam na época. Aqui em casa não sabiam que eu só estava com um ano, um ano de fato de curso.

E a Rosélis era da literatura brasileira. Eu já tinha conhecido ela em algumas reuniões do PT porque ela estava ali no meio, envolvida. Um dia ela me levou lá na casa dela e ela disse “olha eu não quero falar nada mas esses jornais que você tá vendendo, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro eu conheço e conheço também mais um monte de coisas... então vou te contar.” Por que ela fez mestrado e ela fez doutorado na USP em São Paulo ela tinha uma visão das coisas muito boa e como eu era próxima, ela me contou me alertando sobre a tendência.

Quando ela estava fazendo o mestrado era década de 70, a Rosélis, inclusive foi presa sabe, a policia o DOPS na época 70 foi pior que 64(ênfase), então teve inclusive muitos amigos dela que sumiram que desapareceram e ela participava lá em São Paulo. Também como ela fala sem saber muito foi se envolvendo e “caindo lá na real”.

Ela que começou a me abrir digamos os olhos pra outras coisas, ela me colocou daí nas mãos a ideologia alemã do Marx e ela dizia “olha você tem que parar de ler João Amazonas e de ler Stalin” e aliás no Stalin tinha uma coisa horrorosa que era o materialismo dialético e histórico separados. E daí que eu conheci a dialética, já antes de entrar no Serviço Social.

Totalidade, contradição mas tudo de um jeito torto...(risos) também uma autora chilena que eu lembro que o Carlos trazia muito que era a Marta Rainercker, e também depois mais tarde eu fui saber que o pessoal do serviço social também lia, e a Marta também era ligada ao auto-ser. E foi a primeira vertente que entrou depois no serviço social ligada ao auto-ser vinha do Chile que daí tinha o serviço social do Chile muito ligado a isso.

Mais tarde daí quando eu fui pro mestrado que eu fiquei sabendo dessas histórias tal, que daí é que o meu orientador Zé Paulo neto me contava as coisas do MR8. Brincava comigo “éh você com essa carinha imagino você vendendo jornal do MR8”(risos).

É uma rede que se forma de pessoas, e daí você também passa a entender muito mais de teoria também. A pressão do PC do B nas falas e de certa forma afetou a minha atuação.

Nos anos 80 que começa a surgir chapas de oposição então o Péricles, não dá pra você dizer que ele não teve um papel importante na formação do movimento estudantil ele teve um impacto na formação ele vivia apoiando ele pagava panfleto, pagava passagem, sentava conversava sentando com o estudante, a Zenilda com as meninas de serviço social...mas ai também tinha mais a pastoral, que também eles se aproximavam da pastoral.

Mas o Péricles veio do Rio Grande do Sul com uma proposta política já diferente pra cidade, ele encontra na pastoral aliados sabe, e bateram as ideologias o PT e o pessoal da PU com Teologia da Libertação, isso o Camargo, que é muito bom contador de história, pode te dizer melhor.

Também o Black (Marcos Fontinelli) que mora em Curitiba, que se vestia de uma maneira própria, um calor e ele com uma boina(risos)...veio pra cidade pra estudar e se ligou em teatro começou a participar anos depois, mas na época ele não estava diretamente mas ele tava junto. Mas eu penso que assim, para te indicar mais pessoas são as chapas da época do Camargo que chegam com um discurso diferente sabe.

APÊNDICE E – Entrevista com Julio César Moreira Francisquini

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Julio César Francisquini

Eu efetivamente comecei com o movimento estudantil, na UFPR quando eu estudava fazendo psicologia lá. Ai eu fiz parte do DCE da UFPR atuava na parte cultural, mas antes de ir pra Curitiba eu participei de um momento importante aqui que foi a eleição da chapa momento em 1980.

E porque que essa chapa é importante? Ela é importante porque quebra um ciclo dentro da Universidade, ela quebra um ciclo que dava pra gente dizer tipo um ... ciclo conservador ela coloca o ME da Universidade inserido dentro daquilo que era o ME no estado do Paraná e no Brasil com a participação inclusive em congresso da UNE, que não era uma prática muito comum até então aqui em Ponta Grossa.

Nós participamos em 80 no Rio de Janeiro, na PUC do Congresso da UNE, e..algumas coisas importantes aconteceram nesse ano a chapa era presidida pelo Arildo Locateli.

Começou a surgir um a movimentação muito grande dentro da universidade, acho que foi, por exemplo a criação do FUC. Nesse ano de 80 o DCE criou o FUC e era um momento de conagração porque o festival ele era dirigido aos estudantes da universidade. Não era como é hoje, o Festival já de caráter nacional, ele era dirigido aos estudantes da universidade ali dentro.

A primeira edição foi uma coisa fantástica, foi uma explosão realmente assim, se ainda faltava alguma coisa assim pra gente na questão de qualidade da participação dos artistas, sobrava na qualidade do público.. da participação do público... era uma energia muito grande assim, uma energia no público, e era dentro de auditório, tanto que nas duas finais o auditório ficou extremamente abarrotado.

E qual era a importância disso? Isso trouxe o estudante a ficar mais integrado, ao DCE. Existia um aspecto nessa época que fazia com que cada eleição fosse bastante disputada, que como na época ainda a universidade era paga era um valor pequeno, mas era paga. Nessa mensalidade era incluída na taxa do DCE, então era um DCE estruturado um DCE que tinha uma sede bem conservada, era um DCE que dava opções fruto desses recursos.

Era o DCE que tocava o restaurante universitário e... Então o ...o...era uma movimentação muito forte e isso se seguiu, pelo ano de 81/82 ai eu já não estava mais aqui(ele fazia matemática, trancou e voltou depois para reabrir o mesmo curso).

E quando retornei, digamos assim que dentro do DCE, ficava uma força mais conservadora (Gabriel Kravchychyn) novamente tinham ganho as eleições, e nós conseguimos quebrar isso.

Disputamos pela primeira vez, em 84 nós perdemos por 1000 votos e a vencedora teve 1100. E na outra eleição saímos com um grupo forte, trabalhamos o ano todo e ganhamos facilmente a eleição. A nossa chapa somou o voto de todas as outras. E quando a gente ganhou, a eleição tinha um propósito muito forte, que era o resgate, ou acho que num era nem resgate porque não existia na época, mas era época de instalação do curso de agronomia aqui tinham alguns cursos novos tava uma efervescência de alguns cursos como odontologia reivindicações melhor qualidade de ensino agronomia também que fazia um movimento forte.

E eu as pessoas que estavam comigo no DCE, entendíamos que o Movimento só seria forte se tivéssemos centro acadêmicos fortes. E a partir dali foi um objetivo nosso é... era valorizar o conselho de entidades, que reunião representantes dos CAs do DCE e da UPE, era deliberativo aquilo que era aprovado no conselho DCE encaminhava, mesmo que fosse a sua proposta a perdedora. Tudo que era deliberado acontecia por meio do conselho de entidades de base. Era questão de honra encaminhar as deliberações do conselho, claro que articulávamos com os CAs para que nossas propostas fossem aprovadas.

Chegou um momento que tínhamos todos os CAs funcionando, atuando e participando do conselho CEB. Se teve um momento em que esse aspecto democrático esteve mais forte foi nesse período. E uma atuação na área da cultura muito forte.

APÊNDICE F – Entrevista com Marcos Fontinelli

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Marcos Fontinelli

A partir dos meus 15 anos (1977) eu fiz parte de grupos estudantis de teatro, aqui em Ponta Grossa então eu já vivia esta coisa de tentar interferir, não digo mudar, mas interferir nas questões sociais que o país vivia. E quando foi 80-88, com vinte e poucos anos, eu já me preocupava com a realidade do Brasil.

E logo nessa época, eu tive um briga muito feia aqui, eu comecei a fazer teatro, eu fui fundador da FUTAP- fundação de teatro amador do Paraná, e tive uma briga com um senhor. O diretor na época do Colégio Estadual Regente Feijó, considerado na época uma das figuras mais reacionárias de Ponta Grossa, ele queria me expulsar de lá, pelo fato de eu me destacar com as atividades do teatro.

Depois eu comecei a fazer vestibular em outras faculdades, passei em medicina no Rio de Janeiro mas, como era uma faculdade particular eu acabei não terminando. Então voltei pra Ponta Grossa , quando eu voltei eu já era um pouquinho (entre aspas) “famosinho” um pouco por causa do teatro, e da briga constante de mostrar que o teatro também é uma forma de expressão, talvez a forma mais linda, a mais legal de fazer com que as pessoas entendam as mensagens que os autores e atores querem demonstrar. É diferente de professor, eu tive a oportunidade de trabalhar com jovens, muita gente por que eu dava aula quando tinha meus 15 anos.

Eu vivia aqui na universidade, praticamente morei aqui dentro, chegava de manhã e saia quando fechava e pauleira, fazia teatro, não parava, e conhecia gente e levava bordoadada da policia. Por que preto que usa boina, num pais racista como é o Brasil leva bordoadada mesmo, me relacionava com o DCE entrava em sala de aula e “bater forte” (contra o regime), discutir com o reitor daí que era alvo mesmo.

E logo em seguida em 82, entrando mais diretamente na questão do movimento estudantil, nós estávamos na ditadura militar ainda nessa época de transição, mas estávamos. E na época, o reitor da UEPG que se chamava Daniel Albach Tavares, como eu fazia teatro e fazia o FENATA (e ganhamos algumas vezes) ele me expulsou da UEPG, eu estava aqui dentro na frente do auditório da reitoria e nós tínhamos feito uma campanha chamada “espaço aberto” e ele me ofendeu, falando que eu não tinha nem o segundo grau. É claro, preto e ele que era reitor integrante do partido PDS⁵¹ na época e antigo ARENA, que foi filiado o Figueiredo, então o cara me expulsou(risadas). Ele se sentiu no direito, por que eu era preto não tinha nem o que estar fazendo ali, na cabeça dele eu não tinha nem o segundo grau. Na época nós vivíamos na “ditadura” mas também vivíamos uma época de profundíssima de repressão, então a maneira que eu me vestia eu era logo reconhecido como comunista. Então a idéia era que tinha que prender, tinha que bater eu andava assim na época(boina). E nós tivemos a coragem de enfrentar isso, fazendo teatro, musica, fazendo algumas coisas que iam ao contrario daquilo que “todo mundo” imaginava e gostaria que fosse feito. Eu sou prazeroso de ter convivido com pessoas como o Péricles, a Zenilda, a Josiane todo o grupo de serviço social. Alguns que hoje são professores, professoras pessoas que fizeram e fazem parte desse processo de transformação de uma cidade, como é Ponta Grossa, uma cidade reacionária,

⁵¹ **Partido Democrático Social (PDS)** foi um [partido político brasileiro](#) de [direita](#) fundado em [30 de janeiro de 1980](#)[1] após o fim do [sistema bipartidário](#) em voga durante o [Regime Militar de 1964](#) no bojo de uma reforma ocorrida no governo [João Figueiredo](#). Sucessor da [ARENA](#), foi extinto em [1993](#) após seus integrantes aprovarem sua fusão com o [PDC](#) para criar o [Partido Progressista Reformador](#). De uma dissensão nos seus quadros surgiu o [Partido da Frente Liberal](#) (PFL), hoje o atual [Democratas](#) (DEM) em meados dos [anos oitenta](#). Posteriormente o [Partido Progressista Reformador](#) mudaria para [Partido Progressista Brasileiro](#) (PPB) em [1995](#) e numa nova mudança se tornaria o [Partido Progressista](#) (PP) em [2003](#).

onde todo mundo leva em consideração o nome. Então sobreviver aqui é difícil, estudar aqui pior ainda. Em 82, nós fizemos esse evento aqui onde o Tavares queria me expulsar daqui e eu provei pra ele falando, sarcasticamente: “basta eu preencher aquele papelzinho, pra entrar aqui. As provas aqui da UEPG, são de tão baixo nível que....essa provinha” me mandou pra fora da UEPG, e mandou chamar a policia. E eu disse a ele: “a policia não pode me prender, a universidade é um espaço público, qualquer pessoa pode, e não só pode como tem o direito e o dever, de entrar e frequentar a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que é um espaço público” e eu discuti isso com ele, com 20 anos. Pra não comprometer todo o processo, eu sai. Eu era também já era Petista, e concorri pra ser vereador em 82 aos 20 anos de idade, na formação da chapa no inicio do partido aqui. Era militante petista Trotskista, então tem toda uma história.

Depois eu acabei passando em farmácia e bioquímica, na época em 83-84 mais ou menos, daí logo eu vi que não queria e resolvi fazer direito. Fiz o vestibular e passei em 2º a 3º lugar. Isso é um dado interessante, na época existiam menos cursos e menos alunos, e eu era o único negro, então chamava atenção, numa cidade que é burguesa, reacionária como que vai aceitar um “cara” que sai de um boteco 6horas da manhã vem fazer a prova as 7h e passa em direito, daí eu fiz outro vestibular para odonto e passei. Então na época você podia conciliar e aproveitar as matérias de ambos os cursos, então por isso que eu falo que eu morei aqui, eu chegava as 7 da manhã e saia as 23horas, isso além das atividades que faziam parte da militância do PT e do ser cidadão.

Daí então foi por volta de 85 que nos ganhamos a eleição pro DCE. Como ainda estava na época da ditadura 83, 84 e em 85 começa o período de transição do Governo Figueiredo para a Nova República. E nós batendo sempre com a “ordem”, montamos então uma chapa chamada “Revirando a Nova” por que na época em 85 tinha a Nova República. E nessa campanha nós agíamos diferente, nós não pagávamos, nós trazíamos nossas próprias camisetas aqui e fazíamos as serigrafias todas aqui no pátio (praça do RU do Campus Central). Nós ocupávamos aqui e chamávamos as pessoas pra ocuparem também, fosse ela da universidade ou não, isso aqui é um espaço público, uma Universidade pública. As pessoas tem o direito de frequentar este espaço público, isso aqui é pago por elas.

Nesse período também é o período, em que se destaca o Chico Buarque que tinha uma música assim: (cantando) “Revirando a noite, revelando o dia. Noite e dia, noite e dia...”. Foi uma música dos anos oitenta que fala exatamente o se passava naquela época, ”revirando a noite, revelando o dia...”. E na época andávamos por esses corredores, e ainda não existia o Campus, então na época tudo era concentrado aqui, e a gente saia cantando pelos corredores era nosso hino e isso pegou na UEPG, até por que não tinha que ir pro campus era tudo aqui. E ganhamos a eleição. Em 85, a “Revirando a Nova” logo em seguida que nós ganhamos, assumimos uma coisa, que eu entendo como importantíssima dar a autonomia aos CAs. Porque até então o DCE “mandava” nos CAs, todos os CAs eram ligados ao DCE, e nós queríamos a democracia, todos os centros acadêmicos deviam ser livres, na época até a nossa gestão, eles eram obrigados a pagar uma taxa para o DCE e nós quebramos isso.

Fomos a primeira chapa que era “rotulada” como partidária. Tanto que falavam “o PT ganhou o DCE”. A eleição era em novembro, e a primeira medida que tomamos foi essa de pagar mensalidades, quem quisesse aderir ao DCE que viesse espontaneamente. Porém todos participavam do Conselho de Entidades.

Essa talvez tenha sido a 4ª ou 5ª entrevista, digamos que, eu sou chamado por fazer parte desse grupo e a UEPG reconheceu, eu acho que a melhor gestão foi a nossa, dá pra dizer que valeu a pena.

O que eu acho interessante é olhar e ver que depois de um tempo as pessoas ainda lembram de você, isso é importante.

Ai logo que a gente terminou a nossa gestão estávamos, todo o nosso grupo, se formando então foi todo mundo embora. A nossa gestão, tivemos um grande erro, isso é importante registrar, nós não fizemos sucessão. Não conseguimos criar um grupo que desse continuidade. E ai queimaram todos os documentos que a gente tinha, todas as coisas, fecharam o DCE. E tinha o interesse político nisso, que era o da Nova Republica que ela do meu ponto de vista a partir da eleição, tinha um interesse em queimar esse passado, das pessoas que participaram de alguma forma da transformação no país. Falo isso com tranqüilidade, sem medo, pode gravar.

Logo em seguida, eu já não estava mais aqui, mas ai você vai encontrar o José Stefaniak que foi diretos dois anos depois da nossa chapa(por volta de 87), e eles que fizeram inclusive uma tentativa de resgate das ações, da nossa gestão.

Nós até 84, disputávamos toda hora ai ganhamos e logo em seguida nos formamos e a maioria foi viajar. E não deixamos ninguém.

Existem também alguns professores que participaram e participam desses processos democráticos, isso deve ter continuado muitos e muito tempo ainda. Por que a situação até hoje a coisa não está tão aberta assim.

Outra coisa como curiosidade. Quando eu falo que isso aqui era um pátio(praça do RU, campus Central), nós fizemos a primeira assembléia de estudantes na UEPG, aqui nesse espaço.

Na época que disputávamos as eleições, e não ganhávamos, era um período que o RU era administrado pelo DCE, e era uma fonte de corrupção, tanto que depois ele foi fechado e os estudantes entregaram o restaurante para a universidade. Entendia-se que os estudantes entraram na universidade para estudar, não para ficar administrando o RU. Isso não era função de DCE. Foram mais ou menos 6 meses sem funcionamento para daí a UEPG assumir pra ela a administração do RU.

Nós tivemos duas chapas anteriores a que a gente ganhou a primeira, por volta de 82 se chamava “Espaço Aberto” e perdemos, a outra no ano seguinte se chamava “Jacaré parado vira bolsa” que era uma expressão bem anarquista mas nessas oportunidades não ganhamos.

Em 82, eu fazia parte de um grupo que era considerado de esquerda, que trabalhava na construção do Partido dos Trabalhadores e a UPE assim como a UNE eram coordenadas pelos PCs(Partidos Comunistas), que eu tenho o maior carinho mas na época ainda era, não quero fazer juízo de valor, mas no meu ver era muito atrelado aos governos. Essa era a grande briga que nós tínhamos, na época de movimento estudantil esse atrelamento do movimento estudantil com o governo.O PC do B principalmente domina até hoje o movimento estudantil, tanto o secundarista quanto o universitário. Não concordávamos e não concordo até hoje, a nossa opinião era que esses partidos engessavam a independência do movimento, em “respeito a democracia temos que manter um diálogo com o governo” mas isso não avançava. Nossa participação não era tão próxima da UPE e da UNE eram algumas discussões e não eram contínuas.

Ate hoje isso acontece, o PT também adota isso hoje em dia isso no meu ver não é interessante. Hoje o PSOL, é o PT dos anos 80.

Na época todos éramos jovens, nos 20 anos por ai e o que nos movia era a paixão como na canção do Milton Nascimento “Coração de Estudante”,ela é bem da nossa época mas acho que continua contemporânea o que move os jovens que participam é essa paixão.

Na época tínhamos nos organizado e íamos nos formando estudando o marxismo, isso os grupos de esquerda. Não sei como os outros grupos faziam. Tínhamos reuniões semanais de organização com discussão de textos, uma época que dentro da UEPG já existiam as tendências do PT: marxista-leninismo-trotskista. Mas todos se comunicavam porém não conseguíamos nos organizar em um grupo só.

2002 eu voltei pra PG pra eu terminar o curso de direito, e na época não tinha o DCE, ficou uns 5 ou 6 anos parado, e quando eu voltei pra recuperar o curso de direito. Ai montamos uma chapa e ganhamos. E foi uma coisa interessante, que nós não precisamos fazer campanha, porque todos os professores eram meus colegas e isso contribuiu, pelo apoio, com a nossa vitória. E nessa disputa já tinha o campus Uvaranas, e eu acho que eu visitei apenas umas 10 salas de aula com um texto e uma postura que ganhamos a eleição. Essa chama se chamava “Muda” tinham pessoas de vários cursos a maioria de humanas. E foi exatamente uma época em que o governo de Estado tinha começado o curso de medicina aqui em Ponta Grossa, eu entre outros éramos contra porque a UEPG não tinha estrutura pra manter um curso desses, e não tinha realmente. Tanto que só agora (2010) conseguiu voltar. E como na época(2002) era um processo eleitoral puxado principalmente pelo Plauto(na época Deputado Estadual), o que eu causava um a boa impressão pra população. Só que o curso de odonto, por exemplo, não tinham professores, o curso de farmácia tava todo acabado também e queriam montar a medicina aqui, não existia estrutura nenhuma. Quando eu voltei em 2002, eu não queria interferir muito, porque tinha a gurizada e eu com 40 anos achava que não devia ficar dando “aula” de movimento pra eles.

Eu acho que infelizmente, hoje em dia, o país se rendeu ao nome chamado Lula e as pessoas deixaram de discutir política. Eu conheço o Lula a mais de 30 anos, mas as pessoas se acomodaram, pararam de discutir ideologias as tendências que formam os grupos do PT mesmo estão desarticulados. Eu acho que não existe mais movimento estudantil e nem política partidária mais, infelizmente nós nos rendemos, e eu assumo também essa responsabilidade de dizer que nós morremos. Eu gostaria que voltássemos a discutir seriamente política, discutir seriamente os acordos e as parcerias. Dentro dos campos de esquerda ainda existem pessoas capazes de reverter esse quadro, entendendo que não estamos mais reféns da policia federal na eminência de levar tiros na cabeça, acho que no Brasil já está um pouquinho mais clara a idéia do que é ser cidadão. O que é ter direitos, o que é ter cidadania basta que nós mostremos que não precisa estar o Lula lá em cima, basta que nós saibamos o nosso papel na sociedade, que as coisas vão acontecendo. Mesmo que não seja de partido político, as pessoas tem capacidade de transformar esse quadro, eu ainda acredito nisso.

Sendo mais passional, eu tive a oportunidade de conviver numa época em que as pessoas achavam que, como eu estou achando agora, os estudantes o país estivesse esmorecido. Eu tive a oportunidade de conviver, de viver e vivenciar uma época de transformação, e por mais nova que você seja, você já deve ter convivido com pessoas que passaram por esse período da passagem dos anos 80 e 90 que foi fundamental na vida pessoal e do país. Esse processo de transformação social, por mais jovem que eu fosse na época era eminente o risco que tínhamos quanto a liberdade e de luta por essa liberdade, o gosto de ir pra rua panfletar sem pedir dinheiro nas campanhas. E isso era comum, o incomum era ser pago pra isso, o que hoje em dia é normal. E isso foi importante pra mim ter vivido, por que as pessoas reconhecem que eram ações espontâneas, eu nunca fui cabo eleitoral por dinheiro era sempre acreditando nas ideologias. E eu, não era único, eu fiz parte com outras pessoas desse processo de transformação como sujeito mesmo. E isso que acontece hoje de liberdades democráticas foram coisas que nós fizemos, não foi nada doado pelo governo e muito menos resultado de alguma briga muito forte e imposta, foi algo que foi sendo construído de maneira limpa as vezes muito sofrida, mas foram sendo construídas por muitas pessoas que se uniram naquela época. E que isso seja valorizado, até para que isso não se perca e que seja mantido sempre e sempre essa liberdade democrática. Que assim como eu estou me expressando contigo agora, esse direito a voz, que nós tenhamos e nossos filho e netos tenham sempre isso como um processo de vivência mesmo da cidadania. Não que seja o movimento estudantil somente o

responsável, mas toda a sociedade, assim como o movimento sindical (do qual eu fiz parte com 30 anos), as associações de moradores e todos eles estão construindo muita coisa. E nesse convívio no movimento a gente aprende a respeitar, mesmo não sendo do mesmo pensamento.

APÊNDICE G – Entrevista com Gabriel Kravchychyn (fotos intercaladas no depoimento, cedidas pelo entrevistado)

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Gabriel Kravchychyn

Gabriel: No ano de 1982, eu era funcionário na universidade e eu resolvi fazer meu segundo curso. Eu já tinha me formado em licenciatura em ciências quando eu morei em Paranaguá. Ai eu vim pra Ponta Grossa e por influência de um amigo, acabei fazendo o curso de economia. Conciliava os estudos com o trabalho na universidade. Daí os acadêmicos, acredito que vendo um pouquinho de liderança da gente talvez, ou sei lá qual motivo me convidaram pra ser o tesoureiro da chapa que eles iam disputar pro DCE. E eu, no começo não aceitei por causa do tempo, mas eles insistiram e eu acabei concordando. Coloquei então algumas condições, eu só iria mexer realmente com a parte financeira e contábil desde que tudo seja de maneira clara transparente que fosse feito pelos acadêmicos do curso de ciências contábeis, que eram os maiores interessados, com professores acompanhando e que eu tivesse uma atuação somente nessa área. Eu não estava interessado em outras coisas, pois eu não tinha tempo pra isso. Eles concordaram.

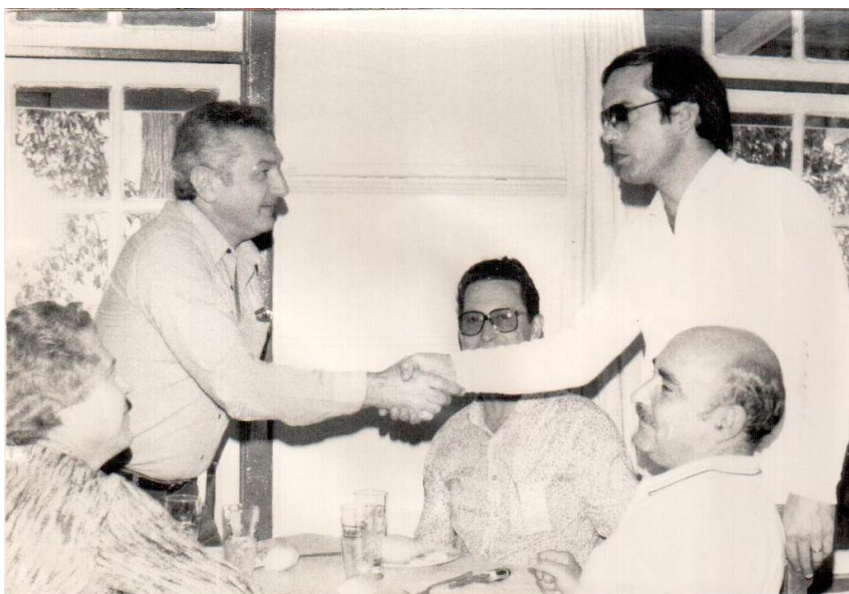
Naquela gestão eu acabei me entusiasmando e acabei disputando no outro ano(83), e ganhamos. Talvez pelo trabalho que a gente tenha feito, acabaram indicando para ser o presidente da outra chapa, e a gente teve sucesso.

O que credenciou bem a gente pra disputar e ganhar a eleição de 83, foi que em 82 era período muito difícil, além de ser um período de transição política muito grande era um período ainda do finzinho do regime militar, mas o maior problema que teve na época é que teve uma dívida do DCE, anterior a nossa gestão com relação ao restaurante universitário e os funcionários que tinha no DCE eles não recolheram o INSS, fundo de garantia. Quando nós assumimos, que nos demos conta disso ficamos por volta de uns 6 meses tentando equacionar esse problema. Depois veio a fiscalização do INSS e ai a gente conseguiu resolver definitivo esse problema foi assim uma dívida que eles deixaram, não me lembro bem se foi acumulo de uma gestão só ou mais, parece que os encargos sociais vinham de mais de uma gestão.

E ai muita gente foi acompanhando, e viram que a gente estava fazendo um trabalho sério e acabaram nos apoiando em 83. Mas realmente aquela situação foi muito difícil, na época nós recebemos o escritório a sede numa desordem, tanto administrativa com o grau de endividamento muito alto e um DCE desacreditado naquela época.

Era um momento muito difícil naquela época, o lado político, por exemplo os Centros Acadêmicos não eram reconhecidos pela universidade que na época só reconhecia o DCE. O movimento militar tinha extinguido com tudo, a representação estudantil acabou. E daí eu usei uma tática para ajudar o pessoal que estava interessado. Nós tínhamos uma relação muito boa com o reitor na época que era o Professor Evaldo Podolan, fui lá e perguntei “A universidade reconhece o DCE?” ele diz que sim. Então pensei, ele reitor em nome da UEPG reconhece o DCE eu reconheço os Centros Acadêmicos. Mandamos um oficio para cada Centro Acadêmico para que os interessados viessem e ajudassem a tocar o barco. A gente dava uma ajuda financeira para eles a medida que eles iam criando espaços, ajudávamos a pagar aluguel, nas viagens que eles precisavam fazer. Eu me lembro uma vez o curso de Serviço Social eles tinham a necessidade de participar do ERESS, e a presidente do Centro Acadêmico, não me lembro o nome dela, mas que fez um trabalho brilhante, ela sabia reivindicar, ela sabia batalhar, e promovia eventos mesmo então elas precisavam fazer viagens.

E acima de tudo nesses anos de 82-84 que a gente esteve por ali, era o fim do regime militar estava começando surgir os partidos políticos o próprio PT e eu ganhei uns inimigos gratuitos. Por que na verdade eu tinha, tudo para estar do lado deles como funcionário e estudante que eu era. Mas acontece que eles me pegaram como a figura preferencial pra “bater”, mas era natural por que eles estavam empenhados em criticar tudo o que era organização de classe, e bem aquilo que chama mais atenção que são os estudantes, a representação estudantil, eles não conseguiam vencer.



Eu me lembro na época de campanha pro DCE, tinha a pastoral universitária aqui perto, e tinha o Padre Lionardi - senão me falha a memória -eles fizeram uma verdadeira armadilha um dia. Me fizeram um convite, para que todas as chapas que iam participar da eleição fosse lá representar seu grupo. E na verdade foi uma armadilha, eu fui lá pra “apanhar” me trucidaram. Ai sem dúvida nenhuma foi premeditado, eu me lembro inclusive do irmão do Péricles o Aderbal ele era um cara muito radical, ele não tinha propósito. Eu me senti massacrado depois daquele dia, e ele não sabe mas eu fui conversar com o bispo da cidade,

pra contar o que tinha acontecido. E coincidentemente, depois que eu expliquei o que tinha acontecido ao bispo, o padre Lionardi foi transferido daqui.

Perguntei: por causa desse acontecimento, dessa denuncia?

Ele continua:

Não, não...não sei, coincidência. Coincidentemente ou não, eu recebi uma carta que foi publicada na época, de São Paulo me denunciando me chamando de reacionário. Eu nem sabia o que era reacionário, tive que ir ver até no dicionário. Eu acho que eles devem ter ficado brabos com alguma coisa e ai fizeram isso ai.

Eu não sei de que parte que partiu essa perseguição, eu sei que ligados ali a Pastoral Universitária saiu um grupo contra a nossa equipe. Então quando eu resolvi disputar em 83 eles também queriam evidentemente, lógico e natural que quando surgem 2 grupos querendo a mesma coisa o atrito é inevitável. E mesmo depois que eu ganhei durante toda a minha gestão o tempo todo eles estavam lá questionando. Mas isso foi bom que estimulava a gente para trabalhar cada vez mais.

Tinha na nossa chapa, um rapaz chamado Ricardo Cunha que hoje é advogado em Curitiba, tinha um rapaz da história, tinha um de ciências contábeis Gilson Proença ele foi o tesoureiro de (84), eu não me lembro sinceramente das pessoas que faziam parte depois não tive nenhum relacionamento com essas pessoas.

A gente quando entra numa coisa dessas, acaba pegando o gosto pela coisa. E eu sempre gostei de fazer aquilo que eu fiz e fiquei muito contente de estar fazendo um trabalho que estava dando resultados tanto é que o pessoal reconheceu.

Reestruturando a idéia, esse diretório , o local ali, na época, não sei se mudou ou não ele nem era do DCE. Ele era dos Centros Acadêmicos da área de humanas, por isso que está lá na parede DAJPX - Diretório Acadêmico Joaquim de Paula Xavier. Ai eu fui no cartório de registro de imóveis e fui verificar e era mesmo da área de humanas. Então essa regularização nós não conseguimos fazer.

Mas independente disso, nós reformamos, arrumamos pintamos estava uma “tetéia” aquilo tudo encortinado tudo bonitinho, pra que? Veja só como é importante, na época, ainda não existia os microcomputadores. E os estudantes tinham necessidade de fazer trabalhos, nós então colocamos um mimeógrafo elétrico com álcool a disposição deles e pode parecer loucura com papel chamex à vontade para fazerem seus trabalhos. E tinha gente que ia lá rodava e ainda falava mau da nossa iniciativa e um deles era o Black o famoso Black. A gente deu uma estrutura boa pro DCE. Os acadêmicos tinham um ponto para fazer os seus trabalhos, e principalmente acadêmicos de outras cidades carentes que não tinham aonde ter um apoio.



E o que ocupava um grande tempo nosso era o restaurante universitário, era um absurdo. Nós tínhamos que administrar, só que os preços de tudo quem aprovava era o conselho de administração da universidade. Então a gente queria fazer as coisas mas não dava, os preços eram muito altos. Nós tínhamos mais prejuízo com o RU do que lucros e o que mais balanceava e ajudava a equilibrar as contas era a venda de refrigerante, de doces de coisas assim.

Um dos acontecimentos mais polêmicos da época acho que o mais importante que aconteceu durante a gestão é que até aquele período a universidade era paga e como era paga chegava no início do ano o aluno também tinha que pagar uma taxa para o DCE: chegou a nível estadual uma polêmica muito grande com relação a cobrança das taxas e da gratuidade do ensino superior. E aí você vão se arrepiar, eu fui o único presidente de DCE que votei contra a gratuidade e aí que muita gente me teve como o inimigo mortal. E tive coragem de defender isso em rádio em televisão me lembro que o canal 7 era da bandeirantes depois passou pra Globo num sei como ficou, então eu era contra e acredito que ainda é por aí. Eu era contra ser pago como é hoje nas universidades particulares, mas eu era a favor daquela mensalidade que a UEPG cobrava eram 4 mensalidades, era um valor pequeno uns 50 -100 reais hoje em dia. Na minha visão a gratuidade total do ensino, iria gerar muitos problemas pra universidade. Por que quem entra na universidade não era o filho do trabalhador que realmente paga o imposto, essa é a dura realidade. E igual hoje, quem está entrando na universidade nos cursos mais disputados são os estudantes de colégio particular. Então você imagine eu com essa idéia com gente do Paraná inteiro lá, tinha a UPE também na discussão, mas nosso relacionamento não era próximo, se é que existiu. Os caras tinham uma época que eram a favor da gente depois eram contra, mas eu nunca me envolvi com UPE. Eu cuidava do nosso trabalho da nossa obrigação aqui, procurava cumprir o estatuto do DCE a risca.

Uma das coisas que eu mais me lamento, foi um dia que eu perguntei onde estavam as coisas do DCE os documentos, e me responderam que tinha sumido. Eu não sou da área de história mas sou apaixonado por essa coisa de documentos e essas coisas.

Me lembro que na época de nossa gestão, conseguimos com muito esforço um patrocínio da coca-cola e montamos uma galeria de fotos na parede do DCE, dos ex-presidentes. Eu fiquei sabendo do seguinte: que quando saímos da gestão pessoas jogavam pedra, quebravam e destruíram a galeria de fotos. Não sei se eles achavam cafona aquilo, mas era um amaneira de manter a memória a historia do lugar.

Nos documentos estão como subvenções dadas ao DCE mas não era bem esse o termo. Alguns lucros que nós tínhamos era de alguma coisa que rendia o RU e alguma coisa dessas taxas. Naquela época de fim de regime militar, era difícil você conseguir que a voz do estudante fosse ouvida. Ainda mais você analisando que cada curso tem suas particularidades seus interesses então eles se juntam numa universidade que a principio não era tão grande. Então eu imagino que, eu com 30 anos naquela época, uma maneira de reunir esses estudantes eram as festas. Dá até medo de falar isso, porque na Roma Antiga tinha essa coisa de “pão e circo”. Mas eu entendia como uma maneira de reunir esses jovens e uma vez por mês nós tínhamos um baile (mostrando a foto) era lá no Clube Guaíra. O falecido presidente do Guaíra que faleceu esse ano Paulo Nadal Jr. O movimento estudantil daquela época deve muito a ele. Porque ele era presidente do clube e por incrível que pareça ele aceitava bem a gente, na época a gente não era bem recebido nos clubes sociais em Ponta Grossa. Se fossemos até o clube Verde, por exemplo, pedir para alugar o salão eles não aceitavam por que éramos vistos como baderneiros que íamos esculharbar com tudo. Mas daí o Paulo nos cobrava só a taxa de limpeza do clube, e o bar que dava um lucro fabuloso era dele. Nós só vendíamos ingressos

pros acadêmicos, num preço o mais razoável possível e mantínhamos o clube cheio. Isso unia de modo geral quase todos os estudantes então você pode avaliar o que significa o pessoal estar junto lá num baile. Então nós tínhamos um contrato com um grupo musical da cidade na época que eu não lembro o nome, mas tínhamos contrato com eles pro ano inteiro porque, hoje não sei estou bem desatualizado minha filha que conhece, na minha época não existiam muitas opções em Ponta Grossa e não tinha um lugar pra estudantes e principalmente um ambiente com música ao vivo, então todos os bailes obtinham sucesso.

Eu me lembro que um dia, depois que eu sai do DCE, uma turma do Serviço Social chegou pra mim com um Livro de Ouro, como eu odeio esse troço, elas estavam arrumando um dinheiro para um evento. Eu não ajudei e dei a dica para elas pararem com aquilo e fazerem um baile. Pra encurtar a história elas toparam a parada, só que quando aconteceu nós não sabíamos que o Paulo tinha saído da presidência do clube. A pessoa que entrou no lugar dele resolveu cobrar antecipadamente e caro a locação do lugar. E nós não tínhamos um tostão de dinheiro no caixa, nós tivemos que dar cheque pré-datado sem fundo sem nada pra pagar a segurança, pra pagar os direitos autorais, uma série de coisas era um valor alto. E ficamos naquela né, se der errado nós ficamos como? Sei que deu tudo certo lotou de gente, e sei dizer que as meninas ficaram muito felizes.

Na época veio a Elba Ramalho no ginásio do Oscar Pereira trazida por um grupo de entidades que se reuniram pra que isso acontecesse. Esse grupo era a reunião do DCE, rádio difusora, a prefeitura, pavão motos. Foi um show maravilhoso, na época. Trouxemos as Patotinhas na época, e foi engraçado. Eu pensei que as patotinhas fossem umas menininhas eu não conhecia, e os alunos pediam muito o show delas. Ai fui atrás pra contratar o show, era muito barato, tanto que o DCE pagou o show e liberou de graça para os centros acadêmicos. Todos receberam ingressos e revendiam, o dinheiro ia todo pros CAs pra ajudar eles terem uma estrutura para tocarem o barco. Falando a verdade, nada acontece sem ter o recurso financeiro, e naquela época era tudo mais difícil não existia computador, celular era tudo diferente e a gente tinha que se virar com aquilo que era possível.



Ainda sobre a gratuidade, eu achava que quem não pudesse mesmo pagar a mensalidade que recebesse uma bolsa (mostrando o documento que segue anexo nesta pesquisa) e em contrapartida eles nos ajudariam a trabalhar nas atividades do DCE.

Hoje o ensino é gratuito, mas alguém paga, todos pagamos, e porque não essa pessoa que se forma não dar o retorno pra sociedade desses estudos, gratuitamente no período que se forma até arrumar o primeiro emprego.

Esse meu posicionamento foi o que fez com que eu ganhasse ainda mais inimizades, eu era tido como inimigo dos alunos.

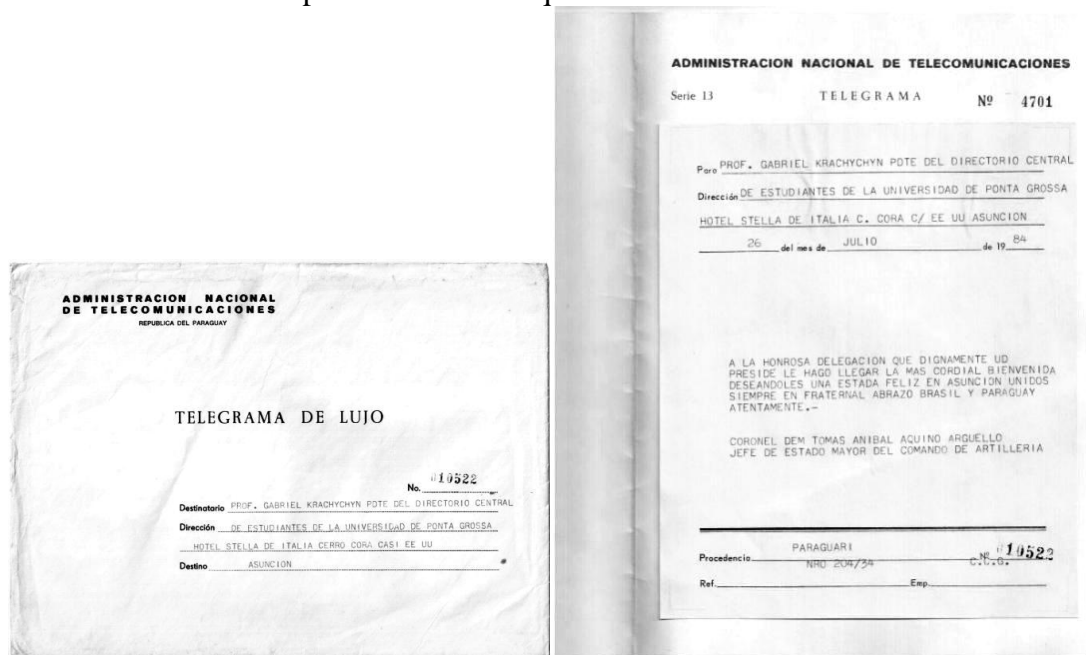
A organização:

Existiram algumas assembléias, para cumprir o próprio estatuto, mas a dificuldade era grande de reunir os estudantes. Primeiro que eu sentia que muita gente tinha medo, porque afinal nos estávamos ainda no regime militar, os CAs não eram fortes. Era compreensível porque estávamos na ditadura, mas também não sei, porque hoje já não estamos na ditadura e pouca coisa mudou.

O CA de odonto era brilhante também, me cobrava bastante eu dei um jeito de arrumar ali nos fundos do DCE no porão um local pra eles se instalarem, eu fui até o apartamento dela pra entregar a chave pra ela fazerem as atividades ali.

O sonho do curso de direito, na época era fazer um convenio (intercambio) com a UNA- Universidade Nacional de Assunção o acordo era nós mandarmos um ônibus pra lá que eles mandariam um ônibus pra cá. E não esperávamos e veio um ônibus deles e o DCE teve que bancar hotel para eles a locomoção dentro da cidade, e depois mandamos o nosso ônibus pra lá. Eu fui junto e quando eu estava lá no hotel, chegou uma carta(mostrando a carta nos anexos)que era do reitor da universidade de lá.

Foto da carta remetida pela universidade que recebeu no hotel:



Os jogos da primavera foi iniciativa de realização do DCE, o FUC também uma coisa linda, hoje a universidade que toca tudo isso, é um absurdo isso não é função da universidade, ela pode até colaborar mas a responsabilidade devia ser dos estudantes.

Talvez alguns adversários tenham me visto como um ditador, um centralizador mas eu não estava preocupado com o que eles achavam. Eu achava que eu tinha que trabalhar, fazer aquilo que eu me propus, porque se eu não fizesse quem iria ser o responsável era eu mesmo. Não agradava todos mas a gente ia tocando.

Posteriormente eu não posso te dizer mais nada, pois eu não vi mais nada nenhum grande evento, nenhuma grande manifestação de DCE de movimento estudantil, infelizmente eu não tive mais notícias.

APÊNDICE H - Entrevista com Silvana de Oliveira

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Silvana de Oliveira

Na verdade eu entrei na UEPG em 89, no curso de Jornalismo cursei dois semestres e, por varias razões, acabei desistindo e fui fazer letras. O curso de letras eu conclui.

A partir de 90 eu estou no curso de letras, na verdade o movimento estudantil veio, pra mim pessoalmente, por conta de um envolvimento que eu tinha no trabalho. Eu trabalhava no sindicato dos professores, na verdade não era sindicato, na época era associação de professores.

E com esse contato com os professores, acabei conhecendo algumas pessoas que já estavam envolvidas no DCE, e daí comecei a me aproximar desse grupo. Ai passei a atuar no DCE e depois no CA de letras.

No CA de letras nesse período, em 88 e 89, era um CA muito ativo. Havia uma atividade cultural muito forte que o CA acabava representando isso. Eu me lembro que não havia uma atividade política muito forte, mas tinha uma militância cultural. Um grupo (CA) que montava semanas culturais com grandes nomes da literatura. Essas pessoas vinham por meio de uma articulação dos alunos, não existia uma intervenção de professores nada.

Mas meu vínculo não era tão forte com CA era mais com o DCE mesmo. Assumi uma coordenação de DCE, se não me falha a memória em 91, por ai eu compus junto com os outros colegas uma coordenação geral. Foi uma novidade que a gente inventou, ao invés de fazer aquela hierarquia de presidente, vice... A gente inventou esse modo de coordenações, que eram atribuições tentando pensar numa relação diferenciada sem hierarquia. Isso foi na montagem da chapa já, o estatuto não previa, quando nos elegemos que fizemos a alteração. Na prática funcionava muito bem.

Era um grupo muito politizado, que se envolvia assim em questões universitárias de fórum amplo, a qualidade de ensino da universidade pública. Tinha uma preocupação muito grande no processo de representação estudantil dentro da universidade. Existia um esforço em estimular a ocupação desses espaços institucionais pelos estudantes. Os conselhos por exemplo, tentávamos estimular a participação nesses conselhos e setores.

O grupo tinha claramente uma filiação ideológica de esquerda, claro que todo mundo tentava não fazer seus vínculos partidários mais óbvios aparecerem mas todo mundo era de esquerda. Tinha um discurso de esquerda muito marcado, que inclusive na nossa história na universidade isso contribuiu muito. A gente teve uma formação muito – eu entrei na universidade com 17 anos - então a universidade acabou criando em nós uma aproximação com um determinado grupo de pessoas dentro e fora da universidade que eram de esquerda e que definiu uma formação pessoal muito intenso e o caminho que cada um foi seguindo. Foi um período de formação pessoal assim muito intenso, e teve a ver com a participação no ME. Uma coisa de ir aprendendo, ninguém tinha uma vivência, por assim dizer, uma vivência política.

A gente tinha uma pauta bem definida, por que também, existia essa questão da representação estudantil institucional, existia também a questão da comunidade universitária que também envolviam relações com o corpo docente.

Em 91- 92 , eu me lembro que foi um momento de grande mobilização docente. Então o grupo de estudantes fazia discussões muito focadas também como nós deveríamos nos

posicionar em relação à greve, por exemplo. As greves que vinham sendo discutidas nas assembleias docentes, nos participávamos dessas assembleias ativamente - em alguns momentos questionando, em outros dando apoio- e tínhamos interesse que o ME de alguma forma se relacionasse com outros movimentos sociais. Nós tínhamos um pouco esse ideal, acreditávamos que era possível os estudantes se articulassem em outros meios sociais, e discutir outras questões da cidade do Estado e do país que não fosse só a da sua própria “corporação”.

Nós tínhamos um profissionalismo nas ações, isso se devia um pouco a interação desse grupo, nos divertíamos também mas por outro lado o DCE era encarado como um lugar onde a gente trabalhava. Era preciso ir fazer reuniões com hora marcada, com pauta, com lista de presença atribuições muito claras do que cada um deveria ter. Existia uma noção de profissionalismo nisso tudo. Isso pra mim, por exemplo, também que não tinha tido uma experiência de movimento estudantil no ensino médio nem nada isso era uma coisa que eu gostava muito.

Você vai ouvir isso de qualquer pessoa que for falar do seu tempo né? “que q gente fez coisas importantes e tal”... mas também uma coisa pra se pensar criticamente desse período a gente veio também com um histórico de relação com um grupo de professores, esse grupo de professores acho que também, nos orientava bastante. Era um grupo de professores o qual nós tínhamos afinidade, havia um transito grande, um diálogo e claro que uma influência, nossa tendência era sempre apoiar a iniciativa dos docentes, de participar com por exemplo a professora *Zenilda Bruginiski*, que teve um caráter de formação muito grande. Inclusive vindo a ser amiga de muitos estudantes daquela época e até hoje. Existia uma autonomia do ME porém essa autonomia também era, de certa forma, era resultado dessa formação que a gente vinha recebendo dessa relação com o grupo de professores. Que hoje em dia isso não existe mais, pensando nos tempos atuais nós professores da UEPG a gente tem uma relação muito mais com o grupo dos nossos cursos. Não existe, como antigamente, uma pluralidade de áreas não era uma vinculação departamental.

Nós participamos de 3 ou 4 congressos com a UNE, nós trouxemos pra UEPG o Lindemberg Faria ele veio mais de uma vez aqui. Hoje ele tem um cargo político ai, conquistado ao longo dos tempos. Os documentos devem ter sido queimados todos né?

A gente passava muito tempo no DCE, uma lembrança que eu tenho era um lugar que ao mesmo tempo tinha aquela coisa de trabalhar das reuniões mas era um espaço que congregava um grupo. Um grupo que não era só as pessoas da formação, era um grupo maior. Não era um momento de grande mobilização era mais um momento de reflexão bem intensa, tanto que nesse período nossa inserção era grande nas assembleias docentes e nas próprias assembleias de estudantes.

Nós tivemos oposição nas duas chapas que formamos “o tempo não para”(Cazuza) e “tudo ao mesmo tempo agora”(Titãs) mas era uma oposição desarticulada, eles eram pessoas que se uniam porque “não gostavam dos bagunceiros do PT”. Mas esse grupo que fazia a direita, era muito fraco era a maioria do curso de direita.

O João Carlos era reitor naquela época também, eu acho que não havia uma articulação clara de influência da gestão da universidade em formação de chapas para DCE. As coisas eram muito mais estáveis, estáveis no sentido do que estava posto. A gestão da universidade é

formada por um grupo de direita e ponto, mesmo quando havia uma chapa de esquerda para a reitoria não era uma ameaça como pode ser hoje.

Os grupos de esquerda dentro da universidade não representavam uma ameaça ao poder de direita da universidade. Era tudo muito estabelecido. Até o reitor, naquela época ele tinha uma postura muito diferente da postura que ele tem hoje, ele tinha uma aliança clara de direita.

Já havia uma tradição já na minha época de o DCE ser gerido por grupos de esquerda, nós fizemos um esforço muito grande para formar uma base nos CAs. A gente fazia os CEBs e estimulava isso esse espaço.

Naquele momento talvez ainda houvesse uma, o Brasil mudou muito, e aquele momento a gente vinha de uma necessidade de garantir uma democracia um espaço de exercício de cidadania. Era um trabalho para fazer que sindicatos entidades representativas de estudantes essas instâncias funcionassem de fato e de forma de segurança e de luta por democracia. Isso com o passar do tempo, esse processo de democratização foi ficando mais estabelecido e se consolidou. Acaba que os sindicatos e instâncias que representam os movimentos acabam perdendo função, ou assumem uma função mais operacional no sentido de ser mais defensor de direitos pontuais ou senão parece que não se precisa mais disso. Há uma aparente garantia de direitos, porém ainda existe repressão exclusão só que hoje de uma maneira diferenciada. Mas não há como uma ameaça maior como uma força que a qualquer momento poderia fazer as coisas recuasse.

A gente não tinha uma comunicação muito grande com o campus Uvaranas, o “QG” era aqui no centro, mas existia os alunos que vinham para as reuniões representar e repassavam lá as discussões. Mas a articulação não era forte, os cursos que mais atuavam em conjunto conosco eram agronomia, engenharia e farmácia. E não havia uma grande participação das licenciaturas de Uvaranas, até mesmo porque era um pessoal que vinham para universidade só para estudar a noite, estudantes trabalhadores. Eles trabalhavam o dia todo e vinham só estudar, não tinham tempo para envolvimento.

Como existia em nosso grupo uma espécie de “orgulho marxista” a gente fazia cursos de formação mesmo, organizava cursos de formação política. Isso não era uma coisa muito articulada não tinha uma organização de textos mas debatíamos documentos aleatórios. Víamos uma importância grande em saber fazer uma análise crítica da conjuntura.

Eu me sinto importante por ter vivido esse período e acho que todo o grupo que estava ali também. Queríamos entender um pouco onde que o Brasil ia o que representava o fato de nós estarmos em uma universidade a UEPG uma universidade pequena tímida ainda mas nós estávamos dentro dela e tínhamos que contribuir pra uma Universidade pública gratuita e de qualidade, para compensar esse privilégio de ter ingressado nela. Existia essa clareza de propósitos.

APÊNDICE I – Entrevista com Rodrigo Rossi

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Rodrigo Rossi

Apresentação da pesquisa

Rodrigo: Falar então sobre a trajetória então? No “eme-ê” (M.E.-Movimento Estudantil). Bom começou, deixa eu ver no ensino fundamental que começou mesmo. Na Universidade eu comecei em 2002 terminei em 2005. Comecei a militar logo na primeira semana de aula e já me convidaram pra fazer parte das reuniões do Centro Acadêmico, que está localizado aqui pertinho(a entrevista foi realizada no CIPP-UEPG Uvaranas). Daí comecei a participar do Centro Acadêmico, num momento em que a gestão tava mais aberta para os estudantes participarem e tal das atividades, a gente fazia churrasco assim na porta do C.A, tomava algumas também(risos) e ficava ali. E era nesse processo que o pessoal ia buscando formar os alunos que já estavam ali. Esse era o trabalho que eu via que era feito no CA e daí fui até 2005 participando ativamente de Centro Acadêmico, DCE, também da executiva estadual do curso de geografia e de algumas discussões da nacional também.

Mas começo mesmo minha participação no movimento estudantil especificamente, porque a participação política já vem antes, antes mesmo de agente saber (risos). Comícios em 89 da eleição de 89 então meu pai geralmente levava a gente junto pra algumas assembleias no sindicato e daí a gente já tinha um contato. Entre os vizinhos também tinha um vizinho meu que foi candidato a vereador, depois foi a deputado, não ganhou. Mas desde aquela época a gente observava a luta no movimento sindical e no movimento estudantil acontecendo, eu vim a me integrar nela na oitava série, na constituição no grêmio na formação do grêmio não fiquei porque eu já tava saindo da escola, a gente tava trabalhando mais pra formar aqueles que iam continuar. Isso foi num momento de mudança de diretor, porque antes não tinha como se fazer nada naquela escola os diretores não davam muita força, então quando mudaram a direção ai abriu mais e a gente conseguiu montar uma chapa mesmo, que acabou ficando lá pro próximo ano. Daí eu sai dali daquela escola porque não tinha o ensino médio, fui pra outra e daí já me envolvi mais ativamente no grêmio da escola naquela época a principal luta era pra passe livre estudantil, uma luta que é atual que até hoje tem acontecido. Então a gente fazia mais organização também de algumas festas alguns eventos, geralmente era mais por força da direção do colégio,mas também apoiávamos as mobilizações dos professores quando iam paralisar ou quando ia ter um dia de mobilização ai a gente participava. Isso também influencia também com uma formação política dentro do partido dos trabalhadores e enfim eu acabei saindo no período de 98, porque a direção do grêmio da escola tinha uma afinidade maior com o PSTU e daí enfim eu acabei me desligando um pouco também porque deixei de estudar no terceiro ano, fiquei dois anos trabalhando então não tive mais muito contato com o movimento estudantil, mas também muito influenciado pelo grupo o qual eu discutia nessa época , que era mais ligada ao PSTU e a galera que era mais do PT acabo saindo.

Mas enfim entrei na universidade no primeiro ano já comecei a militar mas de forma mais centrada no CA, tava entrando, estava pegando o jeito da coisa, ai começa devagar até porque você não tem perna pra colocar muitas propostas, aproveitar você começa tímido e vai se transformando no processo. Engraçado que eu era um cara bem tímido, antes de estar participando mais ativamente na universidade no movimento estudantil eu era, um cara que não tinha segurança pra defender proposta nenhuma(risos). Mas quando você digita, por conta de uma melhor argumentação... então esse meu primeiro ano foi pra eu encontrar esse meu caminho né. Eu fui participando de assembleias tudo que era chamado pelo DCE eu participava.

Congressos tinha por consequência da última greve em 2001, eu entrei em 2002 e o resultado da greve pro movimento dos professores e estudantes surtiu um efeito bastante positivo entre os estudantes que levaram a luta organizada pra dentro das universidades levantando um reajuste salarial pros professores, concurso público enfim toda aquelas heranças que tinham ficado do governo Lerner e que o movimento dos trabalhadores e dos estudantes ia buscar uma resposta pra isso que do governo Requião já que o PT tinha apoiado pra entrar no segundo turno enfim, então havia ali o resultado digamos positivo da greve com o reajuste né mas que serviu.

Dentro do DCE que estava naquela época pra formação da nova chapa, nessa chapa eu ainda não debatia questões mais gerais dos estudantes discutia a questão mais da geografia questões dos encontros da executiva, mais de área mas já tive o primeiro passo NE de ir pro social a questão da democracia participativa adotada pela executiva nacional e que praticamente era pra fomentar uma participação maior mas sem nenhum propósito de discussão vinha mais com questões práticas da geografia e menos das necessidades concretas dos estudantes, daí então eu senti...”eu vou ficar aqui discutindo as questões do meu curso né sendo que tem muitos estudantes na universidade que estão com vários outros problemas e que quando eu chego discutir aqui eles não são tão válidos quanto...” daí eu fiquei pra discutir mais sobre a formação de chapa do DCE.

Bom então nesse segundo ano de universidade então quando ia haver a troca de... da eleição pra chapa de DCE, aí eu já tava como diretor do Centro Acadêmico que geralmente é aquele mais procurado para a formação de uma chapa no movimento estudantil, são aqueles que já tem uma experiência prática no curso né eu ainda mais que na época era calouro envolvido em participação e por esse passado discutindo política na universidade até um pouco influenciado pelos professores que já militaram e que hoje ocupam outras posições enfim. Aí nessa eleição eu discuti com as duas chapas com os quais eu tinha contato antes, durante o primeiro ano, que era o Black e a Francine e aí a proposta que eu me identificava mais, que assumia mais um caráter reivindicativo pra entidade era a chapa articulada pela Francine mas que tinha também outros estudantes envolvidos na história não era só ela, tinham alguns calouros inclusive de contábeis e de história que tinham participado do movimento secundarista e que estavam compondo aquela chama mas pra discutir propostas com lutas unificadas entre os estudantes da universidade e o movimento secundarista. Então desse encontro eu vim trazendo a experiência do movimento de área do primeiro ano e integrei essa chapa.

As propostas eram bem atuais contra a precarização pela defesa da educação pública e por uma universidade pública gratuita e de qualidade, a gente colocava a questão das cotas que naquele momento estava sendo discutido, não tinha sido aprovado ainda mas era uma política que gerava polemica dentro do movimento estudantil e o mais importante que acho que a gente discutia na formação dessa chapa era a autonomia da ação do movimento estudantil. Acho que foi o que uniu mais ali o pessoal pra discutir a formação de chapa, se bem que claro que tinha pessoas que eram ligadas ao PT na época na chapa, essa independência e essa autonomia esta relacionada a formação de propostas discutidas entre o grupo não só de petistas mas que conseguiram formar o grupo independente das orientações de partidos. Então se formou a chapa, eu lembro que ela se contrapunha a outra chapa por ela não trazer muitas questões objetivas, e mais referentes a luta por uma reforma universitária que viessem atender a realidade dos estudantes, cobrar propostas que na época que o governo assumiu a questão do passe livre também eles não debatiam. Então a gente via que havia algumas propostas ali bem divergentes que impossibilitava a formação de uma chapa única o objetivo inicial era esse mas como vários grupos estão presentes nesse jogo da militância estudantil você vê claro as

vezes esse tipo de coisa não acontecendo por conta da complexidade própria da discussão né... vai vendo que alguns tem afinidades em algumas bandeiras e com algumas pessoas e outros tem outra enfim então fechou essa possibilidade e fomos pro embate, a campanha girava em torno da independência financeira então a gente pedia dinheiro pros professores, vendia rifa essas coisas que até hoje acontece pelo discurso mesmo a maior parte dos cursos de humanas né apóiam, aqui na UEPG as ciências exatas que é diferente de outros contextos da universidades. Como você vê um movimento forte em farmácia né, aqui na UEPG também já foi muito promissor o movimento estudantil da farmácia mas a gente não vê com tanta intensidade quanto em outros cursos, mas assim num dá pra taxar um curso ou outro e...tanto que a gente observa em alguns momentos assim que o curso de enfermagem os estudantes se mobilizaram mesmo e engenharia da computação curso que a principio ninguém imagina que vá fazer uma paralisação na universidade. É difícil pensar nisso.

A minha participação no movimento estudantil da UEPG tem muito a ver com isso né. De tentar buscar o interesse do estudante não necessariamente ligado à cursos mais politizados, dentro do curso, mas pra participar do processo político e também contribuir na tomada de uma decisão sobre apoiar os professores numa paralisação, uma greve dependendo daquilo que é indicado. Então eu percebi essa seja talvez a minha motivação pra entrar pra chapa de DCE. Eu já tinha uma trajetória no Movimento Estudantil e também isso foi uma coisa que fez eu buscar uma saída, no primeiro ano a gente via os cursos no campus mas eles não tinham comunicação com DCE tava uma gestão ali do centro, existia essa polarização com um debate concentrado ali no campus central, o que é prejudicial para o movimento estudantil depois da constituição do campus, isso vai datar ai de quando?... (pensativo) Metade da década de 80. Até onde eu sei houve uma mobilização, envolvia o curso de geografia mas é bem pouco. É pouco o que a gente ouve falar sobre a mobilização dos cursos do campus, e tem muita história que a gente ouve falar do movimento estudantil mais próximo do campus central então, nesse sentido acho que tinha uma coisa que precisava ser feita naquele momento. Começar a levar a discussão sobre os problemas da universidade pra esses estudantes. Claro que num ia só nisso...mas uma continuidade de gestões do DCE que vai tendo dificuldade. Nessa época de campanha como a maior parte da outra chapa tava concentrada no centro, a gente adotou a estratégia de fazer a inscrição do campus como uma estratégia de eleitoral, um movimento estudantil você vê ali todo mundo participou e ganhar voto no campus se não for festa né você colocar outdoors, você tem que andar, do bloco L até o bloco de Educação Física né, claro que eu tinha sempre disponibilidade de fazer essas passagens em sala de aula e espalhar as discussões com os estudantes de modo concentrado já que é mais separado um curso é pra cá outro pra lá.

Mas de qualquer forma não é todo mundo que se dedica a levar a discussão. Primeiro pela vergonha de se colocar nas discussões, outra por causa do receio que “defendemos e assumimos uma posição política” e outra por a causa de uma representação ou um preconceito relacionados aos militantes né... no movimento estudantil e no movimento sindical no cenário brasileiro ela vai ver com bons olhos.

Nossa tem muita coisa, até eu demoro um pouco pra conseguir raciocinar e falar por que é, a experiência no movimento estudantil é bastante rica, um monte de coisa diferente muita gente...

Mas bom, eu tava falando da dificuldade do diálogo político na universidade e isso é reflexo da própria emergência, não tão antiga assim de um diálogo possível. Então tinha tudo isso se acostumar com a organização política que promove esse diálogo no conjunto social do estado e imaginar e tentar a partir disso numa cidade ponta-grossense dita conservadora tinha que

saber que a dificuldade era muito maior pra você agir na organização do que em outras cidades. Mas isso também não pode servir de argumento, veja pelo tamanho que tem São Paulo é natural que tenha uma mobilização gigante né, pelo próprio numero de pessoas que tem lá.

Mas assim talvez se a gente estudar a proporção da mobilização que reivindica alguma coisa, que revolta, não quer se adaptar a uma política publica que possa ofender seu direito ou apagar o rumo das conquistas dos trabalhadores e estudantes e tal, você vê aqui uma dificuldade muito grande dessas pessoas estarem enxergando esses mecanismos de luta como uma saída concreta pros seus problemas. Então é muito mais fácil esperar um decreto do governador ou um estadista boa praça que é bonzinho e que faz porque ele é como se fosse um gênio que tirasse ali a solução da lâmpada, mas a história prova que não é assim que o trabalhador e a juventude que pressiona que luta por um decreto ou uma política pública. Então entender isso, apesar de ser uma fórmula bastante simples já que se fala no estado e se cobra dele até mesmo sem querer... apesar de parecer simples é uma dificuldade no movimento estudantil e do movimento político como um todo e na universidade contraditoriamente ao que se pensa que elas tem a abertura pra se fazer isso as dificuldades ainda são até maiores. Por exemplo, conseguir coletar muito mais assinaturas num terminal de ônibus com trabalhadores por bandeiras que eles vem defender ou que eles já tinham defendido sem ter sido realizado uma luta pra direcionar o debate pra isso, muito mais assinaturas e cartas e manifestos e abaixo assinados num terminal de ônibus isso em 1 dia comparando a um conjunto de assinaturas para que os estudantes tivessem o passe livre, ir para universidade sem ter que pagar nada por isso um direito de todos de poder ir estudar. Então isso num período de um mês assim mais ou menos do que a quantidade de assinatura em um dia junto aos trabalhadores ali numa hora do que na universidade em que pontos da negociação são colocados. Não que isso represente “não porque essa bandeira é questionável!” pode ser questionada mas talvez por conta dessa... de achar que não precisa fazer algo né nesse sentido porque isso tá representado como uma bagunça ou como subversão da ordem instituída né, do que pensar e refletir sobre aquele problema aquele posicionamento sobre aquela realidade e possibilidade. Será que não seria bom né? então algumas coisas são mais difíceis de se discutir na universidade mas é em função de um conhecimento que não é digamos assim voltado a questão social, mas um conhecimento que serve a alguns grupos, aí que você vai ver como que determinados posicionamentos vão influenciar na política. Isso vai se ver, em todos os cursos.

Bom identificando essas dificuldades no movimento estudantil essa experiência da primeira chapa que eu fiz parte da composição chamava-se “Atuação”, a gente teve a dimensão disso né a gente pode observar que fazer uma campanha política pruma gestão de DCE envolvia assumir e levar um desafio na base do estabelecimento de um diálogo tentando, não utilizar os mesmos dispositivos de alcançar voto sem dar uma base política baseados ou nos dispositivos da campanha ou naquilo que os estudantes eram mais próximos como festas e coisas que de certa forma não levavam a uma reflexão que era mais próximo ao pensamento da chapa que a gente se opunha. Não que a gente não fizesse festa, mas a festa que a gente faia era pra angariar dinheiro pra nossa campanha, mas da outra chapa a gente não sabia de onde vinha o dinheiro não que isso seja “ah ato de corrupção” mas é uma questão mais ética, ligado aos princípios da democracia ou da própria política. Essa era uma dificuldade que a gente tinha internamente e externamente por que a gente não conseguia os votos e a preferência dos estudantes pra efetivar aquele programa que a gente tava defendendo, então começou a existir um pouco disso a partir dos Congressos da década de 90 da UNE que propunha né a eleição direta como uma expressão daquilo que era feito já em várias gestões do DCE, após gestões de 89 que talvez o movimento operário e o movimento estudantil tenham visto mais que uma

eleição assim levavam mais a uma saída dos seus problemas e a militância então da eleição e não a militância da conversação do diálogo franco e aberto com os estudantes que não precisa ser so num momento de reunião ou de congresso de CEB (conselho de entidade de bases), assembleias mas levar a discussão em todos os espaços que ela pode ser feita de forma a articular e a captar as posições de cada um e ai encontrar um direcionamento que seja digamos assim da maioria, isso é o mais complicado por que na UEPG desde a década de 90 a gente pode observar isso né o movimento estudantil se organizando muito na eleição e pouco na reivindicação isso em função da influência do processo de todo um processo democrático trabalhado e voltado a eleição. Isso se for observar não é democracia é mais uma democracia de bandeira se for ver nos regimes políticos a democracia sempre presente no discurso. É uma democracia do capital, burguesa. A democracia no movimento estudantil você percebe muitas vezes ligada a essas ideologias, não indo muito diferente dessa linha. E quando se tanta modificar isso, existe uma resistência. Na UEPG tinha isso como vai existir em outros lugares, mas sobretudo são essas posições que nós levávamos nas discussões da formação da chapa em 2003 a “Atuação” a gente colocava essas questões de forma muito clara aos estudantes. A gente perdeu a eleição aquele ano por poucos votos. Perdemos para a chapa “Muda-DCE”, é até interessante a nossa se chamava “Atuação” se referindo a “a tua ação” uma espécie de trocadilho. E o nome da deles como era “Muda-DCE” que ia até meio contra aquilo que a própria UNE defendia na época que era colocar a reivindicação se posicionar e discutir no contexto do DCE, mas essa chapa não colocava essas questões políticas das ações para os estudantes e ai nos debates a gente se aproveitava do nome da chapa deles pra instigar o diálogo a chapa “MUDA” não falou nada, ficou calada.

Ai nós passávamos nas salas, e no começo eu era muito envergonhado pra falar as coisas, mas no processo a gente foi, cada vez mais, fui ficando mais seguro pra falar e me posicionar. Me concentrei nisso e fui articulando o que eu fazia com as coisas que eu lia e ai partíamos pra definições de propostas e tal.

Mesmo a gente perdendo aquele ano foi proveitoso porque aquelas propostas colocadas pela nossa chapa na época de campanha, foram levantadas pelos próprios estudantes e menos de um ano antes quando a chapa “MUDA” tinha assumido em termos de levar o estudantes para a discussão de um problema eles levavam a uma organização de alguma tarefa. Como é feito nesses eventos pela universidade como um processo de integração. Esse tipo de proximidade a gente combatia e continuamos combatendo e uma das promessas nossas de derrota (risos) era participar das discussões ativamente e eles também se mostraram abertos a isso.

Discussão a gente levou ate nos campi chegamos a ir. Tanto que no ano seguinte, tudo o que tínhamos levantado como plataforma de reivindicações são evidenciados, que é o ano do acampamento, e a chapa que ganhou não teve nenhum posicionamento frente aquela situação não estava lá pra propor para os estudantes não saírem sem tirar uma atitude concreta diante disso.

Foi mais ou menos assim, aconteceu algo diferente, por que aqui no campus aconteceu diferente do centro que acamparam e através disso tentaram tirar uma saída concreta. Aqui no campus não partiu de um núcleo central a coisa para ir até o movimento, pelo contrário foi a partir de nós que não estávamos ligados a nenhuma entidade tentamos dialogar com os estudantes de outros centros acadêmicos que vieram procurar a gente (por ter sido conhecido na época de eleições), eu o Nano, a Carlieres, o Ticano e os demais componentes do nosso grupo. Então congregavam vários CAs, que mesmo tendo perdido as eleições se aproximaram e fizemos, entre o pós eleições e a mobilização de estudantes, um encontro científico para congregar que foi o HISTURGEO que depois teve continuidade em outros anos. E esse nosso

grupo tendo sido procurado fomos procurar a direção do DCE naquele momento para dar continuidade as atividades e decidir, levar as reivindicações para tentar unir a luta.

Bom dentro do movimento estudantil atual a coisa é complicada existe uma espécie de: ou você dialoga com os governistas, os grupos do ME ligados ao governo, ou você é muito contra tudo e propõe uma nova entidade representativa, parece não existir um meio termo capaz de superar. Militar nesse processo de desilusão de uma classe média burguesa “cultura” que não tem muita relação de dialogo de militância com a classe trabalhadora e com a juventude ali no cotidiano e discussão política mesmo e não de organização para eleição, vai ser complicado justamente por isso. E ai é difícil para os estudantes se sentirem responsáveis por problemas sociais a ponto de irem fazer parte das lutas, a gente vai ter um final de gestão em 2004 que vai ser de intenso ataque. Nesse momento era complicado fazer movimento estudantil dentro da universidade em função de todos esses fatos e os companheiros todos em ultimo ano da formação então a coisa foi meio que abandonada. Eu que no começo não estava tão envolvido com o DCE, passei a me envolver muito e representando na executiva de estudantes mais outras atividades do curso mais o DCE eu tinha uma dificuldade muito grande de fazer tudo isso ao mesmo tempo e me formar também.

O que eu fico mais revoltado é que aquela discussão por que hoje muito dos problemas que são dos países da América latina, vem em decorrência do consenso de Washington em 1989 e daí tem pessoas que viveram naquele contexto que quando se reportam ao contexto anterior para falar “mas antes o inimigo era visível” quer dizer o fato de utilizarem da prerrogativa seja de Banco Mundial, de FMI, ONU enfim as organizações supra nacionais burguesas você vai ver que os interesses eram quase os mesmos, e não dá pra dizer essa coisa de inimigo visível e invisível. Não sei se é conveniente aquela diferenciação entre o liberalismo e o neo-liberalismo, é uma discussão mais ampla mas, será que não é pra se pensar. Quem que todo o tempo está por trás dos processos mais amplos desses países. Não existe somente um inimigo visível ou invisível, existe uma série de elementos que provocam as desigualdades e a população sabendo identificar isso, deve encontrar uma maneira de reagir, no contexto dos trabalhadores o espaço são os sindicatos e no contexto dos estudantes são as entidades estudantis.

Então o movimento estudantil contribuiu pra o meu processo de formação pessoal político e ate Ra pesquisa, foi nessa vivência que eu aprendi a fazer uma análise de conjuntura, ou seja, entender e visualizar uma realidade sobre diversos ângulos e propor alternativas que sejam condizentes para a transformação daquela lógica, coisa que na universidade não existe uma disciplina que te ensine isso. O movimento estudantil, pra mim, diferente do que eu vejo normalmente, me mostrou que eu deveria – como uma auto avaliação - ser disciplinado, para as coisas que eu me propunha, para as coisas que eu estava envolvido, entidades estudantis e o conhecimento acadêmico a minha formação. Então eu me disciplinei em leituras pra escrever textos e para me orientar no cotidiano. Fiz muitos amigos, alguns inimigos também que é inevitável, não inimigos mas pessoas que não gostam de mim. Mas eu nunca me preocupei com isso, com que as pessoas iam achar do meu posicionamento se elas iam levar pro lado pessoal, eu tinha clareza disso. E isso você vai criando um dispositivo de defesa através do conhecimento. E a prática que eu tenho hoje para escrever, foi muito ao exercício de escrita vindo do movimento fazendo cartas, manifestos escrevendo pra boletins, isso foi muito importante pra mim também.

APÊNDICE J – Entrevista com Joel de Oliveira

Transcrição De Trechos Da Entrevista Realizada Com Joel de Oliveira

Apresentação da pesquisa

Joel: Bom a minha participação no Movimento Estudantil é anterior a minha entrada na universidade, que eu sempre vi o movimento estudantil principalmente quando eu comecei a me interessar pela área da história, é via o movimento estudantil como um movimento de vanguarda mesmo no país. Não só no Brasil, mas em vários países, mas no Brasil principalmente. E aí, digamos que, as grandes mudanças que aconteceram no Brasil foram através de uma grande força do ME, claro que não só ele, mas ele como um movimento de vanguarda puxando a frente desse tipo de movimento é...

Em Ponta Grossa, eu sou aqui de Ponta Grossa e acabo sendo uma exceção dentro da universidade. A universidade pública... Muitas pessoas vinham de fora pra cá, eu tinha vontade grande de entrar, fazer parte desse mundo acadêmico e eu já brigava pela política de melhoria das universidades mesmo antes de entrar isso em 2003. Que Foi o ano que... Em 2002 foi o encerramento do governo Lerner e a... E ele implantou o curso de medicina aqui na UEPG, nos últimos dias de governo dele sem nenhuma estrutura para curso de medicina seguir a frente. Não tinha estrutura física mesmo, não tinha o próprio hospital, não tinha professores não tinha nada, ele implantou só que o governador candidato na época o Requião, prometeu continuar o curso de medicina.

Daí quando ele entrou, assumiu o governo ele resolveu fechar, então a nossa briga mesmo sabendo que não tinha infra-estrutura nenhuma era em favor de manter o curso aqui em Ponta Grossa pra trazer os recursos pra cá, e ai foi uma briga bastante grande pra mobilizar a sociedade de uma forma geral, passar nas escolas fazendo a mobilização, passar nas salas de aula da universidade, fazendo uma mobilização bem grande, em favor do curso de medicina. E eu não era, e nunca fui filiado a partido político, então nessa época eu achava que essa luta era justa não por situação ou oposição ao governo Requião, mas pela questão prática mesmo do que era uma bandeira histórica daqui de Ponta Grossa.

É... Fizemos esse movimento, que deu uma repercussão estadual muito grande e ai logo depois disso, eu passei no vestibular pra história, entrei na universidade só que o que me... assim...é...(pausa) Eu tinha uma certa repulsa assim pelo movimento estudantil ser sempre ligado à partidos políticos. Então eu isso eu vi, que isso tirava muito da autonomia do movimento estudantil, a gente vai ver lá na época da ditadura militar fazia muito sentido. O partido político a própria organização, tinha uma necessidade de dinheiro pro movimento estudantil mesmo com a falta de liberdade em todos os sentidos então fazia sentido partidos políticos estar à frente do movimento estudantil ou vice e versa justamente pelo contexto. Mas eu considerava um anacronismo, em 2000, no ano 2000 e pouco o movimento estudantil estar atrelado ainda a partidos políticos então eu comecei a fazer vários contatos, atuar no movimento estudantil da UEPG desde o primeiro mês de aula... A gente fez projetos de extensão dentro do primeiro mês de aula só calouro. Participar das eleições para o Centro Acadêmico, e sempre com essa lógica principal que era não atrelar o movimento a partidos políticos. Ai a gente foi conhecendo várias pessoas que acabavam pensando da mesma forma, mas muitas delas ainda de certa forma acomodadas por que era o caminho mais fácil... De repente se atrelar a algum partido. E isso foi uma... Referencia bastante significativa e bastante interessante porque é foi à construção de um novo modelo, de movimento estudantil. Na época existia o PCdoB na um grupo forte dentro da universidade e o PT, a Corrente do Trabalho então eram dois grupos que alternavam. Tinham vários outros partidos aliados o próprio PMDB, algumas pessoas até do PSDB, e vários outros partidos que tinham, mas que principalmente eram o PCdoB e a Corrente do Trabalho do PT, e ai nós continuamos,

articulando no movimento estudantil desde 2004 o. 2005 ai em 2006 teve uma mobilização muito grande dos estudantes que foi o Movimento Cidadão... Que fechou o terminal central dia 31 de março. Então isso teve uma repercussão enorme tanto fora da universidade quanto dentro, então muitas pessoas começaram a ver o movimento estudantil com outros olhos. A necessidade de ter um movimento estudantil realmente organizado e a partir desse movimento cidadão as coisas começaram a ficar mais, não mais fáceis, mas a criar um foco em cima da necessidade do movimento estudantil. A partir daí criamos um movimento... O em defesa da UEPG e com esse movimento a gente conseguiu agregar estudantes de todos os cursos, cursos mais críticos historicamente da... De dentro da universidade o próprio curso de história serviço social de jornalismo curso de geografia daí muitos outros foram agregando. Curso de direito que não tinha uma militância forte na... No DCE, por exemplo, entrou nesse movimento em defesa da UEPG... Curso de pedagogia também com uma força muito grande o curso de economia é, o curso de administração na verdade muitos cursos a grande maioria dos cursos eram representados nesse movimento. E isso motivava a assumir o DCE, uma entidade já constituída para poder fazer com que o movimento estudantil apartidário, ou melhor, suprapartidário. Porque poderia ter até algumas pessoas ligadas a partidos, mas não que isso predominasse dentro de uma corrente que fosse a orientação do movimento estudantil. E, com essa articulação de todas essas pessoas de todos esses cursos a gente conseguiu criar um grupo muito forte, sempre em defesa de políticas públicas principalmente dentro de a universidade reformular estatuto de representação discente, que foi o inicio assim... O marco da mudança dentro da universidade do movimento estudantil incentivar a participação discente também nos conselho superior representante de conselhos dentro da universidade até chegar à participação no meu caso a primeira vez num pleito de DCE. Que foi em 2007, eu tava até no último ano do curso de história então eu particularmente demorei três anos três anos e meio pra conseguir fazer parte de um grupo, que foi uma união de pessoas com mesmo ideal, mas fazer parte desse grupo que disputou a primeira vez no meu caso a eleição pra DCE e... Saiu vitorioso. Foi realmente um marco bastante significativo pela ausência de partidos políticos. O movimento estudantil é uma é independente e ai foi assediado por vários partidos políticos inclusive importante deixar isso claro que: quando a gente assumiu essa postura de ser a partidário... Vários partidos políticos acharam que a gente tava meio que a venda. Que estávamos colocando o fato de não ter partido político como se tivesse a venda pra qualquer partido político é que mais levava e assim a gente conseguiu fechar a gestão sem interferência...

A gente conseguiu fazer uma gestão bastante interessante com muitas conquistas, e sem influência até o ultimo dia da eleição que a gente fechou a gestão com o debate, dos candidatos a prefeito o grande auditório superlotado. E a gente fecha a gestão sem nenhuma influência com partidos políticos então isso foi uma vitória bastante significativa. Nesse período de eleição a gente teve discussões internas dentro da universidade à questão do valor do RU que era pra ter subido e a gente conseguiu manter o valor, conseguiu melhorar as condições do Restaurante Universitário que era bastante precário a própria reforma física mesmo do... A estrutura física a questão de a biblioteca ter mais livros também é... A questão das taxas que foi um marco pro estado do Paraná que foi a extinção das taxas de diploma, por exemplo, e várias outras taxas com a criação do sistema on-line então o acadêmico teve a possibilidade e através desse sistema acessar os documentos o histórico... A certidões de uma forma gratuita. Isso que até então, anterior a nossa gestão não existia todas as taxas da universidade os serviços dessa universidade eram cobrados... E cobrados um valor bastante significativo. A taxa do diploma era seu eu não me engano 90 reais um valor bastante absurdo. Então se pagava pra entrar na universidade na taxa do vestibular e pagava pra sair com a taxa do diploma. Então a gente conseguiu com o movimento estudantil serio organizado e bem articulado acabar com essas taxas e acabou virando referencia, em todo o

estado do Paraná. É... Fizemos várias... Levantamos várias bandeiras fora dos muros da universidade... Com a própria integração da universidade com a comunidade a questão cultural, a estação arte em ponta grossa um marco também bastante grande, que poucos espaços que propiciavam o desenvolvimento da cultura em ponta grossa e a prefeitura tentando tirar... E acabou tirando esse espaço destinando ele com outro fim. E a cidade cada vez mais carente na questão cultural, mas o movimento estudantil DCE entrou forte nessa briga forte nessa luta, procurando todos os movimentos possíveis movimentos cabíveis através de debates de conscientização e através da esfera judicial também cada elemento pra ajudar nesses aspectos. Teve também a questão da Vale do Rio Doce também que era pela... Pela... reestatização da companhia Vale do Rio Doce que ela foi doada na verdade pelo governo FHC a um grupo privado o lucro que a vale do rio doce, ela sendo privatizada em 3 meses ela recuperou o valor que ela investiu na compra e a compra foi com o dinheiro emprestado pelo BNDES. Então um absurdo, caso de polícia realmente e a gente saiu em defesa também pela reestatização em defesa do ministério público também que era a bandeira que o governo... A assembléia legislativa tinha um projeto de acabar com a autonomia do ministério público a gente saiu em defesa e também foi um movimento de referencia em todo o estado realmente foi um avanço bem significativo.

Então a minha experiência dentro do movimento estudantil sem duvida foi uma grande escola mesmo pra vida eu acho que eu consegui contribuir bastante com o movimento e o movimento contribuiu muito comigo também. Com a própria formação é... Pessoal mesmo criando consciência política e caráter isso sem duvida nenhum a só que ao mesmo tempo o ponto de lamentação que eu tenho perante o movimento estudantil é o grupo que eu fazia parte não consegui dar seqüência nesse trabalho... A gente fez o que a gente se dispôs desde o inicio até o fim uma gestão que eu considero perfeita a agente cumpriu todo o objetivo, mas a gente não conseguiu dar seqüência de uma nova gestão assumir nesse mesmo parâmetros... Ai acabou a nossa gestão mudou tudo voltou o partidatismo político predominar dentro da entidade. Mas isso eu com relação a partido político, não vejo que tira a criticidade... Dos estudantes só que isso muitas vezes gera é... Um pouco de desinteresse da comunidade acadêmica. Porque ela vê política com maus olhos e ai vem o movimento estudantil ligado a partidos políticos, ela acaba entendendo que é uma coisa só. E eu acredito que pros estudantes que nunca participaram da realidade do movimento estudantil não participam normalmente desse debate político estudantes que não são desses cursos que eu citei anteriormente como serviço social história jornalismo não tem esse habito de discutir de... de...ter uma visão mais critica é preciso ser atraído por movimento estudantil de alguma forma e a questão do partido político acaba criando essa repulsa.

Então é... A importância bastante grande do movimento estudantil na vida de todos os acadêmicos. E existem forças maiores jogando realmente contra a essa a essa... Maior efetivação do movimento estudantil a gente vê pela própria universidade a... Tem um orçamento que, nessa época de movimento estudantil, era de 1/3 do orçamento do município de Ponta Grossa... um orçamento muito grande, e a gente vê que os números colocados na assistência estudantil eram zero, então não existia assistência estudantil. Então com isso ficam difícil os estudantes, principalmente os mais carentes, tenham acesso a essa universidade e principalmente em tendo o acesso a permanência... Então não tendo apoio plenamente, fica muito mais difícil uma militância dentro do movimento estudantil. Acho que daí que é uma... uma estratégia de engessar o movimento de impedir essa maior movimentação dessa maior participação coletiva. E ai as pessoas que vem de uma família que tem certa facilidade pra ficar na universidade pública e se manter, são as pessoas que realmente não se interessam em participar do movimento estudantil porque pra elas é cômodo do jeito que está tá bom do jeito que está. Então é uma lógica bastante perversa, mas que a

gente conseguiu dentro dessa gestão 2007/2008 mudar um pouco dessa lógica... As pessoas que passaram na universidade nesse período com certeza levaram é... Uma lição... de tudo o que o movimento estudantil fez e até quem não participou efetivamente ficou sabendo do que aconteceu, e isso sem dúvida contribuiu com um grande crescimento profissional e pessoal com certeza.

A gente vê ai hoje, muitos colegas de faculdade que hoje desenvolvem atividades bastante significativas, do ponto de vista da comunidade, e isso a gente vê que o movimento estudantil daquela época contribuiu de uma forma significativa pra essa formação. Para a saída da universidade, e dar o retorno para a sociedade de todo aquele investimento que a sociedade teve. Eu acho que isso é bastante significativo.

Teve em 2004 e 2003 essa questão do pró medicina que foi o que gerou mais polêmica em 2004 é uma foi o ano que eu entrei na faculdade e é uma briga generalizada das faculdades Estaduais em prol de contratação de professores que tinha uma deficiência enorme que vinha acontece do há muitos anos, porém na UEPG em 2004 chegou a uma situação calamitosa que não tinha como... muitos cursos não tinham como abrir o ano letivo pela falta de professores ... E uma falta bastante significativa no meu curso de história começou o ano com a maioria dos professores, mas tinha o curso de jornalismo, por exemplo, que tinha uma deficiência muito grande e a maioria dos cursos tinha na verdade essa falta de professor. E ai a gente começou a criar e a articular um movimento de estudantes e tinha apoio de sindicato dos professores em fazer dessa luta uma contratação imediata mesmo e isso chegou e levou ao acampamento na universidade em forma de resistência e isso durou algumas semanas... esse acampamento e isso teve um resultado bastante produtivo porque primeiro foi um marco na história do movimento estudantil na UEPG que era uma forma de resistência fortíssima ...e pô um acampamento as pessoas dias lá... Então isso gerou uma repercussão estadual bastante grande, toda imprensa cobrindo esse acampamento na UEPG, e foram tomadas medidas paliativa naquele ano, mas que foi uma conquista dos estudantes, ai nos anos seguintes tivemos a contratação de professores colaboradores... E de uma mudança uma pressão muito grande na administração da universidade e indiretamente do governo de estado pra melhoria de todas as condições da universidade. De toda a infra-estrutura e principalmente pela contratação de professores. E a gente viu o resultado disso nos anos seguintes, que foi gradativamente melhorando a cada ano e ai com a entrada a participação dos estudantes nos conselhos e tudo mais então isso fomos tendo uma melhoria, nós ainda temos falta de professores na UEPG, mas isso é uma falta ínfima perto do contexto de 2004, que era um problema generalizado.



Tinham todas as correntes possíveis dentro do movimento estudantil dentro da sociedade de uma maneira geral. Tinha por exemplo os partidos políticos todos eles praticamente eram representados entre esses estudantes que acamparam tinha os anarquistas, por exemplo, que defendiam que eram contra todo o tipo de burocracia... totalmente contra essa ordem pré-estabelecida então os debates eram bastante fortes, bastante intensos e isso também gerou um crescimento pra todos que participaram, porque ali muita gente aprendeu a conviver com o diferente porque mesmo com todas essas dificuldades e diferenças o objetivo principal era o mesmo. Que era a contratação de professores principalmente e a melhoria em tudo o que rodeia a universidade então foi um movimento bastante rico nesse sentido. Que mesmo com todas as diferenças que havia no grupo, diversos partidos políticos, diversas correntes ideológicas e o objetivo principal era o mesmo então foi essa união dos diferentes isso sem dúvidas foi uma das fases mais importantes na universidade estadual de ponta grossa.

É interessante que essa participação no movimento estudantil com o crescimento tudo mais só que a gente vê, que a própria sociedade... a gente vê a questão de cortar o máximo possível a possibilidade de mais estudantes participarem ...mas num âmbito geral a gente vê a criminalização do movimento estudantil, que ele acontece tanto fora da universidade e principalmente dela então nessas lutas principalmente em relação ao transporte coletivo eu mesmo sofri um interdito proibitório em 2006 que é o mesmo mecanismo utilizado na ditadura militar, e esse mecanismo colocava que se tivesse uma nova manifestação com paralisação de ônibus eu teria que pagar uma multa de 100 mil reais por dia, então isso é um absurdo isso era pra engessar o movimento. Mas o movimento acabou criando mais força e em 2008 de novo eu sofri uma nova ação de interdito proibitório na mesma lógica, se tivesse uma nova paralisação do transporte público uma multa de 10mil reais por dia. E agora recentemente eu recebi uma multa de, na verdade uma ação de danos morais da empresa que na verdade é o objetivo claro de intimidação por que... Ela não espera receber esse dinheiro e... Mesmo que tivesse esperando a gente nunca vai ter condições de pagar uma multa dessas, mas é uma forma de intimidação mesmo. E é interessante que são mecanismos utilizados na época da ditadura militar, e então quer dizer essa sociedade conservadora burguesa vê o movimento estudantil e os movimentos sociais de uma forma geral como criminosos... Que na verdade quem tenta mudar essa lógica pré-estabelecida é considerado como criminoso considerado como marginal... a margem dessa sociedade de conceitos pré definidos.

Então no movimento estudantil o que eu achei um dos pontos que é pra gente tá pensando é e o crescimento por ter essa noção desse poder que a sociedade tem e como essa sociedade é articulada. Por que é uma empresa privada de transporte coletivo, mas ela tem um braço dentro da universidade tem um braço dentro da câmara municipal, na prefeitura então a gente vê a força que realmente que essa empresa tem.

E outro fato que me lembrei agora que também me chamou atenção, que ficou bem marcado assim, foi do protesto que o DCE fez em defesa da estação arte. Que era um espaço cultural que a gente buscava preservar e a prefeitura quis tirar e destinar para outro fim e no dia seguinte na reunião do conselho de administração da universidade, a pró-reitora de graduação da universidade acusou o movimento estudantil de estar agindo em prol de interesses diferentes dos estudantes. Comparou a atitude dos estudantes com Renan Calheiros, com corrupção com outra forma de governo. Então isso é bem lamentável por parte dela por que não consegue entender que a gente como estudantes num movimento de vanguarda busca mudar essa ordem pré-estabelecida e não na lógica que ela almejou. Mas algo que deve ser combatido sempre é essa criminalização dos movimentos sociais principalmente do movimento estudantil.

A democracia no país é longe de ser a democracia plena. Ela é uma democracia de fachada porque é assim você é livre. Totalmente livre. Desde que você não incomode quem está no poder, então se você é livre desde que não incomode quem está no poder, você não é livre. Você só é livre se você se sujeitar a ser subordinado, for sempre subordinado. Então a tua liberdade acaba ai. Então realmente a democracia não é livre, e uma forma de quebrar esse conceito ou esse pré-conceito é justamente essa articulação dos estudantes. Que os estudantes até pela idade mesmo, ele não tem essa. Digamos assim que eles não foram moldados ainda não tão acabados ainda no sentido de... desse engessamento mesmo que a sociedade impõe que quer que você se enquadre dentro desse sistema. E o estudante, como ele não está ainda nesse molde... ele tem como bater de frente e buscar uma nova construção de sociedade. E é bastante interessante, mas não é, sem dúvida, uma democracia plena mesmo

ANEXO A – Modelo de Documento Assinado Pelos Sujeitos de Pesquisa, Autorizando Utilização de Suas Falas Bem Como de Revelar Seus Nomes (Cessão Gratuita de Depoimento Oral)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Dissertação de Curso
CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL **

Pelo presente documento, **eu**
Entrevistado(a): _____ RG: _____ e
 emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

 _____,

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

 _____,

CPF: _____ RG: _____, emitido
 pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

 _____,

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. -----
 -----.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____

 (assinatura do entrevistado/depoente)

**** Modelo para depoimento em que a identidade do entrevistado possa ser revelada.**

- O entrevistado poderá receber um cópia do termo.

ANEXO B – Relato da Participação no “ME-UEPG” de Joani Teixeira e Cópias de Documentos Referentes à Sua Participação (arquivo pessoal do entrevistado)

Relato enviado por e-mail para a autora:

JOANI TEIXEIRA – DAJPX – GESTÃO 1968/1969.

JOANI TEIXEIRA, natural de Imbituva - na região sul do Paraná. Estudou em Colégio de Freiras nas cidades de Imbituva e Prudentópolis.

Em Ponta Grossa fez o Curso Médio e Superior, formou-se em História e possui Pós-Graduação em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais além de créditos de Mestrado em História, na UNESP-Universidade Paulista. Foi Presidente do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa, no período de 1968 e 1969, sendo a diretoria composta pelos seguintes acadêmicos: Joani Teixeira (Presidente), Miguel Arão Ribas Droppa (Vice-Presidente) falecido, Sandir Hermes Curtes(1º Secretário), Adail Lemos Inglês(2º Secretário), Leônidas Xavier da Silva(Tesoureiro Geral), Djalma de Almeida Cesar(Procurador Geral) e Ivan Christófaru(Orador).

Fundador do **Jornal O Filósofo**, órgão oficial do D.A.J.P.X., entidade representativa do corpo discente da Universidade, na época Faculdade, tendo no seu expediente: Joani Teixeira(Diretor), Adail Inglês(Redator), Miguel Sidnei Meller(Secretário); Departamento de Reportagem: Alcione W. Loenert, Ingrid Maria D. Nasser e Reinaldo Emanuel Hansen tendo como Colaboradores: Nelson M. Camargo, Eliane Maria Santos, Jussara Naumann Barros, Professor Pedro Pereira Martins, Sérgio Monteiro Zan e Jussiane Maria Sansana.

Foi presidente e organizador dos **XIII Jogos Estudantis da Primavera** em P. Grossa, em 1968, com um número record até então de cidades participantes, (29). Esta gestão contou com amplo apoio, tanto do comércio em geral como dos Poderes Público Municipal e Estadual que visava estreitar os laços de amizade entre os estabelecimentos de ensino do interior paranaense. Para a realização dos XIII Jogos Estudantis da Primavera, o diretório recebeu um apoio financeiro do Governo do Estado no valor de Ncr\$ 10.000,00, (dez mil cruzeiros novos).

O Secretário de Educação da época, Cândido Martins de Oliveira fez a abertura dos XIII Jogos Estudantis, reunindo cerca de 20 mil pessoas e contando com a presença das mais altas autoridades constituídas de Ponta Grossa e região. Ressalte-se que o DAJPX recebia total apoio do corpo docente e da Direção, na época, o Professor Joselfredo Cercal de Oliveira.

Durante os jogos, circulava pelos ginásios de esportes e estádios o jornalzinho “**Spring**”, bastante variado, contando as curiosidades, as peripécias e gozações dos participantes dos jogos, o qual era disputadíssimo.

Sob a égide do DAJPX realizou a **1ª Corrida Pedestre de São Silvestre** em 1968, pela qual recebeu congratulações da Câmara Municipal de Ponta Grossa pela sua organização e sucesso.

O DAJPX representante dos discentes da Faculdade realizava não somente atividades esportivas; auxiliava na realização de **Eventos, Cursos de Extensão, Curso Intensivo Preparatório para os Vestibulares**, cujas aulas eram ministradas pelos acadêmicos com a orientação e supervisão dos professores.

Havia uma disputa acirrada entre os cursos durante as eleições para novas gestões do DAJPX, inclusive com a participação professores, Cursos e até com interferência da comunidade e de políticos; muitas lideranças atuais que ocupam cargos de relevância no Estado, fizeram parte do Diretório.

Para manter a união dos acadêmicos, na sede do DAJPX havia uma sala de recreação para reuniões, jogos de mesa e confraternização, inclusive uma galeria de ex-presidentes.

Graças às experiências obtidas durante a vida acadêmica, como presidente do DAJPX, conseguiu organizar jogos, torneios, eventos escolares e um bom relacionamento social, esportivo e cultural com a comunidade de Campo Mourão, onde reside, exerceu as funções de Diretor de Colégio, diretor da Faculdade local, Vereador por duas gestões, foi autor do projeto de lei que criou o Tiro de Guerra na cidade, rotariano e maçom. Hoje, aposentado, curte viagens no Brasil e exterior.

Campo Mourão, 15/10/2010.

Meio Século de Poesia Pontagrossense FOCALIZANDO RIBAS SILVEIRA

A 29 de Setembro de 1918, nasce Riba Silveira e vive toda uma grande jornada, até ao fim da vida que se encerra em 30 de Maio de 1965, depois de uma longa e fértil existência literária. Sua obra poética é vasta e diversa, abrangendo o lirismo, o drama, o romance, o conto, o ensaio e a crítica literária. Sua poesia é marcada pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

A 22 de Agosto de 1922, Riba Silveira lança sua obra de estreia "Luz de Sol", composta por 100 páginas e cerca de 20 poemas de primeira ordem, incluindo o mais conhecido, "Mala Nocturna". Este livro marca o início de sua carreira literária e estabelece seu estilo característico de simplicidade e profundidade.

A 4 de Novembro de 1922, Riba Silveira publica a primeira edição de seu primeiro livro de poemas "O Barão", que alcança 12 tiragens e dos finais de enorme popularidade.

Nos anos de 1924 e 1925, Riba Silveira publica "A Casa do Povo", "Jornal

Novo", "Poesia Nova" e outros periódicos, desempenhando um papel importante na vida cultural da cidade. Em 1931, publica o livro "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Em Junho de 1933, publica o livro "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Depois de uma edição em 1931, publica "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Em Dezembro de 1941, edita "Luz de Sol", sua obra de estreia, composta por 100 páginas e cerca de 20 poemas de primeira ordem, incluindo o mais conhecido, "Mala Nocturna". Este livro marca o início de sua carreira literária e estabelece seu estilo característico de simplicidade e profundidade.

publicado pelo mesmo autor. Sua obra poética é vasta e diversa, abrangendo o lirismo, o drama, o romance, o conto, o ensaio e a crítica literária. Sua poesia é marcada pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Em 1931, publica o livro "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

A obra de Riba Silveira é marcada pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Em 1931, publica o livro "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

A 19 de Novembro de 1941, publica "Luz de Sol", sua obra de estreia, composta por 100 páginas e cerca de 20 poemas de primeira ordem, incluindo o mais conhecido, "Mala Nocturna". Este livro marca o início de sua carreira literária e estabelece seu estilo característico de simplicidade e profundidade.

esse período.

Em 1931, publica o livro "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Riba Silveira escreveu todo o livro, por falta de tempo, e mais tarde de prosa. Sua obra poética é vasta e diversa, abrangendo o lirismo, o drama, o romance, o conto, o ensaio e a crítica literária. Sua poesia é marcada pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Desde Junho de 1933, publica o livro "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

Além de sua obra de estreia "Luz de Sol", publica "Onda de Povo", em prosa e verso, marcando o início de sua produção literária em prosa. Seus poemas são caracterizados pela simplicidade e pela profundidade, refletindo a realidade social e humana de sua época.

que aponta para o futuro.

PAZ, AMOR E ALEGRIA

Miguel Sábido Mendes

Ao contemplarmos esta que nos debruça, estudamos que qualquer coisa nos fale sobre o mundo. Paz, amor e alegria. Fomos, logo nos deparamos com a realidade e a beleza e a dor que nos cercam. É assim que nos sentimos, é assim que nos sentimos, é assim que nos sentimos. A vida é assim, é assim que nos sentimos, é assim que nos sentimos.

Paz, amor e alegria. Fomos, logo nos deparamos com a realidade e a beleza e a dor que nos cercam. É assim que nos sentimos, é assim que nos sentimos, é assim que nos sentimos.

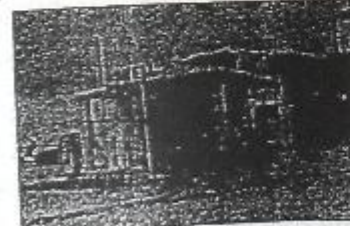
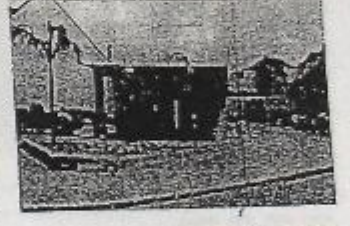
Paz, amor e alegria. Fomos, logo nos deparamos com a realidade e a beleza e a dor que nos cercam. É assim que nos sentimos, é assim que nos sentimos, é assim que nos sentimos.

O homem que vive assim, vive de um lado, mas que vive de outro lado para viver e não mais nada, mas que vive de um lado, mas que vive de outro lado para viver e não mais nada, mas que vive de um lado, mas que vive de outro lado para viver e não mais nada.

1935



1938



1963



1966

DO CALHAMBEQUE AO GALAXIE, POSTO RIZENTAL, SEMPRE PRESENTE
O POSTO QUE CRESCER COM PONTA GROSSA

UM DISCURSO - concl. da 5.a página

4 - Uma carreira para o professor, onde haja espaço para promover a qualidade e o desenvolvimento profissional e intelectual.

5 - Poderia a carreira do professor ser estruturada em níveis de qualificação do ensino, de acordo com a experiência, de acordo com a quantidade de horas de aula, de acordo com a qualidade do ensino, de acordo com a qualidade do ensino, de acordo com a qualidade do ensino...

6 - Não permitir, sob qualquer hipótese, no Brasil, a introdução de políticas no ensino.

7 - Apreciação do ato de ensino e do ato de avaliação, para o professor...

8 - Uma carreira para o professor, onde haja espaço para promover a qualidade e o desenvolvimento profissional e intelectual.

9 - Poderia a carreira do professor ser estruturada em níveis de qualificação do ensino, de acordo com a experiência, de acordo com a quantidade de horas de aula, de acordo com a qualidade do ensino, de acordo com a qualidade do ensino...

10 - Não permitir, sob qualquer hipótese, no Brasil, a introdução de políticas no ensino.

11 - Apreciação do ato de ensino e do ato de avaliação, para o professor...

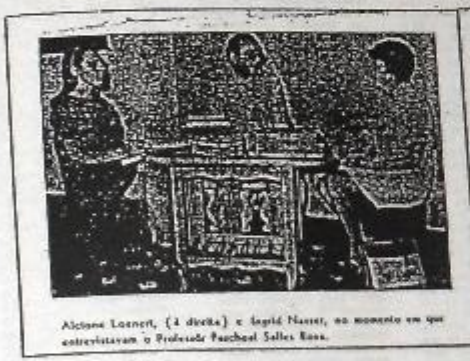
FUTEBOL GEOGRAFICO PARANAENSE

Victor Grilo Neto

Em plena FLORESTÓPOLIS, num CAMPO LARGO cercado de LABANJEIRAS DO SUL (as mudas vieram de CERO AZUL), jogam PINHALÃO e GUAIRA no dia PRIMEIRO DE MAIO em comemoração ao CENTENÁRIO DO SUL. Fixaram-se presentes ao salado QUERÊNCIA DO NORTE os ex-governadores LUPIONOPOLES e BENTOPÓLES, os era MARECHAL CANDIDO RONDON, TEIXEIRA SOARES WENCESLAU BRAZ e as senhoritas MAIÓPOLES, JUSSARA e ANTONINA (que atendeu uma CORBELIA de Botes ao marçal). A arrecadação não daria para comprar um DIAMANTE NORTE (caso raro numa TERRA RICA). Muita gente preferiu ficar CATANDUVAS por aí, no lóvê de comparecer ao estado (em compensação, fixaram um FAXINAL nos parrelais).

O único leão da partida foi consiguado pelo avanço CASCAVEL, do GUAIRA, originado por uma BORRIZÓPOLIS do arquiteiro CASTRO, que saiu

sem FRUDENTÓPOLIS do arco, engulindo sulfático PATO BRANCO (por aí os senhores vem que MALLET o goleiro pinhalense! A torcida começou a gritar SANTA MARIANA, SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SANTO ANTONIO DA PLATINA, com tal ênfase que as ARAPONGAS saíram voando para os lados de ARAUCARIA (la só ouviram gritos AGUDOS DO SUL). A equipe do GUAIRA jogou em conjunto, provando que a UNIAO DA VITORIA, Foi outro BOMSUCESSO da esquadra guairense e assim MORRETES a NOVA ESPERANÇA de reabilitação pinhalense (se bem que viveiam os seus jogadores lutando como zuluítes BANDEIRANTES). Árbitro a CÔTENDA, dando uma BELA VISTA DO PARAISO arbítral a sr. CORRÊLO, de POZ DO IGUAÇU. Sem DOIS VIZINHOS das laterais foram o CONSELHEIRO MAIBINK e o CORONEL VIVIDA, ambas com bom trabalho. PALMAS para eles.



Alcione Lorenz, (à direita) e Ingrid Nassor, no momento em que entrevistavam o Professor Paschoal Salles Rosa.

TEATRO UNIVERSITÁRIO EM PONTA GROSSA

Investigação de INGRID MARIA NASSOR e ALICIONE LORENZ

Em entrevista realizada com o Professor Paschoal Salles Rosa figura que se destaca fundamentalmente no ensino de teatro em nossa cidade como atividade complementar ao ensino regular, podendo ser utilizada em diversas situações, seja no ensino de teatro ou em outras situações de ensino.

Segundo o Professor Paschoal, o teatro no ensino regular é uma atividade complementar ao ensino regular, podendo ser utilizada em diversas situações, seja no ensino de teatro ou em outras situações de ensino.

O teatro é considerado como uma das mais importantes expressões da cultura de um povo e a sua finalidade é a socialização da cultura e a formação de um povo.

Emery Dick, por exemplo, defende para uma melhor teoria, trabalhar primeiro mais do valor de quem, nas palavras de Diderot.

A arte teatral em nossa cidade é liderada pelo Prof.

devido à importância do teatro em nossa cidade, sendo considerado uma das mais importantes atividades culturais da cidade.

O teatro no ensino regular é uma atividade complementar ao ensino regular, podendo ser utilizada em diversas situações, seja no ensino de teatro ou em outras situações de ensino.

Segundo o Professor Paschoal, o teatro no ensino regular é uma atividade complementar ao ensino regular, podendo ser utilizada em diversas situações, seja no ensino de teatro ou em outras situações de ensino.

O teatro é considerado como uma das mais importantes expressões da cultura de um povo e a sua finalidade é a socialização da cultura e a formação de um povo.

Emery Dick, por exemplo, defende para uma melhor teoria, trabalhar primeiro mais do valor de quem, nas palavras de Diderot.

A arte teatral em nossa cidade é liderada pelo Prof.

IND. PONTAGROSSENSE DE ARTES GRÁFICAS LTDA.

RUA DR. COLARES, 118 E 123 - CX. POSTAL 472

JORNAIS - REVISTAS - CIRCULARES - NOTAS
FISCAIS - IMPRESSOS EM GERAL - PAPEL
CARBONO - FITAS - STENCILES E MATERIAL PARA
ESCRITÓRIOS

IMORTALIDADE

Ismael Teixeira

A mais recente da MITH. TE, sendo a verdadeira da realidade da vida humana. Que seja para ser e viver, não para ser e morrer.

Declarar-se e morrer. O que é viver? Viver é ser.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

A duração da vida humana é limitada. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Como se vive, vive-se. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

De imortalidade humana. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O ESTUDANTE PERANTE O GOVERNO

Adalberto Inglês

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

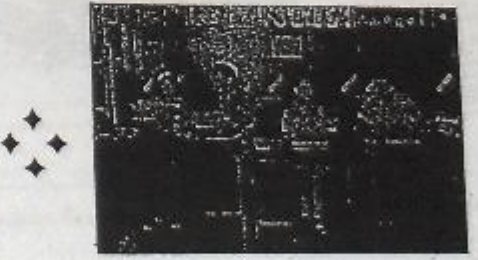
O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

O estudante brasileiro vive de uma situação precária. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

PELA REALIDADE



Da esquerda para direita: Jussara Barros, Adalberto Inglês, Elton Seixas e Miguel Mello. Todos alunos do curso de Letras, na UFPA de Duque de Caxias, preparando e discutindo os discursos artigos que têm a marca e realidade de criação de "O Filósofo".

Diante dos seus questionamentos, recorda Maria de Magalhães Almeida e Jesus Cristo, depois da morte, reencarnado em um corpo humano, para sofrer a punição de sua vida terrena. Não se vive, não se vive. Não se vive, não se vive.

Indústria Pontagrossense de Artes Gráficas Ltda. Impressos nítidos em Cartões - Folhetos Circulares - Notas Fiscais - Convites para Solenidades etc. Papéis Carbono - Copiativos - Fita p/ máquina Stenciles e tudo p/ escritório. Rua Dr. Cotares, 123 - Caixa Postal 472 - Fone: 4-0504

EDITORIAL - cont. da 1ª página

Essa esta sendo o primeiro passo de uma Direção sobre campo, pretendendo para o ano seguinte, circular "O FILÓSOFO" nos demais municípios de cada mês. E este mesmo jornal atua e responderá pela descoberta de muitas realidades ignoradas de nossa terra, que se encontram ainda de sobra de escrever os contos de fadas parais e que muitas vezes, esperam a primeira oportunidade.

E nos lugares onde jornal que trouxe milhares de informações de todo O Paraná, o Rio de Janeiro, a Universidade dos cursos de Engenharia, Arquitetura e outras áreas que são muitas que o universitário de Ponta Grossa, a todos de cada um, está sendo a favor da realização das suas atividades de sua terra.

E está como temos insistir a que não seja em nossa Faculdade e a todos que ela possui, desde que seja feita, trabalhar no nome de nossa cidade em sua comunidade, sempre "O FILÓSOFO" e a ser A VÍDEO INTERDEPENDENTE DO UNIVERSITÁRIO DE PONTA GROSSA DE PONTA GROSSA!

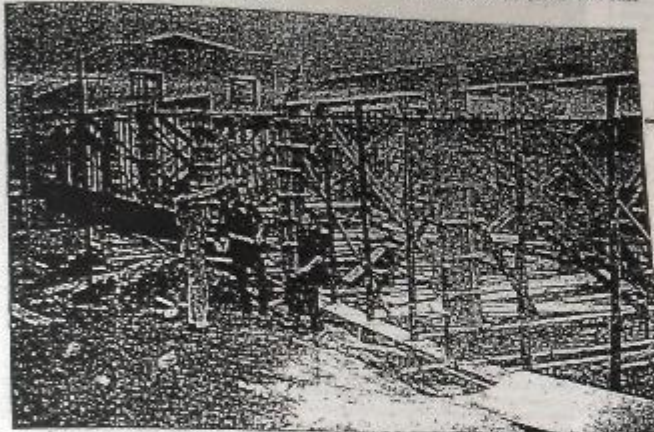
NOVOS BLOCOS PARA A UNIVERSIDADE

Ponta Grossa já é uma Cidade Universitária, muito embora não conte ainda com a sua instalação oficial, qual seja, através de uma História. Isto no entanto, não ocorreu ainda, e devido a falta de condições materiais para tanto, havendo, porém, que estamos, nossas cinco faculdades funcionando num mesmo edifício, muitas das quais em condições um tanto precárias.

A UNIVERSIDADE

- A Universidade de Ponta Grossa, compreende quatro blocos, assim distribuídos:
- Bloco 1, Faculdade de Direito, Farmácia, Biologia e de Odontologia;
- Bloco 2, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- Bloco 3, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração;
- Bloco 4, História.

Desses blocos todos, existe apenas o número 1, onde funcionam todas as faculdades, sendo atualmente a mais prejudicada, a de Ciências Econômicas e Administração, porquanto suas salas se localizam dentro das outras faculdades.



BLOCO 3

O Bloco n.º 3 está em fase de construção, desde antes de ser iniciado, quando se deu a primeira pedra. Dadas as circunstâncias, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de Farmácia, estão funcionando em instalações provisórias, em terrenos de outras universidades locais. Neste bloco já foram alocados R\$ 140.000,00, sendo R\$ 100.000,00 do Governo Federal e R\$ 40.000,00 do Estado do Paraná. Segundo declaração do Diretor da Faculdade em questão, Professor José Carlos Gomes de Oliveira, o trabalho deve ser concluído em dezembro do próximo ano, quando serão a Faculdade de Filosofia e as instalações para a mesma localizadas.

Verba Federal

Do R\$ 100.000,00 do Governo Federal já alocados na construção do Bloco n.º 3, resultaram de um convênio das Faculdades locais com o Ministério da Educação e Cultura, graças ao trabalho desenvolvido e doado do Emprego Federal Maria Regina Ramos. Foi esse verba federal, segundo palavras do Diretor, que possibilitou a construção de toda a estrutura básica do bloco. Segundo o Diretor, em dezembro de 1968, quando serão a Faculdade de Filosofia e as instalações para a mesma localizadas.

Verba Estadual

O Governo do Estado do Paraná, por sua vez, através da granada construtora R\$ 140.000,00, em dezembro, em julho de 1968, possibilitou a construção do Bloco n.º 3, graças ao trabalho desenvolvido e doado do Emprego Federal Maria Regina Ramos. Foi esse verba estadual, segundo palavras do Diretor, que possibilitou a construção de toda a estrutura básica do bloco. Segundo o Diretor, em dezembro de 1968, quando serão a Faculdade de Filosofia e as instalações para a mesma localizadas.

Custo total

Segundo declaração do Professor José Carlos de Oliveira é a soma reportada, a construção dos três blocos custou de nossa Universidade, de R\$ 1.170.000,00, não incluindo despesas no contrato de aluguel e R\$ 1.500.000,00, dando o elevado custo de seis milhões.

BLOCOS 3 E 4

Tão logo terminar o Bloco de Faculdade de Filosofia, deverá ser iniciada a construção do Bloco n.º 4 da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração e depois, a de História. O término dessas duas últimas obras, está previsto para dezembro de 1970, quando serão a Faculdade de Filosofia e as instalações para a mesma localizadas.

Estão Ponta Grossa não precisam preocupar-se com o problema de vagas em nossa Faculdade até o ano 1970.

O FILÓSOFO

Ponta Grossa - Novembro de 1968
Orgão do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Xavier, da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.

EXPEDIENTE

- Diretor: Joani Teixeira (Presid. do DAJFX)
- Redator-Chefe: Adail Inglês
- Secretário: Nilton Sidnei Melzer
- Departamento de reportagem: Alcione W. Louren, Iegrid Maria D. Marzari e Rinaldo Emanuel Hansen
- Colaboradores: Nelson M. Camargo, Eliseu Maria Santos, Juscelino Naumann Barros, Professor Pedro Pereira Martins, Sérgio Mosteiro Zet, Juscelino Maria Senesca
- redação e administração: Praça Santos Andrade, Edifício das Faculdades
- Composto e Impresso em: Oficina da Indústria Pontogrossense de Artes Gráficas Ltda.

IBOPE

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística aponta a campeã de rádio-audiência em Ponta Grossa

1.º Lugar - Rádio Clube Pontogrossense	29,74
2.º Lugar - Emissora B	24,90
3.º Lugar - Emissora C	17,24
4.º Lugar - Emissora D	14,20
5.º Lugar - Emissora E	8,33

o RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE MANEJA A TRADIÇÃO VINTE E OITO ANOS CONSECUTIVOS COMO EMISSORA MAIS OUVIDA DE PONTA GROSSA

ESTA ÚLTIMA VEZ CONSTATADA GRAÇAS AO PARTICIPAR DE SUAS AUDIÊNCIAS E RESULTA DE SUAS MENSURAS

RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE
Muito Obrigada

PREÇO
DESTE
EXEMPLAR
NCR\$ 0,20

O Filósofo

PONTA GROSSA, 30 DE NOVEMBRO, DE 1968.
Órgão Oficial do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier
- O. A. -
FACULDADE ESCOLAR DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

207

XIII JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA - BATERAM RECORD DE SUCESSO

Com um brilhantismo nunca visto em Ponta Grossa, os XIII JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA, promoção do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, bataram record de sucesso, numa prova arrojada da capacidade de esta promoção tendo à frente os diretores acadêmicos JOANI TEIXEIRA E DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Resumo de Fatos

Os XIII Jogos Estudantis da Primavera tiveram seu início no dia 7 de setembro e seu término no dia 13 do mesmo mês, com um número de participações muito vasto, que alcançou 150 e mais pessoas que tiveram a oportunidade de desportarem na quadra do Ginásio de Esportes Esportivo da Uesg.

Participantes

O número de participantes dos XIII JEF foi de 28 representações, incluindo escolas locais e de outras cidades. Em a ordem dos participantes: Colégio Agrícola Augusto Elias, Univas, Escolas de Aplicação, Seminário Santíssimo Redentor, Colégio Sagrado Família, Univas Industrial Presidente Kennedy, Faculdade Estadual de Filosofia e Ciências, Colégio Frei Estevão Tiburcio Castellani, Colégio São Luiz, Seminário Verbo Divino, Escola Normal Santa Rita, Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa, Colégio Estadual Ruyton Felis, Ginásio Carlos Argenteiro de Camargo, Ginásio Marília Pio XII, Faculdade de Ciências Exatas e Administração, Faculdade de Odontologia, Colégio Comercial Panagorasense, Instituto de Educação e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, escolas e col, de Ponta Grossa. Representações de outros municípios: Pirai do Sul, Paranaguá, Siqueira (Jupia, Palmitos, Cordeiro, Própolis, Tupyatava, Uraí, Castro, Tolemaço, Soeira, Guaratã, Maringá, Ibatuba e Londrina.

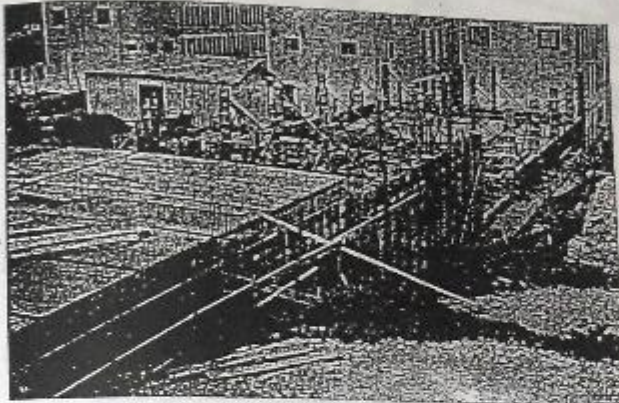
Apêlo

A realização dos XIII Jogos Estudantis da Primavera, aconteceu graças ao apoio técnico de controle em geral como das Redações Públicas Municipais e Estadual, que sempre sempre apoiaram o alto valor dessa promoção, que viveu através de jogos de esporte e de outras realizações de caráter esportivo.

Trabalho Incessável

Realizados por outro lado, o trabalho incessante da Comissão Organizadora que não poupou esforços para a realização dos jogos. Foi a melhor promoção já vista nos Jogos Estudantis da Primavera, esperando-se que para os próximos anos, o esporte se torne.

ESPÊLHO DO FUTURO



Esta é a nova prédio da Faculdade de Filosofia, em construção, que terá sua inauguração em dezembro do ano vindouro. (La. Pátria)

EDITORIAL

Grças ao reflexo contagiado de um grupo de jovens intelectuais, idealistas e amantes da cultura, é que se tornou possível a publicação deste JORNAL, órgão oficial representante dos Acadêmicos de Filosofia da Ponta Grossa. A atual Diretoria do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier da Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, que tem à testa o dinamismo e laborioso acadêmico JOANI TEIXEIRA e como Conselheiro DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, um acadêmico brilhante, trabalhador, responsável e acima de tudo amante da justiça, não poupa esforços, em ver realidade um sonho que parecia impossível. Porém, o idealismo e a capacidade de trabalho, conseguiram superar os obstáculos existentes, provando que para haver realização, basta apenas honestidade, honestidade e trabalho.

Ao par do apêlo do Diretório, contamos com as colaborações de nossos colegas universitários, colaboradores estes, que além de nos honrarem e prestigiarem, respondem pelo brilhantismo deste órgão, que acima de tudo, todo e ser autêntico e um portador de verdade.

Neste particular queremos também, do público, agradecer o estímulo e o entusiasmo do comitê local, que sempre perfeitamente compreendeu nosso espírito de luta e desta forma, encorajou sua inestimável colaboração. Isso por menor, muito nos orgulha, principalmente pela receptividade encontrada nos diversos círcu-

los, que foram realizados em âmbito, que o nosso, portanto precisamos de há muito, capacidade de um diálogo e a natureza, que levamos nos quatro cantos do Brasil e trabalho dos homens de amanhã.

Pois bem, caros colegas universitários, não todos nós é tão cara, por sabemos que nosso idealismo encontra nos nos nossos bons formados e que com eles, alcançamos o progresso da cultura em nossa terra, desenvolvendo-se de modo e de forma, para trabalharem em prol de uma comunidade unida por valores de vida. Desobedecemos a ignorância os obstáculos encontrados, visando um objetivo e uma realidade e que agora é uma para realidade.

Este nosso órgão, não pertencem a um grupo de privilegiados e sim, a todo o acadêmico de Filosofia da Princesa dos Campos, porque vivemos e não divide a família acadêmica preconceitos. A meta de nosso trabalho é a defesa dos interesses da classe, sem demagogia, responsabilidades pessoais ou qualquer outra mesquinhez, que porventura possa transparecer. Não pertencemos a um subjetivismo fraco e doado, mas sim, a um espírito de luta e idealismo que se reflete no trabalho por nós executado. Preferimos falar com obras e não com palavras desconexas e vãs, pois sabemos perfeitamente, que é trabalhado que estamos correspondendo à qualidade de voz recebida. E isso temos procurado fazer. (Cont. na p. 24 968)

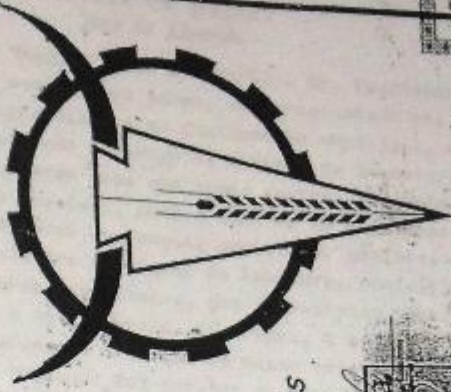
Ó PRESIDENTE



Joani Teixeira, Presidente do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier e atualmente Diretor de "O Filósofo", responsável juntamente com o acadêmico Djalma de Almeida César, pela maioria das promoções de atual Diretoria.



1a. Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial
 DE PONTA GROSSA
 Prefeitura Municipal de Ponta Grossa



Honra ao Mérito

Conferido: JOANI TEIXEIRA

Pela eficiente colaboração como:

ORGANIZADOR Nº DESEFILE FANFARRAS

Ponta Grossa, 15 de Setembro de 1969.

Joani Teixeira
 Presidente
 COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO
 1ª EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL
 DE PONTA GROSSA - PARANÁ





Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná
Paço da Liberdade

Cópia Autêntica. - REQUERIMENTO Nº 239/69 - Sr. Presidente: Requeiro à Mesa, após ouvido meus nobres pares, seja registrado nos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao funcionário municipal, Sr. Joani Teixeira, pela sua ascensão ao cargo de Diretor da Secretaria Municipal de Obras Públicas, cargo esse que temos certeza, desempenhará com o maior brilhantismo possível, pois é dono de um dinamismo ímpar, destacando-se sempre em todas as funções sociais ou públicas que tem assumido. O Sr. Joani Teixeira é natural de Inbituva, município que nos tem proporcionado valores gabaritados, que se destacam pelos seus dons morais, de honradez e inteligência. Já ocupou, o referido funcionário da Municipalidade, cargos de destaque em nosso meio social, esportivo e estudantil, senão vejamos: Foi Diretor do Clube Pontagrossense Júnior; Dirigiu a Equipe Amadora de Ponta Grossa F.C.; Dirigiu o Centro Cívico Regente Feijó; Formou-se este ano em Filosofia, curso de História, tendo sido Presidente no ano passado, do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier, da Faculdade de Filosofia, quando organizou os maiores Jogos Estudantis da Primavera, com projeção em todo Estado, tendo a participação de 16 cidades do Interior, número recorde dos aludidos jogos; Foi organizado da 1ª Corrida de São Silvestre em nossa cidade, com realização no dia 31 de dezembro, e que deverá ser realizada novamente este ano, pelo Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier, conforme prevê os estatutos; É diretor Social da sede Campestra do Clube Guaíra, uma das mais movimentadas de nossa cidade; Mereceu, por a escolha do Sr. Joani Teixeira, para o aludido cargo, uma vez que, tanto tem feito, em vários setores de Ponta Grossa; Requeiro, outrossim, que sejam expedidos comunicados dessa nossa proposição, ao Senhor Dr. Orlando Carvalho de Paula - DD. Secretário de Obras e Serviços Públicos, e ao nosso homenageado Professor Joani Teixeira. Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1969. a). - Joel Lopes da Silva - Vereador.

DESPACHO. - Aprovado em 24/11/69 - A). - Nilton Salles Rosa - Presidente da Câmara Municipal".

CONFERE COM O ORIGINAL

Secretaria da Câmara Municipal de Ponta Grossa, em 25 de novembro de 1969.



ESCRITURÁRIO

SGAlmeida.



Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná
Poço da Liberdade

CÓPIA AUTÊNTICA: - "REQUERIMENTO Nº 3/69 - Senhor Presidente: - Requeiro, na forma regimental, levando-se em conta o período de sessões extraordinárias, que, "ad referendum" do plenário, seja oficiado ao Diretorio Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier, da Faculdade de Filosofia, apresentando os cumprimentos desta Câmara pela vitoriosa promoção do dia 31 de dezembro último, qual seja, a "I Corrida de São Silvestre", que se revestiu de plano êxito. - A feliz realização do citado Diretorio Acadêmico, sob a direção entusiástica dos acadêmicos Joani Teixeira e Djalma de Almeida César, foi prestigiada pelo público pontagrossense, que não só lotou as principais artérias da Cidade, como aplaudiu tão oportuna iniciativa do atuante grêmio estudantil. - Em face da vitória alcançada com a "São Silvestre" de 1.968, temos com certa novas e sucessivas provas programadas pelo diretorio da Faculdade de Filosofia, que deverão se transformar em tradição no meio esportivo de Ponta Grossa, e em atração para os seus municípios. **JUSTIFICATIVA:** - Os próprios termos do presente requerimento, justificam-no plenamento. Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1.969. - a) Marcos Tozette - Vereador. **DESPACHO:** - Deferido, em 23 de janeiro de 1.969. a) José Luiz de Souza Netto - Presidente da Câmara Municipal. -

CONFERE COM O ORIGINAL

Secretaria da Câmara Municipal de Ponta Grossa, em 23 de janeiro de 1.969

LUIZ MANOEL DE QUADROS
M. T. A. D.
PONTA GROSSA - ESTADO DO PARANÁ

Local e data

Assinatura

Manoel Ruy de Miranda
OFICIAL ADMINISTRATIVO

Manoel Ruy de Miranda

Em test. de

Grossa, 15 de Janeiro de 1969

WPA



Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná
Praça da Liberdade

Nº 753/69

Em 25 de novembro de 1969

Ao Ilmo. Sr.
JOANI TEIXEIRA
Nesta.

Tenho o prazer de encaminhar a Vossa Senhoria, por cópia autêntica, a Indicação nº 239/69, de autoria do Senhor Vereador Joel Lopes da Silva, a qual foi aprovada por esta Câmara Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 24 do corrente.

Apresento a Vossa Senhoria os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

NILTON SILLES ROSA
Presidente da Câmara Municipal

SCA.

*relacionando-se ainda: - servitor social, etc.
organizador 1.º de feite*



Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná
Praça da Liberdade

Nº 754 / 69

Em 25 de novembro de 1969

Senhor Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, por cópia autêntica, a Indicação nº 239/69, de autoria do Senhor Vereador Joel Lopes da Silva, a qual foi aprovada por esta Câmara Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 24 do mês em curso.

Reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

NILTON SALLÉS ROSA
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.

DR. ORLANDO CARVALHO DE PAULA

DR. Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Esta.

*Cicete - Assinatura
Em 28/11/69
Odete*

SGA.


LUIZ MANOEL DE OLIVEIRA

PRIMEIRO SECRETÁRIO

PR. A. C. S. V. - ESTADO DO PARANÁ

Recebido

Milton Sallés Rosa



Câmara Municipal de Ponta Grossa


Nº 30/69

Estado do Paraná
Paço da Liberdade, em 23 de Janeiro de 1.969.-

Sr. Diretor:-

Tenho o prazer de encaminhar a Vossa Senhoria, por cópia, o incluso Requerimento nº 3/69, de autoria do Senhor Vereador Marcos Tozetto, o qual foi Deferido por esta Presidência em data de hoje.

Renovo a Vossa Senhoria, os meus protestos de elevada consideração e estima.



JOSÉ LUIZ DE SOUZA NETTO
Presidente da Câmara Municipal

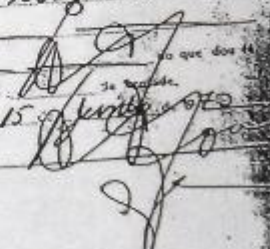
Ao Diretorio Acadêmico
"DR. JOAQUIM DE PAULA XAVIER"
FACULDADE DE FILOSOFIA.-

Nesta Cidade.-

RM/.-

LUIZ MANOEL DE OLIVEIRA
PONTA GROSSA, 23 DE JANEIRO DE 1969

Recebido em
Jose Luiz de S. Netto
em que dos 14
de Janeiro de
1969



DIRETORIO ACADÊMICO DR. JOAQUIM DE PAULA XAVIER

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa
DEPARTAMENTO CULTURAL

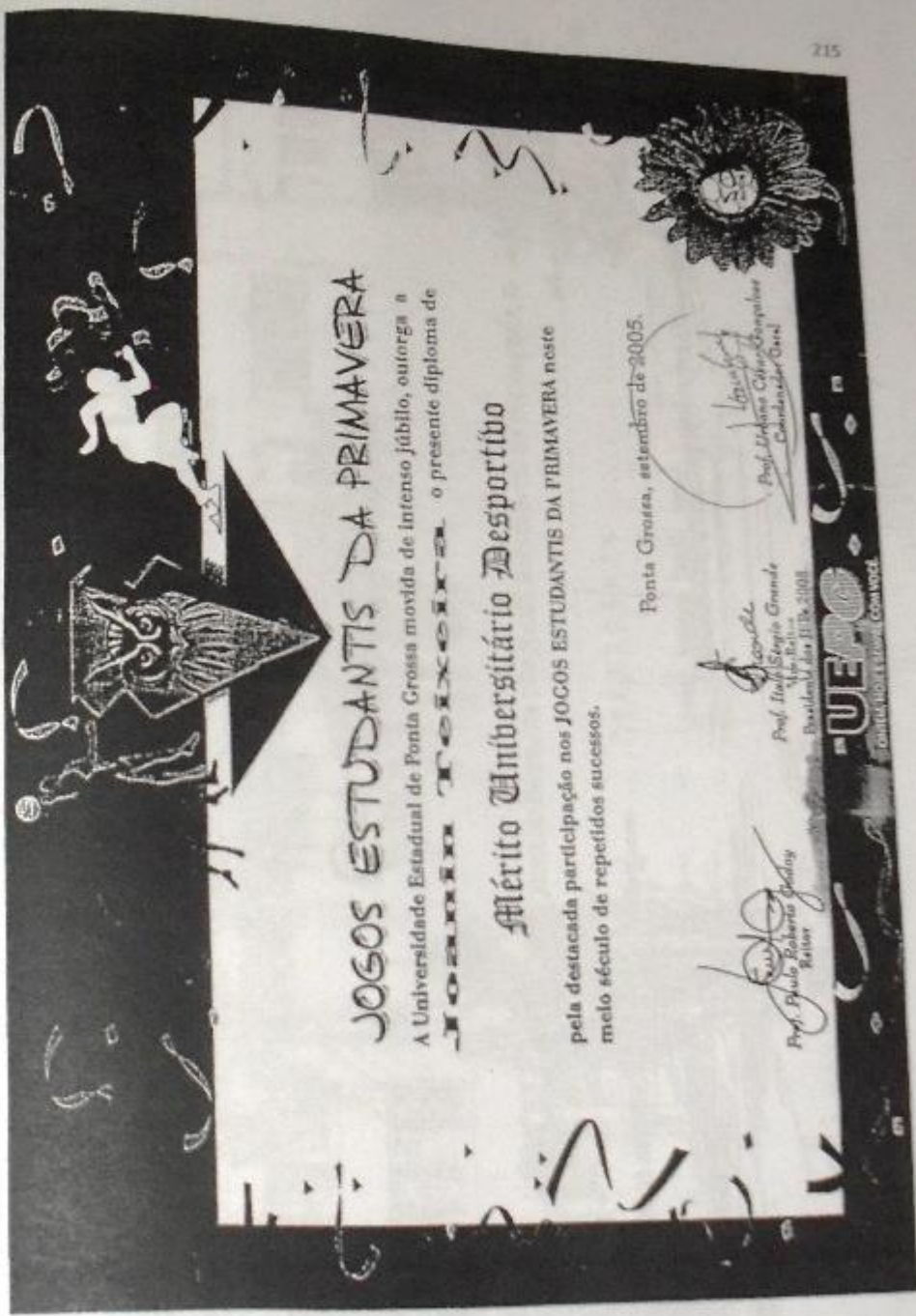
TÍTULO DE CONFÊRENCIA

JOANI TEIXEIRA

Certificamos que JOANI TEIXEIRA, *Dr. Leq de Almeida Neves, sob o tema*
assistiu a conferência *Deputado Federal* *Dr. Leq de Almeida Neves, sob o tema*
UTILIZAÇÃO DA ENERGIA NUCLEAR PARA FINS PACÍFICOS E O DESENVOL-
VIMENTO DO BRASIL, realizada no dia 31 de Maio de 1968, no Salão Nobre do Edifício da

Faculdade, de acordo com o registro no livro No. 1, às folhas Nos. 11 deste Diário.

D. de J. P. X. - Ponta Grossa, Maio de 1968



JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA
 A Universidade Estadual de Ponta Grossa movida de intenso júbilo, outorga o
JOBELIA TORÇEDOR o presente diploma de

Mérito Universitário Desportivo

pela destacada participação nos JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA neste
 meio século de repetidos sucessos.

Ponta Grossa, setembro de 2005.

[Signature]
 Prof. Paulo Roberto Jardim
 Reitor

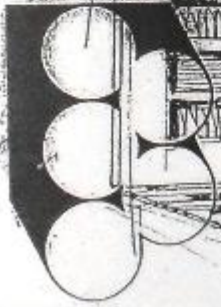
[Signature]
 Prof. Ivan Sérgio Grande
 Vice-Reitor
 Presidente dos JUEP 2005

[Signature]
 Prof. Edson Carlos Gonçalves
 Coordenador Geral



UEPG
 Colégio, Lazer e Estúdios Com Voz

XXV JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA JOGOS INTERUNIVERSIDADES DO ESTADO DO PARANA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE ESTUDANTES
Certificado

1980

Certificamos que o(a) Sr(a) [Handwritten Name] participou no 23º JUBILEU DE PRATA DOS JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA, foi conferida a medalha de Prata e o diploma de Honra ao Mérito do Sr. [Handwritten Name] pelo seu desempenho na competição realizada em [Handwritten Date] pelo [Handwritten Location].

P. R. E. S. I. D. E. N. T. E.

Prof. [Handwritten Name] - Coordenador Geral

[Handwritten Signature]
SECRETARIO GERAL

[Handwritten Signature]
COORDENADOR GERAL

PRESE. DO DCE - XXV JEP

AJUDE A ALFABETIZAR O BRASIL



Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
Praça Santos Andrade - Caixa Postal, 651
PONTA GROSSA - EST. DO PARANÁ

217



"ATESTADO"

Atestamos para devidos fins legais que JOANI TEIXEIRA, lecionou no Curso Pré-Vestibular, para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa, na Cadeira de História Geral, ano de 1.969.

Por ser verdade, firmamos o presente instrumento.

Ponta Grossa, 10 de Junho de 1.969

Sandir H. Curtes

SANDIR H. Curtes

Secretário Geral do DAJPI.

Dr. Djalma Almeida Cesar

Dr. DJALMA ALMEIDA CESAR

Procurador Geral do DAJPI.

LUIZ MANOEL DE QUADROS

TABELÃO

PONTA GROSSA - ESTADO DO PARANÁ

Livro nº _____ Fols. _____

Sandir H. Curtes

Dr. Djalma Almeida Cesar

Em testemunho da verdade:

P. Grossa, 15 de Junho de 1969

Marcia Ruth de Jesus
Sandir Curtes

Ponta Grossa-PR, 24 de Fevereiro de 1971
 Ilus. Srs. Diretores da Escola Normal e
 Ginásio Estadual de Campo Mourão
 Campo Mourão - Paraná

218

É cumprindo um dever de justiça, que faço a apresentação do
 Sr. JOANI TEIXEIRA.

É pessoa muito relacionada, tanto no meio civil, como mili-
 tar, emprestando sua valiosa colaboração em programações de cará-
 ter cívico ou festividades de outra natureza.

O Professor JOANI TEIXEIRA, com sua fina educação, espírito
 de iniciativa e comunicabilidade, soube angariar a simpatia de to-
 dos aqueles que tiveram a oportunidade de com êle privar.

Embora recentemente formado pela Faculdade Estadual de Filo-
 sofia de Ponta Grossa, tomamos conhecimento de sua aprovação em exa-
 me e que se submeteu em concurso do Ensino Médio, realizado pela Se-
 cretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, na matéria espe-
 cífica de "História", estando aguardando o resultado do exame da dis-
 ciplina de "Didática Pedagógica".

Dado seu elevado espírito cívico, foi indicado para lecionar
 no ano de 1970, na cadeira de "Educação Moral e Cívica", no Ginásio
 Estadual Ten Argeiro Camargo, desta cidade, tendo uma de suas alu-
 nas obtido o 2º lugar em concurso cívico-literário organizado pelo
 Quartel General da ID/5, no aludido ano.

Sua admissão nesse educandário, será sem dúvida uma conqui-
 sta valiosa, pois terá no Prof. JOANI um eficiente colaborador, de
 experiência já comprovada no trato de assuntos relativos à mocidade
 estudantil.

Helvio de Araujo Nunes
 HELVIO DE ARAUJO NUNES, *Ass*
 Assistente da ID/5

Hay Ass

LEON B. ROLIM CORREIA
 1º TABELÃO
 MELLADIO V. CORREIA FILHO
 Oficial Mayor

Helvio de Araujo Nunes
 Em termo de 24 de Fevereiro de 1971
 Ponta Grossa-PR

Programação 50º JEP

219

Venha participar e avise a todos
(que você conhece ou lembra), que fizeram parte desta história.

1. Sessão Solene

Dia 09 de setembro

19:30 horas

Auditório da Reitoria

a - Homenagens:

- Reitores
- Primeiras escolas participantes – 1º JEP / 1956
- Instituições parceiras
- Idealizador
- Presidentes e Coordenadores das Comissões Organizadoras
- Órgãos da UEPG – DEF / CDR
- Primeira cidade a participar
- Daniel Schruft – representante dos árbitros
- Sibonei Guzzo Pedrosa – maior tempo de participação
- Hércio Borell du Vernay – idealizador do jornalzinho "Spring"
- Atleta feminino mais novo – nesta edição
- Atleta masculino mais novo - nesta edição

b - Participação

- Atletas que participaram do 1º JEP / 1956

c – Abertura oficial da Exposição "JEP – 50 anos"

(a direção do Museu Campos Gerais lançará a exposição, oficialmente, na sessão solene e, a partir do dia 10/09, continuará nas dependências do museu até o final de setembro)

2. Desfile de abertura –

Dia 10 de setembro

14 horas

Campo do Operário

- Além das escolas inscritas, haverá a participação de dois grupos:
 - a) atletas do 1º JEP – coordenadora: Ruth Noemberg (42) 3224-2424
 - b) atletas de todos os jogos – coordenadora: Sílvia Finck - (42) 3224-5920 ou (42) 9973-761 (camiseta no Manarim)

3. Jantar festivo (por adesão)

Dia 10 de setembro

19:30 horas

Restaurante e Churrascaria Mocelin

Coordenação: Ruth e Daltro Noemberg

Pela Comissão UEPG : Profª Nezilda (42) 3220-3140 (Deptº de Ed. Física)

Profª Maria Augusta (42) 3220-3455 (Deptº de Turismo)

DIRETÓRIO ACADÊMICO DR. JOAQUIM DE PAULA XAVIER

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa

DEPARTAMENTO CULTURAL

TÍTULO DE CONFERÊNCIA

Certificamos que JOANI TEIXEIRA
assistiu a conferência proferida pelo *Deputado Federal* DR. MÁRIO BRAGA RAMOS,
sob o tema "REFORMA UNIVERSITÁRIA - INÍCIO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO"
realizada no dia 14 de abril de 1969, no Salão Nobre do Edifício das Faculdades,
de acordo com o registro no livro No. 1. às folhas No. 117 deste Diretório.

D. A. J. P. X. - Ponta Grossa, Abril de 1969

M. Mário Braga Ramos
Diretorista

Joani Teixeira
Presidente D.A.J.P.X.

Mário Braga Ramos
Secretário D. A. J. P. X.

DIRETORIO ACADÊMICO DR. JOAQUIM DE PAULA XAVIER

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de P. Grossa
DEPARTAMENTO CULTURAL

TÍTULO DE CONFERÊNCIA

Certificamos que **JOANI TEIXEIRA**

assistiu a conferência proferida pelo psicólogo **Dr. Paulo de Tarsis Monte Serrat**, sob o tema "**HIGIENE MENTAL E DISTÚRBIOS PSÍQUICOS**", realizada no dia 14 de Novembro de 1967, no Salão Nobre do Edifício das Faculdades, de acôrdo com o registro no livro n.º 1, às fls. n.º 8 deste Diretório.

Dona Grossa, novembro de 1967




PRESIDENTE

Directório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
Praça Santos Andrade Caixa Postal, 451
PONTA GROSSA EST. DO PARANÁ



TESTIDÃO

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais que JOMY TRZEPIA, lecionou no Curso Pré-Vestibular, para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa, na Cadeira de História Geral, ano de 1.969.

Por ser verdade, firmamos o presente instrumento.

Ponta Grossa, 10 de Junho de 1.969

Sandra H. Curtes *Dr. Dalina Augusta Cesar*
Secretária Geral do D.A.M. Procurador Geral do D.A.M.

LUIZ MANCIEL DE QUADROS
E TABELÃO

Sandra H. Curtes
Dr. Dalina Augusta Cesar
em 15 de Junho de 1969
Mariane Rute de Aguiar
Secretaria

Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
FACULDADE DE TROSOFA, CIÊNCIAS E LETRAS
Praça Santos Andrade - Caixa Postal, 461
PONTA GROSSA - EST. DO PARANÁ



"ATESTADO"

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais que
BERCELIA MARIA WILTRAM TEIXEIRA, locionou no Curso Pré - Vesti-
bular, para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Pon-
ta Grossa, na cadeira de Geografia do Brasil, ano de 1.969.

Por ser verdade, firmamos e presente instrumento.

Ponta Grossa, 25 de fevereiro de 1.970

JOANI TEIXEIRA
JOANI TEIXEIRA
Presidente do DAPX

W. H. GUSTES
W. H. GUSTES
Secretário do DAPX

LUIZ MANOEL DE QUADROS
TABELÃO
PONTA GROSSA - ESTADO DO PARANÁ

Reconheço _____
Joani Teixeira
Wandir H. Gustes
Em test. _____
P. Grossa _____
Luiz Manoel de Quadros

UEPG
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
Divisão de Assuntos Culturais
Museu Campos Gerais

Of. nº 82/2005

Ponta Grossa, 18 de outubro de 2005.

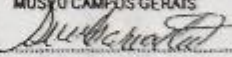
Ilmo(a) Sr(a)

Vimos, por meio deste agradecer pela doação de bens culturais de seu acervo particular para a realização da exposição "Jogos Estudantis da Primavera – JEPS: 50 anos", pois os mesmos contribuíram para o enriquecimento do acervo exposto, assim como, para o resgate de aspectos relevantes da história do Esporte em nossa cidade.

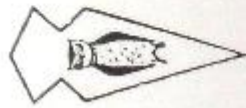
Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
MUSEU CAMPOS GERAIS


Profa Silvana Maura Batista de Carvalho
DIRETORA

Ilmo Sr. Professor
Joani Teixeira
Campo Mourão - Paraná



Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier

Da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa

Diploma

Os sócios do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, por seus legítimos representantes infra-assinados, conferem ao acadêmico

JOANI TEIXEIRA.

o diploma de FRATERNIDADE DO D.A.J.P.K.

tendo em vista o cumprimento de seu mandato, outorgado pela diretoria eleita para o período de 68/69.

Ponta Grossa, 16 de Junho de 1968

Leony de Bortol.
Presidente

Campanha J. Selig
Secretário

ANEXO C – Cópia do “Dossiê Major Índio”, extraído do Blog Tortura Nunca Mais




Pesquisa: Site Material Digitalizado OK

Pesquise no Material Digitalizado: -- TODOS os acervos --

QUEM SOMOS DENÚNCIA NOTÍCIAS EQUIPE CLÍNICA E JURÍDICA MORTOS E DESAPARECIDOS MALA DIRETA

PROJ BRASIL NUNCA MAIS ARTIGOS E TEXTO MEDALHA CHICO MENDES JORNAL LINKS CONTATO

Home > Notícias

Dossiê de Índio do Brasil Lemes

No Projeto Brasil Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, seu nome encontra-se em três listas. Esta projeto é a microfilmagem de todos os processos contra presos políticos que se encontram no Superior Tribunal Militar, abrangendo o período de 1964 a 1979. Trata-se, portanto, de documentação oficial que não pode ser rotulada de fidedigna. As conclusões da pesquisa BNM encontram-se em 12 volumes, contendo 6.891 páginas, das quais foram reproduzidas somente 25 coleções que foram distribuídas para entidades no Brasil e no exterior. A primeira lista em que aparece o nome de Índio do Brasil Lemes é a "Elementos envolvidos diretamente em torturas", que se encontra à página 24 do Tomo II, volume 3, "Os Funcionários" do Projeto BNM. Há, nesta lista, duas denúncias contra ele. A primeira, de 1967, é do ex-presos político Aristides Oliveira Virhales que, em 1967, tinha 32 anos e tinha a profissão de livreiro. Acusa-o de, como Major de Infantaria do Exército, atuando em 1967 no Paraná, tê-lo torturado. À página 434 do Tomo V, volume 1, "As Torturas", do Projeto BNM, Aristides assim se refere à Índio: "(...)"

A segunda denúncia é do ex-presos político Hiran Ramos de Oliveira que, em 1967, tinha 24 anos e era professor e denunciou-o também como Major de Infantaria do exército, atuando em 1967 no Paraná e, em depoimento prestado à Auditoria Militar, assim fala:

"[...] que foi encaminhado para o AD/3, onde foi interrogado pelo major Índio [...] que foi ameaçado pelo major Índio permanecendo uma atmosfera de pressão [...] que foi levado ao quartel da CPOR [...] e que no dia 21 de setembro, à noite, foi levado à presença do major Índio que disse ao interrogando que o mesmo era inimigo vendido e deveria concordar com o que queriam que o interrogando declarasse [...] que ao subir as escadas em uma das vezes em que foi chamado para depor, levou violenta estovelada do major Índio do Brasil Lemes [...]"

Este depoimento encontra-se às páginas 180 e 181 do Tomo V, volume 2 "As Torturas" do Projeto BNM.

Estes dois depoimentos encontram-se no Processo 44/67 da 5ª Região Militar/CJM, tendo apelação ao STM de n.º 37 002 e trata de réus acusados de integrarem o Comitê do PCB em Curitiba e em outras cidades do Paraná.

A segunda lista em que aparece o nome de Índio do Brasil Lemes é a de "Elementos envolvidos em prisões e cercos" que se encontra à página 70 do Tomo II, volume 3 "Os Funcionários" do Projeto BNM. A denúncia foi feita em maio de 1965 e colocou-o como Capitão do Exército, atuando no Paraná, tendo participado diretamente de prisões e cercos. Esta denúncia encontra-se no Processo 369/66 da 5ª Região Militar/CJM, tendo apelação ao STM de n.º 38 922 e recurso ao STF de n.º 1 153 e trata de réus acusados de terem fundado um Teatro de fantoches em Curitiba, após a extinção do centro Popular de Cultura com o golpe de 1964. São, ainda, acusados de manterem correspondência com os países comunistas sobre teatro e outras formas de expressões culturais.

A última lista em que se encontra o nome de Índio do Brasil Lemes é a de "Encarregados de IPM", à página 140 do Tomo II, volume 3 "Os Funcionários" do Projeto BNM. A denúncia encontra-se no Processo 04/65 da 10ª Região Militar/CJM que teve como apelação ao STM o n.º 35 312 e trata de réus acusados de efetivarem pichamentos com os dizeres "baixo a ditadura" e "anule seu voto", em Ponta Grossa/PR, nas eleições a prefeito da cidade, em novembro de 1968.

Dezembro de 2006
Publicado em: 28/06/2008



Este site foi reformulado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. O conteúdo do mesmo é de responsabilidade exclusiva do GTNM/RJ e em nenhum caso deverá considerar-se que reflete os pontos de vista da Comissão Europeia.

Publicidade:



ANEXO D – Documentos do Arquivo Pessoal de Gabriel Kravchychyn, Planilhas Orçamentárias de Gestão de RU e Manutenção



Universidade Estadual de Ponta Grossa

fl. 1
MFB

PROTÓCOLO GERAL

7 MAR 09 15 RS 000268

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - PR

Processo n.º 0268 19 85

Interessado: Presidente do DCE - Gestão 83/84

Assunto: Encaminha Balanete Financeiro final da
gestão 83/84

Data

Tramitação

07-03-85

PROAD

08-03-85

DIV FIN

D.C.E. - DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES


GESTÃO - 1983/1984


Ponta Grossa - Pr.


DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA DE 18 DE NOVEMBRO DE 1983 Á 30 DE AGOSTO DE 1984.

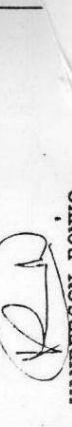
e n t r a d a s	s a í d a s
Saldo anterior/Caixa e Banco.....	Compra de Mercadorias R.U.....
Subvenções Recebidas da UEPG.....	Aquisição de material permanente
Subvenções Recebidas do Governo Estadual	Bolsa de Estudo Estudantes Caren.
Subvenções Recebidas Prefeitura Municip.	Material de Consumo R.U.....
Receitas R.U.....	Material de Consumo D.C.E.....
Receitas Eventuais.....	Despesas Postais.....
Receitas com Promoções.....	Viagens e Estadias.....
Sobras de Caixa.....	Água e Luz.....
	Aluguel Centro Acadêmicos.....
	Repasse Centro Acadêmicos.....
	Xerox.....
	Despesas com esportes.....
	Despesas com Publ. e Promoções..
	Gás.....
	Despesas Gerais.....
	Fretes e Carretos.....
	Reparos em Geral.....
	Total das Saídas.....
	Saldo Disponível.....
Soma.....	Soma.....

Ponta Grossa, 30 de agosto de 1984.


GILSON PROENÇA
 Tesoureiro


GABRIEL INACIO KRAVCHYCHYN
 Presidente


EDU DE OLIVEIRA
 Prof. Responsável


VANDERSON RONKO
 Acad. Ciências Cor.

OBS: Os comprovantes Contábeis encontram-se a disposição dos interessados no Escritório Técnico A
 Contábil a disposição dos interessados.

D. C. E. - DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES
 GESTÃO - 1982 / 1983
 PONTA GROSSA - P.R.

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA REALIZADA DE 01 DE DEZ/82 A 30 DE JUN/83

ENTRADAS	SAÍDAS
Receitas do restauranteR\$ 11.128.715,20	Compras merc. p/revenda restaurante.. R\$ 12.683.385,65
Juros recebidos s/investimentos....R\$ 42.000,00	Pagto. fornecedores gestão anterior.. R\$ 3.531.319,70
Sobras de caixa no períodoR\$ 6.232,92	Pagto. encargos gestão anterior R\$ 208.525,08
Subvenções recebidas da U.E.P.G.....R\$ 6.849.000,00	Juros pagos s/encargos gestão anteriorR\$ 380.723,26
Saldo bancário da gestão anterior..R\$ 3.006,61	SláriosR\$ 314.490,62
	Despesas c/pessoalR\$ 50.000,00
	Encargos SociaisR\$ 39.850,32
	Juros s/encargosR\$ 5.203,23
	ImpostosR\$ 1.200,00
	Material de consumoR\$ 280.336,00
	Selos postaisR\$ 470,00
	Despesas c/representaçãoR\$ 95.180,00
	Despesas de viagemR\$ 3.000,00
	Água e luzR\$ 31.688,00
	Conserto do aparelho de T.V.R\$ 34.352,00
	AluguelR\$ 60.000,00
	Material esportivoR\$ 78.500,00
	Contas correntesR\$ 100.000,00
	TOTAL SAÍDASR\$ 17.898.223,86
S O M AR\$ 18.028.954,73	* SALDO DISPONÍVELR\$ 130.730,87
	S O M AR\$ 18.028.954,73

* O saldo disponível de R\$ 130.730,87 está representado por :

- R\$ 2.080,00 - saldo em caixa
- R\$ 5,00 - saldo Banestado c/c 19329/8
- R\$ 3.006,61 - saldo Banestado(gestão anterior)
- R\$ 3.115,75 - saldo Banesta c/c 18960/6
- R\$ 122.523,51 - saldo Banestado c/c 19798/6

Ponta Grossa, 30 de junho de 1983.

Laoci Vendrami
 Laoci Vendrami
 Irineu Czepula
 acadêmicos do 5º período de Ciências Contab.

Gabriel Kravchychyn
 Gabriel Kravchychyn
 Tesoureiro

Obs.: Os comprovantes contábeis encontram-se com o Tesoureiro do DCE a disposição dos interessados.

Diretório Central de Estudantes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Praça Santos Andrade, 36 cx. Postal, 992 - 84.100 Fone - 24-3966 - Ponta Grossa - Paraná

Of. S/Nº

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - PR

-7 MAR 09 15 85 000268

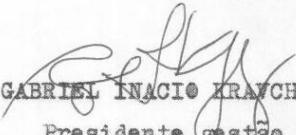
PROTOCOLO GERAL

Em 07 de março de 1985.

Prezado Senhor,

De acordo com o Estatuto do Diretório Central de Estudantes, que prevê a prestação de contas ao Conselho de Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminho em anexo o balanço financeiro final da gestão 83/84.

Sendo o que apresenta o momento, despeço -
me antecipadamente.


GABRIEL INÁCIO KRAVCHICHIN
Presidente gestão 83/84

Ilmo. Sr.

EWALDO PODOLAN

Reitor da U.E.P.G.

NESTA

DCE - DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTE
 GESTÃO - 1983/1984
 PONTA GROSSA - PR:

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA DE 01 DE SETEMBRO À 14 DE NOVEMBRO DE 1.984

ENTRADAS		SAÍDAS	
SUBVENÇÕES REC. UEPG	₹ 21.305.300,00	BOLSAS DE ESTUDO ESTUDANTE CARENTE.	₹ 584.510,00
RECEITAS R.U.	₹ 51.878.916,85	DESPESAS PUBLICAÇÃO E PROMOÇÃO	₹ 18.521.561,00
RECEITAS EVENTUAIS.	₹ 4.082.512,76	FRETES E CARRETOS	₹ 6.695,00
RECEITAS COM PROMOÇÕES.	₹ 7.995.983,00	MATERIAL DE CONSUMO DCE.	₹ 2.235.615,00
SOBRAS DE CAIXA.	₹ 126.169,65	VIAGENS E ESTADIAS.	₹ 305.000,00
DOAÇÕES RECEBIDAS	₹ 8.275.000,00	ÁGUA - LUZ	₹ 246.036,00
SOMA DAS ENTRADAS.	₹ 93.663.882,26	XEROX.	₹ 46.230,00
		REPAROS EM GERAL.	₹ 448.400,00
		ALUGUEL CENTROS ACADÊMICOS.	₹ 470.000,00
		DESPESAS COM DESPORTES.	₹ 117.500,00
		REPASSE CENTROS ACADÊMICOS.	₹ 6.411.907,00
		DESPESAS GERAIS.	₹ 1.862.651,39
		DESPESAS POSTAIS.	₹ 4.425,00
		GÁS	₹ 1.887.369,40
		MATERIAL DE CONSUMO R.U.	₹ 1.973.918,00
		AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE.	₹ 2.587.659,40
		COMPRAS DE MERCADORIAS R.U.	₹ 55.945.482,00
		TOTAL das SAÍDAS	₹ 93.654.959,19
		SALDO DISPONÍVEL.	₹ 8.923,07
		SOMA DAS SAÍDAS	₹ 93.663.882,26
FORNECEDORES	₹ 15.337.311,00	COMPRAS À PRAZO.	₹ 15.337.311,00
SOMA	₹ 109.001.193,26	SOMA.	₹ 109.001.193,26

Ponta Grossa, 14 de Novembro de 1984.


 GILSON PROENÇA
 Tesoureiro


 GABRIEL INÁCIO KRAVOCHYCHYN
 Presidente


 EDU DE OLIVEIRA
 Prof. Responsável


 LUIZ ROBERTO DA SILVA
 Acad. de C. Contábeis

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO D C E

Nº/CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	S
				CREADOR
1.10.2	BANCOS C/MOVTO.	4.924.311,07	4.915.388,00	
3.20.4	ME CADORIA P/REVENDA	71.282.793,00		
	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.587.659,40		
5.10.3	FORNECEDORES		15.337.311,00	15.337.311,
8.10.2	LUCROS OU PREJUÍZOS	240.324,88	2.241.337,64	2.001.012,
10.10.1	VENDAS À VISTA		51.878.916,85	51.878.916,
10.10.3	DOAÇÕES		8.275.000,00	8.275.000,
10.10.5	RECEITAS EVENTUAIS		2.081.500,00	2.081.500,
10.10.6	RECEITAS COM PROMOÇÕES		7.995.983,00	7.995.983,
10.10.7	SUBVENÇÕES RECEBIDAS DA UEPG		21.305.300,00	21.305.300,
10.10.8	SOBRAS DE CAIXA		126.169,65	126.169,
11.20.1	AJUDA DE CUSTO / DOAÇÕES	584.510,00		
11.21.1	PROMOÇÕES	18.521.561,00		
11.21.2	FRETES E CARRETOS	6.695,00		
11.24.1	MATERIAL CONSUMO R.U	1.973.918,00		
11.24.2	MATERIAL CONSUMO DCE	2.235.615,00		
11.24.3	VIAGENS / DIÁRIAS	305.000,00		
11.24.4	ÁGUA-LUZ	246.036,00		
11.24.5	XEROX	46.230,00		
11.24.6	REPAROS EM GERAL	448.400,00		
11.24.7	ALUGUEL DCE	470.000,00		
11.24.8	ESPORTES	117.500,00		
11.24.9	REPASSES CAS.	6.411.907,00		
11.24.10	DESPESAS GERAIS	1.862.651,39		
11.24.11	DESPESAS POSTAIS	4.425,00		
11.24.12	GÁS	1.887.369,40		
TOTAIS:		₹ 114.156.906,14	₹ 114.156.906,14	₹ 109.001.193,

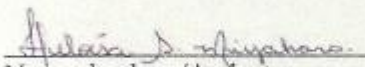
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO D C E				
HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDOS	
			CREADOR	DEVEDOR
BANCOS C/MOVTO.	4.924.311,07	4.915.388,00		8.923,07
ME CADORIA P/REVENDA	71.282.793,00			71.282.793,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.587.659,40			2.587.659,40
FORNECEDORES		15.337.311,00	15.337.311,00	
LUCROS OU PREJUÍZOS	240.324,88	2.241.337,64	2.001.012,76	
VENDAS À VISTA		51.878.916,85	51.878.916,85	
DOAÇÕES		8.275.000,00	8.275.000,00	
RECEITAS EVENTUAIS		2.081.500,00	2.081.500,00	
RECEITAS COM PROMOÇÕES		7.995.983,00	7.995.983,00	
SUBVENÇÕES RECEBIDAS DA UEPG		21.305.300,00	21.305.300,00	
SOBRAS DE CAIXA		126.169,65	126.169,65	
AJUDA DE CUSTO / DOAÇÕES	584.510,00			584.510,00
PROMOÇÕES	18.521.561,00			18.521.561,00
FRETES E CARRETOS	6.695,00			6.695,00
MATERIAL CONSUMO R.U	1.973.918,00			1.973.918,00
MATERIAL CONSUMO DCE	2.235.615,00			2.235.615,00
VIAGENS / DIÁRIAS	305.000,00			305.000,00
ÁGUA-LUZ	246.036,00			246.036,00
XEROX	46.230,00			46.230,00
REPAROS EM GERAL	448.400,00			448.400,00
ALUGUEL DCE	470.000,00			470.000,00
ESPORTES	117.500,00			117.500,00
REPASSES CAS.	6.411.907,00			6.411.907,00
DESPESAS GERAIS	1.862.651,39			1.862.651,39
DESPESAS POSTAIS	4.425,00			4.425,00
GÁS	1.887.369,40			1.887.369,40
	114.156.906,14	114.156.906,14	109.001.193,26	109.001.193,26

**TERMO DE RESPONSABILIDADE
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO COM A
ORIGINALIDADE CIENTÍFICO-INTELLECTUAL**

Responsabilizo-me pela redação do trabalho de Projeto de Pesquisa, sob título "O movimento estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR: 1969 - 2009", atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha exclusiva autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídas (se transcrito literalmente) ou somente indicadas fonte e ano (se utilizada a idéia do autor citado), conforme normas e padrões ABNT vigentes.

Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 28 de Fevereiro, 2011.


Nome do aluno/Assinatura
Número R.A.:309106-03

